

Félix Guattari

**PSICANÁLISE E
TRANSVERSALIDADE**

ensaios de análise
institucional

**PREFÁCIO DE
GILLES DELEUZE**

**IDÉIAS &
LETRAS**

Foi a partir de 1961, no curso de reuniões do G.T.P.S.I., que me propus a situar a psicoterapia institucional como um caso específico do que denominei *análise institucional*. Na época, essa idéia tivera poucos ecos. Foi fora dos ambientes psiquiátricos, particularmente nos grupos da F.G.E.R.I., que ela foi retomada. Os animadores da corrente de psicoterapia institucional não pensavam em nada mais do que uma tímida extensão da análise aos domínios da psiquiatria e, eventualmente, da pedagogia. A meu ver, uma tal extensão só poderia levar ao impasse caso não tivesse como alvo o conjunto do campo político e social. Um dos pontos de aplicação política essencial dessa análise institucional parecia ser, em particular, o fenômeno da burocratização das organizações militantes, que deveria poder advir do que denominei "*analisador de grupo*".

Esses temas fizeram seu percurso; os analisadores, a análise institucional e até a transversalidade foram colocadas em alguma dose em todos os molhos; talvez se deva ver nisso a indicação de que, apesar de seu caráter aproximativo, elas traziam em si uma problemática um tanto vívida. Longe de mim a idéia de defender alguma ortodoxia no tocante à origem desses conceitos! Na época, o trabalho de elaboração do G.T.P.S.I. foi coletivo; as idéias jorraram de toda parte, sem pertencer a ninguém. Infelizmente, o clima mudou, e se me vi levado a acrescentar estes esclarecimentos, é que me pareceu que eles escaparam a certo número de pessoas que se interessam

Unesp - Assis - Biblioteca
COMPRA

Livraria: *Vértice Books*
Data: 22/08/2014 Nota Fiscal: 86802
Proc. 672/14 Valor: R\$38,19-H

PSICANÁLISE E TRANSVERSALIDADE

FÉLIX GUATTARI



PSICANÁLISE E TRANSVERSALIDADE

Ensaio de Análise Institucional

0701094369



**IDÉIAS &
LETRAS**

94369

DIRETORES EDITORIAIS: Carlos Silva
Ferdinando Mancílio

EDITORES: Avelino Grassi
Roberto Girola

COLEÇÃO DIRIGIDA POR: Táles A. M. Ab'Sáber
Noemi Moritz Kon
Roberto Girola

TRADUÇÃO: Adail Ubirajara Sobral
Maria Stela Gonçalves

COPIDESQUE: Mônica Guimarães Reis

REVISÃO: Elizabeth dos Santos Reis

DIAGRAMAÇÃO: Alex Luís Siqueira Santos

CAPA: Sérgio Kon (detalhe Vieira da Silva, *Chemins de la paix*, óleo sobre tela, 73 x 1000 cm,
Paris, Galerie Jeanne Boucher, 1985)

Título original: *Psychanalyse et transversalité: essais d'analyse institutionnelle*.
© Éditions La Découverte, Paris, 2003
ISBN 2-7071-3432-5

Esta obra foi publicada pela primeira vez em 1974, na Coleção *Text à l'appui/série psychiatrie*, das
Éditions François Maspero.

Todos os direitos em língua portuguesa, para o Brasil,
reservados à editora Idéias & Letras, 2004.

**IDÉIAS &
LETRAS**

Editora Idéias & Letras
Rua Pe. Claro Monteiro, 342 - Centro
12570-000 Aparecida-SP
Tel. (12) 3104-2000 — Fax (12) 3104-2036
Tele vendas: 0800 16 00 04
vendas@ideaseletras.com.br
www.redemptor.com.br

UNESP ASSIS - BIBLIOTECA	
TOMBO 94369	CLASSIFICAÇÃO 150.195
DATA 12/12/14	G918 P
Rubrica	SYS 806096

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guattari, Félix, 1930-1992.
*Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institu-
cional* / Félix Guattari; prefácio de Gilles Deleuze; [tradução Adail Ubirajara
Sobral, Maria Stela Gonçalves]. — Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.
(Coleção *Psicanálise Século I*)

Título original: *Psychanalyse et transversalité:
essais d'analyse institutionnelle*
Bibliografia.

ISBN 85-98239-23-2

1. Psicanálise 2. Psicoterapia I. Deleuze, Gilles, 1925-1995.
II. Título. III. Série.

04-7269

CDD-150.195

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicanálise e transversalidade: Psicologia
150.195

2. Psicoterapia institucional: Teorias
psicanalíticas: Psicologia 150.195

SUMÁRIO

Prefácio	7
Sobre as relações entre os enfermeiros e os médicos (1955)	21
Desmoronamento de uma vida ainda não vivida	35
Monografia sobre R. A. (1956)	35
Diário de R. A.	41
Senhoras e senhores, o SCAJ	55
Introdução à Psicoterapia Institucional (1962-63)	59
1. O ponto de partida	60
2. O que é um grupo	62
3. A instituição	66
4. Nova direção da psicanálise	69
A Transferência (1964)	75
Reflexões sobre a Terapêutica Institucional e os problemas de higiene mental no meio estudantil (1964)	85
A Transversalidade (1964)	101
Reflexões para filósofos acerca da Psicoterapia Institucional (1966)	119
As Nove Teses da oposição de esquerda (1966)	133
De um signo ao outro (1966)	173

O grupo e a pessoa. Balanço desconexo (1966)	199
A causalidade, a subjetividade e a História (1966-67)	227
1. A História e a determinação significativa	277
2. A ruptura leninista	239
3. Integração da classe operária e perspectiva analítica	254
4. Vietnã, 1967	267
A Contra-Revolução é uma ciência que se aprende (1968)	273
Autogestão e Narcisismo (1968)	275
Excertos de discussões: fim de junho de 1968	279
O estudante, o louco e o katanguês (1969)	297
Máquina e estrutura (1969)	309
Reflexões sobre o ensino como o reverso da análise (1970)	321
1. Argumento	321
2. Comentários	326
Guerrilha em psiquiatria (1970)	337
Onde começa a psicoterapia de grupo? (1971)	341
Raymond e o grupo Hispano (1979)	345
Os "maos-maso", ou o maio impossível (1970)	355
Somos todos grupúsculos (1970)	359
Índice dos principais temas	367

Prefácio

Três problemas de grupo

Podem conviver numa mesma pessoa o militante político e o psicanalista, sendo igualmente possível que, em vez de permanecerem como compartimentos estanques, eles não parem de se misturar um com o outro, de interferir mutuamente, de se comunicar entre si, de se tomar um pelo outro. Desde Reich, trata-se de um evento bastante raro. Pierre-Félix Guattari não se ocupa em absoluto dos problemas da unidade de um ego. O ego é, antes, parte das coisas que é preciso dissolver, sob o ataque conjunto das forças políticas e analíticas. A afirmação de Guattari, segundo a qual "somos todos grupúsculos", marca bem a busca de uma nova subjetividade, subjetividade de grupo, que não se deixa encerrar num todo forçosamente pronto a reconstituir um ego, ou, o que é pior, um superego, mas que em vez disso abarca vários grupos ao mesmo tempo, grupos divisíveis, multiplicáveis, comunicantes e sempre revogáveis. O critério para um bom grupo é que ele não se julgue único, imortal e significativo, como um sindicato de defesa ou de segurança, como um ministério de ex-combatentes, mas se ramifique num fora que o ponha em confronto com suas possibilidades de não-sentido, de morte ou de esfacelamento "pela razão mesma de sua abertura aos outros grupos". O indivíduo é, por sua vez, um grupo assim. Guattari encarna da maneira mais natural os dois aspectos de um antiego; de um lado, como um pedregulho catatônico, corpo cego e enrijecido, que se penetra de morte sempre que retira os óculos; do outro, resplandecendo de mil fogos, pululante de caminhos múltiplos sempre que olha, age, ri, pensa, ataca. Do mesmo modo, ele chama a si mesmo Pierre e Félix: potências esquizofrênicas.

Nessa convivência do psicanalista com o militante, destacam-se ao menos três ordens de problemas: 1. Como introduzir a política na prática e na teoria psicanalíticas (uma vez dito que, de qualquer maneira, a política está no próprio inconsciente)? 2. De que modo é possível, e se for, introduzir a psicanálise nos grupos militantes revolucionários? 3. Como conceber e formar grupos terapêuticos específicos cuja influência se faria sentir sobre os grupos políticos, bem como sobre as estruturas psiquiátricas e psicanalíticas? No tocante a esses três tipos de problemas, Guattari apresenta aqui certo número de artigos, do período que vai de 1955

a 1970, artigos que marcam uma evolução, havendo aí dois grandes pontos de referência, as esperanças-desesperos do pós-libertação e as esperanças-desesperos do pós-maio de 1968 e, entre os dois, o trabalho de construção que prepara maio.

Quanto ao primeiro problema, veremos que Guattari teve muito cedo o sentimento de que o inconsciente está antes diretamente vinculado com todo um campo social, econômico e político do que com as coordenadas míticas e familiares tradicionalmente invocadas pela psicanálise. Trata-se da libido propriamente dita, como essência de desejo e de sexualidade: ela investe e desinveste os fluxos de toda natureza que permeiam o campo social, efetua cortes desses fluxos, bloqueios, fugas, retenções. E não há dúvida de que não opera de modo manifesto, à feição dos interesses objetivos da consciência e dos encadeamentos da causalidade histórica, mas em vez disso exhibe um desejo latente coextensivo ao campo social, implicando rupturas de causalidade, emergências de singularidades, tanto pontos de parada como pontos de fuga. 1936¹ não é apenas um evento na consciência histórica, mas um complexo do inconsciente. Nossos amores, nossas escolhas sexuais são menos os derivados de um Papai-Mamãe mítico do que as derivas de um real-social, as interferências e os efeitos de fluxo investidos pela libido. O que não nos serve ao amor e à morte! Guattari tem, portanto, condições de censurar a maneira como a psicanálise esmaga sistematicamente todos os conteúdos sociopolíticos do inconsciente, conteúdos que, na realidade, determinam os objetos do desejo. A psicanálise, afirma ele, parte de uma espécie de narcisismo absoluto (Das Ding – A Coisa; o Isso) para chegar a um ideal de adaptação social a que dá o nome de cura; mas esse empreendimento deixa sempre na sombra uma constelação social singular, que é necessário pelo contrário explorar em vez de sacrificá-la à invenção de um inconsciente simbólico abstrato. O Das Ding (sic) não é o horizonte recorrente que funda de modo ilusório uma pessoa individual, mas antes um corpo social que serve de base a potencialidades latentes (por que há aqui loucos e acolá revolucionários?). São mais importantes do que o pai, a mãe, a avó todas as personagens que se fazem presentes nas questões fundamentais da sociedade, como a luta de classes de nossa época. Mais importante que contar como a sociedade grega um belo dia realizou por meio de Édipo uma “completa reviravolta” é a imensa Spaltung (cisão) que ora perpassa o mundo comunista.

¹ Um dos principais eventos históricos importantes ocorridos na França em 1936 foi a chegada ao poder do Partido Socialista, com Leon Blum, que se seguiu à queda do governo de Pierre Laval e do “governo-tampão” de Albert Sarraut. N.T.

Como esquecer o papel do Estado em todos os impasses em que a libido vê a si mesma, reduzida a investir as imagens intimistas da família? Como crer que o complexo de castração possa algum dia ter uma solução satisfatória enquanto a sociedade lhe confiar um papel inconsciente de regulação e de repressão sociais? Em suma, a relação social jamais constitui um “além” ou um “depois” dos problemas individuais e familiares. Chega a ser curioso o ponto até o qual os conteúdos sociais, econômicos e políticos da libido se mostram ainda melhor quando se está diante de síndromes que exibem os aspectos mais dissocializados, como no caso da psicose. “Para além do ego, o sujeito se vê desmembrado pelos quatro cantos do universo histórico, o delirante se põe a falar línguas estrangeiras, alucina a História, e os conflitos de classes ou as guerras assumem o estatuto de instrumentos da expressão de si mesmo (...); a distinção entre a vida privada e os diversos níveis da vida social deixa de ter relevância.” (Comparar com Freud, que só retém da guerra um indeterminado instinto de morte, e um choque não qualificado, excesso de excitação do tipo explosivo.) Restituir ao inconsciente suas perspectivas históricas num cenário marcado pela inquietação e o desconhecido implica uma reversão da psicanálise e, sem dúvida, uma redescoberta da psicose sob as vestes da neurose. Porque a psicanálise uniu todos os seus esforços aos da psiquiatria mais tradicional para sufocar a voz dos loucos, que nos falam essencialmente de política, de economia, de ordem e de revolução. Num artigo recente, Marcel Jaeger mostra que “as propostas sustentadas pelos loucos não têm sua espessura restrita a suas desordens psíquicas individuais: o discurso da loucura se articula sobre um outro discurso, o da história política, social, religiosa que fala em cada um deles. (...) Em certos casos, é o uso de conceitos políticos que provoca uma situação de crise no doente, como se trouxesse à luz o nó de contradições no qual o louco se acha enredado. (...) Não há lugar do campo social, e sequer do asilo, em que não se inscreva a história do movimento operário.”² Essas fórmulas exprimem a mesma orientação que é a dos trabalhos de Guattari desde seus primeiros artigos, o mesmo empreendimento de uma reavaliação da psicose.

É perceptível a diferença com relação a Reich: não há uma economia libidinal que viesse por outros meios prolongar subjetivamente a economia política, não há uma repressão sexual que viesse interiorizar a exploração econômica e o assujeitamento político. Em vez disso, o desejo como libido está em toda parte já

² JAEGER, Marcel. “L’Underground de la folie”. In: “Folie pour folie”. Partisans, fevereiro de 1972.

presente; a sexualidade percorre o campo social e a ele se une, coincidindo com os fluxos que passam sob os objetos, as pessoas e os símbolos de um grupo, fluxos de que estes dependem em seu recorte e em sua constituição mesma. Esse é o caráter da sexualidade de desejo, que só se manifesta com as escolhas de objetos sexuais e de seus símbolos (é demasiado evidente que os símbolos são conscientemente sexuais). É, portanto, a economia política enquanto tal, a economia dos fluxos, que é inconscientemente libidinal: não há duas economias, e o desejo ou a libido são apenas a subjetividade da economia política. "Afinal de contas, a economia é o lugar mesmo da subjetividade." É o que exprime a noção de instituição, que se define por uma subjetividade de fluxo e de interrupção de fluxo nas formas objetivas de um grupo. As dualidades objetivo-subjetivo, infra-estrutura/supra-estruturas, produção/ideologia, desaparecem para dar lugar à estrita complementaridade entre o sujeito desejante da instituição e o objeto institucional. (Seria bom comparar essas análises institucionais de Guattari com aquelas que Cardan fazia na mesma época em *Socialisme ou Barbárie*).

O segundo problema — é possível, e se for, de que modo, introduzir a psicanálise nos grupos políticos? — exclui evidentemente toda "aplicação" da psicanálise aos fenômenos históricos e sociais. Nessas aplicações, a psicanálise, tendo Édipo na cabeça, já se expôs bastante ao ridículo. É completamente distinta a natureza do problema: a situação que faz do capitalismo a coisa a abater por meio da revolução, mas que também faz a revolução russa, a História que a sucede, a organização dos partidos comunistas e dos sindicatos nacionais, tudo isso são instâncias incapazes de levar a efeito essa destruição. No tocante a isso, o caráter próprio do capitalismo, que se apresenta como uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, consiste no seguinte: o processo de reprodução do capital, de que dependem as forças produtivas no regime, é, em si mesmo, um fenômeno internacional que implica uma divisão mundial do trabalho; mas o capitalismo não pode abalar os quadros nacionais no interior dos quais desenvolve suas relações de produção, nem o Estado como instrumento da valorização do capital. A internacionalização do capital é realizada, por conseguinte, pelas estruturas nacionais e do Estado, que o refreiam ao mesmo tempo em que o concretizam, e que desempenham o papel de arcaísmos com função

atual. O capitalismo monopolista de Estado, longe de ser uma instância última, é o resultado de um compromisso. Nessa "expropriação dos capitalistas no seio do capital", a burguesia mantém pleno domínio do aparato de Estado, mas ao preço de se esforçar cada vez mais por institucionalizar e integrar a classe operária de modo tal que as lutas de classe se vejam descentradas com relação aos lugares e fatores de decisão reais, que, remetendo à economia capitalista internacional, ultrapassam em muito os Estados. É em virtude desse mesmo princípio que "só uma estreita esfera da produção é inserida no processo mundial de reprodução do capital", permanecendo as outras esferas sujeitas, nos Estados do Terceiro Mundo, a relações pré-capitalistas (arcaísmos atuais de um segundo gênero).

Nessa situação, constata-se a cumplicidade dos partidos comunistas nacionais que militam pela integração do proletariado ao Estado, a tal ponto que "os particularismos nacionais da burguesia são em boa parte o resultado dos particularismos nacionais do próprio proletariado, e a divisão interior da burguesia, a expressão da divisão do proletariado". Por outro lado, mesmo quando se afirma a necessidade de lutas revolucionárias no Terceiro Mundo, essas lutas servem antes de tudo como moeda de troca numa negociação, marcando a mesma renúncia a uma estratégia internacional e ao desenvolvimento da luta de classes nos países capitalistas. E não vem tudo isso da palavra de ordem defesa das forças produtivas nacionais pela classe operária, luta contra os monopólios e conquista de um aparato de Estado?

A origem de semelhante situação reside naquilo que Guattari chama de "a grande ruptura leninista" de 1917, que fixa para o melhor e o pior as grandes atitudes, os principais enunciados, as iniciativas e os estereótipos, as fantasias* e as interpretações do movimento revolucionário. Essa ruptura consistiria no seguinte: realizar uma verdadeira disrupção da causalidade histórica ao "interpretar" a dispersão militar, econômica, política e social como uma vitória das massas. Em vez da necessidade de união sagrada de centro-esquerda, surgiria a possibilidade da revolução socialista. Mas o preço a pagar por essa possibilidade foi erigir o partido, outrora ainda modesta formação clandestina, em embrião de aparato de Estado capaz de dirigir tudo; assumir uma vocação messiânica e ocupar o lugar das massas. Disso decorreram duas conseqüências de alcance mais ou menos longo. Enquanto se opunha aos Estados capitalistas, o novo Estado entrava com

* A editora e o tradutor fizeram a opção de usar, na tradução de "fantasme", "fantasia", para tornar o livro compatível com os usos atuais consignados nos dicionários, cf. Vocabulário da Psicanálise, de Laplanche - Pontalis, Imago; Dicionário de Psicanálise, de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, Zahar; Dicionário Enciclopédico de Psicanálise, de Pierre Kaufmann, Zahar. Alertamos contudo que há autores que usam "fantasma", e que, tal como esse termo, "fantasia" exibe outros usos não especializados (N.E./N.T.).

eles em relações de força cujo ideal era uma espécie de status quo: o que tinha sido a tática leninista no momento da N.E.P. (Nova Política Econômica) tornou-se ideologia da coexistência pacífica e da competição econômica. A idéia de rivalidade foi ruïnosa para o movimento revolucionário. E enquanto se encarregava do internacionalismo proletário, o novo Estado só podia desenvolver a nova economia socialista em função dos dados do mercado mundial e de objetivos semelhantes aos do capital internacional, disso decorrendo uma aceitação ainda maior da integração dos partidos comunistas locais a relações capitalistas de produção, sempre em nome da defesa, pela classe operária, das forças produtivas nacionais. Em suma, se não basta dizer, com os tecnocratas, que os dois tipos de regime e de Estado convergiam no curso de sua evolução, também não é suficiente supor, com Trotsky, a existência de um Estado proletário saudável que teria sido pervertido pela burocracia, Estado que se poderia restaurar mediante uma simples revolução política. É na maneira pela qual o partido-Estado reagia às nações-Estado do capitalismo, ainda que em relações de hostilidade e de contrariedade, que já se jogara ou se traía tudo. Testemunha disso é a fragilidade da criação institucional na Rússia em todos os domínios, cujo ponto inicial é a apressada liquidação dos soviets (por exemplo, importando-se fábricas de automóveis completamente montadas, importam-se também tipos de relações humanas, funções tecnológicas, separações entre trabalho intelectual e trabalho manual, modalidades de consumo profundamente alheias ao socialismo).

Toda essa análise assume sentido em função da distinção que Guattari propõe entre grupos-sujeitados³ e grupos sujeitos. Os grupos sujeitos não são menos no nível dos senhores que dão a si mesmos, ou a quem aceitam, do que no nível de suas massas; a hierarquia, a organização vertical ou piramidal que os caracteriza tem por meta conjurar toda possível inscrição de não-sentido, de morte ou de estilhaçamento, impedir o desenvolvimento de destruições criativas, assegurar mecanismos de autoconservação fundados na exclusão de outros grupos; seu centralismo opera por estruturação, totalização, unificação, substituindo as condições de uma verdadeira "enunciação" coletiva pela organização de enunciados estereotipados apartados a um só tempo do real e da subjetividade (é nessas circunstâncias que se produzem fenômenos imaginários de edipianização, superegoização e castração de grupo). Os grupos sujeitos se definem, ao contrário, por coeficientes

³ A preferência por "grupos-sujeitados", em vez de assujeitados, decorre de duas considerações: a história do conceito de assujeitados nas ciências humanas, que não corresponde propriamente ao conceito aqui proposto, fundando-se em teses althusserianos, e a necessidade de evitar a ambivalência da palavra que, em alguns contextos, pode sugerir tanto "submetidos" como "tornados sujeitos", o que não ocorre com nossa opção. N.T.

de transversalidade que conjuram as totalidades e hierarquias; são agentes de enunciação, suportes de desejo, elementos de criação institucional; por meio de sua prática, não param de se confrontar no limite de seu próprio não-sentido, de sua própria morte ou fragmentação. Além disso, trata-se menos de dois tipos de grupos do que de duas vertentes da instituição, dado que um grupo-sujeito sempre corre o risco de se deixar sujeitar, numa críspação paranóica em que deseja a todo custo se manter e se eternizar como sujeito; inversamente, "um partido outrora revolucionário e hoje mais ou menos sujeitado à ordem dominante ainda pode ocupar aos olhos da massa o lugar deixado vago do sujeito da História, tornar-se, como que apesar de si mesmo, o porta-voz de um discurso que não é o seu, pronto a traí-lo tão logo a evolução da relação de forças implicar uma volta ao normal; ele nem por isso deixa de conservar de seu caráter, como que involuntariamente, uma potencialidade de ruptura subjetiva que uma transformação do contexto poderá revelar".⁴ Exemplo extremo: o modo como os piores arcaísmos podem vir a ser revolucionários, os bascos, os católicos irlandeses etc.

É verdade que se o problema das funções dos grupos não for levantado desde o começo, depois será tarde demais. Muitos são os grupúsculos que, animando tão-somente massas fantasias, já dispõem de uma estrutura de assujeitamento, com direção, correia de transmissão, base, grupúsculos que reproduzem no vazio os erros e perversões por eles mesmos combatidos. A experiência de Guattari passa pelo trotskismo, pelo entrismo, pela oposição de esquerda (a Via comunista), pelo Movimento de 22 de março. Ao longo do caminho, o problema permanece sendo o do desejo ou da subjetividade inconsciente: como pode um grupo sustentar seu próprio desejo, pô-lo em conexão com os desejos de outros grupos e os desejos de massa, produzir os enunciados criadores correspondentes e implantar as condições, não de sua unificação, mas de uma multiplicação propícia a enunciados de ruptura? O desconhecimento e a repressão de fenômenos de desejo inspiram as estruturas de assujeitamento e de burocratização; o estilo militante origina o amor odioso que toma decisões sobre certo número de enunciados dominantes exclusivos. A maneira constante pela qual os partidos revolucionários têm traído sua tarefa é demasiado conhecida. Eles procedem por separação, extração e seleção residual: separação de uma vanguarda que supostamente detém o saber; extração de um

⁴ O texto citado aqui apresenta com relação ao original de Guattari, no texto "A transferência" (neste volume, p. 75), um número de diferenças que indica tratar-se de duas versões diferentes. Mantivemos, por uma questão de fidelidade, essas duas versões, dado que os comentários se baseiam na versão aqui citada. N.T.

proletariado bem disciplinado, organizado, hierarquizado; seleção residual de um subproletariado apresentado como destinado à exclusão ou à reeducação. Ora, essa divisão tripartite reproduz precisamente as divisões que a burguesia introduziu no proletariado, e com base nas quais ela fundou seu poder do âmbito de relações capitalistas de produção. A idéia de lançar tais divisões contra a burguesia está, de antemão, condenada ao fracasso. A tarefa revolucionária é a supressão do próprio proletariado, isto é, desde agora a supressão das distinções correspondentes entre vanguarda e proletariado, proletariado e subproletariado, a luta efetiva contra toda operação de separação, de extração e de seleção residual, a fim de produzir, ao contrário disso, posições subjetivas e singulares capazes de comunicar transversalmente (cf. o texto de Guattari "O estudante, o louco e o katanguês", p. 297).

A força de Guattari reside em mostrar que o problema não é de modo algum uma alternativa entre o espontaneísmo e o centralismo. Não é uma alternativa entre guerrilha e guerra generalizada. De nada serve reconhecer da boca para fora certo direito à espontaneidade numa primeira etapa e estar pronto a fazer numa segunda a exigência do centralismo: a teoria das etapas é prejudicial a todo movimento revolucionário. Devemos ser desde o começo mais centralistas do que os centralistas. É evidente que uma máquina revolucionária não pode contentar-se com lutas locais e pontuais: hiperdesejante e hipercentralizada, ela deve ser tudo isso ao mesmo tempo. Logo, o problema tem a ver com a natureza da unificação que deve operar transversalmente, mediante uma multiplicidade, em vez de verticalmente e de modo tal a esmagar a multiplicidade característica do desejo. Em primeiro lugar isso significa que a unificação deve ser a de uma máquina de guerra, não de um aparato de Estado (um Exército Vermelho deixa de ser uma máquina de guerra à medida que se torna uma engrenagem que determina em maior ou menor grau um aparato de Estado). Significa, em segundo lugar, que a unificação deve ser realizada por meio da análise, deve ter um papel de analisador com relação ao desejo de grupo ou de massa, em vez de um papel de síntese que opere por racionalização, totalização, exclusão etc. O que é uma máquina de guerra em oposição a um aparato de Estado; o que é uma análise ou um analisador do desejo em oposição às sínteses pseudo-rationais e científicas eis as duas grandes linhas a que nos leva o livro de Guattari, linhas que marcam, segundo ele, a tarefa teórica a ser realizada atualmente.

Nessa última direção, certamente não se trata de uma "aplicação" da psicanálise aos fenômenos de grupo. Também não seria um grupo terapêutico

que se proporia a "tratar" as massas. Trata-se em vez disso de implantar no interior do grupo as condições de uma análise do desejo, do desejo pessoal e do desejo dos outros; seguir os fluxos que constituem as tantas linhas de fuga da sociedade capitalista e promover rupturas, impor rupturas ao próprio seio do determinismo social e da causalidade histórica; criar as condições de surgimento de agentes coletivos de enunciação capazes de elaborar novos enunciados do desejo; constituir, em vez de uma vanguarda, grupos adjacentes aos processos sociais, grupos que se dediquem apenas a fazer avançar a verdade por caminhos que ela jamais percorreria em condições normais; em resumo, uma subjetividade revolucionária com respeito à qual já não cabe perguntar o que vem primeiro, determinações econômicas, políticas, libidinais etc., visto que atravessa as ordens tradicionalmente separadas; apossar-se do ponto de ruptura em que, precisamente, a economia política e a economia libidinal são apenas uma. Porque o inconsciente não é outra coisa senão a ordem da subjetividade de grupo que introduz máquinas a explosão tanto nas estruturas ditas significantes como nas cadeias causais, e que as força a se abrir a fim de liberar suas próprias potencialidades ocultas como real por vir sob o efeito da ruptura. O Movimento de 22 de março permanece, no tocante a isso, exemplar; porque, ainda que tenha sido uma máquina de guerra insuficiente, ao menos funcionou admiravelmente como grupo analítico e desejante que não só mantinha seu discurso nos termos de uma forma de associação verdadeiramente livre como também pôde "constituir-se em analisador de uma considerável massa de estudantes e de jovens trabalhadores", sem pretensões de vanguarda nem de hegemonia, simples suporte a permitir a transferência e a dissipação das inibições. E uma tal análise em ato, na qual análise e desejo passam finalmente para o mesmo lado, ou em que finalmente é o desejo que conduz a análise, caracteriza perfeitamente os grupos-sujeitos, ao passo que os grupos sujeitados continuam a viver sob as leis de uma simples "aplicação" da psicanálise a um ambiente fechado (a família como continuação do Estado por outros meios). O conteúdo econômico e político da libido propriamente dita, o conteúdo libidinal e sexual do campo político-econômico, toda a deriva da História, só vêm a ser descobertos em ambiente aberto e no âmbito de grupos-sujeitos, o lugar em que se mobiliza uma verdade. Porque "a verdade não é a teoria nem a organização". Não é a estrutura nem o significante, mas antes a máquina de guerra e seu não-sentido. "Diante do surgimento da verdade, não resta à teoria e à organização nada

mais do que se atrapalhar por completo. Cabe sempre à teoria e à organização, nunca ao desejo, fazer a autocrítica.”

Transformar assim a psicanálise em esquizo-análise implica uma avaliação da especificidade da loucura. E esse é um dos pontos nos quais Guattari insiste, unindo-se a Foucault quando anuncia que não é a loucura que vai desaparecer em benefício de doenças mentais positivamente determinadas, tratadas, assepsizadas, mas, ao contrário, são estas últimas que vão desaparecer em benefício de alguma coisa que ainda não conseguimos compreender na loucura.⁵ Porque os verdadeiros problemas estão ao lado da psicose (e de modo algum do da neurose de aplicação). É sempre um prazer suscitar as zombarias do positivismo: Guattari não cessa de reivindicar direitos a um ponto de vista metafísico ou transcendental que consiste em purgar a loucura da doença mental e não o inverso: “chegará um momento em que estudaremos com a mesma seriedade e o mesmo rigor com que estudamos as definições de Deus de Descartes ou de Malebranche, as do presidente Schreber ou de Antonin Artaud? Continuaremos por um longo tempo ainda a perpetuar a clivagem entre aquilo que constitui a província de uma crítica teórica pura e a atividade analítica concreta das ciências humanas?” (Compreendamos que as definições tolas são, na verdade, mais sérias e rigorosas do que as definições racional-doentias mediante as quais os grupos sujeitados se reportam a Deus sob as espécies da razão.)

Com efeito, a análise institucional critica a antipsiquiatria não por recusar toda função farmacológica, não só por negar toda possibilidade revolucionária da instituição, mas, sobretudo, por confundir no limite a alienação mental com a alienação social e por suprimir assim a especificidade da loucura. “Com as melhores intenções do mundo, de cunho moral e político, acaba-se por negar ao louco o direito de ser louco; dizer é culpa da sociedade pode mascarar uma maneira de suprimir todo desvio. A negação da instituição se tornaria assim uma denegação do fato singular da alienação mental.” Isso de modo algum significa que se tenha de propor algum tipo de generalidade da loucura, nem invocar uma identidade mística entre o revolucionário e o louco. É, sem dúvida, inútil tentar escapar a uma crítica que vai ser feita de qualquer maneira. Digo apenas que não é a loucura que deve ser reduzida à ordem do geral, mas, pelo contrário, o mundo moderno em geral, o conjunto do campo

⁵ FOUCAULT, Michel. *Histoire de la folie*. Paris: Gallimard, (1972), Apêndice I. Ed. Bras. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

social que devem ser interpretados também em função da singularidade do louco em sua própria posição subjetiva. Os militantes revolucionários não podem deixar de se preocupar bastante com a delinqüência, o desvio e a loucura, não como educadores ou reformadores, mas como pessoas que não podem ler senão nesses espelhos o rosto de sua própria diferença. Testemunha-o o seguinte fragmento de diálogo com Jean Oury, no começo desta coletânea: “Há uma coisa que deveria especificar um grupo de militantes no domínio psiquiátrico, o fato de estarem engajados na luta social, é claro, mas igualmente o serem loucos o bastante para ver a possibilidade de estar com loucos; ora, há pessoas numa excelente posição no plano político que não têm a mínima condição de fazer parte desse grupo...”

A contribuição especial de Guattari à psicoterapia institucional consiste em certo número de noções cuja formação vamos acompanhar aqui: a distinção de dois tipos de grupos, a oposição entre fantasias de grupo e fantasias individuais, a concepção de transversalidade. Trata-se, além disso, de noções com uma orientação prática precisa: introduzir na instituição uma função política militante, criar uma espécie de “monstro” que não é nem psicanálise nem prática hospitalar, e menos ainda dinâmica de grupo, algo além disso que deseja ser aplicável em toda parte, seja no hospital, na escola ou na militância uma máquina de produção e enunciação do desejo. Eis por que Guattari exigia antes a designação “análise institucional” a “psicoterapia institucional”. No movimento institucional assim como aparece com Tosquelles e Jean Oury introduzia-se, com efeito, uma terceira era da psiquiatria: a instituição como modelo, para além da lei e do contrato. Se é verdade que o antigo asilo era regido pela repressiva, visto que os loucos eram considerados “incapazes” e, por isso mesmo, excluídos das relações contratuais que reuniam seres supostamente razoáveis, o golpe freudiano foi mostrar que, nas famílias burguesas e nas fronteiras dos asilos, um grande grupo de pessoas chamadas de “neuróticos” podiam ser introduzidas num contrato particular que as levava por meios originais às normas da medicina tradicional (o contrato psicanalítico como caso particular da relação contratual médico-liberal). Nesse percurso, uma importante etapa foi o abandono da hipnose. Não nos parece que já tenhamos analisado o papel e os efeitos do modelo de contrato seguido pela psicanálise; uma das principais conseqüências disso foi manter a psicose no horizonte da psicanálise, como a verdadeira fonte de seu material clínico, sendo, no entanto, excluída

dele por ser considerada fora do campo contratual. Não surpreende que a psicoterapia institucional tenha implicado em suas principais proposições uma crítica ao contrato dito liberal, não menos que da lei repressiva, à qual desejava substituir pelo modelo da instituição. Essa crítica seguiria direções bem diversas; tanto é verdade que a organização piramidal dos grupos, seu assujeitamento, sua divisão hierárquica do trabalho repousam em relações contratuais, não menos que em estruturas legalistas.

No primeiro texto desta coletânea, que trata das relações entre enfermeiros e médicos, Oury, numa intervenção, diz: "Há um racionalismo da sociedade que é muito mais uma racionalização da má fé, da maldade. A visão do interior são as relações com os loucos nos contatos cotidianos, desde que se tenha rompido com certo 'contrato' com o tradicional. Pode-se então dizer, em certo sentido, que saber o que é estar em contato com os loucos é ao mesmo tempo ser progressista. (...) Evidentemente, os próprios termos enfermeiro e médico são parte desse contrato com que dissermos que deveríamos romper". Há na psicoterapia institucional uma espécie de inspiração psiquiátrica à Saint-Just, no sentido de ter Saint-Just definido o regime republicano como tendo muitas instituições e poucas leis (bem como poucas relações contratuais). A psicoterapia institucional abre seu difícil caminho entre a antipsiquiatria, com sua tendência a recair em formas contratuais desesperadas (cf. uma recente entrevista de Laing), e a psiquiatria de setor, com sua inscrição de bairros em quadradinhos, sua triangulação planejada, que correm o risco de cedo nos fazer ter saudade dos asilos fechados de antigamente. Ah! Os bons tempos, o velho estilo!

Aí estão os problemas que interessam propriamente a Guattari no tocante à natureza de grupos curadores-curados capazes de formar grupos-sujeitos, isto é, de fazer da instituição objeto de uma verdadeira criação em que a loucura e a revolução — sem se confundir — transmitem uma a outra, precisamente, as feições de sua diferença nas posições singulares de uma subjetividade desejanse. Por exemplo, a análise das UTB em La Borde, unidades terapêuticas de base, no texto "Onde começa a psicoterapia de grupo? Como conjurar o assujeitamento a grupos que são por sua vez sujeitos, grupos para os quais contribui a psicanálise tradicional? E as associações psicanalíticas estão em qual vertente da instituição, pertencem a que grupos? Grande parcela do trabalho de Guattari antes de maio de 1968 foi "a assunção da responsabilidade pela doença por parte dos próprios doentes, com o apoio do conjunto do movimento estudantil". Certo sonho do não-sentido e da

palavra/fala vazia⁶, instituída, contra a lei ou o contrato da palavra/fala plena, certo direito ao fluxo-esquizo nunca deixaram de estimular Guattari a dedicar-se ao empreendimento de derrubada das divisões e dos fechamentos hierárquicos ou pseudofuncionais pedagogos, psiquiatras, analistas, militantes... Todos os textos desta coletânea são artigos de circunstância. São marcados por uma dupla finalidade: a da origem, num dado momento da psicoterapia institucional, num dado momento da vida política militante, um dado aspecto da Escola Freudiana ou do ensinamento de Lacan; mas também a de sua função, de seu funcionamento possível em circunstâncias outras que nas suas originárias. Este livro deve ser entendido como uma montagem ou instalação, aqui e ali, de peças e engrenagens de uma máquina. Por vezes, diminutas engrenagens, minúsculas mesmo, mas desordenadas, e por isso mesmo indispensáveis. Máquina de desejo, isto é, de guerra e de análise. Por esse motivo, podemos conferir particular importância a dois textos, um deles teórico, em que o próprio princípio da máquina é gerado a partir da hipótese da estrutura e se afasta dos vínculos estruturais ("Máquina e estrutura"); e um texto-esquizo, no qual as noções de "ponto-signo" e de "signo-mancha" se liberam da hipoteca do significante.

Gilles DELEUZE

⁶ Mot aqui é sempre traduzido por "palavra", no sentido lingüístico; parole, como fala/palavra (exceto no caso de "função de fala" e de "tomar a palavra" ou outras expressões consagradas), recuperando tanto a distinção langue/parole como o sentido específico de "discurso" de parole, que é fundamental para a perspectiva enunciativa do autor. No caso de "parole vide", as traduções para o espanhol preferem "palabra", ao passo que, no Brasil, usa-se tanto "palavra" como "fala". Daí a opção por manter o composto criado. N.T.

Sobre as relações entre os enfermeiros e os médicos*

OURY – Podemos começar definindo de um lado o estatuto social do médico, do enfermeiro, e, naturalmente, do doente diante do qual os dois se vêem; e, do outro, dizendo que o enfermeiro fica “imobilizado” entre o médico e o doente, e até que tudo é “imobilizado” num sistema que são o hospital e os estatutos sociais isso é coisa bem sabida. Mas é preciso recordá-lo ao começar a definir as relações entre o médico e o enfermeiro, com todos os compromissos místicos que isso comporta.

FÉLIX – Parece-me que sempre se tem interesse em começar, antes de entrar nos detalhes dessas relações, situando-os de uma maneira não geral, mas em seu conjunto. Mesmo que já se tenha feito isso, é a partir daí que se compreende direito o que ocorre exatamente. Se, por exemplo, considero as relações entre patrões e empregados e operários numa fábrica, é preciso partir de dois dados fundamentais, que são: o que é uma fábrica? O que é um patrão? O que é um explorado? De igual forma, em nosso caso, é preciso começar perguntando: o que é um médico? O que é um doente?

OURY – Isso é, de fato, muito importante. Há entre o médico e o enfermeiro uma relação mistificada, no sentido de que o médico representa mais uma casta do que uma classe. Ainda que o médico e o enfermeiro estejam do mesmo lado da barreira, no interior dessa barreira há uma casta, a casta dos médicos, assim como há o mundo dos enfermeiros, que costuma ser mais sadio.

FÉLIX – É preciso ir mais longe. O médico continua a ser – mesmo tendo de atender a outras exigências burocráticas ou capitalistas o supor-

* Relato de uma discussão travada em La Borde com Jean Oury, em setembro de 1955.

te e o responsável pela mistificação, e, enquanto tal, reflete a ideologia de sua classe. A mistificação incide propriamente sobre certa relação, fundada em certa concepção do mundo, do homem e do doente. Acho que o problema não deve ser tão marginal no tocante às classes, mas totalmente fundamental. Se há diferenças aparentes entre o médico e a administração, parece-me que são do tipo que distingue entre a polícia e a justiça, entre as boas obras e os presídios; mas, na verdade, é bem de um mesmo suporte que se trata, de um mesmo tipo de relações, de uma mesma definição, uma mesma imagem do problema. Ou se vai falar de exigências psicológicas ou de exigências de benevolência, ou então se vai colocar o problema em seu sentido pleno, o que me parece remeter, de um lado, a uma singular divisão do trabalho e, do outro, a uma "anomalia" da normalidade.

OURY – É evidente que o papel determinado para o médico é o de defensor das instituições do Estado. O Estado o incumbe da função de fazer respeitar o regulamento do hospital sem intervir em sua estrutura econômico-social. Esse seu papel implica obrigatoriamente que ele se faça respeitar, a fim de que se apresente aos enfermos a própria imagem do respeito, da honra. Há por conseguinte uma espécie de pantomima representativa, dado que é a imagem mesma da sociedade em que trabalha o enfermeiro. É um fato inegável, sobretudo nos hospitais psiquiátricos, que o médico é investido pelo Estado, e que este último, ao mesmo tempo, não lhe dá o mínimo apoio; e se tomar consciência disso o médico fica numa situação bem difícil: desprezado pelo Estado e detestado pelo enfermeiro. Ele tem, portanto, diante de si, várias soluções: a de se apagar completamente ou então a solução ditatorial, horrível, ou ainda a solução paternalista, todas elas soluções que respeitam a estrutura na qual ele vive com os enfermeiros.

FÉLIX – O importante na relação entre médicos e enfermeiros é, sobretudo, sua implicação na relação curadores-doentes. Há uma espécie de cisão na maneira como os auxiliares do curador são apresentados aos médicos. Têm-se de um lado as imagos médicas, dos tipos que se apresentam de quando em quando, sendo a ação dos médicos sentida

como mágica, e, do outro, o corpo de enfermeiros. O que marca essas imagos é uma espécie de inumanidade, uma maneira de cristalizar cada um em seu lugar, encarregando-se o médico de todo o lado espiritual, e, o enfermeiro, da disciplina e coisas do gênero. Pode-se falar da relação entre médicos e enfermeiros como se ela resumisse a atitude da sociedade diante da transcendência, a maneira como a sociedade reage, o modo como divide o trabalho, como evita o problema ou foge dele, para não enxergar o problema da loucura e da singularidade.

OURY – É de fato preciso situar no plano histórico, e ao mesmo tempo no transcendente, as relações entre aquilo a que se dá o nome de loucura, de loucos, e a sociedade. Seria tedioso refazer mais uma vez o histórico do modo como a sociedade encara os loucos. Vamos nos limitar ao que sucede hoje: a sociedade delega a certas pessoas a tarefa de conviver com os loucos, o que cria uma espécie de barreira humana, barreiras de cabeças, de braços e pernas, para se proteger dos loucos. Que os loucos se arrebetem como o quiserem, desde que a sociedade fique tranqüila. É forçoso que, nessa espécie de barreira que faz parte da sociedade, se achem implicadas todas as suas lutas.

FÉLIX – Além disso, essa barreira condiciona o quadro de doenças.

OURY – Por isso falei aquilo a que se dá o nome de loucos, no sentido de que essa ou aquela doença existe porque a barreira a encerra. No fundo, as nosologias existem tão-somente para encerrar os loucos. Elas são registradas nos livros como se fossem uma coleção de borboletas. Um livro de psiquiatria não passa disso: quais as características das borboletas, qual sua classificação... para *conservá-los* (os doentes mentais) é preciso mergulhá-los em formol; para *observá-los*, mantê-los em cômodos de janelas hermeticamente fechadas... E vai-se mais longe: agora é necessário *ocupá-los*, pô-los a operar máquinas, dar-lhes ferramentas, mas tudo isso dá na mesma. Por conseguinte, há uma espécie de dialética entre as pessoas que vão desempenhar a função de loucos e aquelas que terão o papel de vigiar os loucos, e tudo isso numa sociedade fechada.

FÉLIX – Acho que podemos considerar o fenômeno da loucura como um fenômeno contemporâneo. É perceptível que a loucura intervém hoje como fenômeno social, tendo um papel cada vez mais cultural, cada vez mais integrado à sociedade, mais e mais universal nas preocupações, uma função antropológica. É algo com que convivemos na forma de dificuldades administrativas, e o fato de nos colocarmos hoje o problema é uma herança do século XIX, uma inércia burocrática, um velho estilo da burguesia para encerrar os loucos mas por que se quer agir de outra maneira? Porque se começa a perceber que a loucura é um fenômeno essencial justamente a nossa sociedade contemporânea, sendo necessário rever os velhos arcabouços de pensamento, as antigas relações entre médicos e enfermeiros, a fim de responder a essa necessidade que tem a sociedade moderna de uma melhor compreensão do fenômeno da loucura; é justo o que podemos considerar uma perspectiva progressista: compreender os loucos, sair do racismo, do colonialismo, com métodos de educação diferentes etc.

OURY – Isso não está muito claro. Nesse enquadramento dos loucos, pode-se dizer que há uma “visão do exterior”, uma “visão do interior”, além de uma “visão da parte dos loucos”. O exemplo da visão exterior tradicional é a idéia de que, quanto maior a instrução que se tem, quanto maior a frequência à escola, tanto maior a compreensão que se tem do louco; logo, tem-se de ser médico. Em contrapartida, num nível inferior da escala, o enfermeiro, em princípio deseducado, nada pode compreender. Há um racionalismo da sociedade que é muito mais uma racionalização da má-fé, da maldade. A visão do interior são as relações com os loucos nos contatos cotidianos, desde que se tenha rompido com um “contrato” com o tradicional. Pode-se então dizer, em certo sentido, que saber o que é estar em contato com os loucos é ao mesmo tempo ser progressista.

FÉLIX – Seria até possível considerar que a tomada de consciência com relação a esse “contrato com o tradicional” e a decisão de rompê-lo constituem a condição de um acesso fenomenológico à loucura.

OURY – Sim, justo porque essa noção de contrato permite ver a confusão que as pessoas fazem com tanta facilidade entre a alienação social e a alienação mental. Elas não são a mesma coisa, e querer confundir uma com a outra é uma nova mistificação destinada a fabricar ainda outras nesse contexto. Isso se traduz em dizer, por exemplo, em outro plano: “Não é mais um louco; é um doente”. Ora, isso é pura estupidez; é claro que é um louco...

FÉLIX – Cumpre distinguir entre as diferentes modalidades de alienação no complexo hospitalar. Existe com efeito uma interação bastante complicada entre modalidades de alienação. Costumamos ocupar-nos mais particularmente do doente alienado da sociedade. O que me parece fundamental é que a doença é alienante enquanto tal, e que ao mesmo tempo o doente é alienado da sociedade porque é internado. Mas também é muito interessante considerar o fenômeno da alienação do enfermeiro no estabelecimento hospitalar e de suas condições de trabalho, bem como o do médico, muito mal situado no âmbito da administração; e, por fim, a alienação da empresa, da pessoa moral do hospital em seu conjunto, com respeito ao Estado. Existe, portanto, uma conjugação de modalidades de alienação que tem uma evidente repercussão na própria alienação da loucura; e é desse ângulo que se deve poder considerar todos os aspectos do problema.

OURY – É interessante situar o problema como problema de época; em vez de substituir relações racionais de sujeito com objeto e de objeto com sujeito, estudam-se relações antropológicas. O que dizemos aqui, por exemplo, não faz o menor sentido para pessoas que viveram há cem anos, ou mesmo que vivem hoje, num contexto tradicional. Há um salto a ser dado, como aquele de que acabamos de falar, o do rompimento do contrato: o de substituir relações administrativas racionais de sujeito a objeto por relações existenciais de pessoa a pessoa; a noção de alienação só faz sentido no plano antropológico. Tenho a impressão de que a alienação marxista é antes de tudo antropológica; seria ridículo se fosse uma alienação de objeto. O que nos interessa é a noção basal de

relação de pessoa a pessoa: uma relação entre o enfermeiro e o médico não é semelhante a uma relação entre um funcionário enfermeiro e um funcionário médico, mas algo um pouco mais complexo. Falo das relações entre papéis para diferenciá-la da relação entre pessoas; é justo ao desempenhar esses papéis, do louco ou do médico, que eles ocultem a relação entre pessoas. E isso constitui forçosamente algo que reage à nosologia: sob seu "papel" de louco, o esquizofrênico, apesar de tudo, tem relações de pessoa a pessoa.

Todos podem aceitar o que se disse aqui, mas ninguém sabe realmente como e onde apreender essas relações que não existem num contexto dado. Se existem, é por infiltração, devido a uma espécie de falha, de fenda no contexto tradicional, algo que é a existência própria, pessoal.

FÉLIX – A perspectiva central é, portanto, o desaparecimento de certo número de papéis, bem como de estereótipos: fazer o louco que o médico ou o enfermeiro fazem a fim de chegar a uma promoção de relações humanas que não mais desemboquem automaticamente em papéis, em estereótipos, mas em relações fundamentais, relações do tipo metafísico que desta vez façam *aparecer* as alienações mais radicais e fundamentais na loucura ou na neurose. Acho que é a partir daí que se precisa conceber todas as especificações técnicas, as proposições de atendimento ou de socioterapia, situá-las adequadamente nessa perspectiva que podemos chamar de perspectiva "Tempos Modernos", porque, uma vez que se veja claramente o que não se deve fazer, os perigos de um atendimento, se ele deve estar voltado para a produtividade, para a readaptação ou para a relação social, se vai trabalhar para a ciência, para a Psicologia ou para curar o doente. Porque não deve perder de vista a idéia de uma pessoa constituinte, constituída na raiz de uma linguagem, uma pessoa que, em vez de se perder em relações sociais e situações médicas estereotipadas, deve se reconstituir no mundo, com um mínimo de normalidade em termos de linguagem e de comportamento. É nessas circunstâncias que se poderá manifestar de fato a anormalidade de base do sujeito, ou, se se preferir, é então que os problemas vão se mostrar de modo mais flagrante. É assim que entendo o que você disse agora mesmo: "Trata-se na verdade de loucos!"

OURY – Temos de chegar a dizer que o problema das relações entre os médicos e os enfermeiros é um falso problema. Não existe *um* médico nem *um* enfermeiro, mas pessoas que estão com os loucos, pessoas que se encontram lá, mas não se acham presentes, mistificadas em seu mito. E as únicas relações verdadeiras que têm entre si deveriam ser as relações técnicas de competências específicas para curar os loucos, loucos pelos quais são responsáveis e de que são constituintes.

FÉLIX – Poderíamos assumir uma posição paradoxal e nos perguntar quem tem relações fundamentais com os loucos: são os enfermeiros. Ora, os enfermeiros são em sua maioria alienados e inaptos para o trabalho afetivo de aproximação e de compreensão dos loucos. Há uma corrente modernista que gostaria de transformar os enfermeiros em pequenos médicos, quando o que estaria mais em questão é a transformação dos médicos para que eles ao menos alcancem o nível dos enfermeiros no tocante ao contato com os doentes. Os enfermeiros não só deveriam ter acesso ao PPF¹ de vocês como preferência na admissão, alguma coisa como o estágio probatório para entrar no Partido Bolchevique, que, se não me engano, era de seis meses para operários e funcionários e bem mais longo para os intelectuais.

OURY – Evidentemente, os próprios termos enfermeiro e médico são parte desse contrato com que dissemos que deveríamos romper. Senti no entanto alguma resistência, da parte dos mais destacados membros do citado PPF, justamente quando solicitei que pessoas não médicas fizessem parte dele. Portanto, trata-se de algo bem arraigado, mesmo nos melhores dentre eles. Eles dizem: "Em que isso vai se transformar? Vai degenerar etc.". E é justo nesse ponto que está o problema: é preciso que haja médicos aí, porque são eles que têm mais a aprender lá dentro. No fundo precisamos estudar uma espécie de manifesto de todo o grupo de imbecis que são médicos por acaso, enfermeiros por acaso, psicólogos por acaso, que estão por acaso em contato com os loucos.

¹ O PPF era um projeto humorístico de fundação de um "partido psiquiátrico francês".

FÉLIX – Sim, há uma questão de fato: ser “eu, tu” numa situação estranha, honestamente ou sem vocação...

OURY – Não damos a mínima para a existência ou não de vocação; o importante é estar lá. Se formos honestos, analisaremos por que estamos lá, o que fazemos lá etc., ou então nem começaremos. Mas, voltando ao que nos preocupa: seria interessante dispor de observações sobre o comportamento de cada hospital, como imagens num texto. Nós não temos condições de fazer isso, porque nos falta experiência.

FÉLIX – Acho que mesmo assim podemos, se quisermos uma ilustração desse gênero, dar o exemplo de Saint-Alban,² ou, a rigor, chamar a atenção para a completa transformação dos enfermeiros aqui mesmo. Damos-lhes o nome de “monitores” e não fazemos distinções. Como se reconhecem os enfermeiros em La Borde?

OURY – Pode-se dizer que, aqui, basta ser enfermeiro diplomado para ser praticamente expulso da casa;³ é uma coisa muito estranha; o mesmo acontece com os médicos: basta dizer “sou psicólogo, médico etc.” para ser incluído no Index. Pode-se dizer que apresentamos uma equipe técnica que amadurece o tempo inteiro, cada qual se especializando em seu campo; e não só em seu campo, mas no próprio grupo, num plano de, digamos, “sintalidade” (personalidade). São importantes essas relações de sintalidade do grupo. Há nele pessoas que se fixam como as plantas herbáceas no vaso, enquanto outras, que são os doentes, passam. Dizemos

² Trata-se do hospital de Saint-Alban, localizado bem na extremidade da região administrativa de Lozère, onde teve início a corrente de renovação da psiquiatria na França. Sob a liderança do doutor François Tosquelles revolucionário catalão refugiado na França, inúmeras gerações de psiquiatras realizaram uma excepcional experiência de transformação de um hospital tradicional. Da luta contra a fome em 1941, da transformação material do hospital, até a aplicação de técnicas psicanalíticas na instituição, passando pela aplicação das teorias de Herman Simon acerca da ergoterapia, a organização da vida social, a fundação do primeiro “clube terapêutico”, a elaboração de uma política local de setor, uma nova abordagem do problema da criança psicótica e pela formação de enfermeiros etc., não há hoje um só domínio na ordem do dia que não tenha sido explorado em Saint-Alban.

³ Na época, a Seguridade Social ainda não exigia o respeito à manutenção de uma porcentagem de enfermeiros diplomados em instituições oficiais na composição do corpo de funcionários dos estabelecimentos.

zombeteiramente que, aqui, os crônicos somos nós, e os doentes são as pessoas que passam, por maior que seja o período durante o qual ficam aqui. Dizendo isso, revertemos os valores; antes era o louco “aquele que fica”. Essa reversão está ligada a um movimento geral da psiquiatria advindo da descoberta de métodos de choque, porque o choque puro, o choque absoluto, é o chute no traseiro que faz o sujeito sair de onde está e o manda para outro lugar. É preciso, falando sério, que ele passe, e que isso sirva para alguma coisa; pouco importa a estranheza que isso causa nos alienistas alienantes...

FÉLIX – Portanto, resumindo, é preciso expor as possibilidades concretas de detonar os papéis cristalizados entre médicos e enfermeiros numa equipe, na qual existem naturalmente trabalhos diferentes, mas trabalhos que acabam por contribuir para uma espécie de unidade do ambiente de trabalho, no qual todos são diferenciados, não em função de seu estatuto, do dinheiro que entra em seu bolso nem de seu prestígio, mas tendo em vista uma repartição de tarefas feita a partir de considerações estritamente técnicas, práticas, com o objetivo de criar uma atmosfera de tratamento, de socialização dos doentes.

OURY – Exato. É necessário distinguir dois problemas: a maneira como se pode pôr isso em prática, que requer uma revisão geral da administração, e, do outro lado, aquilo que já foi posto em prática no quadro tradicional. Tudo o que acabamos de dizer não passa de uma espécie de introdução; talvez devêssemos apresentar o problema de base: para que serve isso? Que utilidade tem curar, criar o PPF? Não seria isso mera imbecilidade, uma espécie de reunião de juvenzinhos impetuosos? Na qualidade de psiquiatras, já somos considerados juvenzinhos impetuosos por todos os senhores experientes: impetuosos jovens que se reúnem, uma coisa verdadeiramente adorável! Claro que eles nos estimulam, assim como estimulam a todos, a começar pelos escoteiros, mas...

FÉLIX – Os outros já têm de nós a imagem de um grupo dotado de certa particularidade, mas a coisa não pára por aí. É preciso ainda que o PPF tenha uma posição original no plano da política psiquiátrica.

Vem à existência uma política psiquiátrica cuja necessidade se faz sentir precisamente porque os psiquiatras estalinistas não têm política; eles se alinham com a tradição em vez de buscar o que poderia ser uma psiquiatria progressista. Acho que, se deve chocar, o PPF não deve fazê-lo por seu caráter de grupo de juvenzinhos impetuosos, mas pelo fato de ter a responsabilidade de desenvolver, numa perspectiva marxista-existencialista-sei-lá-o-quê, uma teoria e uma prática capazes de formar a jovem psiquiatria.

OURY — É delicado dizer coisas disparatadas como essa, fico cansado só de ouvir, que os psiquiatras estalinistas não têm política etc. Isso não é verdade: há excelentes psiquiatras estalinistas que têm justamente uma política bastante séria, embora não siga nosso caminho, mas bastante séria do ponto de vista de renovação das atuais bases da psiquiatria. Claro que é difícil admitir psiquiatras filiados a um partido, isso é um problema, no sentido de uma espécie de traição, de fuga.

FÉLIX — Acho que podemos comparar isso com o movimento Freinet, no qual havia stalinistas que aplicavam os melhores métodos atuais do ponto de vista pedagógico, e que tiveram de deixá-lo por exigência do Partido. Parece evidente que, se tivesse sido um movimento bem avançado, o movimento Freinet teria tido posições mais claras do ponto de vista político que teriam permitido aos comunistas que faziam parte dele não serem obrigados a sair. E o conjunto dos mestres comunistas teria estado envolvido. O mesmo acontece com os psiquiatras comunistas: os que têm uma boa posição são minoritários, e mesmo alguém como Le Guillant⁴ está longe de poder fazer e dizer o que quiser. Não só por causa do estado atual da administração como também por causa da atitude dos psiquiatras estalinistas. Cada um fazer o que puder é uma coisa, mas uma verdadeira política é algo bem diferente, é ter uma perspectiva coerente; duvido que sejam muitos os psiquiatras que tenham uma, e que seja não somente marxista mas completa do ponto de vista de seu campo de trabalho. Seja como for, o trabalho que fazemos é precisamente

⁴ O psiquiatra Louis Le Guillant ocupou importantes cargos de direção de hospitais psiquiátricos na França e teve grande influência na área. N.T.

aquilo que faz falta nos grupos de esquerda e nos grupos comunistas da perspectiva psiquiátrica. Esse é o único verdadeiro sentido do PPF, pois do contrário ele apenas iria criar uma franco-maçonomia nos hospitais. Trata-se de uma política que só vai ter de fato sentido à medida que situar os problemas psiquiátricos numa plataforma que não existe atualmente. Não há diferenças fundamentais entre a psiquiatria burguesa e a psiquiatria dos atuais movimentos de esquerda. A psiquiatria estalinista é, no tocante a seus conceitos fundamentais, alinhada exatamente com a psiquiatria burguesa. Não se deve confundir a alienação marxista com a da loucura, ao contrário do que fazem os estalinistas, devendo-se antes retomar o conjunto das contribuições de Marx e de Freud. A compreensão profunda do marxismo e do freudismo impede semelhante confusão.

OURY — Estudar as relações entre enfermeiros e médicos ou as relações entre grupos terapêuticos e loucos, requer estudar antes de tudo a relação entre o grupo e a sociedade. É isso que torna necessário introduzir desde o começo aquilo que chamamos de a dimensão transcendental do louco.

FÉLIX — Há diferentes posições a estabelecer: um pólo metafísico; um pólo político, no sentido de uma estratégia contra a administração, contra os grupos sociais constituídos; e um pólo de elaboração teórica a partir de grandes autores; de um lado o pólo Lacan, se você preferir, e do outro, o pólo Tosquelles, que já é mais político.

OURY — É complicado envolver nomes nisso. Trata-se de consolidar uma dada ordem, o que é uma coisa difícil, porque parece excluir radicalmente certas posições políticas; é uma espécie de consolidação da posição do grupo pela via negativa (grupo é uma palavra melhor do que partido). Exclui-se um tipo porque ele — não “religioso B” — não tem, por exemplo, a visão universal inspirada de Lacan, ou então o pressuposto político do lado Tosquelles... Mas não acredito que se possa definir o grupo como trotskista, anarquista, sabe-se lá o quê. Acabamos de falar que é preciso ser, digamos, progressista, ou seja, ter rompido o contrato com as estruturas tradicionais que já perderam o sentido. Até

mesmo nossa linguagem vai se tornar absolutamente incompreensível para os que permanecem nessas estruturas e para aqueles que fazem de conta que nos entendem, mas que acrescentam gentilmente que ainda assim deveríamos colocar uma gravata e começar a falar corretamente o francês. Trata-se de uma dimensão de originalidade; não devemos ter medo, mas dizer: “É como é, e não há por que eu mudar...”

FÉLIX – Há uma coisa que deveria especificar um grupo de militantes no domínio psiquiátrico, o fato de estarem engajados na luta social, é claro, mas igualmente o serem loucos o bastante para ver a possibilidade de estar com loucos; ora, há pessoas numa excelente posição no plano político que não têm a mínima condição de fazer parte desse grupo. E existe, por outro lado, essa dimensão kierkegaardiana do “religioso B”.

OURY – Esta é uma dimensão fundamental no sentido de ser preciso primeiro passar pela loucura, ter digerido a loucura; é preciso ser louco assumido, ser mais louco que os loucos. Essa noção de loucura transcendental é negada de maneira absoluta por certos grupos políticos: “isso é um coisismo (materialismo vulgar) ridículo, um desvio do pensamento de Marx” etc.

FÉLIX – A partir do momento em que se percebe essa dimensão metafísica, o principal perigo a que se está exposto é ser identificado com os partidários do idealismo e com a classe que defende tradicionalmente o idealismo. Esse mesmo problema se coloca para a corrente “Tempos Modernos”: o pessoal se esforça para manter uma dimensão metafísica mínima e permanecer ao mesmo tempo no interior do movimento progressista, que é tradicionalmente materialista.

OURY – No final das contas, demos um monte de voltas para não falar das relações enfermeiros-médicos. É preciso primeiro definir o louco, à medida que as relações enfermeiros-médicos só se definem se houver loucos. É preciso por conseguinte fazer loucos, porque os loucos somos nós que fabricamos. Como se fabricam loucos? Podemos comparar o processo com a teoria das imagens, podemos dizer, dissemos, que uma

imagem é o reflexo de um objeto reduzido. Criam-se intermináveis tratados sobre a imagem para depois perceber que ela não tem a menor importância. O mesmo ocorre com os psiquiatras, que são de certo modo colecionadores de imagens, colecionadores de borboletas; eles colecionaram falsas borboletas que eles mesmos chamaram de loucos, e que eles sequer queriam chamar de loucos, mas de “doentes”.

FÉLIX – Cumpre redefinir o objeto da psiquiatria, no mesmo sentido em que Politzer⁵ tentou redefinir o objeto da Psicologia, de uma Psicologia concreta.

OURY – Poderíamos chamá-lo de grupo da psiquiatria concreta.

FÉLIX – Temos ainda de tomar uma posição a respeito dessa grande farsa que é a Psicologia social, a micro-sociologia, Moreno e todos esses tipos que caem justamente no mesmo circuito mistificado do pequeno grupo. Nosso questionamento do estatuto social do hospital deve ser distinguido, do ponto de vista ideológico, de muitas posições.

OURY – Questionar o hospital é algo que deve precisamente definir um grupo que se interessa pelo problema de sua natureza em suas relações com a sociedade. É preciso usar esse grupo como ferramenta, não como instrumento de pesquisa. Ele terá necessariamente repercussões sobre a pesquisa. Mas é necessário apresentá-lo, em primeiro lugar, como ferramenta.

1955

5 G. POLITZER, autor da obra essencial *Crítica dos fundamentos da Psicologia: a Psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

Monografia sobre R. A.*

Depois de diversas e inúteis tentativas de integração direta de R. A. ao sistema da terapia ergo-social da clínica, o doutor Oury e eu chegamos à conclusão de que era necessário recorrer a uma técnica terapêutica especial para possibilitar a esse doente a retomada de contato com o real. Trata-se de uma tentativa recente cujo alcance não temos ainda condições de avaliar claramente. Começamos a usá-la no momento em que R. A. acabara de empreender uma fuga que, tenho agora a impressão, "recordava" uma outra que ele fizera aos 15 anos de idade, e que se pode considerar como tendo sido o ponto de partida do agravamento psicótico de sua doença.

Até aquele momento, minhas relações com R. A. eram boas, mas não sensivelmente distintas daquelas que se espera que um membro do corpo de funcionários técnicos tenha com o conjunto dos doentes. A bem dizer, a atitude geral de R. A. tinha tal natureza que ele se achava um tanto "afastado" de todos os outros: oposição sistemática a tudo aquilo que se faz na clínica (descer ao refeitório, participar das atividades, das reuniões, das conversas de depois do jantar etc.); respostas estereotipadas e sempre mais ou menos agressivas (coisas do tipo: "como?", "hein?" "não entendo nada", "não sinto nada", "não quero", "estou morto"; "foi aqui que me deixaram nesta situação" etc.) que interrompiam regularmente e desde a primeira palavra tudo o que se pudesse lhe dizer. Ele passava a maior parte do tempo deitado em sua cama e ficava completamente paralisado quando alguém vinha vê-lo. Só quando o incitávamos, forçávamos, era possível por vezes conseguir que ele fizesse alguma coisa. Minhas relações com ele começaram a ficar um tanto diferentes porque, no momento em que passei a me ocupar dele, o acaso, assim como o período de férias, fizeram que se encontrassem reunidos na clínica vários jovens

* Relato de um tratamento psicoterapêutico de controle médico, 1956.

afetados por transtornos de caráter que, tendo-o “adotado”, o envolveram em todo um circuito de atividades que nos fora praticamente impossível fazê-lo aceitar. Vimo-lo, então, jogar voleibol, tênis de mesa, damas, xadrez, nadar, ir ao atelier de desenho, e de datilografia, participar da realização de um filme amador, trabalhar com o grupo de marionetes e até fazer uma ponta mais ou menos improvisada em que, cabe reconhecer, o único papel que conseguimos para ele foi o de um falso mudo.

Foi nesse período que a aludida fuga e a recaída que a ela se seguiu nos mostraram o lado instável e deveras artificial desse tipo de envolvimento, ao menos no caso dele. Tendo estado bem próximo a ele no decorrer de todas essas atividades, tendo tido a oportunidade de encontrá-lo no bosque e de acompanhá-lo de volta, quando de sua fuga, assim como por razões de simpatia, foi-me bem fácil fazer com que aceitasse a perspectiva de um diálogo. Foi importante evitar, desde o começo, que se instaurasse entre nós uma relação de tipo “transferencial”. Primeiro porque umas poucas sessões de psicoterapia tinham sido interrompidas três anos antes, por razões, a propósito, externas, tendo-o deixado com uma tenebrosa sensação de fracasso, e em segundo lugar por causa da estrutura da clínica, que implica, para todo membro do corpo de funcionários, a necessidade de uma presença alternativamente “curativa” e “autoritária”, “amigável” etc., de modo que uma transferência psicanalítica teria vida curta, uma vez que, ao final da sessão, o analista seria levado a ter para com o sujeito uma atitude completamente distinta.

Decidimos então, com a participação do doutor Oury, que as conversas que eu teria com R. A. ocorreriam com um gravador. Eu iniciava ostensivamente a gravação no momento em que o diálogo entrava no que eu considerava um impasse, ou, digamos, quando algo me “incomodava”. Tudo se passava, portanto, como se um terceiro aparecesse na sala. A *two bodies psychology*¹ e as

¹ Em inglês no original: Psicologia de dois corpos, expressão tornada conhecida por Michel Balint, que a tomou emprestada de John Rickman, analista que contrapôs essa Psicologia à de Freud, que segundo ele era uma *one body psychology*, Psicologia de um só corpo. N.T.

perspectivas imaginárias que lhe são correlativas se desfaziam no ar; produzia-se uma espécie de objetivação da situação cujo efeito era na maioria das vezes o de desviar, senão de bloquear, o diálogo. Foi com efeito apenas alguns meses depois, e a partir de um método totalmente diferente, que R. A. conseguiu aceitar a idéia de falar com alguém que não eu, e principalmente redigir um texto que “qualquer um possa ler”. Não há por que nos determos no conteúdo. Nunca o fizemos, por maior que fosse em algumas ocasiões a tentação; tínhamos, na verdade, como ao alcance da mão, situações edipianas que se estabeleciam e se desfaziam em poucos dias, múltiplas transferências com relação a membros do grupo (“x é meu irmão”, “y é meu pai”, “z é minha irmã” etc.) que desembocavam, ao que parece, em *regressões* cada vez mais profundas, notadamente quando de um sonho cuja imagem central era um seio envenenado que R. A. não conseguiu determinar se tinha sugado ou não.

Restringimos nossa atenção à “reestruturação simbólica” de R. A. Apresento aqui, de modo bastante sumário, suas etapas:

Reconhecimento da voz e do “esquema corporal”

No curso das primeiras sessões, quando escutávamos a fita – que apagávamos juntos no dia seguinte –, R. A. se encolerizou. Voltou contra si mesmo a oposição que fazia a todos, aqueles “como?”, “hein?” etc. Aquela voz gravada, aquele tom monocórdico, aquelas hesitações, aquelas interrupções, as incessantes incoerências o revoltaram, e ele me tomou por testemunho do fato de que havia de fato ido “ao fundo do abismo” para chegar a falar daquela maneira. A partir disso, foi-me facilitada a tarefa de levá-lo a reconhecer que também era absurdo persistir na idéia de considerar responsáveis pela doença o doutor Oury, os eletrochoques etc. e que, na verdade, ele misturava tudo um pouco. Observe-se de passagem a apercepção que ele teve ocasião de ter de sua unidade comportamental quando da projeção do filme amador em que podemos vê-lo participar de todo tipo de atividades e no qual, apesar de certa lentidão, ele permanece em geral deveras brilhante. Depois de um

curto período de espanto, ele se recompôs, declaro que era possível ver bem naquele filme a que ponto ele se tornara um “pobre diabo” e ele retomou sua ladainha: “são os eletrochoques”, “foi aqui que fiquei desse jeito”, “preciso que me tirem uma radiografia do cérebro” etc.

Somente várias semanas mais tarde ele viria a passar por uma espécie de “estádio do espelho”, em que, diante do gelo, apalpando o rosto, ele recuperaria o tipo de apreensão jubilatória de si mesmo evocado por Lacan em “O estádio do espelho”.² Isso ocorreu no mesmo período em que, para fazê-lo sair de si mesmo e renunciar a sua aparente insensibilidade, eu o belisquei com tanta força que ele acabou por chorar como uma criança. Mas essa assunção de seu esquema corporal ainda permanece precária, sendo sempre mais ou menos requestionada. (Observemos no tocante a isso as duas tentativas de auto-castração: uma profunda queimadura de cigarro e um corte na mão.)

Reconhecimento da linguagem

Dei-me conta de que há anos ele não lia nem escrevia coisa alguma. Tal como ocorria em outras áreas, parecia-me haver uma falta de auto-controle, uma perda do “eu”, e, correlativamente, de comportamentos voltados para o real. Fazia-se necessário encontrar um terceiro termo: um controle que seria provisoriamente exterior a ele. Tentei primeiro fazê-lo ler em voz alta, mas isso era materialmente incômodo e como impedi-lo de se interromper a qualquer pretexto para dizer “não estou entendendo nada”, “foi aqui que fiquei doente” etc.? Propus-lhe então que copiasse um livro, dizendo-lhe que o importante não era ele entender ou não, mas apenas que fizesse a cópia. Havia nisso um artifício que ele só mais tarde descobriu. Na verdade, o livro não fora escolhido ao acaso. Tratava-se de *O castelo*, de Kafka. O doutor Oury e eu tínhamos percebido semelhanças entre R. A. e Kafka, tanto do ponto de vista psicopatológico, religioso, como da aparência exterior, ao menos pelo que nos permite julgar uma simples fotografia. Tanto é verdade que ele “se apaixonou” pelo livro, e hoje já está perto de acabar a cópia.

² LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, p. 93. [Texto publicado em 1966, mas apresentado pela primeira vez em 1949, no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Zurique.]

Reconhecimento de sua própria situação

Dediquei-me a fazer que ele “falasse” sua doença de maneira mais coerente. Passado algum tempo, o gravador havia condicionado de tal maneira nossa situação de diálogo que eu praticamente já nem precisava ligá-lo. Desisti dele e, em substituição, anotava num caderno o que julgava interessante naquilo que ele dizia. Eu deixava esse caderno a sua disposição, e dentro de pouco tempo consegui que fosse ele a escrever em meu lugar; quer dizer, durante a conversa eu o interrompia e propunha: “Você poderia anotar isso”, e eu repetia palavra por palavra o que ele acabara de dizer (ele, de modo geral, não conseguia se lembrar). Eu assumira em larga medida a função do gravador (ou do espelho), porém de modo mais humano, sendo essa “desautomatização” da máquina correlativa do fato de ser agora ele a máquina que registrava a fala/palavra que circulava entre nós.

Reconhecimento do outro

Até aquele momento, permanecíamos, para resumir, reciprocamente parasitários no diálogo. O circuito entre nós se fechava sobre o caderno, sempre mais ou menos ilegível ou incomunicável. Uma primeira tentativa de fazer ruir aquela estrutura fechada redundou rapidamente em fracasso. R. A. se apaixonou por uma funcionária da casa. Ele viveu aquilo numa espécie de oposição a mim e, naturalmente, a “dura realidade” se mostrou a ele por meio de uma amarga consciência da inabilidade de sua própria situação. Do mesmo modo como a fuga parecera recordar o episódio que desencadeara sua doença, esse episódio imaginário recordava um antigo fracasso amoroso que se situava nesse mesmo período. Toda a organização de seu comportamento, que fora aos poucos se estabelecendo, se desfez. Ele passou alguns dias completamente imobilizado na cama, sem comer nem dizer nada.

Recomecei do zero. Contudo, passados alguns dias, a situação voltou ao “normal”: ele retornou ao refeitório, recomeçou o trabalho de datilografia e assim por diante. Tendo aquilo que fizéramos antes mantido certa solidez, manifestou-se certa firmeza naquilo que denominamos sua

reestruturação simbólica. O aludido episódio teve um feliz resultado: na época, ele se sentiu impelido a escrever por sua própria conta, e quase *contra* mim. Quando nossas relações voltaram a ser completamente normais, ele manteve a iniciativa. Por exemplo, escreveu algumas cartas aos parentes. Como suas realizações "técnicas" lhe permitiam, empenhei-me em levá-lo a copiar sistematicamente, e datilografar, o grosso caderno que nos servira até então. Ele remanejou coisas, corrigiu, aprimorou, selecionou, fez comentários ao que havia ali, alterou a ordem daquilo que havíamos elaborado juntos. O caderno se tornou *seu* texto.

Ele continua agora a escrever todo dia e me traz seus textos já datilografados (de vez em quando aceita datilografar minha correspondência). Eu mesmo mudei de atitude, e tento levá-lo a dar os primeiros passos na direção de um verdadeiro reconhecimento do outro. Faço que seus textos sejam lidos por médicos e amigos que nos visitam. R.A. os discute com eles. Até aquele momento, ele se recusava a ter contatos, dizendo que "não existia", "estava morto", era "como seu pai", que "nada tinha a fazer aqui" etc. Para dar um exemplo: há cerca de um mês, propus-lhe que acendesse minha lareira; ele acabou por vir, não sem certa satisfação. Um dia, quando alguém lhe perguntou se ele o fizera, R.A. reuniu má-fé suficiente para negá-lo.

Hoje a situação é outra: ele está completamente presente a seu texto e foi ele mesmo que aí mergulhou. Tem agora uma espécie de personalidade simbólica, à qual se apegava, e que altera o sentido de sua doença; esta deixou de ser vivida com o sentimento da pertinência quase mágica de R.A. à família, na qual, segundo ele, "todo mundo é doente". Ele já não é completamente "como o pai", obsessão contra a qual se debatia sem cessar, mas sempre malograva. Tem-se a clara impressão, a partir da leitura de seu texto, que ele adquiriu uma compreensão mais fenomenológica da "essência" de sua doença, e que esse é um bom recurso para ajudá-lo a encontrar os caminhos que daí poderão surgir.

Desmoronamento de uma vida ainda não vivida. Perda do "Eu"

(Excertos do diário de R. A.)*

27 de setembro

O que mais me preocupa é a falta de todos os sentimentos que já tive a possibilidade de experienciar. *Bref*¹, todos eles se partiram ao mesmo tempo em que se foram todos os meus sentidos naturais. Em suma, é a própria morte. Digo "bref" como se fosse uma máquina a vapor viva e ao mesmo tempo morta que soltasse de vez em quando um leve ruído de vapor, que o fizesse com alguma regularidade e como se fosse ligeiramente despertada por um ruído de seus sonhos de nuvem. É então que ela não se mexe, mas, em sobressalto, deixa escapar a palavra "*bref*" numa frase, depois em duas, depois... Todos os meus "brefs" a seguir têm essa mesma causa (algo a lembrar quando forem lidos). Uma mocinha entra no escritório.

– Atrapalho se ficar aqui dois segundos? – diz ela.

– Não – respondo eu, sem compreender nem um pouco o que ela tinha dito.

– Você prefere ficar sozinho – diz ela.

Respondo-lhe com um arremedo de sinal que me incomoda, isto é, que eu não lhe poderia responder como... FALTA absoluta de contato, contato tanto físico como moral.

Vendo o sinal, ela me diz:

– Para você é indiferente. Bem, vou deixá-la só – e se foi.

Naquela tarde, joguei voleibol. Digo isso para tentar voltar à realidade, mas não quero chegar a ela. Pode uma nuvem sem cor jogar? Tudo o que sai de mim, neste preciso momento, não vem do coração. Félix acabou de me dizer: "Confie em mim". Não posso. Parasita. São "artifícios" fisi-

* 1955.

¹ Em francês, *bref*, foneticamente *brêf*, traz um conjunto de sons que evoca um suspiro, soltar ar, chaminé etc. Daí a manutenção da palavra em francês. Não há equivalente em português numa só palavra. N.T.

cos que me fazem lembrar da maneira como lembro agora, isto é, coisas que me tocaram naquele momento, coisas que, inconscientemente, digo porque... tem relação com o estado em que me encontro.

28 de setembro

Queria me lembrar de todas as idéias que devo à insulina. Abro os olhos, vejo M. diante de mim... uso meu artifício... observo a posição em que estou, tenho a perna um tanto dobrada. É sobretudo o braço, porque a enfermeira me deu uma picada. Ponho de novo o algodão, pensei que ainda não tinha acabado.

E depois, quando levantei o lençol, vi que não era meu peito. Toda a parte de baixo, o sexo somente, tinha um pouquinho de sentido. Isso me enervava porque é uma coisa animal. Antes de me encontrar nesse estado, o aspecto sexual era forte demais em mim. Dou importância à sexualidade (masturbação) porque estou doente e internado. Foi quando golpeei o rosto da senhora A. que pude perceber isso. Esse "estado móvel" não é consciente. Mas o "estado imóvel" precisaria ser mais bem descrito. Digo a mim mesmo alguma coisa, e depois disso ele vem... é um completo abandono, pior do que quando eu era criança. Era mais estacionário. A coisa era feia, mas eu sentia mais do que hoje. A parte de cima se foi, a de baixo ficou, mas...

"Nunca mais vou deixar este diário de lado. É nele que tenho de persistir, porque ele é o único lugar em que posso estar."

(Kafka, 16 de dezembro de 1910)²

Isso começou quando eu era bebê.

Sou um cretino, gostaria de escrever em papel liso, um papel sem vincos. Estou voltando do banheiro, é pior que a podridão. Estou num estado pior do que a morte. Já não tenho sentidos naturais. Nunca tenho fome, nem sede, e jamais tenho alguma vontade, nem física nem moral, e estou mais ligado ao físico porque perdi todas as funções orgânicas (res-

² Trecho dos Diários de Franz Kafka. Várias edições consultadas indicam o dia 16. N.T.

piração, digestão, visão, audição etc.) que tinha antes, um pouco. Quando escrevi tudo isso, não tinha consciência do que escrevia, mas apenas uma espécie de palavra muda (penso em Félix ao dizer isso); isso me faz ter atitudes, e é só. E não posso crer que vá sair disso um dia. Tenho medo de sugar o polegar, e de andar como se fosse pequeno.

30 de setembro

Não tinha vontade de escrever. É ainda meu organismo que absolutamente não funciona. Nenhuma impressão. Nenhum sentimento. Nada de sensações. Sou um idiota, uma máquina a vapor enferrujada. Nenhum contato com os outros. Muito contente, e até mesmo orgulhoso, no momento em que escrevo, disso que escrevo. Ouvi vagamente a fita na qual estava minha voz, bastante monocórdica, e de fato sofrível. Ainda não escrevi nada de mim mesmo. Isso me lembra quando eu era pequeno e, enquanto me balançava, dizia: "Mamãe, minha comida". Eu dizia isso mecanicamente. Ainda não compreendi o que Félix acabou de me dizer sobre... não me lembro mais.

11 de outubro

Quando me obrigo a compreender com a cabeça... Félix acabou de me explicar que sou um bebê. Quando escrevo isso, sinto-me (se posso dizer isso) entrincheirado em mim mesmo. Ele me disse que houve, depois que nós dois discutimos isso, diferentes etapas. Houve primeiro o silêncio (quando eu dizia "como?", é como se dissesse "Mamãe, minha comida"), depois as palavras, depois, se isso lhe agrada, a linguagem. De minha parte, a linguagem só será verdadeira a partir do momento em que eu conseguir começar a sentir o que ouço dizer uma pessoa na minha frente e poder buscar compreender o que essa pessoa me diz (contato físico e moral ao mesmo tempo... para mim).

Lembro-me de quando "tive" uma fuga aos 15 anos. Antes de ter essa fuga, no mesmo dia, eu estava a ponto de discutir com um tipo de bicicleta (isso aconteceu em Seine-e-Marne, Mitry-le-Neuf). Quando acabei de falar, se se pode dizer isso, com ele, entrei de bicicleta em... (já

não me lembro muito bem). “Bref”, parti à tarde pela estrada, ao cair do Sol; eu avançava com vontade de ser um *boche* (alemão) – eu ia a toda. Depois havia pessoas voltando do trabalho; talvez eu tenha tido medo quando as vi, mas eu olhei para elas, sem as ver, tentando deixá-las com medo, lançando-lhes um olhar ameaçador. (Foi a partir desse momento que surgiu minha alegada brutalidade, sendo necessário que eu explique bem todas as suas origens.) “Bref”, viajei a noite inteira. Às seis horas da manhã vi um monte de areia; comi ali... um pouco. Depois continuei meu caminho; cheguei a uma cidade. Entrei numa casa. Pedi café à senhora... não me lembro mais.... no meio de toda aquela confusão. Escrevo tudo isso como um bebê, sem ter consciência do que escrevo e sem querer escrever (não parasita). Nem se trata de palavras, nem de letras... se ainda as escrevo como um bebê!

12 de outubro

Estava um pouco nervoso quando começamos a discutir. Tinha dito a ele que foram os eletrochoques que me deixaram na condição que estou. Deixou-me continuar a dizer várias palavras. (Quando escrevo, ainda sinto o orgulho que é no fundo estúpido, e vou me encarregar de explicar adiante.) Quando escrevo, fico bem pequenininho como um bebê que tem vontade de falar, de bebezear (*bébéier*), como se aquilo que eu dissesse só pudesse ser entendido por mim (explicação da palavra muda). No fundo, sempre fui assim, sozinho no mundo... já não me lembro muito bem. Depois Félix me pediu para buscar um maço de cigarros e fósforos. Quando voltei ao pequeno escritório, esperava encontrar Félix sozinho. Mas tive uma surpresa, um pequeno golpe no coração, se se pode dizer assim, a senhora A. estava sentada na beira da janela. Não gosto dela, e durante o dia, várias vezes, me perguntei como o doutor podia gostar. É uma bobagem ficar pensando nisso, pois não entendo nada dessas coisas e sou inexistente.

Estou ficando histérico? É que tentei me apegar corporalmente a alguém a quem não posso me agarrar, pois não possuo “braços e pernas” para fazer isso. Já não penso, não quero pensar mais. Gostaria de poder querer viver corporalmente. MAMÃE-MINHA-COMIDA. Minha histeria é um pouco como papai.

13 de outubro

Tinha sempre uma baralhada de palavras na (se se pode dizer isso) cabeça. Discuti com Félix. Disse a ele que tinha visto o doutor Oury sair do quarto quando descia para o café da manhã. O doutor me perguntou (essa esferográfica me lembra de quando eu estava na escola Maïmonide, quando passava a limpo uma dissertação, quando escrevia meu nome à margem; no fundo, minha dissertação nunca era boa, jamais fazia sentido para mim; nunca tomei consciência disso; – eu – já não a “fazia”):

– Você ainda não desceu?

– Não – respondi-lhe.

– Sabe, agora você está com uma cara melhor – ele me disse.

Olhei para ele fazendo uma cara horrível. Ele me disse, com jeito de quem se divertia:

– Você não gosta disso. Você não gosta quando lhe dizem isso.

Ele me pareceu outra pessoa.

Estou terrivelmente solitário esta tarde. Acabo de guardar o caderno e apagar a luz que me assusta, e a máquina branca que está ao lado da mesa, porque tem fio pra todo lado (uma confusão), “bref”, sei lá. Agora tenho medo de tudo. Tenho medo da eletricidade. Vejo que estou voltando a ser totalmente sozinho como antes de nossas discussões. Tenho meu orgulho; só isso me leva a me mexer um pouco. Não, mas tem uma coisa: sou introvertido porque não tenho mais nada fisicamente. Moralmente não sei o que é. Sou um fragmento de madeira, não uma grossa tora bem firme, mas um galhinho bem pequeno que vai desaparecer sem nem mesmo ter aparecido. Talvez tenha sido sua saída que me deixou assim, mas não acredito nisso, porque estou quase sempre do jeito que acabo de descrever.

O doutor Z. entra bem na hora em que acabo de guardar meu caderno e “a” esferográfica; ele se aproximou de mim. O galhinho morto que sou tivera uma espécie de impressão de que ele ia me perguntar o que eu fazia lá, como se me tomasse por um ladrão.

Veja, Félix, uso o imperfeito para descrever minha pretensa impressão que não sinto não só porque não tenho a noção do tempo, mas simples

e terrivelmente, para mim, porque o galinho morto teve medo, se mexeu sem se mexer quando Z. entrou; e como ele não viu Z., como ele não podia vê-lo, como Z. o amedronta, ele empregou o imperfeito para afastar-se de Z., afastar-se justamente de uma presença de que ele não se dera conta... o imediato afastamento, a mudança de tempo verbal (do presente para o imperfeito), e, além disso, sobretudo porque o galinho via uma grossa tora, forte, dura, consistente, que "parecia vagamente" Z. É isso que lhe deu medo (a analisar). Imagino tudo isso, porque no fundo não posso estar no real. Pode um galinho morto gritar? "Não estou nada tranqüilo." Sempre tive medo, Félix, de que você me pergunte por que destaquei esta última frase. (Medo de sentimentos que não tive e que vêm do período "mamãe minha comida", quando mamãe e papai riam nos momentos em que eu cantava isso me balançando a mim mesmo como um abandonado. Mas no fundo eu sei que, se mamãe ao menos tivesse escutado meu apelo, a bem dizer tão frágil, se ela tivesse se aproximado de mim e tivesse me dito uma palavra que fosse, em vez de me enfiar a comida na boca imediatamente, um "eu" mesmo pequeno teria se formado. Quanto a papai, ele nunca me disse nada. Para falar a verdade, não sinto que tenha tido pais, mas nuvens mudas.) É verdade que até uns dois anos atrás eu não teria contado tudo isso. Talvez eu estivesse fraco, mas não ao ponto em que estou hoje. O "eu" existiria, nem que fosse bem pequenino, ou ao menos eu acreditaria que ele existia. Já não tenho controle algum sobre mim mesmo. Pessoalmente, acho que a masturbação excessiva ajudou um pouco a me deixar no estado físico em que me encontro.

14 de outubro

Sete horas da noite. Acabo de ver o filme *Jeux interdits*³. Fez-me pensar em muitas coisas. Estou perdido. Minha situação nunca vai mudar. "Eu" não posso querer. Quando M. C. morreu, eu também pensei que tinha uma congestão cerebral, pois do contrário teria consciência daquilo que (vejo) ou

³ *Brinquedo proibido*, filme dirigido por René Clément, que ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro em 1952. Trata de uma órfã adotada por uma família que, com o filho mais novo, cria um mundo infantil todo próprio a que os adultos não têm acesso. N.T.

sequer escuto. Agora vou comer. Não entendi mesmo o filme. Mas ele quase me fez chorar. Quanto terei uma vida, um contato, uma luz, um despertar? É verdade que sou uma verdadeira merda agora. Meu orgulho nebuloso não se acabou. Mas quando tudo vai voltar? Não acredito que isso vá voltar. Masturbei-me demais. Não chego a me apegar a você, Félix, mas só há mesmo você que pode para mim aqui, porque você vê que é uma afeição nebulosa que tento "me" dar, mas sequer consigo chegar a isso.

Você me diz que só nós dois estamos aí para ter essa conversa, mas não posso dizer que seja uma conversa, porque, se aceitasse escutar suas palavras, eu não as escutaria..., é você que as escuta por mim. Estou como que paralisado. Diga-me como posso me curar? Nunca gostei de ninguém. Estou como que paralisado. Diga-me... Sou sempre um galinho morto. Não sou nada, sequer um monte de merda, porque um monte de merda é um monte de merda. Quando vou ver o mundo? Quando vou viver no mundo, com os outros, ter alegrias, gostar de uma moça, ter um amigo, e tudo o mais que lhe perguntei ou disse. Você me disse com muita razão que é preciso que eu me veja e que é preciso que eu fique contente por me ver...

O doutor Oury acaba de entrar no pequeno escritório para ver como vai alguém que está doente há muito tempo. Eu sequer me dou conta. Nada tenho de vivo. ANTES da recaída, sentia ao menos que tinha uma cabeça, e, além disso, um corpo; mas isso no fundo não passava de lixo; agora...

Neste momento estou muito fraco. Você me diz que tento me agarrar a alguma coisa, mas nem isso eu posso fazer. É verdade que antes, quando eu estava na escola, o nada acreditava crer que era alguma coisa entre os companheiros. Mas ele não tinha companheiros; eram eles que iam até ele, e não ele que ia até eles para lhes falar. Nenhum "mim", nenhum eu. Estou agora sempre um pouco agarrado perversamente às bolhas de ar que meus pais representam para mim. Perdi tudo fisicamente.

15 de outubro

Revisão do (despertar) causado pela insulina:

Pela maneira como virei a página, eu devia estar do outro lado da página (para mim é o outro lado). Falávamos do despertar da insulina.

Há uns dois ou três minutos me deram uma picada. Sou (despertado) como nos eletrochoques, isto é, quando a picada me despertou, eu estava morto, eu me sentia morto.

19 de outubro

Sonho do seio envenenado causado pela insulina. Não sei se o suguei. Associado com Bernadette, que vi sem ver. Meu irmão sabe como se entender com as mulheres, o que é para mim a mesma coisa que o seio envenenado de minha mãe. No fundo, estou demasiado ligado a minha mãe que eu nunca tive (nuvem). Não tive pai. No comitê do galinheiro, tive uma impressão desagradável: "É como se falassem de mim quando diziam que as galinhas põem ovos" (algo a analisar com calma, acho eu). Completa imobilidade (nervosa, corporal e sensitiva). Tudo vem para mim do seio envenenado de minha mãe, e tenho certeza de que nunca vou ficar curado.

24 de outubro

Felix me falou da transferência materna para Evelyne. No lugar de meu pai, é meu irmão desaparecido que eu teria querido. Ele tinha dezesseis anos e meio, Marcel. Ele desenhava bem. Era desenhista industrial. Não havia união em nossa família. Papai e mamãe brigavam por qualquer besteira em ídiche.

Eu ficava com Evelyne. Ela me disse que eu era gentil. Tomei-a em meus pequenos braços de bebê. Ela segurou meu rosto. Depois foi embora. Chamei por mamãe como um abandonado ("mamãe minha comida" imaginário). Marcel "se" desenhava bem se olhando no gelo (estádio do falso espelho).

28 de outubro

Sinto-me mais infantil. Sinto-me morto, ainda não nascido. Não tenho nenhum contato. É tudo lunático. Estou inerte. Continuo. Acho que nunca saio disso. Fui bom em ortografia quando era pequeno. Fui eu que me fiz ficar assim... talvez.

29 de outubro

Estou com Evelyne no escritório. Não vejo mais nada. Já não tenho cérebro. Não posso mais andar. Não sinto mais nada fisicamente. Não respiro mais. Golpe no coração de Hélène aos 15 anos, na escola Maïmonide. Preciso ser examinado fisicamente, sobretudo o cérebro. Estou perdido. Nenhum "artifício" físico (repito isso num ritmo imaginário de "mamãe minha comida" quando era pequeno). Não posso mais. Não há nenhuma glândula que funcione. Nada de organismo. Analise-me. Foi aqui que virei um morto. Só um pouco como meu pai.

Vi Evelyne agora há pouco. Estou com um pouquinho de ciúme. Ainda mais porque não posso fazer coisa alguma (como uma vespa presa no mel, e que nem mesmo se debate).

4 de novembro

Não comi. (ESTOU) sempre nesse buraco negro. Nenhum contato. Adoro Evelyne. Você viu Arthur? Viva a França. Tenho medo de vocês. Fiz três linhas impressas. Não vejo nada. O doutor Oury disse que é preciso esperar. Não compreende. Acabei.

Sempre temo que vejam quando falo de sexo. Por causa da família, do pai, do irmão A.⁴ As glândulas sexuais. É imaginário. Sem contato com Félix. Entre os judeus... O que acontece? A verdade é que ultimamente estou mais apegado a Félix, como antes de ele partir. Estou voltando do salão grande. Não posso ver os católicos agora. É culpa de meu pai. Sentimento (se se pode dizer isso) de opressão. Acabo de abraçar Evelyne. Estou como em casa... Como minha mãe... Fisicamente imóvel e moralmente inerte. Nunca estabeleci contato. Isso é ao mesmo tempo curioso e terrível. Não gosto de J., mas mesmo assim de modo algum o vejo... fazendo "quase" de conta que o vejo.

⁴ Nome próprio de R. A., em maiúsculas.

5 de novembro

Foi em Paris que papai me (deu) um susto com um revólver.⁵ Eu estava com meu irmão Maurice. Aconteceu de tarde. Eu acabava de entrar. Tinha vendido meus jornais o dia inteiro. PAPAI gritou atrás de mim. Tive medo, mas não me movi. Meu irmãozinho me disse que partisse. Eu não via o revólver. Eu o via sem o ver. Isso não durou mais que alguns segundos. Acabei indo para a casa de minha irmã Rachel e de meu cunhado. Mas tinha a certeza, quando estava diante de meu pai, de que ele não queria atirar. Ele fazia aquilo num momento de insensatez.

14 novembro

“É o ‘BREF’ de minha mãe.”

Quando minha irmã veio me ver, sua visita não me causou efeito algum. Jeannette veio me procurar no quarto. Certamente quando eu era pequeno, não sei, eu... Meu pai não me educou. Hoje não posso mais. Não é um pai como eu precisaria ter tido. Por quê? Porque não consigo me autocontrolar. Ele nunca me criou. Sempre encher de comida. A masturbação agiu bastante... a partir dos 15 anos. Amo muito a mim mesmo porque ainda corro atrás do seio “duas” vezes imaginário de minha (mãe). (Ela) não me ensinou a ver as coisas deste mundo, como teria sido necessário para vencer minha fraqueza, como fariam pais normais. NÃO. Sempre encher de comida. Era um verdadeiro bebê, minha mãe (mamãe minha comida). Sempre tive problemas de estômago. Meu pai trabalhava, mas nunca me disse alguma coisa sobre...

19 de novembro

Não tenho mais desejo sexual. Não é porque fosse sedutor, meu irmão, que ele tinha sucesso com as garotas, é porque ele era... quase... normal. Um dia que fui ao psicanalista, eu estava desse jeito, e isso me enervava. Ele me disse: “Sente-se”. Ele achava que eu tinha vontade de

⁵ Não se trata de “tirar um coup de revolver” (= atirar), mas de ameaçar com um revólver. N.T.

chorar. Deixei cair umas lágrimas, mas não tinha uma verdadeira vontade de chorar. “E sobretudo não se contenha; isso vai lhe trazer alívio.” Não, isso serviu antes para me esvaziar completamente.

Debato-me, mas não consigo. Não aceito esse sofrimento porque ele é terrível, e principalmente porque não posso aceitá-lo.

20 de novembro

Minha mãe nunca me ensinou a falar. Não me lembro mais de tudo o que aprendi na escola e no colégio. Já não tenho corpo, nem cabeça, coração, mais nada. Meus pais não gostaram de mim como era preciso. Sempre fui um abandonado, eu gostaria de querer poder querer que alguém cuidasse de mim (*sic*). Seria talvez porque Evelyne gosta bastante de mim? Ou será mais porque acredito como um idiota que ela tem piedade de mim? Meu irmão Jacques não se parece nem um pouco comigo. Quando dizia “Mamãe, minha comida!”, eu estava treinando. Outro bebê qualquer apela à vida. Não eu.

Acabo de dançar com Jeannette, que me puxou pelo braço. Sou como um pedaço de pau. É necessário que as damas me convidem para dançar; é terrível. Nenhum contato. Sou igual a meu pai, a minha mãe. Isso me incomoda, esse prazer físico imaginário... de dançar... nenhum controle de mim mesmo.

2 de dezembro

O principal é a fala/palavra. Nunca a tive quando era pequeno. É por isso que sempre vejo as coisas por escrito e é por isso que me adoro (a analisar). Quando eu dizia “Mamãe, minha comida!”, ninguém me respondeu (*sic*). Será que eu me debatia para tentar me libertar de meus pais? Volto sem cessar às (minhas) bolhas de ar, e nem mesmo a elas consigo chegar... corrente de ar. No fundo, se quis atirar em mim, era nele mesmo que meu pai queria atirar. Parecemos muito um com o outro.

E quando dei um soco em meu irmão? Foi uma coisa automática, e sequer automática; foi para atingir meu irmão, ter contato com ele. Meu punho atravessou a grade, que foi uma barreira para

mim, mas não uma barreira física nem uma barreira moral, mas o tipo de barreira que fez com que eu sempre estivesse em lassidão, todo amolecido.

Quero dizer alguma coisa a Félix? Mas... a presença de Evelyne, ou antes de minha mãe real, do seio apodrecido, daquela mãe a que não pude me apegar porque ela não me deu um verdadeiro amor materno, porque se sempre sou abandonado é por causa disso, e depois, sobretudo, porque Evelyne vem ao meu encontro e eu não a posso aceitar. Quando escrevo tudo isso, são bobagens que tento sentir. "Bref", é simplesmente a entrada de Evelyne que interrompeu minha vontade de falar de mim. Sempre tive medo das mulheres, porque sempre tive medo da mãe real que rapidamente se tornou para mim, quando eu era bebê, imaginária, por causa da falta de confiança na vida que minha mãe nunca me deu. Essa foi a primeiríssima barreira que me fez ficar sempre encerrado sem o estar de fato. É sempre como se eu mergulhasse na lassidão.

O ruído dos passos de Félix me incomoda. (Isso, sem dúvida, vem da bomba... que eu sequer ouvi? Mas que mesmo assim me chocou durante a guerra.) Estou voltado para dentro de mim mesmo. Consigo escrever tudo isso porque a pseudopresença de Evelyne e de Félix me faz escrever.

3 de dezembro

Minha mãe nunca me fez desenvolver a confiança. Foi sempre físico. Neste momento não estou (confiante?), e para tentar estar... O que digo é espontâneo. Meus pais me tomam por um monte de trapos sujos. Ponho em meu lugar mamãe e papai imaginários, porque os reais eu nunca vi (ritmo de "mamãe minha comida"). Sou como meu pai. Quando me fez com minha mãe, acho que ele não fazia com sentimentos, mas com certa fraqueza sexual.

É como certa tarde em que saí de casa, estava doente como agora, menos fisicamente? Como quando estive com uma prostituta. Eu sequer via o quarto. Não sabia o que fazer. Afundei. Quis abraçá-la... EU não queria.

19 de dezembro

Se estivesse bem, eu julgaria a mocinha simpática. É como com os outros companheiros. Será que estou mais extrovertido agora? Mas quando ela me disse que me dirigisse ao piano, não escutei... Sou um pouco como meu pai. Quando ela se aproxima de mim, não consigo falar, é simplesmente algo físico, apenas sinto um perfume e fico envergonhado, porque não sinto lá no fundo. Por que nunca é a voz? Certamente, porque lá em casa nunca falaram comigo. Quando você me disse "Sente à mesa e escreva", foi aí que ocorreu a ruptura; é porque meu pai imaginário nunca falou comigo... assim... "Bref"... estou vivendo um sonho.

Cada vez que você me fala da família, que você ataca minha família, isso me toca, isso me faz refletir, isso me enerva, porque no fundo eu nunca refleti... e porque jamais tive família. É porque sou muito sensível a bobagens que não chego a ter. É como a bomba, é como meu pai.

É por causa de sua escrita que acho que você é um pouco como eu, Félix. Para mim, escrever é a morte (palavra muda). Lembro-me de que meu pai disse, certa tarde em que estávamos à mesa, a minha mãe, em iídiche, "Como uma vespa no mel". Ele se divertia ao dizer isso. Perguntei o que ele queria dizer. Ele me respondeu que em francês não se pode dizer. Félix diz que nessa cena o pai é um pouco como o senhor Klamm, com quem nunca se pode falar.

22 de dezembro

O que me perturbou foi a chegada de M. e da menininha (a irmã de M.), e depois... sua mãe. A criança, percebo claramente que ela saiu do ventre da mãe. E, além disso, ela já é grande. A bofetada que dei na senhora A. é a mesma coisa para mim. O principal é o choque do gelo. Por que não tive o prazer de me reconhecer? Porque não me vi. Como é possível que eu nunca tenha fome? Tenho uma espécie de impressão de que nunca suguei essa mamadeira. Enquanto as outras crianças; como é possível que eu não seja como as outras crianças? Ao menos como meus irmãos e irmãs. Quando acabo de dizer "meus irmãos e irmãs", sinto a presença de alguma coisa ruim, de alguma coisa que ferve? ... alguma

coisa no ventre (imagino, ao escrever isso, que não sinto “coisa alguma”, eu sequer respiro); é isso que não consigo explicar. É estranho. Caí um dia como meu pai. Masturbação... Pluft, eu me desfaço (parênteses de Félix).

*Je suis tout en cire,
C'est pourtant pas l'âge;
Que puis-je te dire,
Je suis dans le cire âge.⁶*

É como quando copieei uma girafa esta manhã. Não fui eu que a copieei, mas sim a girafa que se copiou a si mesma, de modo imperfeito e com bastante demora.

Senhoras e Senhores, o SCAJ!*

Em todas as dependências de La Borde, com o passar do tempo essa frase, que se tornou o pivô de uma enorme máquina verbal sócio-terapêutica, tende a evocar seja um anúncio de feira “Entrem, entrem! Vocês vão ver...” ou um ritual religioso, com seu cortejo de oficiantes e sua tediosa liturgia. De que se trata? Do esquete, do palco? Não, do SCAJ.¹

De modo geral, o novo não vai muito longe, pois costuma dentro de pouco tempo esquecer-se de se questionar como nós, os crônicos, acerca da natureza dessa subcomissão de sabe-se lá mais o quê, a ponto de seu próprio gênero passar de feminino a masculino. A partir da proliferação, retrospectivamente inquietante em seu sistematismo, de instituições até o inverno de 1955, a maioria acabou, como se diz, por desaparecer ou degenerar, deixando uma espécie de adubo institucional que só fez enriquecer o SCAJ. Ele se pôs com efeito, a suprir as deficiências dos comitês, do bar, do galinheiro, do rádio, do menu, da limpeza etc., do secretariado, das comissões de animação e da assembléia geral. Será porque acontecia todos os dias? Não é de modo algum evidente que seja mais fácil fazer sete vezes alguma coisa durante a semana do que uma só vez. Trata-se de uma rotina? Mas como explicar que fosse uma das atividades que mais atraía os doentes? Em 1955, minha idéia foi a da utilidade de haver quatro ou cinco pessoas para realizar tecnicamente, todos os dias, um programa de atividades cujas grandes linhas deveriam ser decididas semanalmente no âmbito de uma “comissão de animação” bem ampla. Foi então que vimos as portas dessa reunião forçadas por um crescente número de participantes, a ponto de causar verdadeira surpresa hoje descobrir que estão presentes menos da metade do efetivo de doentes.

* Publicado no número 1 do Bulletin du personnel soignant des cliniques du Loir-et-Cher, 1957.
1 Sous-Commission d'animation pour la journée. (Subcomissão de Animação do Dia, mais tarde Sous-Commission des Activités Journalières, Subcomissão de Atividades Diárias. N.T.)

⁶ Viro pedra de cera,
E não se acuse a idade;
Digo coisas sem eira,
Por estar na cereidade. (Possível referência ao uso da cera como “cosmético” antienvelhecimento da pele?) N.T.

Ao mesmo tempo, o SCAJ assumiu um papel polivalente de centro de informação, de discussão, de organização, e mesmo de assembléia comunitária ou de tribunal, reinando nele algumas vezes um eufórico clima de cabaré em que cada qual pode dizer o que quiser. Essa atmosfera de miragem muitas vezes me recordou das emissões da Rádio Luxemburgo, que não obrigam a ninguém, e quem está presente está porque quer. Na realidade, obriga na medida mesma em que não se controla coisa alguma, e da mesma maneira como as marcas de dentifício ficam girando dentro de nossa cabeça, assim também, aqui, o público vê acumular-se no vazio de seu ócio ou de seu tédio a tentação de ir ao lugar no qual “disseram” que vai ocorrer alguma coisa, e vai envolvendo outras pessoas, qual uma longa fila de carneiros de Panúrgio,² em que cada um só tem diante de si a imagem do outro, visto de trás.

Esse fator imaginário, em estado puro no SCAJ, é parece-me um fator constante que vamos encontrar na base de todas as outras atividades: reuniões, ateliês, jogos, porém, tornado menos aparente em função do maior “utilitarismo” destas últimas. Não tenho a mínima dúvida de que esse é o recurso da “ressocialização local” dos doentes. Com vistas a compreender de que maneira devemos levar os doentes a se fazer entender literalmente pela terapêutica psiquiátrica, tentemos apreender as armadilhas da vida normal nas quais nos tornamos o joguete da palavra do outro.

O representante comercial sabe que já ganhou meia partida quando consegue entabular uma conversa sobre qualquer assunto que não seja o de sua mercadoria. O sedutor, para “criar” contato, deve descobrir uma primeira frase anódina, que não tenha relação alguma com aquilo que ele tem em mente. Mas só um “louco” se “deixa levar” por essas palavras vazias, por essas formalidades preliminares. Passa-se aos assuntos sérios, ou seja, às transações financeiras ou ao estabelecimento de relações mais ou menos contratuais, que, embora não sejam todas da ordem da jurisdição social, como o casamento, não estabelecem menos uma estrutura de permanência da relação, residindo a diferença no caráter distinto da

² “Carneiros de Panúrgio” faz referência a uma passagem sobre Panúrgio, o criado de Gargântua e Pantagrue, personagens de Rabelais, em que se descreve o hábito desses animais de seguir o que estiver na frente e ir para onde quer que ele vá. N.T.

testemunha. É desse modo que nos tornamos amigos, amantes, empregados, contratados por hora e mesmo inimigos tanto é verdade que a agressividade é sempre estruturada nas sociedades, por mais primitivas³ que sejam, bastando evocar os ritos da “vendetta”⁴ ou o “código de honra dos marginais”.

Os loucos são justamente pessoas que se afastaram dessas relações de troca socialmente normalizadas. Eles não conseguem mais se encontrar em seu âmbito e, ao mesmo tempo, passam a só ver diante de si um único tipo de pessoa, que recebeu na sociedade um mandato específico para se ocupar disso: o psiquiatra. Logo, o único contrato que os loucos têm com a sociedade é a *constatação* feita pelo psiquiatra de eles de fato “já não são parte dela”, de que estão fora das relações contratuais com a família, o trabalho etc.

Assim expulso do social, o doente é acolhido na sociedade do psiquiatra, cercado por seus “capatazes” e de seus “encarregados de atender a pequenas necessidades e realizar diversas tarefas”. Esse “senhorio” do psiquiatra o transforma, numa estrutura tradicional, em “escravo” de seu papel de guardião-chefe, ou no “grande feiticeiro” da magia medicamentosa.

O louco, que de modo geral não o é a ponto de ignorar que não é bom sê-lo, acomoda-se a essa situação da maneira que pode e, é preciso reconhecer, mais mal do que bem.

A “voz” do SCAJ e outros artifícios do tipo podem modificar em parte a rigidez desse edifício. Não se trata de uma vara de condão, e no fundo não altera coisa alguma; a troca contratual não se restabelece, pois nada do que se faz aqui é realmente sério. Isso não impede que os “agentes” da sociedade e da coerência simbólica que são os enfermeiros se transmutem inadvertidamente em interlocutores. O diálogo rompido da dureza do real se refaz tendo como objeto futilidades adaptadas à fragilidade e à desestruturação do doente. Os enfermeiros passam então, da posição de “feitores de escravos”, à de psicoterapeutas. A tarefa do médico volta a ser a de curar, isto é, integrar os tratamentos biológicos às ações dos grupos, subgrupos e indivíduos que lhe cabe “controlar” no sentido psicanalítico.

³ Na época de elaboração do texto, o uso de “primitivo” não era considerado impróprio. N.T.
⁴ Em italiano no original, “vingança”. N.T.

Vistas desse ângulo, as redes de intercâmbio verbal que são as instituições não devem ser concebidas à feição das existentes no mundo normal. Não se faz nelas troca alguma. Não se fala nelas "contra" nada. Por exemplo, participação do doente não é uma troca "contra a cura". Ela não é nada. Ocorre porque "ele assim o quer". Ocorre muitas vezes de insistirmos com um doente para que ele participe de um ateliê. O problema, porém, não se altera. É preciso reconhecer que não é "para seu bem"; é o que é! Esse elemento arbitrário da troca é necessário para ajudar o doente a escapar a si mesmo, em seu próprio ritmo, segundo sua dialética inacessível, fora do vazio em que o lançou sua incapacidade de se fazer reconhecer e compreender.

O engodo consiste em ser sempre *na verdade* ele que dê o primeiro passo, mesmo que tenhamos preparado tudo de antemão, chegando-se a ponto de pressioná-lo bem para levá-lo a ficar diante de uma folha de papel e da pintura.

Essa reunião cotidiana é uma espécie de peneira destinada a juntar o que sobra de relativamente bem integrado na totalidade do discurso, uma espécie de controle barométrico da dissociação da sociedade local. Ela é determinada por relações entre forças obscuras, entre os que dela participam e os que lá não aparecem, aqueles que falam nela e aqueles que se calam, aqueles que organizam com toda a seriedade e aqueles que, menos rígidos, mais integrados, agem nela com flexibilidade, compreendendo de maneira geral de que se trata, não advindo mais os monitores e semi-monitores desse tipo de organismo de ressocialização.

Em resumo, eu definiria o SCAJ como uma máquina de falas vazias, essencialmente um lugar de trocas desiguais, heterogêneas, provisórias, entre *comportamentos imaginários*: um estar voltado para dentro de si mesmo, um dar-se ares de importância, oposição agressiva, recriminação, não-reconhecimento do desejo do outro etc., e uma *integração simbólica*: expressão verbal de desacordo, troca de idéias, tomada de consciência de uma atividade conjunta, serviços prestados à comunidade etc.

Introdução à Psicoterapia Institucional

(Excertos de intervenções feitas no âmbito do GTPSI)*

Apresentação

Pode-se situar a origem da corrente de pensamento que desembocou nas formulações atuais da psicoterapia institucional, um tanto arbitrariamente, no período que precedeu a Libertação na França. Seria, sem dúvida, possível remontar ainda mais longe, ao pós-guerra de 1914, com o desenvolvimento, em diferentes hospitais psiquiátricos da Vestfália, da "terapêutica ativa" de Herman Simon, ou, mais remotamente ainda, à Inglaterra, com os métodos de "no restraint", "open door"¹ etc. Muitas coisas já haviam por conseguinte sido tentadas no mundo para "humanizar o destino dos pobres doentes mentais"; mas o esforço sistemático de revolução psiquiátrica nos planos teóricos e práticos só veio a se estruturar de fato no hospital psiquiátrico de Saint-Alban, em Lozère, pelas mãos das sucessivas equipes que se constituíram em torno de François Tosquelles.

Quando saíram dos campos de prisioneiros e de concentração, certo número de enfermeiros e de psiquiatras passaram a abordar a questão dos hospitais psiquiátricos com um novo olhar. Tendo ficado sem condições de suportar as instituições concentracionárias, empenharam-se em transformar coletivamente os serviços, derrubando as grades, organizando a luta contra a fome etc. As coisas foram levadas a efeito com um espírito ainda mais militante em Saint-Alban, porque o hospital servira, por outro lado, de abrigo de resistentes. Havia ali intelectuais surrealistas, médicos fortemente influenciados pelo freudismo e militantes marxistas, e foi nesse cadinho que se forjaram novos instrumentos de desalienação, como foi o caso por exemplo do primeiro clube terapêutico intra-hospitalar (o clube Paul Balvet).

* Groupe de travail de psychologie et de sociologie institutionnelles [Grupo de Trabalho de Psicologia e de Sociologia Institucionais]. N.T.

¹ Em inglês no original (Sem restrições; porta aberta). N.T.

Nasceu uma nova atitude, uma nova abordagem militante da doença mental, que iriam abalar os estereótipos habituais e afetar violentamente tanto os ambientes reacionários da administração como os setores “de esquerda”. A palavra de ordem proposta era que, antes de levar a efeito qualquer cura individual que fosse, era preciso “curar a área”! O desenvolvimento de técnicas de “clubes terapêuticos intra-hospitalares”² deveria abalar as idéias recebidas acerca da agitação, o caráter crônico das doenças etc., e a própria semiologia tradicional viu-se assim questionada pelo estabelecimento de novas relações entre os doentes e os curadores, entre os enfermeiros e os médicos,³ entre os médicos e as famílias etc. Foi-se aos poucos solapando os próprios fundamentos da psiquiatria como um todo, o que permitiu uma real aproximação entre a prática hospitalar e a psicanálise, levando à superação de uma antiga ferida – o rompimento com Freud da parte de Jung, de Bleuler e do pessoal de Zurique –, ferida que apartaria por um longo tempo a psicanálise da psiquiatria. Disso adveio a perspectiva de uma “psicoterapia institucional”, que tornou evidente, por um percurso um tanto paradoxal, que não era possível conceber uma cura psicoterápica para doenças graves sem efetuar a análise da instituição. E, reciprocamente, era necessário chegar à revisão da concepção de cura individual dando maior atenção ao contexto institucional. Em 1960, alguns de nós se reuniram para constituir um grupo de trabalho, o GTPSI (Groupe de travail de psychologie et de sociologie institutionnelles). Em 1965, fomos impelidos a fundar uma sociedade mais ampla: a SPI (Société de psychothérapie institutionnelle – Sociedade de Psicoterapia Institucional).

1. O ponto de partida

Todas essas tentativas implicam um questionamento metodológico da pesquisa em ciências humanas: o acesso direto ao indivíduo ou não é

² Vinculados com a Fédération des Croix-Marines. (Federação de associações de promoção da saúde mental, criada na França em 1952. N.T.)

³ Fez-se um considerável trabalho de formação de enfermeiros psiquiátricos no quadro do Centre d'entraînement aux méthodes actives (Centro de treinamento de métodos ativos). Cf. a revista *Vie sociale et traitement*.

possível ou mostra ser enganoso; pode-se *acreditar* que se fala à criança, ao neurótico, pode-se acreditar que eles nos ouvem, mas talvez isso seja uma mera ilusão. Apesar das intenções do observador, surgem efeitos de sugestão. Uma Psicologia da adaptação poderá obter resultados, mas é um fato que ela não tem condições de atingir verdadeiramente o registro do sujeito. O acesso aos desejos mais fundamentais implica certos desvios, certas mediações. Foi nesse contexto que introduzimos o conceito de “institucionalização”, o problema da produção de instituições: quem produz a instituição e organiza seus subconjuntos? Haverá uma maneira de alterar essa produção. A habitual proliferação de instituições na sociedade contemporânea não levou senão ao reforço da alienação do indivíduo: haverá condições de ocorrer uma transferência de responsabilidade, e de que suceda ao burocratismo uma *criatividade institucional*? Mas com que condições? Haverá técnicas específicas de dar voz ao objeto que se quer estudar? Com efeito, se implícita ou explicitamente reificamos o objeto de estudo, se não lhe fornecemos recursos de expressão, mesmo e principalmente quando ele não dispõe de meios de comunicação adequados (podendo esse meio ser o sonho, o fantasma, o mito, a expressão pictórica, a expressão práxica etc.), acaba-se pessoalmente afetado por um efeito de miragem, por relações projetivas com o objeto considerado. Trata-se afinal de um questionamento das antigas categorias mal elaboradas da Psicologia universalizante e abstratizante.

Há várias vias de definição do psiquiatra: a estrita determinação social, sua relação com o Estado, a situação à qual ela deve integrar-se e que não lhe deixa como margem de intervenção mais do que a resultante entre as possibilidades objetivas da instituição, sua autodeterminação pessoal, sua energia, sua idade, seus problemas, sua capacidade de sair de dificuldades etc. A partir disso, seria possível estabelecer uma definição do papel e da função psiquiátrica, mas seu sentido se altera por inteiro se a considerarmos de outro ângulo, definindo a loucura como algo que escapa à determinação social. Se dissemos que o psiquiatra é aquele que se vê às voltas com a loucura, vemo-nos diante de uma definição que não é facilmente compatível com a primeira, ficamos diante de uma espécie de divisão entre a vocação de apreender as respostas da loucura e o fato de sermos agentes da inserção dessa loucura numa estrutura de

alienação social. Temos o direito de perguntar: o que se quer mais? Um aumento ou filosofia?

No nível da determinação social do psiquiatra, vemo-nos diante daquilo que Tosquelles abordou de forma política: a articulação de um grupo social à sociedade global. Em contrapartida, se nos colocamos no ângulo do aprofundamento existencial de uma dada relação com a loucura, somos confrontados pelo aspecto mais agudo da pesquisa cultural e antropológica: o freudismo e todas as formas de exploração da práxis humana, seja o cinema ou o estudo das sociedades primitivas etc. Cumprir abordar certo número de problemas conceituais cuja elaboração séria de modo algum pode ser executada em grupo; ela é realizada em função de dimensões a tal ponto pessoais que é bem raro que se possa adquirir uma cultura de base simplesmente se reunindo, trocando monografias etc. Certo número de conceitos que vamos discutir talvez tenham sido na origem conceitos pessoais, mas é preciso reelaborá-los, é preciso que se tornem conceitos do GTPSI, que se transformem em conceito "palavra de ordem" do grupo, conceito operacional. É dessa maneira que será possível transmitir conceitos de diferentes origens: psicanalíticos, filosóficos etc. Quem sabe a atualização, em particular daqueles que preservem a articulação da análise com o campo político, não venha a permitir o desvelamento de uma verdade num espaço em que a situação tenderia a instaurar uma opaca ideologia? Por conseguinte, não se trata de uma orientação humanista, mas de saber como se desvencilhar dela quando se está preso a um dado contexto. É a partir de uma tal necessidade, com base num mínimo de grupos de vanguarda e identificando um empreendimento comum, não só em ações mas numa estratégia conjunta, que se colocará o problema de um controle analítico, político e ético.

2. O que é um grupo?

É imperativo distinguir metodologicamente o objeto que se tem em mente ao falar de "grupo". Se concebemos os grupos do ponto de vista histórico, por exemplo, quando da constituição dos primeiros Estados do Antigo Egito, a associação de tribos de agricultores sedentários em unidades territoriais mais amplas para tirar melhor partido da drenagem e

da irrigação do Nilo, temos a impressão de que a emergência de uma lei unificadora, de cunho político e religioso, processou-se de maneira quase mecânica. As partículas elementares parecem estar associadas de acordo com leis objetivas, e as superestruturas políticas e ideológicas viram-se organizadas como se a despeito de si mesmas. Seja essa imagem verdadeira ou falsa, eu a sugiro tão-somente para ilustrar aquilo que entendo por *grupos sujeitados*: grupos cuja lei vem do exterior, ao contrário de outros grupos, que pretendem fundar-se a partir da assunção de uma lei interna; estes últimos são grupos fundadores de si mesmos, grupos cujo modelo reside antes do lado das sociedades religiosas ou militantes, e cuja totalização depende de sua capacidade de encarnar essa lei.

Como reconhecer esses grupos-sintomas? Como reconhecer o fato de que uma sociedade, num momento dado, traz em si uma mutação? Como reconhecer uma reviravolta social cujo desenvolvimento objetivo é tributário de uma demanda social? Já não há aí mecanismo algum. O surgimento numa época dada de uma demanda de transformação social na sociedade feudal francesa não implicou automaticamente o desencadear de uma revolução, mas apenas do desejo de outra coisa, uma paixão pela reviravolta perceptível em mil sintomas.

Quando deseja afirmar-se no nível desses grupos, o sujeito tem de reconhecer em primeiro lugar que não há lugar para si no estado atual da mecânica social. Por conseguinte, ele está obrigado a fazer aí uma intrusão, a atacar o sistema existente. É justo à medida que obtém sucesso nessa afirmação que o sujeito vai desempenhar na sociedade o papel de uma ruptura subjetiva, papel que ele mesmo poderá, noutras circunstâncias, legar a um segmento mais amplo do *socius*. À medida que, por exemplo, se revelasse incapaz de afirmar ou manter sua autonomia como grupo cultural, o GTPSI poderia muito bem ser recuperado como falo da psiquiatria progressista francesa, sendo assim literalmente ingerido, com o risco que isso comporta de se estruturar serialmente.

Como se passam as coisas? É preciso ver como se desloca o efeito de subjetividade. Se a lei constitutiva do grupo tornou-se de fato intencional e explícita, há repercussões dela no campo que lhe é exterior, campo com respeito ao qual esse grupo é colocado como potencial sujeito inconsciente. Somos hoje o sujeito inconsciente da Psicologia de

amanhã, o inconsciente daqueles que praticarão amanhã sua psiquiatria, mas com a condição de esse grupo se encaminhar na direção da verdade. Sem isso, não somos absolutamente nada! É nessas circunstâncias que digo: é pegar ou largar! Há uma possibilidade de entrar em existência significativa nesse plano; do contrário, não é preciso dizer que se terá tão-somente criado mais uma escola e que se vai permanecer inserido nos circuitos preestabelecidos.

Para compreender o jogo de serialidade e de alternativa do sujeito – sujeito consciente na lei que ele mesmo se dá, mas inconsciente na determinação que os outros dele tomam –, não se pode perder de vista que se trata de algo cujo desenvolvimento ocorre a partir da fala/palavra e no interior do campo da linguagem, de uma fala/palavra que é tomada num dado circuito, mas que também faz entrar em sua totalização aberta certo número de informações, fala/palavra que capitaliza uma determinada expressão, que se trama sobre a totalidade da linguagem posta em circulação na sociedade em estado de código. Usamos noções (instituição, psiquiatria) que já são manejadas no exterior, fazendo delas aqui um uso privado determinado: eis por que tendemos a constituir uma *unidade subjetiva do grupo* ao desviar o sentido de conceitos utilizados habitualmente. É dessa unidade que depende o reconhecimento da *consistência subjetiva* desse diálogo de pessoa social para pessoa social. Fazemos uma intrusão nas atuais sociedades psicanalíticas, nas correntes marxista, cristã, existencialista, intrusão que é tanto mais radical porque elas nos ignoram por completo no começo, não podendo, por conseguinte, reconhecer nossas opções estratégicas. Não será a forma de intrusão mais desconcertante a que consiste em entrar num campo para o qual não só não nos chamaram, mas em que somos totalmente inimagináveis, tal como o condutor de caravanas *Hellzapoppin*,⁴ que “errou de turma”.

Nosso problema consiste em chegar a extrair uma estrutura de enunciação social. Se se permanecer em noções como a de Ego Ideal e de Ideal do Ego, vai-se considerar um sujeito que tenta integrar-se, não a um campo social dado, mas unicamente, por sua função de fala, ao campo do Outro. Parte-se de uma situação inicial marcada por uma contingência

⁴ *Hellzapoppin* foi originalmente um musical humorístico da Broadway, concebido e realizado em 1938 por Ole Olsen e Chic Johnson, N.T.

absoluta, um *narcisismo absoluto (das Ding)*, para chegar a uma abertura hipotética à sociedade em geral, a uma “cura” que implica, na indeterminação, todo gênero de problemas de integração a grupos sujeitados (a escola, os clubes esportivos, a caserna, os sindicatos, os partidos etc.). Parte-se, na verdade, de uma singular constelação social inconsciente para chegar a trazer à luz o Inconsciente abstrato.

Mas para nós há ainda a direção inversa, que leva à exploração dessa estrutura social inconsciente. Nesse sentido, a fala/palavra tal como se coloca no grupo já não tem absolutamente a função de recalque que lhe reconhecemos quando está em questão a manifestação de instâncias relativas ao *das Ding* pessoal. O *das Ding* não passa de uma etapa do desvelamento de potencialidades significantes na medida em que podemos dizer: qual a sociedade em que há de um lado os loucos e, do outro, os revolucionários? Uma sociedade em que inexiste um grupo-sujeito para recentrar esses elementos? O *das Ding* não pára de ser um horizonte recorrente – *Nachträglich (a posteriori)* –, fundador ilusório de uma pessoa individual.

O problema do inconsciente destruidor do grupo é algo que responde à necessidade que este tem de se introduzir em condição de ruptura num mundo social histórico que não lhe pediu. A estrutura é assediada por uma inexistência! Simples afirmação, nesse mundo cego, de um “por que investir numa estrutura em vez de em outra?”, o *instinto de morte* do grupo introduz uma noção de violência no caráter iniciático que assume para os participantes. O fato de estarmos no mundo numa condição comum, impelidos a nos casar, a ingressar no regimento, ir à missa, sacrificar-nos a todo tipo de ritual, é algo pelo qual passamos em função dessa sociedade. Em contrapartida, numa condição revolucionária, tornamo-nos vítimas da sociedade, postulamos e instituímos um ritual de reuniões, revelaremos elementos presentes ao código suplementar no grupo violador, que tem valor de transgressão social. (Na primeira vez que me confiaram tarefas numa reunião, tive vontade de me incumbir delas imediatamente.) Assim, reforçamos, repetimos e assumimos a violência social. Fenomenologicamente, desencadeamos processos que implicam de maneira imediata, para esses grupos, a aceitação do princípio de sua finitude e de sua dissolução, à medida que eles introduzem uma nova característica da castração, que deixa de ser uma castração da ordem da inicia-

ção repressiva numa estrutura social dominante. A iniciação militante consiste na aceitação da finitude de todo empreendimento humano, a ausência de toda e qualquer garantia transcendental, a morte de Deus e não mais a morte culpabilizante do pai e a sanção castradora da iniciação edípica.

Entendo por "instinto de morte do grupo" a pulsão inversa àquela que advém da vontade de se reunir. É indispensável localizar essa inversão, que se instaura em simultaneidade à instauração da figura positiva, a fim de compreender o grau de agressão, de violência, implicado na existência de um grupo. Uma análise adequada da demanda dos jovens que vêm nos procurar faz-nos perceber que eles demandam a satisfação de uma pulsão mortífera em seu objeto, e que, como toda pulsão, tende a buscar satisfação pelo caminho mais curto, bem como a evitar os desvios da sublimação em seus modelos dominantes: "transmita-me a Boa Nova da salvação" e poderei prescindir da integração a esta cultura e suas exigências repressivas ou ao menos de um comprometimento com ela. Eis por que, nessa pulsão da demanda, há uma estrutura de complexo que sincretiza termos antagônicos à emergência do grupo-sujeito: a recusa de se submeter às exigências dos grupos sujeitados e um acesso possível ao desejo, permanecendo contudo o risco de alienar-se nesse mesmo nível. É à medida que ocorra aí uma rearticulação com uma totalidade que extrai sua lei de outro lugar que poderá ocorrer identificação dos fantasmas mortíferos e abertura ao real. O instinto de morte do grupo é assim expresso e conjurado por elementos de ritual, de palavras vazias, de reuniões tranquilizadoras e todos os outros elementos da mecânica dos grupos. Esse aspecto é, sem dúvida, inevitável na constituição de um grupo; sem ele, haveria apenas uma convergência temporária em torno de um falo qualquer. Trata-se de conquistas necessárias, específicas dessa dimensão do grupo; e as estruturas que exprimem essa pulsão inconsciente ameaçam sempre cair num sistema de alienação e de anticultura.

3. A instituição

O que é um doente? Antes de tudo um cidadão, em seguida um indivíduo, e podemos, além disso, perguntar-nos que relação pode isso ter com o fato de ser ele um sujeito falante.

As relações de cidadania são importantes, pois é a partir delas que será determinado o crivo da normalidade oficial. Certo número de vias de passagem a significações mais racionais será assumido ou não pelo sujeito doente. Esse plano pode remeter-nos a outros planos, porém não de maneira automática. Desse ponto de vista, é interessante ter ouvido a palavra "transferência" no sentido de transporte,⁵ particularmente no sentido em que se entendia transporte no século XVIII: a noção de transporte amoroso. O que é transferido, ou bloqueado, na forma de significações, é um dado número de significantes numa determinada sociedade, visto que um indivíduo singular só pode articular-se aí, em condições históricas e em certo contexto dados, a partir de certo encontro com uma instituição, que poderá ser, por exemplo, o médico. O problema desse indivíduo pode ser o de saber como chegar a ser sujeito nessas condições? Que fazer para continuar a ser um sujeito falante, e para falar efetivamente? O sujeito não é forçosamente o indivíduo, e nem mesmo *um* indivíduo. É preciso detê-lo no cerne de sua alienação, reabrir uma potencialidade de sua história na opacidade de sua situação. O sujeito doente que vem nos procurar pode estar presente, de corpo e alma diante de nós, mas talvez tenha permanecido prisioneiro de uma ficha guardada no arquivo do contramestre de sua fábrica, assim como é possível que o reencontremos permitindo que vá ao bar do clube, no qual outros doentes o acolherão com sucesso bem maior do que poderíamos obter...

O que vai fazer que se revele o sujeito inconsciente nesse momento? Um fato de fala/palavra, a manifestação, por mínima que seja, de um evento que o leve a se recompor. Nessas condições, toda reunião, todo medicamento, todo eletrochoque, todo diário, a revolução chinesa, as canções, tudo pode produzir efeitos de sentido suscetíveis de intervir de modo decisivo, a título de interpretação, no sentido mais amplo de "interpretação", numa situação institucional de vocação psicoterapêutica. "As energias psíquicas de uma massa característica que acompanha com excitação uma partida de futebol ou que vibra diante de uma opereta de

⁵ Referência a um artigo de J. SCHOTTE, "Le Transfert dit fondamental de Freud pour poser le problème: psychanalyse et institution". In: *Revue de psychothérapie institutionnelle*, n. 1.

pacotilha, não mais poderiam ser contidas caso fossem libertas de seus grilhões e orientadas para as metas racionais do movimento operário. É esse o ponto de vista a partir do qual se deve realizar a análise da economia sexual.”⁶ Enquanto o psicanalista se contenta com uma insignificante gama de interpretações, a instituição se caracteriza por ser potencialmente um sujeito analisante que não coincide com um indivíduo. Não obstante, ela não vem a sê-lo de maneira automática; o mais comum é que permaneça uma estrutura cega que atua preponderantemente no registro da alienação, sendo o sujeito remetido apenas a si mesmo e deixando-se o indivíduo no impasse, o *statu quo*.

Por que psicoterapia institucional? Isso significa que se queira acabar com médico em sua condição de indivíduo, companheiro, cidadão, que se proponha ser ele aquele que “fala por...”, o “porta-voz” (*porte-parole*, porta-fala/palavra) do sujeito que poderia ser a instituição. Não necessariamente com conhecimento de causa. Não é o próprio médico prisioneiro inconsciente em sua condição de agente do processo, com sua vida conjugal, sua cultura, suas opiniões e assim por diante? Toda a questão se resume a saber se ele pode vir a se tornar um elemento que se articula, numa relação de verdade, ao pessoal encarregado da cura e a todos aqueles que vêm ao encontro daquilo que se fala lá. Só assim se pode esperar refundar as diferentes instâncias, os distintos níveis de uma cura psicanalítica, ou de uma psicoterapia institucional. É esse o requisito de toda possibilidade de escrever reais monografias institucionais.

Se não se partir da definição do sujeito como sujeito inconsciente, ou melhor, como agente coletivo de enunciação, corre-se o risco de coisificar, na forma de *estrutura*, a instituição, e, por outro lado, toda a sociedade. Como decorrência, há o perigo de se chegar a uma falsa dicotomia entre a instituição como fator sublimador ou de alienação; esse desconhecimento da função do sujeito terá como correlato sejam quais forem as intenções modernistas de um projeto, um funcionamento invertido de todas as articulações do sistema, a par de uma paralisia de todos os seus enunciados. Recuperar-se-ão inevitavelmente, talvez de uma maneira um pouco mais flexível, os *mesmos papéis*: o do médico, o

⁶ W. REICH. *Psychologie de masse du fascisme*. [Psicologia de massas do fascismo. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. Trad. Maria da Graça M. Macedo.]

do enfermeiro, o do doente, todas as hierarquias internas e outros sistemas fantasmáticos serão reinstaurados e codificados ao mesmo título. Ocorre o mesmo com as mitologias tradicionais: uma sociedade dotada de certa estabilidade encontra sempre representantes de sua Igreja para reinterpretar seu culto e reformulá-lo em função de novas situações.

Em contrapartida, a partir do momento em que se consegue fazer oscilar, rachar, o caráter de totalização de uma instituição (do Estado ou de um partido), esta, em vez de girar em torno de si mesma como estrutura, pode adquirir uma consistência subjetiva e instaurar todo tipo de modificações e novos questionamentos. É isso que pretendo ao acentuar – quem sabe exageradamente – a diferença entre os grupos que são para si mesmos apenas alguma coisa passiva, os grupos sujeitados, e aqueles que se propõem a interpretar sua própria posição, os grupos-sujeitos. Grupos religiosos, políticos ou – por que não? – a instituição que fosse ao mesmo tempo psiquiátrica, analítica e política. Mas, para evitar toda confusão com uma concepção de estilo psicológico ou *boy-scout* (escoteiro), insistamos mais na idéia de que um grupo não poderia ser por si só dotado de virtudes analíticas! Afora períodos de ímpeto revolucionário, há, pelo contrário, toda uma práxis regular, toda uma química do grupo e da instituição, necessárias à produção de “efeitos analíticos”. Cumpre repetir: uma tal práxis não pode ser senão o fato de um sujeito coletivo – o próprio grupo – em seu projeto ser sujeito não somente para si mesmo como também para a História!

4. Nova direção da psicanálise

A maneira como o psiquiatra restitui aquilo que será apreendido como sintoma mostra que a psiquiatria de cultura analítica tende a sempre buscar aí uma referência na história pessoal, a fazer que essa história se rearticule na forma de uma historicidade imaginária e que cada mito individual se vincule a um grande mito de referência. Esse grande mito encontra sua coesão num sistema totalizado e totalizador. É a referência ao grande Outro. Todas as referências imaginárias que serão feitas a partir da história individual, os diversos complexos e incidentes pessoais, serão remetidos a essa instância mítica fundamental.

É um pouco dessa maneira que a sociedade primitiva tentaria explicar tudo o que acontece mediante a referência a um mito central, pronta a modificá-lo a fim de melhor apreender a totalidade das manifestações a interpretar. Isso corresponde ao desejo tão simples de que é necessário que tudo isso tenha alguma participação aí, em particular num campo territorial dado, numa determinada linguagem e em função de um processo de codificação coletivo que não dispõe de meios de escritura. Mas a interpretação analítica implica uma exacerbação desse procedimento, uma espécie de hegelianização extrema: é preciso que tudo seja incluído no quadro idealista e reacionário de uma sociedade fechada, sociedade que já não considera que o movimento social tem tal caráter que as classes existem para desaparecer, para se destotalizar, que as ideologias existem para se abolir umas por meio das outras e que nunca haverá uma garantia em si de uma ordem moral. É lamentável que a ideologia freudiana tenha se apoiado cada vez mais, no curso de seu desenvolvimento, nos mais célebres e belos mitos antigos. Como os mitos contemporâneos são limitados e degenerados, considerou-se necessário ir em busca dos da sociedade antiga. Não é por acaso que, em função disso, os mitos gregos tenham por isso merecido destaque. Não podemos de modo algum censurar Freud por isso, pois teria sido necessário que ele inventasse novos mitos, o que ele de resto fez em *Totem e tabu*. Ele pegou o que estava a sua disposição! Seja como for, era preciso encontrar a todo custo uma referência homogênea que fosse convincente, tranquilizadora e gerasse uma vontade de apego.

Isso evoca um problema filosófico de fundo: devemos considerar o plano de referência da linguagem como sendo em si mesmo inteiramente articulado ao plano do próprio ser? Haverá uma correspondência biunívoca entre o ser e a linguagem, de forma tal que a garantia da estabilidade das referências se fundasse no próprio ser e, por conseguinte, se avançasse na análise rumo a pontos de ancoragem de um ser absoluto? Desembocamos na filosofia de Heidegger, que faz a elucidação derivar (*sic*) na direção de uma série de articulações ditas fundamentais, uma espécie de "golpes de cutelo" que incidem sobre as próprias possibilidades de expressão. Uma tal análise regressiva de pretensos pontos de ancoragem da linguagem pode talvez apresentar certo interesse literário, mas permanece

impregnado de um caráter de perenidade, de um tipo de eternidade da referência e do ser. E, no final, essa paixão pela etimologia poética não poderia ter senão uma reduzida clientela. Para dizer a verdade, a análise freudiana original nunca seguiu esse caminho. Para Freud, a interpretação de, por exemplo, um lapso, não segue a via etimológica. Além disso, não parece haver motivo para que o próprio Deus devesse ser prisioneiro de semelhante paixão pela etimologia.

Em conseqüência dessa atitude, a psicanálise, mormente a dos epígonos, terá por imperativo efetuar uma dupla seleção: repressora e limitadora desses mitos e, correlativamente, daquilo de que pode se ocupar, a saber, certa categoria de neuróticos, bem como de certos aspectos dessas neuroses, de um dado número limitado de doenças mentais, assim como de categorias sociais bem precisas, de um ambiente cultural bem delimitado. Poder-se-ia imaginar que, com a evolução da psicanálise, os psicanalistas não poderão mais pensar em curar doentes, mas apenas burocratas... Poder-se-ia até imaginar que a psicanálise só vá servir para psicanalizar os psicanalistas; vai-se chegar a um sistema iniciático, a uma sociedade cuja única função será a de fundar outra sociedade idêntica a si, ou a uma sociedade religiosa voltada para si mesma, simples delegação social que permite ao mundo meditar, de preferência no mais completo silêncio, bem como no conforto; é aí que uma comparação com os anacoretas chega a seu limite. Pegar os psicanalistas pelo colete para colocá-los no asilo é como pegar um cura da Idade Média para colocar numa fábrica, ou numa piscina! Ele vai imediatamente tentar sair dali mediante exorcismos, excomunhões. Em alguns casos, isso vai ter algum efeito, vai chamar a atenção; depois...

Resta a prática que nos impele a descobrir a todo custo alguma coisa: o que se tem de fazer quando se está bloqueado por alguma coisa? Uma fábrica, um asilo ou um doente, que aflição... Tem-se de procurar. A ordem do dia é a abertura à mais completa alteridade da situação. Se pretendermos de antemão saber de onde aquilo vem, agiremos como os psiquiatras que cochilam na poltrona e ficam definitivamente desligados...

Dito isso, permanece o problema de fundo: qual é a referência? Será que quando se diz do inconsciente que ele é "estruturado como uma linguagem" se estará querendo dizer que a pertinência a essa estrutura

implica um caráter de impermeabilidade, de permanência, que se trata de uma espécie de túnica que tenderia a permanecer idêntica a si mesma ou em contra-dependência permanente das outras estruturas com as quais se acha vinculada? Toda pesquisa, seja ela de cunho etnológico ou uma psiquiatria viva, mostra que as representações, os mitos, tudo o que vem alimentar a segunda cena,⁷ todas essas personagens não existem necessariamente: o pai, a mãe, a avó ou monstros sagrados da Era Secundária; essas são igualmente personagens presentes às questões fundamentais da sociedade, isto é, da luta de classes de nossa época. Se existe, o fundamento filosófico da psicanálise implica que esta seja igualmente a elucidação dos impasses culturais e sociais no seio dos quais nos debatemos. Supondo que ainda nos debatemos!

É evidente que a resolução de certos impasses neuróticos não pode ser realizada na situação face a face com o analista se este desconhecer determinados elementos exteriores à situação analítica. As dimensões mais graves das neuroses, que os psicanalistas pretendem atingir, são, pelo contrário, evitadas por eles, pela boa razão de que eles não se vêem diante delas no consultório. Há elementos interpretativos a ser apreendidos nos elos cambiantes da sociedade. Cruciais problemas fervilham no significativo em diferentes níveis, e eles são mais importantes do que o fato de repetir que a sociedade grega realizou uma completa reviravolta por meio do mito de Édipo. É ainda importante não perder de vista, por exemplo, que uma imensa *Spaltung* (cisão) se instaurou recentemente no mundo comunista, o que complicou todas as nossas estruturas de referência: há a paranóia dos chineses, a parafrenia dos albaneses, a perversão dos revisionistas etc. Para não poucas pessoas na sociedade, isso conta! Se for cego para todas as coisas dessa ordem e pretender que não fazem parte do campo da análise, é impossível o psicanalista ter acesso a certos problemas, não só certos problemas políticos como também à axiomática inconsciente que é comum a pessoas que vivem na sociedade real.

Temos a obrigação de nos pronunciar sobre a questão do ser a partir do momento em que ela foi proposta. Com a loucura, somos obrigados a fazer opções no âmbito de questões metafísicas e éticas fundamentais,

⁷Ver a propósito a teoria freudiana da sedução. N.T.

a saber, qual é o destino do ser humano? Mas de que ser humano? De um real, homem cujos mitos de referência não são forçosamente compatíveis com os de uma teologia em vigor? Há por conseguinte todo um emaranhado de problemas proscritos da pesquisa analítica que parece impossível não varrer para debaixo do tapete...

Alguém acabou de dizer que é preciso devolver o sujeito a seu lugar. O lugar do sujeito, repete-se, é uma fenda... Certamente, mas uma fenda não é senão o nada do resto, e o resto, apesar de tudo, conta! Basta colocar erradamente em sua cabeça alguma coisa do ambiente da fenda para que o sujeito se ache radicalmente descentrado...

O pequeno sujeito agarrado à mãe, ou o esquizofrênico estupefato que chega, está inteiramente vinculado com esse ser. Está submetido a ele e, paradoxalmente, só ao longo do caminho é que tudo vai se fazer em pedaços, toda essa bola neurótica que vai fazer que num dado momento, mantida a dependência com respeito às determinações exteriores, já não lhe reste possibilidade de apegar-se, de articular-se, a uma qualquer coisa não fantasmática. O problema consiste em abrir para ele *artificialmente* novas fendas para que se agarre a algo. O recurso à alteridade absoluta é algo que, em princípio, deveria permitir que o sujeito permanecesse ligado ao fundamento de todo valor. Não obstante, não será essa alteridade absoluta uma estátua de pedra, a estátua do Comandante, ou então algo que não é dado de uma vez, alguma coisa que é estruturada *como* uma linguagem — isto é, “à maneira de”, nada mais —, que é posta sob a jurisdição de um deus (*si*)⁸ criacionista que ainda não terá sido ele mesmo criado, ou que, tendo-o feito, perdeu-se no dia seguinte?

1962-1963

⁸ O autor faz distinção entre “Deus” e “deus”. N.T.

A Transferência (1964)
(Intervenção feita no âmbito do GTPSI)

Schotte agiu com acerto ao valorizar a natureza das operações significantes que nos permitem identificar os fenômenos de transferência com os fenômenos da fala/palavra e da linguagem. Isso deveria ajudar-nos a esclarecer a questão da transferência fora do campo estrito da experiência psicanalítica; **refiro-me à transferência no âmbito do grupo, à transferência institucional.** Na medida em que se pode considerar que também o grupo é “estruturado como uma linguagem” – para transpor uma fórmula de Lacan acerca do Inconsciente –, talvez se possa propor a questão de saber como ele fala, e antes de tudo se é legítimo considerar que ele tenha acesso à fala. **Um grupo pode ou não ser sujeito de sua enunciação?** De modo consciente ou inconsciente? A quem ele fala? Estará um grupo sujeitado, alienado do discurso de outros grupos, condenado a permanecer prisioneiro do não-sentido de seu próprio discurso? Haverá para ele uma saída possível que, mesmo parcialmente, lhe permita certo distanciamento dos enunciados que profere, enunciados que se pode dizer que, num contexto de assujeitamento, **o grupo é tanto seu sujeito como seu objeto?**

A partir de quais condições se pode esperar que de um campo de fala/palavra vazia possa emergir uma fala/palavra plena – emprestando mais fórmulas de Lacan? Será possível, por exemplo, conceber de boa fé e sem trair que haja “ainda assim alguma coisa a fazer” em situações alienadas como as de um hospital psiquiátrico, de uma escola etc.? Ou teremos de desistir de tudo, implantar a política do quanto pior melhor e fazer da revolução social o requisito absoluto de toda intervenção dos “usuários” no funcionamento local das instituições?

Não haverá entre o grupo e seu não-sentido uma espécie de diálogo secreto produtor de uma alteridade potencial? Do próprio fundo de sua impotência, poderá o grupo ser o portador de um apelo inconsciente à capacidade de tornar possível alguma outra coisa,

ainda que seja falar juntos dessa impotência: "O que isso (ça) pensa de tudo o que temos ao nosso redor? Para que isso serve? Que se faz lá...?" O grupo sujeitado e o grupo-sujeito não deveriam portanto ser considerados como mutuamente exclusivos. Um partido, outrora revolucionário e hoje mais ou menos sujeitado à ordem dominante, ainda pode ocupar, aos olhos da massa, o lugar deixado vago do sujeito da História, tornar-se, como que apesar de si mesmo, o "porta-voz" de um discurso que não é o seu, pronto a traí-lo tão logo a evolução da relação de forças lhe permita esperar um retorno ao normal. Assim, por mais sujeitado que seja aos determinismos socioeconômicos, um tal partido conservará, como que involuntariamente, uma potencialidade de ruptura subjetiva que uma transformação do contexto poderá revelar. Não se trata, pois, em nosso caso, de considerar os fenômenos de alienação e desalienação de grupo como coisas em si, mas antes como duas vertentes, expressas e desenvolvidas de maneiras distintas, a depender dos contextos situacionais, de um mesmo objeto institucional.

Na vertente do assujeitamento do grupo, teremos de decifrar fenômenos que tendem a levar o grupo a voltar-se para si mesmo — as *leaderships* —, as identificações, os efeitos de sugestão, as rejeições, os bodes expiatórios etc., tudo o que tende a promover uma lei local e formações idiossincráticas, com seus interditos, seus ritos e assim por diante, tudo aquilo que tende a proteger o grupo, a torná-lo infenso às tempestades significantes, tempestades cuja ameaça é sentida como vinda do exterior mediante uma operação específica de desconhecimento que consiste em produzir as espécies de falsas janelas que são as fantasias de grupo. Nesse tipo de grupo, está-se assim empenhado numa espécie de luta perpétua contra toda inscrição possível do não-sentido: os diferentes papéis são coisificados, falicizados (*sic*), seja no nível do chefe ou no da exclusão. Está-se nesse grupo para os fins da recusa coletiva de enfrentar o nada, enfrentar a significação última dos empreendimentos nos quais se está engajado. Trata-se de um sindicato de defesa mútua, um lobby contra a solidão, contra tudo o que poderia ter a marca de um caráter transcendental.

Na outra, a vertente do grupo-sujeito, não se dispõem dos mesmos recursos de tranquilização. Está-se ameaçado, em seu âmbito, pela submersão num oceano de problemas, de tensões, de lutas internas, de riscos de divisão, justo como decorrência da abertura do grupo a outros grupos. O diálogo, a intervenção nos outros grupos, é uma finalidade aceita pelo grupo-sujeito, algo que o obriga a certa lucidez com relação a sua finitude e evidencia para ele o horizonte de sua própria morte, isto é, de seu esfacelamento. A vocação do grupo-sujeito de tomar a palavra tende a comprometer o estatuto e a segurança dos membros do grupo; desenvolve-se, assim, uma espécie de vertigem, de loucura específica do grupo-sujeito; **uma crispação paranóica toma o lugar dessa vocação de ser sujeito**: o grupo passa a desejar a todo custo ser sujeito, inclusive no lugar do outro, caindo assim na pior alienação, a que está na origem de todos os mecanismos compulsivos¹ e mortíferos que conhecemos nas "igrejinhas" religiosas, literárias ou revolucionárias.

Quais podem ser os fatores de equilíbrio de um grupo entre essas vertentes distintas: a externa, do grupo sujeitado, e a interna, na tangente louca (*sic*) do projeto de um grupo-sujeito?

Nossa prática hospitalar pode trazer certo esclarecimento, iluminação a essa questão. Vê-se efetivamente que a integração de um doente a um grupo, sua "socialização", não depende só da boa vontade dos terapeutas. Certos pacientes que estão numa instituição encontram zonas de tolerância, limiares e zonas de impossibilidade absoluta, em suas tentativas de integração a um grupo ou a uma atividade. Está-se na presença de um mecanismo similar ao das sociedades primitivas em matéria de acolhimento numa nova classe de idade e de iniciação, com seus rituais de passagem. O que faz uma pessoa aceitar ser marcada pelo grupo? Se se forçam as coisas, chega-se a uma alternativa em que ou o grupo se desfaz, ou é a própria pessoa que o faz. Ora, é precisamente nos grupos que não cultivam ritualmente seus sintomas — os grupos-sujeitos — que o risco do face-a-face com o não-sentido é bem maior, mas também **o é** a possibilidade de uma resolução dos impasses sintomáticos individuais.

¹ *Compulsionnés*, não *compulsives*. Parece ser composta por "compulsão" e "pulsional". Compulsional é de uso comum em espanhol e inglês, neste último em textos psicanalíticos, sendo *compulsive* mais encontrado em textos psiquiátricos. N.T.

Enquanto permanece objeto dos outros grupos, o grupo recebe o não-sentido, a morte, a partir do exterior de si mesmo; pode-se sempre esperar refúgio em suas estruturas de ignorância. Mas tão logo o grupo se torna sujeito de seu destino, tão logo assume sua própria finitude, sua própria morte, os elementos de acolhimento do superego são alterados, o limiar do complexo de castração, específico de uma ordem social dada, pode ser alterado localmente. Está-se no grupo não para se esconder do desejo e da morte, comprometido num processo coletivo de obsessão, mas devido a um problema específico, não por toda a eternidade mas a título transitório: é o que chamei de estrutura da *transversalidade*.

Schotte acentuou que, na transferência, não havia quase nunca uma verdadeira relação dual; o que é muito importante. A relação mãe-criança, por exemplo, não é uma relação dual, seja qual for o nível em que a considerarmos. Quando refletimos sobre ela numa situação real, percebemos que é pelo menos triangular, que há sempre um objeto mediador que serve de apoio ambíguo. Para haver deslocamento, transferência, linguagem, é necessário que haja algo que possa ser cortado, desvinculado. Lacan insistiu muito nessa dimensão do objeto, decisiva para não nos perdermos nessas questões de transferência e de contra-transferência. Não há deslocamento, na ordem da transferência, senão à medida que *alguma coisa* pode ser deslocada. Alguma coisa que não é nem o sujeito nem o outro. Não há relação intersubjetiva, dual ou não, que seja suficiente para fundar um sistema de expressão, ou seja, um estatuto da alteridade. O face-a-face com o outro não explica a abertura ao outro, nem funda o acesso a sua compreensão. O que é fundador – por exemplo da metáfora – é alguma coisa que está fora do sujeito, adjacente ao sujeito, aquilo que Lacan descreveu com o termo de objeto “a”.

Mas que é esse “a”? Não seria necessário fazer dele uma chave universal de essência lingüística, ou uma experimentação de um novo tipo, uma nova forma de turismo, para, por exemplo, visitar a Grécia antiga não se deslocando a não ser por meios lingüísticos bem pouco dispendiosos; refiro-me à prática perversa da etimologia, que virou particularmente uma moda a partir de Heidegger. Essas espécies de retrospectivas imaginárias que, no fundo, não têm nada que ver com o verdadeiro trabalho

de Freud sobre o significante. Não creio que sejam portadoras de uma mensagem específica do inconsciente. Não se deveria, a meu ver, tomar tudo aquilo que Freud pôde utilizar, correta ou erroneamente, da ordem das mitologias, para traduzir suas distribuições conceituais ao “pé da imagem” (*sic*). É o “pé da letra”, em toda a sua *artificialidade*, ou mesmo o número, que é a chave da interpretação. Isso fica claro, num livro como *O chiste e sua relação com o inconsciente*, no qual se vê que as cadeias significantes inconscientes, na “palavra de espírito” (*mot d'esprit* = chiste), por exemplo, não mantêm relações específicas com as leis da etimologia, podendo a construção tomar igualmente como objeto um fonema, uma acentuação, um jogo sintático ou um deslocamento semântico. E não é por acaso que o que foi coisificado por Freud, e quase deificado por seus sucessores, tenham sido as referências míticas que lhe vieram ao espírito, um tanto por acaso, no início, como recurso de identificação da dramatização e dos impasses da família conjugal. Mas não se deveria fazer do mito um mito! Os mitos antigos de referência, sobre o tema de Édipo, por exemplo, não têm nada a ver com os recursos imaginários e as articulações simbólicas da família conjugal atual, nem com nosso sistema de coordenadas sociais!

É uma ilusão pensar que haveria alguma coisa a ler na ordem do ser, do lado de um mundo perdido; pensar que se possa instaurar o remontar a um ser mítico, aquém de qualquer origem histórica, como propedêutica psicanalítica ou como maiêutica. A referência a esses tipos de reduções mítico-lingüísticas não tem utilidade alguma na realização concreta de uma cura psicoterápica, ou na instituição de um clube terapêutico, a menos que se caia em sei lá qual sistema divinatório! O importante é chegar à mensagem singular e ao objeto portador e fundador dessa mensagem. Esse objeto não poderia encontrar seu sentido a partir de semelhante ilusionismo retrospectivo. Não se pode esperar apreender a especificidade da mensagem freudiana a não ser que a desvinculemos, privemo-la dessa paixão do regresso às fontes, mito moderno que encontrou seu regime de pleno florescimento incontido a partir do romantismo: a busca infinita de uma verdade impossível, de um “para-além” da manifestação, no seio da natureza, no âmago da noite...

O remédio para sair disso consiste em se reorientar no sentido da História, no sentido do recorte diacrônico do real e de suas tentativas provisórias e parciais de totalização. É isso que vou denominar bricolagem da História e estruturas sociais.² É impossível realizar uma tal reclassificação se não nos fizermos antes de tudo a pergunta: onde está a lei? Está ela atrás de nós, atrás da História, alguém de nossa situação real e, portanto, inapreensível por nós? Ou estará ela diante de nós, ao nosso alcance, passível de recuperação? Como diz Bachelard, cumpre forçar a natureza a ir tão longe quanto o vai nosso espírito.³ Quem vai formular essa questão? Evidentemente, não os grupos e sociedades que fundam sua razão de ser em sistemas a-históricos de legitimidade de caráter político ou religioso. Só o poderão fazer os grupos que aceitam desde o começo o caráter precário e transitório de sua existência, aceitando lucidamente enfrentar contingências situacionais e históricas, o face-a-face com o nada, e recusando-se a refundar misticamente e a justificar a ordem existente.

Hoje em dia, o psicanalista se satisfaz se seu analisando supera suas fixações arcaicas, se ele consegue por exemplo se casar, ter filhos, reconciliar-se com as contingências biológicas e se integrar à sociedade tal como ela é. **Sejam quais forem os rumos tomados pelo percurso analítico, permanece implícita a referência a um modelo predeterminado de normalidade.** É verdade que o analista não espera em princípio que essa normalização seja o produto de uma identificação pura e simples do analisando com ele analista, mas nem por isso deixa de trabalhar, e como que apesar de si mesmo (que mais não seja do ponto de vista da continuidade da cura, isto é, com frequência, da capacidade do analisando de continuar a lhe pagar), em favor de um processo de identificação do analisando a um perfil humano compatível com a lei social existente e da assunção de sua marcação pelas engrenagens da produção e das instituições. O analista

² *Agencement* foi traduzido em livros de Guattari (e não só) no Brasil como "agenciamento". O sentido de *agencement* está ligado a organização, disposição, arranjo, estruturação, que nos parecem mais adequados, mormente porque *agenciamento* é usado tradicionalmente em português na área de seguros, tendo o sentido de trabalho de persuasão feito junto a pessoas seguráveis a fim de que elas firmem a adesão a uma proposta de seguros. N.T.

³ G. BACHELARD. *Philosophie du non*. Edições em português: *A filosofia do não*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. *A filosofia do não: ensaios de uma filosofia do novo espírito científico*. Lisboa: Presença, 1972.

não encontra esse modelo completamente formado na sociedade atual. Seu trabalho é justamente forjar um novo modelo no espaço em que seu paciente carece de um; por outro lado, de uma maneira mais geral, a sociedade burguesa e capitalista moderna já não tem a sua disposição um modelo satisfatório! É para atender a essa carência que o psicanalista toma emprestados seus mitos às sociedades anteriores, e é assim que o psicanalista nos propõe um modelo pulsional, um tipo de subjetividade e de relações familiares ao mesmo tempo novo e compósito, um sincretismo de elementos arcaicos e elementos totalmente modernos. O que importa à ordem social dominante é que o modelo tenha condições de funcionar na sociedade atual. É esse o sentido dessa assunção requerida do complexo de castração – uma espécie de *ersatz* de iniciação para as sociedades modernas – como saída possível dos impasses edipianos. É esse igualmente o sentido do sucesso e da rentabilidade da psicanálise!

Para nós, a questão é totalmente distinta: trata-se de saber se existe ou não uma possibilidade de economizar esse recurso aos modelos alienantes, saber se é possível fundar leis da subjetividade num lugar que não seja a restrição social nem segundo as linhas misticantes dessas referências míticas compósitas. Haverá para o ser humano a possibilidade de ser ele mesmo o fundador de sua própria lei?

Tentemos ressituar outra vez certos conceitos. Se existir um deus totalizador de valores, todos os sistemas de expressões metafóricas permanecerão ligados com o grupo sujeitado por meio de uma espécie de cordão umbilical fantasmático que o vincula com esse sistema de totalização divina. Forçando a formulação, e, para evitar a todo custo recair numa opção idealista, partamos da idéia de que também não se deve considerar que um tal sistema de totalização deva ser procurado no nível do "ramo humano", transmitido de esperma em esperma. É verdade que há aí um *suporte* de transmissão, mas que nem por isso constitui uma verdadeira mensagem. Os espermatozoides não falam! E todas as ordens acerca das quais dizemos que são "estruturadas como um linguagem" lhe escapam do ponto de vista do sentido. A ordem dos valores humanos, tomada como sistema de referência, está bem próxima de sistemas de posicionalidade divina. O que é transmitido da fêmea grávida ao filho? Muitas coisas: alimentos, anticorpos, mas também, e sobretudo, modelos

fundamentais da sociedade industrial. Nada de fala/palavra lá dentro, mas já uma mensagem, a mensagem da sociedade industrial, uma mensagem particular e que vai diferir a depender da posição em que a pessoa vai se ver nesse contexto. Já se está, por conseguinte, no significante, mas ainda não na fala/palavra nem na linguagem. A mensagem transmitida não tem muita relação com as leis estruturais da lingüística e da etimologia, mas, em vez disso, com todas as coisas heteróclitas que são drenadas pelo aludido ramo humano. Tudo o que se refere ao ser humano em sua relação com a demanda mais primitiva é bem marcado pelo significante, porém não necessariamente por um significante que partilhe de uma essência lingüística mais ou menos universal.

Tudo o que se tenta falar, num nível que não é o da fala/palavra, tudo o que é transferência, transmissão, troca, se caracteriza como passível de ser cortado, como alguma coisa que permite esse jogo de articulação de significantes. Se os objetos de transmissão, os gestos, os olhares, chegam a tornar possível nutrir uma criança, é por serem, em todos os níveis, marcados, fundamentados nesse sistema de cadeias significantes. Qual a lei das trocas nesse nível? Eis uma questão inescapável! Cada vez joga-se isso e se arrisca isso. Há aqui uma profunda precariedade territorial da estrutura das trocas, visto que o significante que não está "cristalizado" como uma linguagem está efetivamente na base da sociedade e, em última análise, na base das leis de todo sistema significante, inclusive o lingüístico.

A fala/palavra não existe na ordem animal porque o sistema de transmissão e totalização dessa ordem pôde até agora prescindir dela, o que não ocorre com o ramo degenerado da Humanidade, estando as relações da fala/palavra, da imagem e da transferência no ser humano ligadas a uma carência fundamental – aquilo que Lacan denomina uma "deiscência do organismo"⁴ –, que, por outro lado, o obriga a recorrer a formas de divisão social do trabalho para sobreviver. No futuro, essa sobrevivência vai depender da capacidade de resolução de problemas das máquinas cibernéticas. Vai ser impossível reagir à agressão de um novo vírus sem a intervenção de calculadoras cada vez mais aperfeiçoadas.

⁴ LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, p. 96.

Evoco esse mito da máquina com o fito de destacar o absurdo da situação. Acaso a calculadora em questão é Deus? Ou terá o próprio Deus preestabelecido essas versões sucessivas, tendo em vista que elas teriam de responder a todo gênero de problemas mais ou menos contingentes, por exemplo, os cálculos estratégicos inéditos suscitados por uma nova Guerra Fria? Não será esse mito apesar de tudo uma melhor ilustração dos impasses da atual sociedade do que a devastadora referência aos conjuntos de imagens habituais do familialismo (*sic*), do regionalismo e do nacionalismo e que, por outro lado, têm o inconveniente de funcionar por meio do reforço das formas de neurose social, à medida que respondem menos a seu objeto? Com efeito, esse conjunto tradicional de imagens não parece capaz de manter-se sem desenvolver incessantemente seu trabalho de desconhecimento, de neurose de civilização, principalmente ao expor sempre o sujeito a recorrer compulsivamente a formas abastardadas de demanda – demanda cega e sem objeto, dirigida a um deus que se tornou bestial e malévolo.

1964

Reflexões sobre a Terapêutica Institucional e os problemas de higiene mental no meio estudantil*

O estudo dos problemas de saúde mental deveria ser parte integrante do conjunto da pesquisa antropológica. Não obstante, a "coisa mental" é de modo geral considerada como a província exclusiva de certo número de especialistas; essa "tecnicização" coexiste, por outro lado, com resquícios quase mágicos que obliteram as funções médicas e paramédicas, e cuja origem é de situar no período medieval. (Exemplos: as ordens dos Médicos e Farmacêuticos, o "juramento de Hipócrates", a "vocação" dos enfermeiros, dos assistentes sociais etc.)

A psiquiatria parece marcada, de uma maneira bem especial, por esses arcaísmos, tanto em conseqüência do enorme peso de suas estruturas hospitalares, de suas atitudes e de seus atos sociais, a que a loucura serve de pretexto, como devido ao fato de os problemas científicos e técnicos não terem modificado até o momento, a não ser de modo marginal, esse campo privilegiado da irracionalidade. Pensemos, por exemplo, no espetacular impulso que vêm conhecendo há alguns anos as aplicações psiquiátricas da quimioterapia. São lançados todos os meses no mercado novos medicamentos, constituindo alguns deles preciosos meios de intervenção terapêutica. Convém contudo que sejam administrados com discernimento e em associação com toda uma gama de outras intervenções psicoterápicas, ergoterápicas, institucionais etc. Por infelicidade, isso não costuma acontecer com freqüência! Isso se deve, por um lado, à catastrófica situação da infra-estrutura hospitalar, que lança o médico dos hospitais psiquiátricos na impossibilidade de exercer corretamente seu papel. Mas advém igualmente de uma atitude bem generalizada entre os praticantes, que consideram dever seu papel restringir-se a investigações e prescrições voltadas exclusivamente para a "parte doente" do

* Relatório apresentado à Mutuelle nationale des étudiants de France (MNEF) [Diretório nacional dos estudantes], a título de conselho técnico, e publicado na revista *Recherches universitaires*, 1964.

sujeito, sem ter de se interessar pelos outros problemas pessoais, familiares, profissionais etc., problemas cuja elucidação mostra não obstante ser condição indispensável ao sucesso de todo e qualquer tipo de cura. Paralelamente aos inegáveis efeitos de cura, as novas medicações têm ao que parece servido de pretexto a um reforço dos mecanismos de desconhecimento, de evitação, de fuga, de racionalização diante dos fenômenos essenciais da alienação mental, tendo contribuído, como decorrência, a uma "coisificação" ainda mais acentuada do doente. Tomada ao pé da letra, a "coisa" manifesta-se em numerosos serviços nos quais a agitação vencida cede lugar a embrutecimento generalizado à base de pesadas doses de neurolépticos!

Também é marginal, no outro pólo, a técnica psicanalítica que, embora vise de modo autêntico chegar ao âmago dos problemas, fica de modo geral aquém de seu objeto no campo da prática psiquiátrica, decorrência do fato de haver uma concepção quase aristocrática, senão iniciática, do ofício do analista. Em nossos dias, é excepcional a possibilidade de os doentes hospitalizados se beneficiarem de uma cura psicanalítica. No momento em que se formarem analistas em número suficiente e em que estes aceitem trabalhar em tempo integral nas instituições hospitalares, surgirá o problema da feitura de certo número de modificações da técnica da psicanálise e de suas indicações, a fim de adequá-la aos doentes mentais tal como se apresentam fora do consultório privado.

Deve-se considerar o conjunto da sociedade responsável pelo que emerge nesses ambientes privilegiados de estudo dos valores morais e humanos que são os presídios, os campos de concentração, a caserna, os hospitais psiquiátricos etc. Uma verdadeira pesquisa antropológica deveria propor-se a resgatar as regiões mais ou menos "escotomizadas" do campo social do ponto de vista normativo, a fim de reavaliar o sentido da sociedade como geradora desses "sintomas" com o objetivo de chegar a uma conceituação e a uma práxis capazes de modificar, por sua vez, a situação existente.

Seria absurdo buscar repartir as responsabilidades entre os diferentes grupos sociais aos quais concernem as questões de higiene mental. O corpo médico, o pessoal hospitalar, os organismos sociais, os usuários são, cada qual a sua maneira, prisioneiros do mesmo emaranhado de proble-

mas cuja chave se deve apreender no plano do conjunto da sociedade. A cada etapa de seu desenvolvimento, esta requer a manutenção de uma modalidade particular de alienação dos indivíduos com relação às diversas estruturas da coletividade: familiar, escolar, profissional, hospitalar e assim por diante. Esses fatores gerais de alienação têm como efeito distorcer e mascarar a significação das dimensões individuais da alienação com que lidamos de maneira mais geral no contato com as doenças mentais. Por trás de cada "caso", há um drama humano a decifrar. Mas é preciso descobrir os instrumentos dessa decifração, em primeiro lugar, nos diferentes níveis de alienação social em que o sujeito se vê de alguma maneira "despossuído" de seu problema singular.

A noção de "neurose prévia" (*préalable*), introduzida por Couchner,¹ nos parece um interessante ponto de partida, mas que infelizmente se mantém num plano demasiado geral, não permitindo que se avalie aí todo o seu alcance, que deveria desembocar, de nosso ponto de vista, a um profundo remanejamento da semiologia e da nosografia, dos planos de referência e das práticas terapêuticas atuais. É nesse sentido que deveríamos considerar que a *análise* não deveria impor a si limitações de domínio: cabe-lhe estender-se ao conjunto do campo humano em sua condição de realidade biológica, social, histórica, familiar, imaginária, ética etc.

Como alcançar a reorganização dessas fronteiras esclerosadas, invasivas, sempre prontas a renascer e a esterilizar toda pesquisa inovadora: alternativas dicotômicas entre, por exemplo, o biológico e o psicológico; o neurótico e o caracterológico; o psicótico e o neurótico; entre o conjunto de todo o precedente e o psicossomático; de um lado "tratar exclusivamente a base de neurolépticos" e do outro garantir a "psicoterapia pura", as diversas psicoterapias analíticas, as de apoio e depois as do grupo? Como articular essas questões com o outro mundo, deveras inexplorado, da readaptação, da reclassificação, dos lazeres etc.? Como evitar que os especialistas se encerrem em suas concepções e em suas técnicas como se estivessem numa fortaleza e remetam o doente, por causa de todas as coisas que lhes escapam, a outros especialistas, sem se preocupar muito em saber se elas estão "ao alcance" destes últimos ou

¹ *Revue des sciences médicales*: La Psychopathologie des temps modernes, janeiro de 1964. Estudo de Couchner : « Les Psychopaties industrielles », p. 42.

se estes terão condições de responder melhor a certas interrogações essenciais que não são da província de nenhum especialista como tal, mas de um sujeito "real"? Não correrá esse círculo de especialistas o risco de passar quase com certeza "ao largo do sujeito"?

É a essa preocupação que respondem a pesquisa de uma medicina de grupo, a realização de reuniões de síntese etc. Não há igualmente o perigo de perder de vista o essencial, sem que reste dessa vez ao doente o recurso imaginário de esperar encontrar alhures o "bom especialista"? O cuidado coletivo de um doente é sem dúvida, em si mesmo, altamente desejável; mas ainda assim é imperativo que esse cuidado seja o fato de grupo-sujeito constituído na base de uma prática concertada de análise e de pesquisa. Por outro lado, ela não implica renunciar à ação pessoal de busca da cura pelo especialista, mas, bem ao contrário, a articulação da relação terapeuta-doente a um grupo de referência que reavalie tudo o que possa vir a escapar a essa relação dual.

A formação de terapeutas é concebida atualmente em termos estritamente individuais, o que de modo algum predispõe a um futuro trabalho em equipe. Seria indispensável, numa dada etapa, a formação de equipes terapêuticas propriamente ditas. Em vez de pôr à frente dos estabelecimentos hospitalares, ao acaso das nomeações, médicos, diretores, economistas sem formação comum, sua administração deveria ser garantida a grupos de técnicos que já tivessem estudado longamente os problemas e se conhecessem uns aos outros devido a ter trabalhado juntos em diversas ocasiões, quando da passagem por certo número de estágios práticos.

A apreensão da totalidade problemática de um sujeito doente implica não somente uma troca de informações entre os terapeutas como também que o ambiente institucional, as atividades, a atmosfera etc. estejam sob a responsabilidade efetiva do conjunto do pessoal curador. Essa é a condição para que haja o mínimo risco de as ações de uns e de outros virem a se contrariar mutuamente. É essa, igualmente, a condição para que os próprios terapeutas fiquem mais seguros de não cair nas armadilhas imaginárias que os espreitam de modo particular nessas profissões em que é habitual ver a "pessoa" cristalizar-se no papel de um mago, xamã, alquimista etc. moderno.

Para todos os agentes terapêuticos, aceitar assim a circulação, e eventualmente a *contestação*, de seu papel, de suas investigações, dos meios propostos e de sua eficácia implica uma radical rediscussão dos estatutos tradicionais. A própria existência de um trabalho de equipe constitui por si uma estrutura privilegiada de acolhimento para as doenças mentais. Os indivíduos modelados por nossa sociedade habituaram-se a deslocar-se num campo de categorias mutuamente exclusivas. Quando "apresentarem" seus problemas a pessoas que conjugam, sem sentir o menor incômodo, terapias fundadas ao mesmo tempo no uso de medicamentos, do "logos", de uma assunção de responsabilidade, no trabalho, no jogo, no estudo etc., já se terá dado um grande passo. Esse mínimo de desmitificação (*démythification*) das categorizações habituais constitui uma importante etapa na promoção de uma cura que tenha a pretensão de não perder de vista o sujeito.

No entanto, é preciso reconhecer que os técnicos em geral são agentes de transmissão ativos de modalidades alienantes de categorização. Valorizam-se determinadas práticas terapêuticas a ponto de se fazer delas uma referência tendente a excluir a influência de qualquer outra forma de intervenção. Há uma espécie de hierarquia quase religiosa em cuja cúpula encontramos, por exemplo, os médicos e os psicanalistas, enquanto os enfermeiros, os monitores e os assistentes sociais só "alcançam a salvação" à medida que se beneficiam de alguma maneira de uma delegação parcial de poder médico. O enfermeiro, em vez de cumprir autenticamente seu papel com relação ao doente, considera-se com frequência uma espécie de médico de segunda classe, embora seja ele quem detém um poder terapêutico privilegiado e muitas vezes insubstituível. O doente modela seu comportamento segundo o do enfermeiro, só esperando ter acesso à "boa nova" no curso dos raros instantes em que entrevê o "chefe" de serviço. Essa dialética do senhor e do escravo não tem, por conseguinte, sentido único: a "minimização" do enfermeiro tem repercussões no nível da relação enfermeiro-doente, tornando-se este último mero *objeto* de cuidados. Correlativamente, enfermeiros e doentes tendem a esterilizar o papel do médico, à medida que todo um setor da vida cotidiana da instituição escapa por completo a este último.

O que dizemos aqui acerca do pessoal curador aplica-se igualmente

à totalidade dos demais trabalhadores de um estabelecimento hospitalar, sejam eles cozinheiros, motoristas, copeiras etc. O fato de a *recuperação* da totalidade do pessoal de uma unidade de cuidados gerar para cada um a possibilidade de cumprir autenticamente um papel humano perante os doentes, de organizar a sua maneira seu local de trabalho, seu horário, sua formação etc., permitindo-lhe multiplicar seus contatos com os doentes e dando-lhe ocasião de participar de uma atividade conjunta, constitui uma extraordinária possibilidade de extensão do campo terapêutico requerendo ela, destaquemos, ser estudada e controlada de modo permanente pelo coletivo de cuidados tomado em seu conjunto.

Não há dúvida de que as disparidades sociais no âmbito do campo social dos curadores não podem ser completamente suprimidas, sendo porém essencial a reabsorção de seus efeitos patogênicos, particularmente por meio da organização sistemática de toda uma série de encontros e reuniões que ensejem a expressão de problemas que, sem essa providência, viriam a perturbar a finalidade do conjunto do sistema. Não existe "fórmula" institucional alguma que se deva considerar primordial e recomendável como tal; em contrapartida, é essencial que se adote uma orientação de conjunto que vise chegar a uma profunda reformulação dos papéis profissionais tais como aceitos comumente, ao menos em seu aspecto vivido. Isso exige da parte da equipe curadora um esforço contínuo para vencer as resistências de toda e qualquer origem. Trata-se por outro lado menos de uma luta do que de uma espécie de *psicoterapia de grupo*.

Insistamos no fato de que esse processo de análise do ambiente não pode ser realizado a partir de fora: ele deve estar ligado de corpo e alma à própria instituição. Claro que a análise coletiva poderá ser levada a usar conceitos elaborados alhures, por exemplo, na pesquisa psicossociológica, mas no essencial ela deverá conquistar por seus próprios esforços, ao longo das diferentes etapas de seu desenvolvimento, de suas realizações, e mesmo dos fracassos, sua capacidade de conceituar as situações, de se assenhorear delas e de modificá-las.

Quando afirmamos que existe uma espécie de chave-mestra que "sobredetermina" os processos de alienação dos diferentes ambientes sociais, não estamos dizendo que deveríamos esperar que cada um deles

esteja em relação unívoca com uma espécie de modelo que permitisse dar conta disso de maneira mecânica. Pensemos, por exemplo, no que acontece num hospital do Estado: o comitê de vigilância, a direção, os médicos etc. talvez se mostrem relativamente homogêneos com respeito ao modo de relação vigente no resto da sociedade industrial, enquanto no nível das cozinhas, do cuidado das instalações, da lavanderia e da despensa se esteja mais perto de relações do tipo feudal, sem falar do destino reservado aos doentes, que parece, por vezes, reduzir-se pura e simplesmente à servidão.

Acentuemos de passagem que a modificação das situações concretas de existência e a implantação de recursos suscetíveis de facilitar a reorganização das práticas e estratificações sociais existentes constituem não somente uma urgência para os hospitais da antiga tradição como uma necessidade para numerosos estabelecimentos modernos que são cuidadosamente organizados do ponto de vista do conforto, mas afetados desde o começo pelas "doenças" sociais que gangrenam o meio, poluem a atmosfera; estabelecimentos que, num contexto mais "asséptico", assumem por vezes uma inflexão ainda mais inumana. Talvez não tenha sido por acaso que a primeira e mais original transformação de um hospital psiquiátrico tradicional tenha vindo a ocorrer no mais subdesenvolvido lugar da França: Lozère. Poderíamos colocar esse fato em paralelo com o fato de que a criação de um novo tipo de relação entre professor e aluno, ao lado da instalação de um novo tipo de atividade escolar, tenha ocorrido em pequenas escolas rurais, ao passo que as poucas experiências do gênero que foram feitas nas "escolas-caserna" encontraram "resistências" quase insuperáveis.²

É perfeitamente compreensível que os problemas de higiene mental que dependem, por exemplo, da administração pública de Seine se mostrem mais complexos e envolvam obstáculos de superação mais difícil do que em qualquer outro lugar. É certo que a importância do contexto justificaria fazer um esforço deveras particular para tentar modificar a atual situação. Não faltam, aparentemente, a nossa sociedade da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, bons sentimentos, porém, ela é marcada por uma

2 Cf. Fernand Oury e Aïda Vasquez, *Vers une pédagogie institutionnelle*. Paris: Maspéro, 1968.

à totalidade dos demais trabalhadores de um estabelecimento hospitalar, sejam eles cozinheiros, motoristas, copeiras etc. O fato de a recuperação da totalidade do pessoal de uma unidade de cuidados gerar para cada um a possibilidade de cumprir autenticamente um papel humano perante os doentes, de organizar a sua maneira seu local de trabalho, seu horário, sua formação etc., permitindo-lhe multiplicar seus contatos com os doentes e dando-lhe ocasião de participar de uma atividade conjunta, constitui uma extraordinária possibilidade de extensão do campo terapêutico requerendo ela, destaquemos, ser estudada e controlada de modo permanente pelo coletivo de cuidados tomado em seu conjunto.

Não há dúvida de que as disparidades sociais no âmbito do campo social dos curadores não podem ser completamente suprimidas, sendo porém essencial a reabsorção de seus efeitos patogênicos, particularmente por meio da organização sistemática de toda uma série de encontros e reuniões que ensejem a expressão de problemas que, sem essa providência, viriam a perturbar a finalidade do conjunto do sistema. Não existe "fórmula" institucional alguma que se deva considerar primordial e recomendável como tal; em contrapartida, é essencial que se adote uma orientação de conjunto que vise chegar a uma profunda reformulação dos papéis profissionais tais como aceitos comumente, ao menos em seu aspecto vivido. Isso exige da parte da equipe curadora um esforço contínuo para vencer as resistências de toda e qualquer origem. Trata-se por outro lado menos de uma luta do que de uma espécie de *psicoterapia de grupo*.

Insistamos no fato de que esse processo de análise do ambiente não pode ser realizado a partir de fora: ele deve estar ligado de corpo e alma à própria instituição. Claro que a análise coletiva poderá ser levada a usar conceitos elaborados alhures, por exemplo, na pesquisa psicossociológica, mas no essencial ela deverá conquistar por seus próprios esforços, ao longo das diferentes etapas de seu desenvolvimento, de suas realizações, e mesmo dos fracassos, sua capacidade de conceituar as situações, de se assenhorear delas e de modificá-las.

Quando afirmamos que existe uma espécie de chave-mestra que "sobredetermina" os processos de alienação dos diferentes ambientes sociais, não estamos dizendo que deveríamos esperar que cada um deles

esteja em relação unívoca com uma espécie de modelo que permitisse dar conta disso de maneira mecânica. Pensemos, por exemplo, no que acontece num hospital do Estado: o comitê de vigilância, a direção, os médicos etc. talvez se mostrem relativamente homogêneos com respeito ao modo de relação vigente no resto da sociedade industrial, enquanto no nível das cozinhas, do cuidado das instalações, da lavanderia e da despensa se esteja mais perto de relações do tipo feudal, sem falar do destino reservado aos doentes, que parece, por vezes, reduzir-se pura e simplesmente à servidão.

Acentuemos de passagem que a modificação das situações concretas de existência e a implantação de recursos suscetíveis de facilitar a reorganização das práticas e estratificações sociais existentes constituem não somente uma urgência para os hospitais da antiga tradição como uma necessidade para numerosos estabelecimentos modernos que são cuidadosamente organizados do ponto de vista do conforto, mas afetados desde o começo pelas "doenças" sociais que gangrenam o meio, poluem a atmosfera; estabelecimentos que, num contexto mais "asséptico", assumem por vezes uma inflexão ainda mais inumana. Talvez não tenha sido por acaso que a primeira e mais original transformação de um hospital psiquiátrico tradicional tenha vindo a ocorrer no mais subdesenvolvido lugar da França: Lozère. Poderíamos colocar esse fato em paralelo com o fato de que a criação de um novo tipo de relação entre professor e aluno, ao lado da instalação de um novo tipo de atividade escolar, tenha ocorrido em pequenas escolas rurais, ao passo que as poucas experiências do gênero que foram feitas nas "escolas-caserna" encontraram "resistências" quase insuperáveis.²

É perfeitamente compreensível que os problemas de higiene mental que dependem, por exemplo, da administração pública de Seine se mostrem mais complexos e envolvam obstáculos de superação mais difícil do que em qualquer outro lugar. É certo que a importância do contexto justificaria fazer um esforço deveras particular para tentar modificar a atual situação. Não faltam, aparentemente, a nossa sociedade da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, bons sentimentos, porém, ela é marcada por uma

2 Cf. Fernand Oury e Aida Vasquez, *Vers une pédagogie institutionnelle*. Paris: Maspéro, 1968.

à totalidade dos demais trabalhadores de um estabelecimento hospitalar, sejam eles cozinheiros, motoristas, copeiras etc. O fato de a *recuperação* da totalidade do pessoal de uma unidade de cuidados gerar para cada um a possibilidade de cumprir autenticamente um papel humano perante os doentes, de organizar a sua maneira seu local de trabalho, seu horário, sua formação etc., permitindo-lhe multiplicar seus contatos com os doentes e dando-lhe ocasião de participar de uma atividade conjunta, constitui uma extraordinária possibilidade de extensão do campo terapêutico requerendo ela, destaquemos, ser estudada e controlada de modo permanente pelo coletivo de cuidados tomado em seu conjunto.

Não há dúvida de que as disparidades sociais no âmbito do campo social dos curadores não podem ser completamente suprimidas, sendo porém essencial a reabsorção de seus efeitos patogênicos, particularmente por meio da organização sistemática de toda uma série de encontros e reuniões que ensejem a expressão de problemas que, sem essa providência, viriam a perturbar a finalidade do conjunto do sistema. Não existe "fórmula" institucional alguma que se deva considerar primordial e recomendável como tal; em contrapartida, é essencial que se adote uma orientação de conjunto que vise chegar a uma profunda reformulação dos papéis profissionais tais como aceitos comumente, ao menos em seu aspecto vivido. Isso exige da parte da equipe curadora um esforço contínuo para vencer as resistências de toda e qualquer origem. Trata-se por outro lado menos de uma luta do que de uma espécie de *psicoterapia de grupo*.

Insistamos no fato de que esse processo de análise do ambiente não pode ser realizado a partir de fora: ele deve estar ligado de corpo e alma à própria instituição. Claro que a análise coletiva poderá ser levada a usar conceitos elaborados alhures, por exemplo, na pesquisa psicossociológica, mas no essencial ela deverá conquistar por seus próprios esforços, ao longo das diferentes etapas de seu desenvolvimento, de suas realizações, e mesmo dos fracassos, sua capacidade de conceituar as situações, de se assenhorar delas e de modificá-las.

Quando afirmamos que existe uma espécie de *chave-mestra* que "sobredetermina" os processos de alienação dos diferentes ambientes sociais, não estamos dizendo que deveríamos esperar que cada um deles

esteja em relação unívoca com uma espécie de modelo que permitisse dar conta disso de maneira mecânica. Pensemos, por exemplo, no que acontece num hospital do Estado: o comitê de vigilância, a direção, os médicos etc. talvez se mostrem relativamente homogêneos com respeito ao modo de relação vigente no resto da sociedade industrial, enquanto no nível das cozinhas, do cuidado das instalações, da lavanderia e da despensa se esteja mais perto de relações do tipo feudal, sem falar do destino reservado aos doentes, que parece, por vezes, reduzir-se pura e simplesmente à servidão.

Acentuemos de passagem que a modificação das situações concretas de existência e a implantação de recursos suscetíveis de facilitar a reorganização das práticas e estratificações sociais existentes constituem não somente uma urgência para os hospitais da antiga tradição como uma necessidade para numerosos estabelecimentos modernos que são cuidadosamente organizados do ponto de vista do conforto, mas afetados desde o começo pelas "doenças" sociais que gangrenam o meio, poluem a atmosfera; estabelecimentos que, num contexto mais "asséptico", assumem por vezes uma inflexão ainda mais inumana. Talvez não tenha sido por acaso que a primeira e mais original transformação de um hospital psiquiátrico tradicional tenha vindo a ocorrer no mais subdesenvolvido lugar da França: Lozère. Poderíamos colocar esse fato em paralelo com o fato de que a criação de um novo tipo de relação entre professor e aluno, ao lado da instalação de um novo tipo de atividade escolar, tenha ocorrido em pequenas escolas rurais, ao passo que as poucas experiências do gênero que foram feitas nas "escolas-caserna" encontraram "resistências" quase insuperáveis.²

É perfeitamente compreensível que os problemas de higiene mental que dependem, por exemplo, da administração pública de Seine se mostrem mais complexos e envolvam obstáculos de superação mais difícil do que em qualquer outro lugar. É certo que a importância do contexto justificaria fazer um esforço deveras particular para tentar modificar a atual situação. Não faltam, aparentemente, a nossa sociedade da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, bons sentimentos, porém, ela é marcada por uma

2 Cf. Fernand Oury e Aïda Vasquez, *Vers une pédagogie institutionnelle*. Paris: Maspéro, 1968.

espécie de incapacidade de apreender as realidades humanas concretas de outra maneira além de através de um enorme aparato burocrático. Deste modo, depois da Libertação, algumas circulares ministeriais propuseram a generalização de diferentes experiências em matéria de ergoterapia, de serviços públicos, de setorização, de hospitais de dia etc.

Até o momento, os resultados têm-se mostrado, em seu conjunto, decepcionantes. Isso se deve ao fato de não se terem instituído as reformas essenciais apenas por meio de circulares administrativas; foi em particular o que ocorreu quanto à instalação de equipes terapêuticas cuja necessidade evocamos. Sua existência depende em última análise da vontade dos que se interessam por sua criação, gestão e orientação. Embora seja verdade que os tipos de alienação social que se desenvolvem nas relações entre médicos e enfermeiros, médicos e pacientes, enfermeiros e pacientes não passam de variantes de um modo privilegiado de alienação existente no nível do conjunto da sociedade, nem por isso deveríamos esperar passivamente uma transformação política revolucionária que se proponha alcançar a supressão da exploração do homem pelo homem para nos dedicar à desmistificação dessas relações. Em todas as situações concretas são possíveis modificações. Mas é preciso formular corretamente o problema: é improvável que uma equipe terapêutica possa desincumbir-se bem de sua tarefa se não tiver uma consciência precisa dos limites de suas possibilidades de intervenção e do caráter relativamente parcial do questionamento que lhe é possível fazer no âmbito de uma dada situação social. Se não nos enganarmos com ilusões reformistas, não poderíamos, por exemplo, perceber que se podem facilmente criar hoje condições de trabalho capazes de levar ao radical desaparecimento de tabus inerentes às funções hierarquizadas e de por esse meio chegar à instalação de um sistema no qual a aceitação de uma contestação recíproca vem a ser a regra, que é, por outro lado, a única suscetível de garantir a emergência da verdade no campo da ciência e das técnicas humanas.

As incidências imaginárias da exploração do homem pelo homem têm sido menos destacadas do que seus aspectos puramente econômicos. Não obstante, tocamos aí um ponto nodal a partir do qual uma perspectiva de revolução social poderia igualmente encontrar uma imensa fonte de energia.

Em muitas ocasiões, os organismos sociais criados como resultado de conquistas operárias puderam imprimir reformas estruturais de veras relevantes nas instituições hospitalares. Foi o que ocorreu, em particular, na época da Libertação, em que, por algum tempo, os partidos de esquerda dispuseram de uma grande liberdade para orientar a Seguridade Social, os investimentos em matéria de ação sanitária e social, as concepções e métodos a fazer prevalecer etc. O poder do Estado teve mais facilidade para recolocar esse domínio sob sua tutela porque as organizações operárias não foram capazes de elaborar objetivos suficientemente claros que teriam permitido que a massa de usuários se pronunciasse com conhecimento de causa. A que teriam podido recorrer os beneficiários da assistência social para lutar? Que diferença fazia para eles aquilo que o Estado administra e aquilo que, por exemplo, propõem os diversos órgãos de assistência mútua?

Continua a ser necessária a elaboração de uma perspectiva de conjunto acerca dessas questões, perspectiva que se proponha a modificar de modo profundo as atuais instituições, ao tempo em que abra as mentes a soluções ainda mais radicais no âmbito de uma transformação revolucionária da sociedade.

Os problemas evocados na MNEF³ precisariam ser ressitoados no tocante a essa carência de perspectivas reivindicatórias num nível mais global. Os dirigentes estudantis discutem com frequência questões de co-gestão. Não me parece que se tenha esclarecido suficientemente o caráter de veras superficial do que se acha envolvido na gestão; trata-se, na verdade, de seus aspectos administrativos. Poder-se-ia quem sabe dizer, paradoxalmente, que o tema a ser posto em questão no campo de que nos ocupamos é não só a gestão das instituições encarregadas dos cuidados, da seleção, da formação, do modo de trabalhar dos agentes de cura, mas igualmente a gestão da própria enfermidade, ou, se se preferir, de seu invólucro psicossocial, à medida que este pode tornar-se um fator dominante, a ponto de mascarar os verdadeiros problemas psicopatológicos do "drama" individual, no sentido a que se referia Politzer.

³ Mutuelle nationale des étudiants de France (Sociedade mútua nacional dos estudantes franceses).

O mundo estudantil é marcado por *dimensões específicas de alienação*. O jovem que chega à Universidade, sujeito ou não a transtornos mentais, vê sua personalidade reorganizada em função das características patológicas do conjunto desse ambiente. Não é pois absurdo pensar numa ação preventiva nessa escala.

A situação de estudante implica um modo "transicional" de ser, nos diversos planos da maturação biológica, psicosexual, social, intelectual, política etc. A imagem da sociedade adulta esconde o conjunto de seu campo intencional. Ela é vivida como exterior, alienante e ao mesmo tempo desejável, visto que é o suporte de uma série de valores econômicos e de prestígio.

Reencontramos aqui o formalismo da *nuptura* dos planos de referência que "avalia" o estudante a partir do papel que ele vai ter de desempenhar quando "tiver terminado". Enquanto isso não acontece, ele não passa de uma espécie de embrião, um futuro "papel importante" mal formado, e em todo caso nunca um sujeito "inteiro". Vendo os estudantes desse ângulo, não seria possível separar os problemas de higiene mental dos problemas da pedagogia nem do necessário remanejamento das atuais práticas universitárias. Toda a estrutura existente implica um permanente esmagamento da espontaneidade individual do jovem sujeito, da emergência de suas formas de expressão cultural e de seus atalhos, em certas ocasiões de difícil entendimento por um adulto que deixou de ser compreensivo, porém, com frequência inevitáveis para uma realização harmoniosa de seu desenvolvimento. Como separar de modo absoluto os mecanismos de passividade, de bloqueio escrupuloso de um neurótico declarado, seus surtos de angústia na época das provas, da parte daqueles que conhecem os estudantes "normais", problemas que eles superam, com maior ou menor grau de sucesso, mediante comportamentos estereotipados de estudar só para "passar", de subserviência diante dos professores ou de oposição sistemática?

O fato de a instituição universitária organizar-se de modo a atender a necessidades de promoção hierárquica tal como definidas pelas empresas privadas e estatais sufoca o aspecto cultural e formador que deveria ser o essencial dos "anos de aprendizagem". Os estudantes, que têm de assumir as dificuldades de seu próprio desenvolvimento no contexto

de uma "frequência" dos problemas científicos, literários, filosóficos mais elaborados da Humanidade, são tratados na verdade como sobras, como parentes pobres da sociedade. O fato de serem "filhos dos ricos" não altera fundamentalmente sua condição "marginal".

Tudo isso permanece bem geral e relativamente fácil de fazer entender. Mas esses problemas se encarnam, em cada caso particular, de uma maneira original que requer uma compreensão e interpretação da parte dos terapeutas. É preciso ainda que estes tenham de alguma maneira conhecimento do ambiente estudantil. É preciso ainda que se sensibilizem e se preocupem por esse aspecto das coisas que é, verdadeiramente, tão importante quanto as outras dimensões pessoais e biológicas que podem influir sobre a condição de um doente. As organizações estudantis deveriam ter, a sua maneira, uma "vocaçãõ terapêutica", no sentido de reconhecer e assumir, à medida de suas possibilidades, as dimensões de alienação do ambiente que representam. A higiene mental no ambiente estudantil seria assim tanto a organização de dispensários, de BAPUs,⁴ de centros de assistência, como de GTUs,⁵ de clubes de lazer, de casas de estudantes, encarregar-se da animação das cidades universitárias etc.

As estruturas organizativas do movimento estudantil estão longe de serem perfeitas, mas, em contraste com o espírito de esclerose que costuma reinar em outros ambientes, representam uma aquisição que não se deve menosprezar. Não é exagero considerar que sua capacidade de formação humana, no sentido de aceitação de uma contestação recíproca, é amplamente superior à existente, por exemplo, nos ambientes médicos e psicanalíticos. É com esse espírito que seria desejável reorientar as relações entre o movimento estudantil e os diferentes técnicos que são levados a se ocupar da higiene mental do ambiente estudantil. Não se trata de pedir aos médicos, psicanalistas, assistentes sociais etc. que militem no movimento estudantil! Nem de pedir aos militantes que façam a lição dos terapeutas! Trata-se propriamente de criar organismos capazes de tirar proveito de inter-relações sociais que se processam no campo do militância estudantil, com vistas a facilitar a constituição de equipes terapêuticas.

4 Bureau d'aide psychologique universitaire - órgão de auxílio psicológico universitário.
5 Groupe de travail universitaire - Grupo de trabalho universitário.

Os médicos e enfermeiros que, na época da Libertação, se dedicaram a transformar certos hospitais psiquiátricos passaram por uma espécie de experiência "iniciática" junto aos escoteiros, nos albergues da juventude, na Juventude Comunista etc., ou nos campos de concentração nazistas, em que os problemas de estruturação, de organização e de defesa do ambiente tinham caráter vital. É no prolongamento dessas poucas iniciativas que a face da psiquiatria na França já se modificou de maneira bem profunda. Algo análogo se poderia produzir a partir do movimento estudantil, se levarmos em conta o papel progressista que este teve ultimamente, em particular durante a Guerra da Argélia. Não é inconcebível que o movimento estudantil venha a formar certo número de jovens terapeutas que poderiam ocupar o lugar daqueles que foram, esperemos, antes pioneiros de uma nova experiência que fatores de resistência de um sistema antigo. Já existem em várias partes embriões dessa instauração de equipes terapêuticas, e seria interessante acompanhar e estudar, detalhadamente, suas experiências.

Não vamos aprofundar aqui o fato evidente de que a atual campanha reivindicatória da UNER⁶ em favor da modificação das estruturas da Universidade tem o mesmo sentido dessa perspectiva relativa à higiene mental, e em certa medida elas se condicionam mutuamente. Insistamos mais num aspecto de difícil exposição, à falta de conhecimento suficiente neste momento: trata-se da assunção da doença pelos próprios doentes, com o apoio do conjunto do ambiente estudantil. A cada unidade de assistência deveria corresponder uma espécie de "clube" de estudantes doentes e em convalescença, de que participariam estudantes interessados em questões psicopatológicas (estudantes de Medicina, de Psicologia, de Psicologia social, de Filosofia etc.). Esses clubes teriam o objetivo de fornecer aos estudantes um nível de socialização que lhes permitisse salvaguardar o essencial de suas relações com o ambiente universitário, o campo de estudos, diversas atividades de formação, atividades de lazer etc. Trata-se de uma estrutura que exigiria uma estreita ligação com as próprias unidades de assistência. Criaram-se noutros ambientes experiências desse tipo que se mostraram positivas.

⁶ Union Nationale des étudiants de France - União Nacional dos Estudantes Franceses.

Poderíamos ainda formular esse problema em outro nível. Paralelamente a esse sistema, e no âmbito do que já definimos como perspectiva preventiva das organizações estudantis, poderia haver, no nível das associações gerais ou numa escala mais limitada, estruturas sociais que permitissem aos estudantes encontrar-se, recorrer a seus iguais a fim de tentar esclarecer, se não resolver, seus problemas, sem esperar que alguns cheguem a um ponto em que só disponham do recurso de dirigir-se a órgãos de assistência que, na atual situação, correm um forte risco de não terem condições de atender a sua demanda. Cabe ao movimento estudantil examinar essa questão; seja como for, parece-me que ele não a deveria ignorar. É de todos conhecida a perturbação que sofre o estudante ao chegar ao kafkiano mundo da Universidade. Sabemos quantos padecimentos ele terá para superar todos os tipos de dificuldades e de inibições.

A existência de Grupos de Trabalho Universitário parece estar respondendo a um aspecto desse problema. Mas serão eles suficientes? Não será o campo de seu objeto demasiado restrito aos problemas do trabalho universitário? Não deveriam ser transformados de modo a atender a uma gama mais ampla de necessidades? Ou talvez seja conveniente que permaneçam o que são e sejam promovidos paralelamente órgãos que respondam às outras demandas, devendo estas ser levantadas e estudadas, devendo ocorrer o mesmo com as soluções que lhes podem ser dadas. Seria interessante retomar a análise dos "ersatz" para os quais se voltam individualmente os estudantes: obsessão com o trabalho, perambulação ociosa e marcada pela culpa, o papel dos cafés etc.

É certo que, por exemplo, o estabelecimento sistemático de alguns tipos de casas de estudantes iria exigir consideráveis recursos financeiros. Isso deveria ser desde já formulado como reivindicação no plano do conjunto do movimento. Mas, em paralelo à luta pela obtenção dos recursos necessários, poder-se-ia determinar uma série de objetivos intermediários que, do ponto de vista de suas repercussões no plano da higiene mental, teria de imediato um grande alcance.

Talvez se objete que correríamos com uma tal orientação o risco de voltar a uma perspectiva corporativista no movimento estudantil. Isso poderia vir a ocorrer na medida em que uma tal estruturação não estivesse estreitamente ligada à implantação profunda de um verdadeiro

movimento sindical estudantil. Não há vacina capaz de garantir que não se caia, apesar das intenções, no "reformismo". O Estado está sempre pronto a incorporar a sua maneira e *recuperar* as mais valiosas conquistas; por exemplo, a Seguridade Social, os comitês de fábrica, as residências de jovens, a escala móvel de salários, os albergues da juventude etc. Amanhã ele poderá fazer o mesmo com os GTUs e com o salário-estudante. Pode-se, no entanto, imaginar que a existência dessas "casas", que possibilitariam a uma grande massa de estudantes encontrar-se, trabalhar, discutir, distrair-se, venha a favorecer um reforço do movimento estudantil. Mas isso depende, em seus aspectos essenciais, de sua real implantação e da relação de forças concreta.

Indo mais longe: não seria possível considerar que uma tal estruturação do ambiente, realizada em ampla escala, viesse a permitir aos estudantes a saída de seu "gueto"? De um lado, eles poderiam ser levados a debater toda uma série de problemas que podem facilmente encontrar em seu programa universitário e, do outro, forneceriam a si mesmos recursos para entrar em relação com toda uma série de setores da sociedade de que se acham separados, por exemplo, ao convidar pesquisadores, técnicos, representantes sindicais e políticos de várias extrações e tendências, escritores, artistas etc. Também seria possível conceber a organização de algum gênero de pesquisas coletivas do tipo que foram introduzidos, no ambiente escolar, pelos técnicos dos métodos ativos, como encontros de estudantes com trabalhadores de diversos ramos empresariais. Não duvido de que os primeiros resultados desse tipo de pesquisa permitiriam destacar o desejo de inúmeros jovens trabalhadores de manter relações contínuas com os estudantes.

A necessidade de princípio de uma luta contra a segregação social que se mantém entre jovens operários e estudantes é facilmente reconhecida pelos representantes estudantis, mas a dificuldade vai se manifestar, sobretudo, no nível dos meios a empregar. Não obstante, há uma série de possibilidades, e seria possível explorar desde já experiências parciais. Enquanto o movimento estudantil daria assim o testemunho concreto de sua recusa da situação a que são submetidos os jovens trabalhadores, modificando-a dessa maneira, por pouco que seja, os estudantes, por sua vez, ganhariam muito com esse gênero de "frequênciação". Essa perspectiva

me parece igualmente coerente com a reivindicação de uma modalidade de estudos que situasse o estudante como trabalhador em formação. A formação profissional, tal como está organizada para os jovens trabalhadores, implica uma impossibilidade quase absoluta de acesso a uma cultura aprofundada. Também nesse caso seria preciso comparar os resultados. Felizmente, nesse plano, não estamos totalmente a favor dos estudantes, apesar das pretensões de todo tipo de grupos industriais e tecnocráticos no sentido de modelar completamente a Universidade a sua imagem.

Vamos ver em outros níveis a existência de uma modalidade de alienação que a sociedade industrial impõe cegamente aos sujeitos individuais, aos quais restam apenas as opções de submeter-se ao estado de coisas vigente na produção, nas instituições, na Universidade etc., ou ficar à deriva, mais ou menos mutilados pelos efeitos causados pela recusa a, ou a impossibilidade de "integrar-se". Trata-se de um problema que põe em questão o conjunto das finalidades sociais, em todos os níveis, e antes de tudo no do Estado. Seja como for, vemo-nos diante de leis inconscientes que regem as relações entre sujeitos e estruturas sociais em função de objetivos inerentes à produção, no âmbito de um sistema baseado no lucro e de um poder do Estado dominado por uma classe que deixou há muito tempo de desempenhar um papel progressista na evolução histórica.

O surgimento de uma estrutura social que tenda a ter deliberadamente a finalidade de responder às verdadeiras necessidades dos sujeitos humanos seria a única coisa capaz de trazer soluções duradouras que nenhum grupo social teria interesse em questionar. Mais uma vez, as "reformas" que sugiro aqui só poderão ter validade se estiverem situadas numa perspectiva revolucionária e vinculadas com uma prática efetiva de luta de classes: a consciência de sua precariedade constitui mesmo uma garantia de que serão consideradas antes como etapa da luta do que como paliativo capaz de servir de "boa consciência" à ordem estabelecida.

A Transversalidade*



A terapêutica institucional é uma criança frágil. É conveniente acompanhar cuidadosamente seu desenvolvimento e observar suas freqüências, dado estar ela muito mal acompanhada. A ameaça mortal que pesa sobre ela não reside numa debilidade congênita, mas, em vez disso, no fato de todo tipo de facções a espreitarem com o fito de roubar seu objeto específico. Psicólogos, psicossociólogos, e mesmo psiquiatras, vão tirar dela algumas lascas a partir da qual farão "sua coisa", enquanto o rapace ministerial espera o momento em que poderá "incorporá-la" a seus textos oficiais. Depois do último pós-guerra, muitos foram os elementos rejeitados da psiquiatria de vanguarda que foram por meio desses procedimentos precocemente desviados de seu caminho: a ergoterapia, a social-terapia, a psiquiatria de setor etc.

Proclamemos em primeiro lugar que há um objeto da terapêutica institucional, e esse objeto deve ser defendido de todos os que gostariam de fazê-lo derivar fora da problemática social real. Isso implica simultaneamente uma tomada de consciência do nível social mais amplo, por exemplo, o da orientação da saúde mental na França, e uma tomada de posição doutrinal nos níveis mais técnicos das terapêuticas existentes. De certa forma, pode-se considerar que a carência de uma concepção unitária no atual movimento psiquiátrico reflete a segregação, que persiste em diferentes formas, entre o mundo dos loucos e o resto da sociedade. Essa cisão, no ambiente dos psiquiatras responsáveis pelas instituições de assistência, entre suas preocupações interiores e os problemas sociais mais gerais, tende a ser transposta de diferentes maneiras: desconhecimento sistemático daquilo que acontece fora dos muros do hospital, psicologização dos problemas sociais, escotomização de seu campo intencional no âmbito da instituição, e assim por diante. Ora, o problema da incidência

* Relatório apresentado ao I Congresso Internacional de Psicodrama, realizado em Paris em setembro de 1964, e publicado no número 1 da *Revue de psychothérapie institutionnelle*.

94369

do significante social sobre o indivíduo aflora a todo instante e em todos os níveis; e na perspectiva da terapêutica institucional, a única coisa que se pode fazer é reconhecer sua existência. A relação social não é um "para-além" dos problemas individuais e familiares, e parece-nos que sua importância é ainda maior quando estamos diante de síndromes psicóticas que se apresentam sob os aspectos mais "dissocializados".

Freud, cuja obra se desenvolveu no essencial em torno da questão das neuroses, não desconhecia o problema, como podemos ver, por exemplo, na seguinte citação das *Novas conferências de psicanálise*: "Ao estudar as situações de risco, constatamos que a cada período da evolução corresponde uma angústia específica; o risco do abandono psíquico coincide com os primeiríssimos momentos de despertar do ego; o risco de perder o objeto (ou o amor) coincide com a perda de independência que caracteriza a primeira infância; o risco da castração, com a fase fálica; e, por fim, o medo do superego, que ocupa um lugar particular, com o período de latência. Os antigos motivos de medo deveriam desaparecer no curso da evolução, dado que as situações de risco correspondentes perderam seu valor graças ao reforço do ego; mas não é assim, de modo algum, que as coisas ocorrem na realidade. Inúmeros indivíduos nunca vêm a vencer o medo de perder o amor, sendo para eles um desejo insuperável o sentir-se amados; esses indivíduos persistem, portanto, desse ponto de vista, a comportar-se como crianças. Normalmente, o temor do superego nunca cessa, porque o medo da consciência mostra-se indispensável à manutenção das relações sociais. Com efeito, o indivíduo – salvo raras exceções – sempre depende de uma coletividade. Algumas das situações de risco perduram por vezes até épocas tardias, sendo as causas do medo oportunamente modificadas".¹

Qual o obstáculo contra o qual se chocam os "antigos motivos de medo", obstáculo que os faz recusar-se a desaparecer? Donde provém essa persistência, essa manutenção de angústias neuróticas, uma vez dissolvidas as situações que sustentaram sua emergência e na "ausência de toda situação de risco"?² Algumas páginas depois, Freud reafirma a

¹ Freud, *Nouvelles Conférences sur la psychanalyse*, Gallimard, p. 121-122. [Traduzimos o texto original em francês. Há tradução das Obras Completas de Freud para o português. N.T.]
² *idem*, p. 129.

anterioridade da angústia com relação ao recalque: a angústia é causada por um perigo exterior, é *real*, mas esse perigo exterior é ele mesmo evocado e condicionado pelo perigo pulsional interior: "Com efeito, a menina teme as exigências de sua libido; nesse caso específico, ela passa a ter um profundo medo do amor que sente pela mãe".³ É, portanto, a ameaça interior que cria as condições para o surgimento do perigo exterior. A renúncia ao objeto amado é correlativa, no plano do real, à aceitação da perda do membro, mas o "complexo de castração", por sua vez, não poderia ser "liquidado" por meio dessa renúncia. Isso ocorre porque ele na verdade implica a operação de um *termo suplementar* na triangulação situacional do complexo de Édipo, de modo que nunca cessa por inteiro essa ameaça de castração, que reativará permanentemente aquilo que Freud denomina "uma necessidade inconsciente de culpa".⁴ A engrenagem de significantes sociais vê-se assim vinculada de modo irreversível com a castração e a culpa, enquanto até essa etapa seus estatutos permaneciam precários em razão do "princípio de ambivalência" que presidia a escolha dos diversos objetos parciais. A partir de então, a instância dessa *realidade social* fundará sua persistência na instauração de uma moralidade irracional em que a punição, não podendo ser articulada a uma legalidade ética, só vai encontrar sua justificativa numa lei de repetição cega. Por conseguinte, não será suficiente buscar reconhecer, por intermédio do impossível diálogo entre o ego ideal e o superego, o efeito de manutenção da angústia fora das "situações de risco" atuais, pois ele, na verdade, implica a pertinência destas últimas a uma "lógica significante" específica do nível social considerado, e que convém analisar com as mesmas exigências maiêuticas empregadas na psicanálise do indivíduo.

A manutenção é a repetição, é a expressão de uma pulsão de morte. Mascararemos a interrogação que se acha implicada aí se a remetermos a uma noção de continuidade. Julgamos normal prolongar a resolução do complexo de Édipo mediante uma "boa" integração a um ambiente social. Não haverá lugar para julgar antes que esses "efeitos de persistência" da angústia devam ser articulados a essa dependência evocada por Freud, que tem o indivíduo com relação à coletividade. Trata-se do fato – irreversível

³ *Nouvelles Conférences*, p. 119.

⁴ *Nouvelles Conférences*, p. 149.

até segunda ordem – de que o complexo de castração não poderá jamais encontrar uma solução satisfatória enquanto a sociedade contemporânea persistir em lhe confiar um papel inconsciente de regulação social. Há uma incompatibilidade cada vez mais pronunciada entre a função do pai, enquanto é para o sujeito o suporte de uma possível mediação de impasses identificatórios inerentes à estrutura da família conjugal, e as exigências das sociedades industriais, para as quais um modelo integrador do tipo pai-rei-deus tende a perder toda função efetiva, exceção feita à mistificadora, fato particularmente evidente em fases de regressão social, por exemplo, quando os regimes fascistas, ditatoriais, de poder pessoal, presidencial, dão origem a fenômenos imaginários de pseudofalicação coletiva que acabam numa derrisória totemização publicitária de um chefe, chefe esse que por outro lado permanece no essencial sem real controle da máquina significante do aparato econômico, aparato que, ao contrário, não pára de reforçar seu poder e a autonomia de seu funcionamento. Os Kennedy e os Kruschew que tentaram ultrapassar essa lei foram “sacrificados”, ainda que em cerimônias distintas, no altar, no primeiro caso o da indústria petrolífera e, no segundo, o dos pilares da indústria pesada.

A real subjetividade dos Estados modernos, os verdadeiros poderes de decisão, sejam quais foram os sonhos nostálgicos dos defensores da “legitimidade nacional”, não se poderiam identificar com encarnação individual alguma e não mais com a existência de um pequeno Estado-maior esclarecido. Até este momento, essa subjetividade permanece inconsciente e cega, sem a esperança de que um Édipo moderno lhe possa guiar os passos. Não há dúvida de que não é de esperar que a saída venha de uma invocação e de uma tentativa de reabilitação de suas formas ancestrais, precisamente em razão do fato de a experiência freudiana nos levar a propor a nós mesmos a questão, de um lado, dessa persistência da angústia para além das modificações situacionais, e, do outro, dos limites atribuíveis a esse processo. Não é o objeto da terapêutica institucional, não é justamente propor que se realize um remanejamento de domínios de nova acolhida “iniciática”, que esvazie de sentido a exigência social cega de certo procedimento castrador que exclui todo e qualquer outro?

O que proponho agora tem caráter apenas provisório. Trata-se de algumas formulações que me pareceram úteis para assinalar diferentes etapas de uma prática institucional. Julgo haver condições de estabelecer uma espécie de grade de correspondências entre os fenômenos de deslizamento do sentido entre os psicóticos, particularmente os esquizofrênicos, e os mecanismos de crescentes discordâncias que se instauram em todos os planos da sociedade industrial em suas materializações neocapitalista e socialista burocrática, mecanismos de tal ordem que o indivíduo tende a ter de se identificar com um ideal de “máquinas-consumidoras-de-máquinas-produtivas”... Não será o silêncio do catatônico uma interpretação prefiguradora desse ideal? Se o grupo tende a estruturar-se em termos da recusa da fala/palavra, como lhe responde senão por meio do silêncio? Como modificar um lugar dessa sociedade de maneira a interromper, por pouco que seja, esse processo de redução da fala/palavra à linguagem? A partir disso, tomaremos o partido da distinção entre a natureza dos grupos segundo estejam situados numa ou na outra vertente. É com efeito conveniente desconfiar absolutamente das descrições formais que caracterizam o grupo independentemente de seu projeto. Os grupos de que nos ocupamos na terapêutica institucional estão ligados a uma atividade concreta, não tendo nada a ver com aqueles que são questionados, de modo geral, nas pesquisas ditas de dinâmica de grupo. Vinculados a uma instituição, eles têm de uma ou de outra maneira, uma perspectiva distinta, um ponto de vista sobre o mundo, uma “missão” a cumprir.

Esquematizaremos essa primeira distinção, que de resto será difícil de manter a seguir, em grupos-sujeitos e grupos-sujeitados. O grupo-sujeito – ou o grupo que tem vocação de sê-lo – se esforça por ter controle sobre seu comportamento, tenta elucidar seu objeto e, nesse momento, secreta os meios dessa elucidação. Schotte⁵ poderia dizer desse tipo de grupo que é ouvido e ouvinte, e que, por isso, faz aflorar uma hierarquização de estruturas que lhe vai permitir abrir-se a um “para-além” dos interesses do grupo. O grupo-sujeitado não se presta à ação de uma tal perspectiva: ele passa por uma hierarquização quando de seu ajustamento aos outros grupos. Poderíamos dizer do grupo-sujeito que *ele enuncia* alguma coisa,

⁵ Citado p. 67.

ao passo que, do grupo-sujeitado, diríamos “sua causa é ouvida”. E não se sabe onde é ouvida, nem por quem, numa cadeia serial indefinida.

Essa distinção não é absoluta, constituindo apenas uma primeira abordagem que nos permite indexar o tipo de grupo com que lidamos em nossa prática. Na realidade, ela funciona à maneira de dois pólos de referência: todo grupo – porém de modo mais especial os grupos-sujeitos – tendem a oscilar entre estas duas posições: a de uma subjetividade que tem a vocação de tomar a palavra e a de uma subjetividade alienada a perder de vista na alteridade social. Essa referência nos servirá de grade de proteção capaz de evitar nossa queda no formalismo da análise dos papéis, e nos levará a formular a questão do sentido da participação do indivíduo no grupo enquanto ser falante, questionando assim o mecanismo habitual das descrições psicossociológicas e estruturalistas. Haveria, sem dúvida aí também, uma maneira de retomar as teorias da burocracia, da autogestão, dos “grupos de formação” etc., que perdem regularmente de vista seu objeto em razão da recusa, de caráter cientificista, em nele implicar conteúdos de sentido.

Consideramos por outro lado cômodo distinguir, no nível dos grupos, os “conteúdos manifestos”, constituídos pelo que é dito e feito, pelas atitudes de uns e de outros, pelas dissensões, a existência de líderes, de candidatos a líderes, de bodes expiatórios etc., do “conteúdo latente”, que requer ser decifrado a partir de uma interpretação de diversas rupturas de sentidos que surgem na ordem fenomênica. Definamos essa instância latente como desejo de grupo: ela teria de ser articulada à ordem pulsional de Eros e de morte específica do grupo.

Freud descreveu a existência, nas neuroses graves, de uma desintrição das pulsões fundamentais, consistindo o problema analítico em chegar a uma reintrição passível de fazer desaparecer, por exemplo, uma sintomatologia sadomasoquista. A própria estrutura das instituições, cuja única corporeidade é imaginária, requer, para tentar semelhante operação, a instauração de meios institucionais particulares, mas sem perder de vista que elas não poderiam fingir constituir algo mais do que mediações simbólicas que tendem por sua própria essência a se desfazer em efeito de sentido. O objeto envolvido não é o mesmo objeto encontrado na relação de transferência psicanalítica. Os fenômenos de captura imaginária

não podem mais ser apreendidos e articulados a partir da interpretação de um analista. A fantasia de grupo é por sua própria essência simbólica, sejam quais forem as imagens que drena a sua passagem. Sua inércia não conhece outra regulação que o reenvio, repetido incessantemente, aos mesmos impasses problemáticos. A prática da terapêutica institucional mostra que a fantasmatização individual recusa-se sistematicamente a respeitar a especificidade desse nível simbólico da fantasia de grupo. Ela tenta, pelo contrário, incorporá-lo a si e recobri-lo de elementos imaginários singulares que vêm aninhar-se de modo bem “natural” nos diferentes papéis potencialmente estruturados pela disposição de significantes postos em circulação pelo coletivo. Com o pretexto da organização, da eficácia, do prestígio, ou, de igual forma, da incapacidade, da não qualificação etc., essa “corporificação imaginária” de certo número de articulações significantes do grupo leva à cristalização do conjunto da estrutura, entrava suas capacidades de remanejamento, dá-lhe seu próprio rosto e seu “peso paquidérmico”, limitando na mesma proporção suas possibilidades de diálogo com tudo aquilo que tenda a questionar suas “regras do jogo”; em suma, reúne as condições de seu deslizamento rumo àquilo a que demos o nome de grupo-sujeitado.

O desejo inconsciente de um grupo, por exemplo, de um “grupo missionário” de um hospital tradicional, na qualidade de expressão de uma pulsão mortífera, provavelmente não pode ser evocado na ordem da fala/palavra, e fará surgir toda uma gama de sintomas. Ainda que cheguem de uma dada maneira a ser “articulados como uma linguagem” e descritíveis numa perspectiva estrutural, estes últimos, à medida que tendem a mascarar o sujeito da instituição, nunca vão conseguir se exprimir senão numa frase incoerente a partir da qual restará decifrar o objeto (tótem ou tabu), erigido no próprio lugar da impossibilidade de surgimento de uma palavra verdadeira no âmbito do grupo. O desvelamento desse lugar em que o desejo é reduzido a mostrar apenas a ponta de um falso nariz não poderia dar acesso ao desejo propriamente dito, que, enquanto tal, permanecerá de qualquer maneira inconsciente e sempre se recusará a anular-se por meio de uma explicação exaustiva, nos termos do desejo do neurótico. Mas a abertura de um espaço, a preservação de um vacúolo no qual se possa extrair um primeiro plano de referência a essa instância

do desejo de grupo, situará de imediato o conjunto da problemática para além das contingências relacionais, lançará uma luz totalmente distinta sobre as “questões de organização”, obscurecendo na mesma medida as tentativas de descrição formal e aparentemente racional; na verdade, ela vai constituir a prova prévia a toda tentativa analítica de grupo.

Desde os primeiros passos nesse caminho vai surgir uma distinção primordial entre desalienação de grupo e análise de grupo. De fato, o papel de uma análise de grupo não é idêntico ao papel de uma organização do coletivo de inspiração mais ou menos psicossociológica nem à intervenção de um engenheiro na organização. Repitamo-lo: a análise de grupo está aquém e além dos problemas de ajustamento de papéis, de transmissão de informações e assim por diante. As questões essenciais surgem aí antes da cristalização das constelações, das repulsas e atrações, no nível em que jorra uma criatividade de grupo possível, ainda que esta em geral estrangule a si mesma no filete de não-sentido que se recusa a assumir, preferindo o grupo dedicar-se a titubear suas “palavras de ordem”, obturando todo acesso a uma fala/palavra verdadeira, isto é, articulável às outras cadeias do discurso histórico, científico, estético e assim por diante.

Com base em que espécie de desejo pode viver, por exemplo, um grupo político “condenado pela História” exceto num eterno voltar-se sobre si mesmo? Ele terá de secretar sem cessar mecanismos de defesa, de denegação, de recalque, fantasias de grupo, mitos, dogmas etc. Sua análise só poderá levar à descoberta da natureza do desejo mortífero de grupo de que são expressão em sua relação com as pulsões históricas ocultas e emasculadas das massas, das classes ou das nacionalidades sujeitadas. Esse último aspecto da análise no “nível mais elevado” não poderia, a meu juízo, ser separado de outros problemas psicanalíticos de grupo, nem, por outro lado, individuais.

No hospital psiquiátrico tradicional, por exemplo, há um grupo dominante composto pelo diretor, pelo ecônomo, pelos médicos, as mulheres dos médicos etc., formando uma estrutura opaca que impede o aflorar de uma expressão do desejo dos conjuntos humanos constitutivos da instituição. Onde pôde esse desejo se refugiar? Num primeiro momento, a interpretação deve deixar-se guiar pelos sintomas manifestos

nos diversos subconjuntos, suporte das taras sociais clássicas, da sedimentação da senilidade, da agitação, das segregações de todo tipo, mas também por meio de sinais outros como, por exemplo, o alcoolismo que atinge o grupo de enfermeiros, ou a imbecilidade difusa daquele outro grupo, tanto é verdade que, de acordo com uma fórmula de Lacan, esta também é a expressão de uma paixão. Não será por isso que, devido a uma espécie de respeito pelos enigmas que as neuroses e psicoses encarnam que nossos modernos guardiães de túmulos se sentem levados a se aviltar e a receber dessa maneira negativa a mensagem daqueles que, como o implica toda a organização social, deveriam permanecer desconhecidos? Nem todos podem, como fazem certos psiquiatras, pagar pelo luxo de se refugiar nas formas superiores do esteticismo, que assinalam o fato de que, para eles, nenhuma espécie de questão social poderia ser proposta no nível do hospital!

A análise de grupo não vai estabelecer para si o objetivo de trazer à luz, por trás dessa sintomatologia, uma verdade estática; vai, em vez disso, realizar as condições favoráveis a um modo particular de *interpretação*, que, à maneira como Schotte veria as coisas, é idêntica à transferência. Transferência e interpretação constituem um modo de intervenção simbólica, mas – insistamos neste ponto – não poderia ser o fato de uma pessoa ou de um grupo que, para a ocasião, fosse batizado como “analisador” (*sic*).

Pode ser que a interpretação venha do idiota do serviço se ele vier a ter condições de reclamar, num momento dado, justo o momento em que um dado significativo se tornar operatório no nível do conjunto da estrutura, por exemplo, organizar um jogo de amarelinha. Deve-se ir ao encontro da interpretação. Convém assim despojar antes sua escuta de todo preconceito psicológico, sociológico, pedagógico ou mesmo terapêutico. À medida que o psiquiatra ou o enfermeiro detêm uma parcela de poder, devem eles ser considerados responsáveis pelo apagamento das possibilidades de expressão da subjetividade inconsciente da instituição. A transferência rígida, mecânica, insolúvel, por exemplo, a transferência dos enfermeiros e doentes para o médico, a transferência obrigatória, predeterminada, “territorializada”, para um papel, um dado estereótipo, é pior do que uma resistência à análise, configurando-se como uma forma de interiorização da repressão burguesa efetuada por meio do retorno

repetitivo, arcaico e artificial de fenômenos de casta, com seu cortejo de fantasias de grupos, fascinantes e reacionários.

Como proteção provisória destinada a preservar, ao menos por algum tempo, o objeto de nossa prática, proponho introduzir no lugar na noção demasiado ambígua de transferência institucional um novo conceito: *transversalidade no grupo*. Transversalidade por oposição a:

– uma verticalidade que se encontra por exemplo nas descrições feitas pelo organograma de uma estrutura piramidal (chefes, subchefes etc.);

– uma horizontalidade como aquela que se pode realizar no pátio do hospital, na ala dos agitados, ou melhor, a dos cretinos, isto é, certo estado de fato em que as coisas e as pessoas se arranjam como podem à situação na qual se encontram.

Ponham-se num campo fechado cavalos com viseiras ajustáveis, e digamos que o “coeficiente de transversalidade” vai ser justamente esse ajuste das viseiras. Imagina-se que, quando os cavalos estiverem totalmente impedidos de ver, venha a se produzir entre eles certo modo traumático de contato. À medida que formos abrindo as viseiras, podemos imaginar que a circulação vá se tornando mais harmoniosa. Tentemos imaginar a maneira como os homens se comportam uns com relação aos outros, do ponto de vista afetivo. De acordo com a célebre parábola schopenhaueriana dos porcos-espinhos com frio, ninguém suportaria uma proximidade demasiado íntima com os semelhantes: “Num dia de inverno glacial, os porcos-espinhos de um rebanho apinharam-se a fim de se proteger do frio mediante o calor recíproco. Mas, dolorosamente incomodados pelos espinhos, não tardaram em voltar a se afastar uns dos outros. Obrigados a se aproximar de novo, em razão do frio persistente, experimentaram uma vez mais a ação desagradável dos espinhos, e essa alternância entre aproximação e afastamento perdurou até que descobriram uma distância conveniente na qual se sentiam ao abrigo dos males”.⁶

Num hospital, o “coeficiente de transversalidade” é o grau de cegueira de cada membro do corpo de funcionários. Deve-se contudo atentar para o fato de que formulamos a hipótese de que o ajuste oficial

⁶ Parerga und Paralipomena [“Acessórios e Remanescentes”], II parte. Gleichnisse und Parabeln [“Alegoria e Parábolas”]. Apud FREUD, S. *Psychologie collective et analyse du Moi*. Paris: Payot, p. 112.

de todas as viseiras, e os *enunciados manifestos* que dela resultam, dependem de maneira quase mecânica do que acontece no nível do médico-chefe, do diretor, do ecônomo etc. A partir disso, tudo parece repercutir em tudo, do topo à base. Claro que pode haver uma “pressão da base”, mas de modo geral essa pressão permanece incapaz de modificar a estrutura de cegueira do conjunto. A modificação deve incidir no nível de uma redefinição estrutural da função de cada um e de uma reorientação do conjunto. Enquanto se mantêm imobilizadas em si mesmas, as pessoas só podem ver a si mesmas.

A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, quais sejam o de uma verticalidade pura e o de uma simples horizontalidade; a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos. Isso constitui o próprio objeto de pesquisa de um grupo-sujeito. Nossa hipótese é a seguinte: é possível modificar diferentes “coeficientes de transversalidade” inconsciente nos diferentes níveis de uma instituição. Por exemplo, a comunicação existente “em pleno dia” no núcleo constituído em torno do diretor médico, dos internos, permanece talvez num plano demasiado formal, e podemos considerar que o coeficiente de transversalidade é aí muito baixo. Em contrapartida, no nível do “quartel”, o coeficiente de transversalidade latente e reprimido poderá mostrar-se superior àquele: os enfermeiros têm relações mútuas mais autênticas com base nas quais os doentes poderão fazer certo número de transferências dotadas de efeito terapêutico. Sempre com caráter de hipótese, os múltiplos coeficientes de transversalidade, ainda que com intensidades distintas, nem por isso são menos homogêneos. Com efeito, o nível de transversalidade que existe no grupo detentor do poder real determina inconscientemente o ajuste de possibilidades extensivas aos demais níveis de transversalidade. Pensemos no raríssimo caso em que haja um coeficiente de transversalidade bem alto entre os internos; como esses em geral não detêm poder real algum sobre a instituição, esse forte coeficiente de transversalidade vai permanecer latente e só vai ter repercussões sobre um ambiente bem limitado. Poderíamos dizer desse estado de transversalidade, desde que seja agora tolerável uma comparação termodinâmica nesse domínio em que as coisas acontecem em linhas de

força sociais, que sua fortíssima entropia organizacional desemboca na absorção ou enquistamento de toda e qualquer veleidade de sua redução local. Não devemos contudo nos enganar: o fato de postularmos que um ou vários grupos detêm a chave da regulação da transversalidade latente do conjunto da instituição não nos indica os grupos de que se trata.

Com efeito, eles não coincidem necessariamente com as instâncias jurídicas do estabelecimento, que controla apenas sua expressão manifesta. É preciso pois distinguir cuidadosamente o poder real do poder manifesto. O problema da relação de forças reais requer análise: todos sabem que o Estado não faz a lei em seus ministérios. Ocorre igualmente de, num hospital psiquiátrico, o poder de fato escapar aos representantes patenteados da lei e se repartir entre diversos subgrupos: serviço, chefes ou – por que não? – clube inter-hospitalar, associação de funcionários etc. Parece eminentemente desejável que os médicos e os enfermeiros, a quem cabe em princípio curar os doentes, assumam o controle coletivo sobre a regulação daquilo que, para além da legalidade comum, controla os fatores suscetíveis de modificar o ambiente, as trocas, o modo de funcionamento real da instituição. Mas isso não poderia ser instituído mediante uma reforma; as boas intenções nessa matéria não garantem acesso algum a essa dimensão da transversalidade.

Para que a intenção declarada dos terapeutas tenha um alcance não degenerador, é o próprio ser destes, na qualidade de ser do desejo, que deve estar envolvido e questionado pela estrutura significativa diante da qual eles se vêem. Isso pode levar a um requestionamento decisivo de toda uma série de dados mais ou menos bem estabelecidos: que interesse tem o Estado de bloquear os créditos? Por que a Seguridade Social persiste em não reconhecer as psicoterapias de grupo? Não é a Faculdade, de essência liberal, retrógrada na mesma medida em que o são por outro lado as centrais sindicais em princípio mais “à esquerda”, no tocante a, por exemplo, problemas de categorização, de hierarquia e assim por diante? O sujeito da instituição, o sujeito efetivo, isto é, inconsciente, aquele que detém o poder real, nunca é dado de uma vez por todas. É preciso buscá-lo cuidadosamente quando de uma investigação analítica que por vezes implica imensos desvios que poderão levar a propor a si mesmo os problemas cruciais de nossa época.

Se a análise de uma instituição constitui em se atribuir a tarefa de abri-la à vocação de tomar a palavra, toda possibilidade de intervenção criadora vai depender da capacidade de seus iniciadores no sentido de existir no ambiente em que “isso terá podido falar”, na modalidade de ser marcados pelo significante do grupo, isto é, assumir certo modo de castração. Esse despojamento, essa barra, esse apagamento de suas potencialidades imaginárias remete por certo à análise dos objetos que o freudismo descobriu como sendo o suporte de uma assunção possível para o sujeito da ordem simbólica: seio, fezes, pênis etc., todos eles elementos extirpáveis, ao menos fantasmaticamente; mas remete também à análise do papel desempenhado pelo conjunto de objetos transicionais⁷ que se acham efetivamente articulados à máquina de lavar, à televisão, numa palavra, à “razão de ser” moderna! Por outro lado, a coleção de objetos parciais, a começar pela imagem do corpo como suporte da identificação consigo mesmo não é ela própria lançada ao consumo cotidianamente no mercado, cotada na Bolsa oculta dos valores pseudo-eróticos, estéticos, esportivos etc.? A sociedade industrial garante assim o controle inconsciente de nosso destino mediante a exigência, satisfatória, do ponto de vista da pulsão de morte, de uma desarticulação de cada consumidor/produzidor, e de tal maneira que, no limite, a Humanidade poderia decidir-se a tornar-se um imenso corpo fragmentado que só volta a se juntar segundo a vontade e nos lugares das exigências do Deus econômico supremo. Inútil, pois, forçar um sintoma social a se incluir na “ordem das coisas”, dado que esta é, em última análise, seu verdadeiro suporte; ocorre com isso o mesmo que acontece com as manifestações de um obsessivo que encerramos num quarto em que não há pia, quando ele lavava as mãos cem vezes por dia, deslocando assim sua sintomatologia para o pânico e para uma crise de angústia insuportável.

Somente a atualização de um nível mais ou menos grande de transversalidade permitirá que se desencadeie, por algum tempo (porque nessa matéria tudo está sempre em constante questionamento), um processo analítico que ofereça aos indivíduos uma real possibilidade de se servirem do grupo à feição de um espelho. Nesse caso, o indivíduo manifestará

⁷ Tomado num sentido mais geral que aquele que lhe é dado por Winnicott.

ao mesmo tempo o grupo e a si mesmo. Se é o grupo na qualidade de cadeia significativa pura que acolhe, pode o indivíduo se revelar a si mesmo, para além de seus impasses imaginários e neuróticos. Mas se, pelo contrário, ele se choca contra um grupo profundamente alienado, fixado em seu próprio conjunto deformante de imagens, o neurótico terá a ocasião inesperada de um reforço de seu narcisismo, enquanto o psicótico poderá continuar a se dedicar em silêncio a suas sublimes paixões universais. Possibilitar ao indivíduo inserir-se no grupo na modalidade de ser ouvido-ouvinte, e ter acesso através disso ao “para-além” do grupo que ele interpreta, mais do que manifesta, eis a alternativa proposta à intervenção analítica de grupo.

A consolidação de um nível de transversalidade numa instituição permite que se institua no grupo um novo gênero de diálogo: o delírio e todas as outras manifestações inconscientes no seio das quais o doente permanecia até então cercado por muros e solitário, podendo chegar a um modo de expressão coletiva. A modificação do superego supra-evocada intervém ao mesmo tempo em que certo modelo de fala/palavra tem condições de surgir no lugar e local (*sic*) em que as estruturas sociais só funcionavam no sentido do ritual. Conceber a possibilidade de terapeutas intervirem num tal processo traria o problema de um controle analítico que iria ele mesmo supor como estando parcialmente resolvida uma radical transformação do movimento psicanalítico existente, que não se preocupa nem um pouco, até o momento, com o recentramento de sua atividade sobre os doentes reais, no lugar em que eles de fato estão, isto é, no essencial, no campo da psiquiatria hospitalar e de setor.

O estatuto social do médico-chefe subentende uma alienação imaginária que o erige em “estátua de comandante”. Como fazê-lo aceitar e como fazê-lo solicitar que o questionemos, sem o ver recuar diante do medo pânico de se desfazer em pedaços? O médico que renuncia a seu estatuto imaginário para situar seu papel no plano simbólico tem, pelo contrário, condições de realizar o necessário esfacelamento da função médica em múltiplas assunções de controle que implicam diferentes tipos de grupos e de pessoas. O objeto dessa função aparta-se da “totemização” para se transferir a diversos tipos de instituição, cadeias de transmissão e delegações de poder. A própria assunção dessa fantasia do esfacelamento

pelo médico desempenha assim o papel de tempo primordial da instalação de uma estrutura de transversalidade. Sua função, agora “articulada como uma linguagem”, estará às voltas com o conjunto de significantes e fantasias do grupo. Mais do que levar cada qual a representar para si mesmo e para os outros a comédia da existência, correlativa da reificação do grupo, a transversalidade mostra-se como exigência da marcação inevitável de cada papel. Uma vez estabelecido de maneira duradoura por um grupo que detenha parcela considerável do poder legal e do poder real, esse princípio de contestação e de redefinição de papéis tem todas as oportunidades – se for aplicada numa perspectiva analítica – de repercutir em todos os outros níveis. Um tal remanejamento de ideais do ego modifica os dados de recepção do superego e permite a entrada no circuito de um tipo de complexo de castração articulado com exigências sociais distintas daquelas que os doentes conheceram antes em suas relações familiares, profissionais etc. A aceitação de ser “questionado”, de ser posto a nu pela fala/palavra do outro, certo estilo de contestação recíproca, de humor, de eliminação das prerrogativas da hierarquia etc., tudo isso tenderá a fundar uma nova lei do grupo cujos efeitos “iniciáticos” vão permitir que aflore um dia, digamos ao meio-dia, certo número de signos que presentificam aspectos transcendentais da loucura que, até então, tinham permanecido recalcados. As fantasias de morte, ou melhor, de esfacelamento do corpo, tão importantes nas psicoses, poderão ser reavaliadas num contexto de calor de grupo quando se chegou a crer que, por sua própria essência, seu destino era permanecerem cativas de uma neo-sociedade que tinha por outro lado a missão de exorcizá-las.

Dito isso, também não se deve perder de vista que, mesmo repavimentado por boas intenções, o empreendimento terapêutico corre apesar de tudo o risco de mergulhar a cada instante na mitologia estupefaciente do “nós”. A experiência mostra contudo que a emergência de instâncias pulsionais do grupo constitui a melhor garantia contra esse perigo. Elas interpelam a todos e a cada um, tanto aos curadores como aos curados, a fim de questioná-los sobre seu ser e seu destino. O grupo torna-se então uma cena ambígua, percebida sobre um duplo plano, um tranquilizador e protetor, vedado a todo acesso à transcendência, gerador de defesas obsessivas, de um modo de alienação “apesar de tudo reconfortante”, da

eternidade ao cotidiano, e, o outro, aquele que deixa aflorar por trás dessa tranqüilidade artificial a imagem mais rematada da finitude humana; e todo empreendimento intermediário se acha aí despossuído em nome de uma instância mais implacável que minha própria morte: a de sua captura pela existência do outro, única garantia de tudo aquilo que pode vir por meio da fala/palavra. À diferença do que acontece na psicanálise dita dual, nenhum recurso imaginário subsiste aqui no nível das dialéticas de senhores e escravos, o que constitui a meu ver uma forma possível de ultrapassar o complexo de castração.

A transversalidade no grupo é uma dimensão contrária e complementar às estruturas geradoras de hierarquização piramidal e modos de transmissão que esterilizam as mensagens.

A transversalidade é o lugar do sujeito inconsciente do grupo, o "para-além" das leis objetivas que o fundam, o suporte do desejo do grupo.

Essa dimensão só pode ser destacada em certos grupos que, deliberadamente ou não, tentam assumir o sentido de sua práxis e instaurar-se como grupo-sujeito, colocando-se assim numa postura de vir a ser o agente de sua própria morte.

Em oposição (relativa) a esses grupos missionários, os grupos-sujeitados recebem passivamente suas determinações do exterior, e, com a ajuda de mecanismos de autoconservação, se protegem de maneira mágica de um não-sentido considerado exterior; assim agindo, recusam toda possibilidade de enriquecimento dialético fundado na alteridade do grupo.

Parece-nos concebível uma análise de grupo que se proponha a realizar o remanejamento de estruturas de transversalidade. Desde que evite os obstáculos das descrições psicologizantes das relações internas cujo efeito é desprezar as dimensões fantasmáticas específicas do grupo, ou as descrições comportamentalistas que permanecem deliberadamente no plano dos grupos-sujeitados.

A incidência do significante do grupo sobre o sujeito é vivenciada por este último no nível de um "limiar" de castração, decorrência do fato de que, a cada etapa de sua história simbólica, o grupo possui inalienavelmente um modo de exigência diante de sujeitos individuais que implica um reforço relativo das incitações pulsionais destes a "estar em grupo".

Há, ou não, compatibilidade entre esse desejo, esse Eros de grupo, e as possibilidades concretas de assunção, da parte de cada sujeito, de uma tal prova,

prova que pode ser vivida segundo diversas modalidades que vão do sentimento de rejeição, e mesmo de mutilação, a uma aceitação de estilo iniciático que pode desembocar num remanejamento irreversível de sua personalidade.

Essa marcação pelo grupo não tem sentido único, pois confere direitos, confere um poder àqueles a quem atingem; mas, em contrapartida, pode levar a modificações no nível de tolerância do grupo com relação aos tipos desviantes individuais, bem como envolver crises capazes de pôr em causa o destino do grupo em contextos mistificados.

O papel do analisador de grupo consistiria em trazer à luz essas situações e fazer com que o conjunto do grupo não mais possa apropriar-se indevidamente, sem maiores dificuldades, das verdades que tais situações ocultam.

Nossa hipótese é que a automutilação burocrática de um grupo-sujeito, seu recurso inconsciente a mecanismos antagônicos à transversalidade potencial, não são fenômenos inelutáveis, dependendo, em vez disso, num tempo primordial, da assunção em seu âmbito do risco, correlativo à emergência de todo fenômeno de sentido verdadeiro, de vir a ser confrontado pelo não-sentido, pela morte e pela alteridade.

Reflexões para filósofos sobre a Psicoterapia Institucional*

Vocês me pedem que situe nossa experiência de psicoterapia institucional com relação às ciências humanas, as relações daquela com a filosofia e assim por diante. Essa pergunta talvez devesse ser feita por nós a vocês, dado que nosso objeto não é fundamentalmente de ordem teórica: uma reavaliação justa da divisão do trabalho de pesquisa poderia levar à conclusão de que cabe a vocês apreciar a pertinência e o alcance de conceitos que pomos em uso e de seu grau de coerência em relação a outras disciplinas. Caberia a vocês, além disso, definir em que a resposta a tais interrogações compete ou não à filosofia, assim como definir o que isso implica, em contrapartida, para esta última. Não tendo nem o tempo nem a qualificação necessária para me aventurar muito longe nesse domínio, observo apenas que não se trata do problema tradicional da classificação das ciências, ainda que adaptado à moda atual ao ser recentrado sobre as ciências humanas.

A filosofia *não pode deixar de se pronunciar* sobre o estatuto de cada uma dessas últimas. Mas se lhe for pedido que não mais se contente em estudar a partir do exterior, por exemplo, as noções mobilizadas pela experiência freudiana, vai-se ouvir a objeção de que ela sairá de seu campo, se perderá no estudo de monografias, praticará a análise por sua própria conta e assim por diante. Alguns filósofos pensaram superar essa dificuldade preconizando o desenvolvimento de uma psicanálise puramente teórica. Essa atitude não deixa de implicar certo desconhecimento, e até certo desprezo, dos problemas concretos da psicopatologia. Na verdade, tal atitude só poderia levar à esterilidade da própria produção teórica. Está claro que o campo teórico, ainda que requeira uma exigência de coerência que lhe seja específica, não poderia permanecer apartado do campo pragmático.

* Publicado nos *Cahiers de philosophie*, n. 1, revista do Groupe de philosophie de la Sorbonne (Grupo de Filosofia da Sorbonne), e republicado no n. 1 da revista *Recherches* em 1966.

Paralelamente ao desenvolvimento das ciências experimentais, a história da filosofia vem sendo há muito habitada pela fantasia da formulação de um "sistema" homogêneo, completo e definido de conceitos capaz de servir de referência a todas as disciplinas científicas etc.

Quando o esforço hegeliano por fim chegou a seu termo, essa fantasia ficou com mau hábito: um "tempo de latência" fenomenológica levou a uma nova proposição da questão de saber se, levando-se tudo em consideração, a filosofia não deveria considerar positivo "privar-se" da idéia de ter de ser, de uma ou de outra forma, uma "ciência das ciências", e de iniciar, no âmbito de cada uma delas, um esforço específico que tendia a fazê-la exercer um papel de "assistência" em todos os pontos perigosos nos quais os esforços teóricos internos dessas ciências corriam o risco de levá-las a sair do caminho correto, na ausência de suficiente sofisticação de seus instrumentos conceptuais.

Apresento aqui apenas alguns pontos de referência relativos a nossa prática de psicoterapia institucional, a fim de tentar explicar o problema com o qual estamos às voltas.

A principal descoberta da psicoterapia institucional, a qual temos sempre de retornar para nos ressituar diante das "heresias", consiste em reconhecer que o lugar de existência, no caso o hospital psiquiátrico, traz uma radical modificação a tudo o que vem a surgir em seu âmbito, seja em que ordem for. Uma técnica terapêutica, exercida no "contexto" de um hospital psiquiátrico, torna-se essencialmente outra. Por exemplo, um psicanalista de formação tradicional não pode dedicar-se a curas num serviço hospitalar sem modificar de maneira radical não apenas sua técnica como também suas concepções teóricas em matéria de psicopatologia, algo que ele de modo geral recusa-se a fazer. Isso é sabido, mas o que consideramos um elemento novo é que nem por isso consideramos as técnicas freudianas impossíveis no interior do hospital. Não posso enumerar (só o poderia fazer de modo demasiado superficial) os efeitos de "transmutação" que se manifestam correlativamente a toda translação de indivíduos e técnicas no campo psiquiátrico.¹ Para dar conta desses fe-

¹ Uma técnica psicossociológica, estudada por exemplo no âmbito do "laboratório social", perde seu sentido, as leis instauradas se desvalorizam, quando as tentamos restituir num ambiente institucional.

nômenos, fomos levados a propor o conceito de *objeto institucional* como objeto específico do campo técnico e científico da psicoterapia institucional.² Assim agindo, não era nossa intenção situar-nos na linhagem das pesquisas de inspiração psicossociológica. Na verdade, os problemas de dinâmica de grupo despertam na prática bem pouca atenção de nossa parte. A experiência das instituições hospitalares, dos "clubes terapêuticos", das técnicas de psicoterapia de grupo, da instituição de analisadores do coletivo etc., nos tem permitido adquirir um domínio suficiente que nos dispensa, na maioria dos casos, de recorrer a um material experimental obstrutivo; mas também nos levou a perceber a pouca fecundidade de hipóteses e métodos dos praticantes da dinâmica de grupo. Deslocando-nos cotidianamente no campo "prático" das instituições vivas, acabamos por nos aperceber de que a causa última de nossa eficácia ou de nossos fracassos nos escapa, e que as referências teóricas que circulam na Universidade de modo geral passam ao largo dos problemas. Inúmeros "autores" elaboram seus esquemas explicativos a partir de uma ordem causal que, embora qualificada como dinâmica, nem por isso é menos mecanicista e irreduzível a toda dialética da fala/palavra humana.

Dado o passo de afirmar que existe um "objeto institucional" específico a nossa pesquisa, espera-nos um precipício teórico: a apreensão desse objeto ao sabor de uma "subjetividade de grupo", a se distinguir de acordo com diferentes "posições subjetivas",³ fantasias e ideais de grupo, mecanismos de resistência e de superego, de derivação, de repetição e de deslocamento, atividades compensatórias, surgimento de uma paixão de grupo, erótica e mortífera, assunção em seu seio de uma fala/palavra que permite sair da totalização circular ao se articular com um "paralém" do grupo e remanejar os princípios de conservação tanto na ordem espaço-temporal e imaginária como na das cadeias significantes institucionais e históricas...

É assim que, de forma um tanto eclética, fomos levados a reforjar, para nosso uso *institucional*, toda uma série de noções de várias proce-

² Destaquemos que essa noção é complementar à de "objeto parcial" na teoria freudiana e à de "objeto transicional" no modo derivado da definição que lhe deu D. W. Winnicott (cf. *La Psychanalyse*, 5, P.U.F., 1959).

³ Cf. a expressão usada por J. Lacan em seu Seminário, e retomada aqui em outro contexto.

dências... Algumas delas, como o superego e a fantasia, têm aí serventia, sem dificuldades, devido às ambigüidades da teoria freudiana, que as usa indiferentemente no nível do indivíduo e do grupo. Outras, como a transferência, implicam uma reapreciação mais aprofundada; essa noção, na doutrina analítica clássica, parece na verdade irredutivelmente ligada à pessoa ou à fala/palavra do analista. Em que aspectos poderiam um grupo ou uma instituição ser o suporte de uma relação transferencial? Pode um grupo, ao mesmo título que um psicanalista, interpretar o “material”, os sintomas, os atos falhos etc. que aí se manifestam em razão de um “conteúdo latente” vinculado com complexos de significações inconscientes? Trata-se de uma relevante questão; aceitamos todas as suas implicações. Prontos a ter de renunciar a toda utilização do termo “transferência” fora da “relação do divã” estrita e a condenar sua extensão sob as rubricas “transferência lateral” (Slavson), transferência e contra-transferência institucionais (Tosquelles e Sivadon), e sucessivamente.

Nada há de extraordinário em reconhecer que o grupo desempenha um papel de espelho, focaliza certas reações individuais que podem servir de suporte à expressão das pulsões do grupo, atenua as disparidades específicas, reforça os mecanismos de sugestão etc. Repitamo-lo: não foram esses fenômenos que motivaram, para nossa escola de psicoterapia institucional, a introdução de novos vocábulos. Nossa preocupação é a de determinar as condições que permitem à instituição desempenhar um papel analítico no sentido freudiano. Sabe-se que os psicanalistas não têm condições de intervir de maneira corrente nas psicoses e sobretudo no caso de doentes internados. Do mesmo modo, há alguns anos, toda a nossa atenção se tem voltado para uma reavaliação de noções analíticas que forneçam meios para que um coletivo terapêutico⁴ supere seu papel de assistência elementar. Por conseguinte, propor a questão da existência de um sujeito de grupo (*sic*), de um inconsciente de grupo, que não seja redutível a uma simples soma de subjetividades individuais, não constitui um esforço que se esgota no teórico, tendo antes, para nós, considerável incidência prática.

Como pode um grupo tomar a palavra, numa dada instituição,

⁴ Deixamos de lado aqui a questão tão importante dos modos de formação, de funcionamento e de controle desses coletivos.

num momento dado de sua história, sem reforçar os mecanismos seriais e alienantes que costumam caracterizar as coletividades nas sociedades industriais? Haverá, no nível de uma instituição que dispensa cuidados, a possibilidade de colocar o indivíduo numa situação radicalmente distinta da que marca o colóquio singular, os impasses identificatórios correlativos ao estatuto da família conjugal, das relações de submissão socioprofissional e assim por diante?

Será o indivíduo que “se diz” a si mesmo que está perturbado pelo desejo desse ou daquele objeto idêntico ao que faz essa mesma revelação à mãe, ao psicanalista ou aos colegas? Se é verdade que a vergonha e a culpa “precedem a existência” a ponto de levar mais certamente à morte toda outra paixão, é preciso admitir que se trata de vergonha e de culpa institucionais. É *um dado tipo* de incesto, num dado grupo, que me fará morrer de vergonha. Mas, a partir disso, quem sou eu, *na condição de indivíduo*, senão em mim mesmo uma “instituição”, interseção de leis, de interditos, de defesas, de ideais etc., subconjunto de instituição da família, da faixa etária, da classe social e assim por diante? Toda uma tradição filosófica teve de agir com imensos rodeios para, a partir da *res cogitans* individual, furtar-se no todo ou em parte à *res publica*. Se é certo que o indivíduo é o suporte irredutível da *enunciação* da palavra, o grupo não deixa por isso de ser o depositário e o iniciador de toda linguagem e de toda eficiência dos enunciados.

Seja como for, consideramos que a subjetividade do grupo constitui um *requisito absoluto* da emergência de toda subjetividade individual. No tocante à certeza do cogito individual, o estatuto da subjetividade do grupo parece precário. Contudo, se a considerarmos do ângulo da constituição de sistemas de valores, isto é, de estruturas simbólicas polarizadas pela existência do outro, a subjetividade é a única garantia da apreensão do sentido dos mais ínfimos gestos e falas/palavras humanas. O indivíduo doente procura no nível da linguagem tal como falada em seu ambiente não só os meios de expressão de seu apelo ao outro diante do sofrimento como também a presentificação somática desse último. Se é verdade que por trás do “não-sentido” sintomático há um inconsciente “estruturado como uma linguagem”, que por trás do absurdo burocrático da instituição para doenças mentais há uma cadeia significativa e uma interpretação

potencial, capaz de remanejar a articulação de pares sobredeterminados: sintoma e sujeito inconsciente, língua e fala, demanda e desejo, superego e ideal do ego, personagem social e responsabilidade individual perante a História etc., o domínio analítico tenderá a ultrapassar o campo de significações indefinidamente recentradas na assunção do ego.

A instituição tratada como sujeito leva à introdução do princípio de uma “ordenação” do não-sentido para além da sintomatologia individual. A posição singular da psicoterapia institucional reside no fato de seu ponto de partida, a assistência a indivíduos rejeitados pela sociedade, ou, mais exatamente, indivíduos cuja história e cujos acidentes de desenvolvimento tiveram tal natureza que eles não puderam encontrar seu lugar na sociedade, leva-a a questionar o conjunto das instituições humanas, suas finalidades proclamadas, suas definições de diversos tipos de indivíduos, dos papéis, das funções sociais, das normas etc. Não há dúvida de que essa possibilidade está ligada ao fato de que o espaço social reservado à loucura, para não falar de “reserva de loucos”, escapa em parte à “racionalidade” das instituições reservadas aos indivíduos normais. Poderemos ler melhor aí a significação e o destino das sociedades industriais (do capitalismo monopolista de Estado ou do socialismo burocrático), na medida em que elas até o momento não conseguiram produzir as instituições econômicas, sociais e políticas capazes de tornar operatórias a fala/palavra e a criatividade social das massas populares, que permanecem sendo os *objetos* da máquina econômica.

Os hospitais psiquiátricos nos oferecem por certo o melhor exemplo de “objetos institucionais” radicalmente desviados de sua finalidade social manifesta; na verdade, esses enormes maquinários concentracionários reforçam a opacidade dos problemas, a solidão dos doentes, o não-sentido de sua existência. Esses maquinários desenvolvem uma espécie de patoplastia social⁵ das doenças mentais que as faz endurecer e se fechar sobre si mesmas. Alienação social que se sobrepõe às instâncias mais particulares de uma alienação de ordem psicopatológica. Mas uma justa medida de sua incidência permite entrever a possibilidade de um outro estatuto da instituição terapêutica: esta, voltando-se sobre si mesma, ten-

5 No termo de Jean Oury.

derá não só a reavaliar coletivamente o sentido do empreendimento de produção de cuidados, a interpretar cada caso particular por intermédio de um processo analítico, mas igualmente, em cada uma dessas ocasiões, a esclarecer os efeitos da sociedade global, em sincronia com uma crítica social que pode articular-se com as outras correntes de pensamento e de lutas. Parece em particular que um reexame dos dados fundamentais da economia política das sociedades industriais, que partiria dessa questão da subjetividade social e que visaria situar o problema do ajuste da produção da mercadoria a instituições adaptadas a usuários e consumidores de toda natureza, permitiria sair do quadro já um tanto estereotipado dos debates sobre a “fragmentação do trabalho”, sobre a emergência de “novas classes operárias” etc.

A subjetividade da sociedade industrial pôde encarnar-se, numa visão de ficção científica, numa enorme máquina de calcular que define para cada tipo de necessidade uma resposta, não só para os indivíduos vivos, mas também para as próximas gerações! Assim, a meditação cartesiana poderia ter sido enunciada da seguinte maneira: “É verdade que penso, mas, no que se refere à existência, é melhor dirigir-se diretamente ao sujeito supremo, à máquina fundadora de meu desejo e produtora de toda resposta. Nunca mais poderei, ao pensar que existo, o que pode ser a existência, e mesmo quando pretendo saber que existo pelo fato de dizer que penso existir, não apreendo nada mais do que uma ladainha que vem de alhures e que fala de mim a propósito de todo tipo de outros artefatos... Nunca mais terei a garantia de existir *verdadeiramente* a não ser na máquina universal”. E nosso homem, ao volante de seu carro, na expectativa do resultado de sua aposta, ou na companhia de algum outro gênio do mal, se deixaria em seguida persuadir docemente de que apesar de tudo, sem dúvida possível, ele de fato existe e que ninguém lhe poderia provar o contrário, sendo o Deus econômico supremo deveras incapaz de enganá-lo, prisioneiro que é nosso homem de seu universo e insensível a toda irrupção do desejo, da mentira ou da verdade, a partir da expansão da sociedade de consumo e do uso generalizado de neurolépticos...

O conceito de subjetividade de grupo implica a elaboração de uma teoria do significante no campo social, sob pena de recair nas metáforas

da alma coletiva de Jung, na "tele"⁶ de Moreno e assim por diante, assim como implica que se proponha o problema de saber se o vaivém que esboçamos entre a psicanálise, a psiquiatria, as ciências sociais e jurídicas, a etnologia, a lingüística etc. pode nos dispensar de responder à questão do estatuto ontológico da referida subjetividade.

Não mais neste domínio do que em qualquer outro, não se podem dar definições fechadas em si mesmas. Pronunciar-se hoje, por exemplo, sobre o estatuto do Estado na sociedade moderna implicaria fazer a análise diferencial de suas formas atuais e de seus diversos tipos de evolução. Tratar-se-ia de, por meio disso, extrair o termo comum, a ária que faz que reencontremos a cada vez o objeto "Estado" no cruzamento de tentativas, diversas e mais ou menos eficazes, de instauração de organismos reguladores que pretendem manter um desenvolvimento sem dor das forças produtivas e neutralizar os antagonismos de classe. O Estado torna-se, assim, na condição de objeto institucional, uma máquina significativa que reifica sistematicamente os processos sociais. Seu caráter de operador da demanda na ordem simbólica tende a sufocar toda representação possível na ordem imaginária, isto é, na ordem do desejo humano descartadas suas formas atípicas: culpabilizadas, perversas, "patológicas" ou revolucionárias.

O fato de os atuais sistemas econômicos, à falta de uma avaliação por uma classe social capaz de ir além de seus interesses próprios e impor o advento de uma sociedade sem classes, estarem assim, de modo permanente, prestes a secretar instituições sociais que transformam os indivíduos em engrenagens de uma imensa máquina, esse fato evoca em contrapartida o problema da assunção da subjetividade social como termo final inelutável do processo de produção. A tomada do poder por uma força social cujas normas seriam compatíveis com o exercício mínimo de uma fala/palavra humana é algo concebível? Toda a evolução social terá o sentido de um esmagamento cada vez mais acentuado do desejo humano? Quando apresentamos o conceito de subjetividade social estamos prestes a reanimar os mitos da redenção do sujeito perdido e daquele que lhe serve de fiador, o deus morto no real mas sempre causativo nos

⁶ Publicado nos *Cahiers de philosophie*, n. 1, revista do Groupe de philosophie de la Sorbonne (Grupo de Filosofia da Sorbonne), e republicado no n. 1 da revista *Recherches* em 1966.

sonhos? Essas questões se põem com tanto mais acuidade quanto mais as sociedades industriais, em sua jornada rumo à exploração, à morte, à loucura e ao infantilismo, conservam um dinamismo assustador!

Pode-se verificar a existência de uma correspondência cada vez mais acentuada entre a sintomatologia social e os modos individuais de alienação mental por ocasião da emergência de formas selvagens e espontâneas de socialidade, e bem particularmente na constituição de grupos de adolescentes que tentam resolver, a sua maneira, os impasses identificatórios inerentes à triangulação edípica, impasses específicos da crise contemporânea da família conjugal. O estudo desses processos foi a oportunidade de uma reavaliação do valor dos mitos da ruína da "função paterna", das falhas da família como "causa de todos os nossos males" e assim por diante. Na ausência de um exército respeitável, de uma igreja e de um deus reconhecidos, de uma ordem social estável, a passagem à adultidade não poderia ocorrer, portanto, sem outro recurso senão o das drogas da sociedade de consumo?

Um dado tipo de carro, de parceiro ou de papel que cobiço determinam o modo sob o qual o "eu" me escapa. *Eu é um outro (sic)*. Mas esse outro não é um sujeito. É uma máquina significativa que predetermina aquilo que deverá ser bom ou ruim para mim e meus semelhantes nesse ou naquele ambiente potencial de consumo. Mas não estará a única resposta possível a essa anulação do sujeito no retorno à circulação de um modelo de Pai-Presidente, tótem erigido no cume do Estado à falta da possibilidade de refundar a legitimidade religiosa de um Rei castrado de maneira demasiado radical pela História? Nesse terreno, as construções teóricas de Freud como as de *Tótem e tabu* não parecem, à primeira vista, nos fazer progredir muito. Não obstante, é de qualquer maneira para o freudismo, apesar de seus mitos ou antes por causa deles, que devemos nos voltar se quisermos de fato explorar esses problemas. A pesquisa filosófica universitária permanece árida e espalhando a aridez lá em cima. Ela chegou mesmo a constituir uma espécie de sistema de resistência ao acesso a esses problemas. Sem falar de certas noções cruciais como a de "pulsão de morte", que foram simplesmente ignoradas; essa pesquisa há muito lançou em descrédito noções de base como "inconsciente" e "sujeito inconsciente", este último considerado uma aberração, uma

contradição em termos, um abuso de linguagem, uma impudência devida a um espírito cientificista e assim por diante. A partir de trabalhos de Jacques Lacan, começa a se difundir a idéia de que essas noções poderiam, pelo contrário, esclarecer retrospectivamente as formulações de filósofos que, de Descartes a Husserl, ocuparam-se de uma fundação do sujeito.

Quanto a nós, pensamos que o conceito de subjetividade de grupo está inscrito no prolongamento da teoria freudiana. É verdade que Freud realiza, com toda a inocência, um constante deslizamento de plano que o faz regularmente perder de vista a realidade social, mas sua cegueira, tal um Édipo moderno, leva-nos a pistas talvez mais seguras que toda outra. Ele nos legou os meios de definir a relação do sujeito com o outro fora do plano de hipóteses idealistas. Enquanto um Lukacs ainda encontra o obstáculo do “inconsciente de classe” e do papel da “indeterminação” no processo histórico para nunca sair da problemática imaginária da consciência, Freud, desde o começo, enfrenta o estatuto do sujeito, que define como fundamentalmente inconsciente, isto é, como algo que escapa, no essencial, às determinações individuais, e como estando marcado de maneira indelével pelas relações estruturais do grupo social e por seus diversos modos de comunicação. O passo seguinte leva a considerar que essa subjetividade, manifesta no nível da instituição, tem suas próprias leis, seus “intérpretes” grupo ou indivíduo, seus operadores, que ela desenvolve sistemas específicos de resistência, de desconhecimento, certo tipo de fantasia relativamente autônoma com respeito à fantasia individual. Enquanto essa última remete a uma ordem estrutural imaginária submetida ao organismo humano, a fantasia de grupo se articula com o conjunto dos significantes e das estruturas sociais. Ele é, por isso, a sede de toda uma série de entrecosques e impasses entre o indivíduo e o grupo.

Se se levar em conta a precaução que tomei de alertar para o fato de que não sou filósofo, não poderei ser reprovado por não apresentar aqui nada que não se funde no simples levantamento de reflexões nascidas no curso de uma prática institucional. Todo problema levantado permanece em suspenso! Que dizer da coisa-sujeito que, de um indivíduo ao outro, é considerada encarnação da fala/palavra do grupo? Onde se vai procurar uma *interpretação* no nível do grupo? Não é um líder qualquer que se fará

automaticamente seu porta-voz? Como fundar a legitimidade da “palavra de ordem” de um grupo particular na verdade histórica? Não são a fala/palavra e o sujeito entidades essencialmente “coladas” ao indivíduo e assim por diante? Só este profere esta ou aquela palavra.

Mas, voltemos ao assunto, a linguagem remete não só à totalidade de tudo o que é dito em todos os lugares pelo conjunto dos indivíduos, mas também a tudo o que é articulado pelo conjunto das *máquinas econômicas*. Quem fala quando o Ministro das Finanças modifica em um por cento a taxa básica de juros e, ao fazê-lo, muda o poder de compra imediato dos consumidores e interfere em milhões de projetos individuais? O ministro, naturalmente, ou ao menos o ministério! Mas quem é sujeito da cadeia significativa envolvida? Através de que canais de comunicação, de que tramas de linguagem, vamos encontrar a chave, a verdade de uma decisão ministerial? Uma fala de ministro não remete evidentemente à intimidade da personagem, mas às relações de produção e às contradições que regem as sociedades industriais; remete a alguma coisa que ocorre talvez entre Moscou, Washington, Pequim, Leopoldville... Considerando-se isso, será abusivo falar de sujeito no nível de uma classe ou de um Estado? Vai-se objetar que não se trata de algo transparente a si mesmo como se julga ser o sujeito. A consciência de si é, sem dúvida, uma garantia de ser consciência, mas de modo algum de ser sujeito nos âmbitos em que pode ter *sentido* ser sujeito, isto é, no registro do outro fundado pela fala/palavra. No plano social, as coisas talvez sejam menos garantidas. Um dado grupo, partido ou casta que se pretende sujeito da História, depositário de uma missão histórica, pode não passar, na verdade, de objeto institucional manipulado de fora ao sabor das circunstâncias, da conjunção de forças presentes etc. Na ordem da subjetividade social, nada é dado de antemão. Pusemo-nos a repetir que os fatos sociais não eram coisas, e no entanto, eles se apresentam à primeira vista como tais? O fato de poderem sair de seu estatuto de objeto não depende do observador humanista.

O surgimento da subjetividade social depende de maneira bem exata da capacidade de grupos, instituições, classes e assim por diante, no sentido de articular sua totalização em função de fenômenos históricos e de leis naturais. Toda pesquisa nesse domínio situa-se assim numa en-

cruzilhada de problemas políticos e sociais que ultrapassam em muito o campo de uma prática especificada. Quando se trata, por exemplo, no campo da economia política, de ajustar o processo do consumo ao da produção mediante instituições adequadas, deparamo-nos com questões semelhantes àquelas que tentamos delimitar a propósito da subjetividade social. Uma tal institucionalização das relações de produção é tratada, tanto nos países capitalistas como nos “socialistas”, seja às cegas ou no âmbito de um planejamento de caráter burocrático. Como poderiam surgir nesse nível modelos institucionais articuláveis com uma “lógica do não-sentido”? Quem é que, na sociedade industrial, poderia servir de fiador da existência humana? As instituições religiosas e políticas tradicionais são hoje manifestamente incapazes disso. Cabe à pesquisa filosófica determinar os conceitos capazes de fundar um campo de referência que responda, de um lado, às exigências das ciências objetivas e, do outro, às das “técnicas” da existência humana concreta. Como não é essa a situação, tende a ressurgir permanentemente toda uma série de instabilidades doutrinárias de todo tipo de forma: teorias do paralelismo, sistema percepção-consciência, teorias da forma e seus derivados estruturalistas, reflexologia, para não mencionar as famosas querelas das superestruturas submetidas às infra-estruturas e assim por diante.

A instituição filosófica desempenha no tocante a isso o papel de curadora-em-chefe do museu de conceitos ultrapassados. Com efeito, ela de modo geral afasta-se de toda inovação, como ainda é em geral o que acontece com o freudismo. Não é inconcebível que tal situação possa se inverter. O problema não é só de pôr em circulação conceitos novos para fazer sair do impasse as diferentes outras pesquisas; é igualmente o de – o que dá no mesmo – reavaliar sob o crivo de sua verdade os conceitos fundamentais da filosofia tal como se apresentam a nós. De certo ponto de vista, constata-se que o pensamento hegeliano está longe de fecundar, como seria necessário, a pesquisa antropológica. Por esse motivo, seu desvelamento sistemático permanece como imperativo primordial. De outra perspectiva, a incapacidade do pensamento filosófico no sentido de elaborar uma doutrina da existência que não seja sujeitada ao indivíduo, que não implique uma “dedução” da existência do outro, e, correlativamente, a instauração de teorias da intersubjetividade que levaram a uma

busca, a perder de vista, da ordem social, em vez de partir dela, sobrecarregaram consideravelmente o campo de referência médio dos estudantes e dos pesquisadores no conjunto das ciências humanas. De seu lado, a “instituição marxista”, acossada pela esterilidade há décadas, também não os ajudou a sair das metodologias mecanicistas. Repitamo-lo: não é só o ajuste funcional das diversas ciências humanas que está em causa; também o está uma justa apreciação do estatuto do sujeito da enunciação científica em sua relação com o desejo individual do pesquisador e com as pulsões históricas diante das quais ele se vê. Levando em conta que este ou aquele terapeuta, por exemplo, considerará que seu campo é fechado, sem fronteira comum com as outras disciplinas, e reifica a filosofia como corpo estranho, esse sujeito da enunciação definirá implicitamente o conjunto das ciências humanas como devendo permanecer sem acesso à subjetividade social que, de acordo conosco, está implicada no nível de cada subconjunto institucional. Isso nos parece aplicável mesmo às pesquisas que assumem o aspecto mais técnico. Julgamos que nenhuma interpretação (de ordem psicanalítica, psicossociológica e assim por diante) protege quem quer que tenha de se pronunciar sobre as questões cruciais que a História propõe. Nenhuma “região” política tem autonomia com respeito a uma “região” técnica ou filosófica. Haverá uma autêntica pesquisa filosófica que possa emitir um julgamento sobre a existência do sujeito independentemente da natureza da subjetividade histórica contemporânea nesta ou naquela situação? Postular, como o fazemos, a existência de uma subjetividade social e de objetos institucionais não equivalerá a formular a questão da natureza do objeto filosófico?

Haverá um modo de apercepção filosófica que se possa permitir legitimamente encerrar-se na subjetividade individual? Essa mesma questão é posta nos domínios da criação artística. De sua resposta depende a possibilidade de realizar uma verdadeira recomposição de problemas sociais, políticos, estéticos e morais etc. capaz de fazê-los sair de sua atual disjunção. Se se considera que a instituição filosófica deve constituir-se em *intérprete* – gramática das línguas que se falam nos diferentes campos técnicos, científicos e literários nas diferentes épocas –, talvez seja possível considerar que o objeto da filosofia gira em torno precisamente da apreensão dessa subjetividade social que, como dizemos, só se apresenta por

meio de conteúdos manifestos que precisam ser decifrados e interpretados em razão do fato de escapar aos acidentes históricos, às contingências de escola, às especificações técnicas etc. A instituição filosófica seria a partir disso definida como devendo reavaliar uma estrutura de referência, desempenhando de alguma maneira o papel de "analisador", por meio de uma maiêutica que se refundaria perpetuamente a partir das produções conceituais das diversas ciências humanas. Ela teria de reconhecer previamente que a psicanálise, bem como a terapêutica institucional, a etnologia, a lingüística etc., mostra indiretamente a necessidade de uma redefinição da pesquisa filosófica. Resta saber se sua instituição atual será suscetível de "falar" a partir dessa falta, ou se serão necessárias várias gerações e algumas crises filosóficas antes de se chegar a isso. Chegará um momento em que estudaremos com a mesma seriedade e o mesmo rigor com que estudamos as definições de Deus de Descartes ou de Malebranche, as do presidente Schreber ou de Antonin Artaud? Continuaremos por um longo tempo ainda a perpetuar a clivagem entre aquilo que constitui a província de uma crítica teórica pura e a atividade analítica concreta das ciências humanas? Deverão os ocasionais prejuízos causados por essa dissociação no seio da antropologia ser atribuídos a circunstâncias similares àquelas que dividiram o mundo em dois ao redor da Cortina de Ferro? Não se vê esta prestes a se fazer presente em muitas outras regiões a depender da natureza do desenvolvimento dos Estados?... E, precisamente, será o exame desses esquizos sucessivos do universo contemporâneo província exclusiva dos políticos profissionais, dos diplomatas e dos jornalistas especializados? Temos todas as condições de saber que cada indivíduo sofre hoje tais tipos de dissociações num modo imaginário de maneira bem mais marcante do que os mitos antigos a que em geral se remetem os complexos homossexuais.

A pesquisa filosófica teria assim não só de se preocupar com uma constante reorganização conceitual como de elaborar, no "terreno", as condições de estabelecimento e de manutenção de uma lógica do não-sentido na medida de sua irrupção em todos os domínios, isto é, manter atualizado o registro das possibilidades de significação da existência humana, aqui, alhures e agora.

1966

As nove teses da Oposição de esquerda

Resumo*

Tese 1: O capitalismo e o Estado

Na análise do desenvolvimento do capitalismo e da política do movimento operário, convém considerar desde o começo o conjunto dos fenômenos econômicos e políticos como uma *totalidade estruturada*, um todo concreto, resultado do desenvolvimento histórico, definido como um conjunto de *relações determinadas*. Decorrem disso conseqüências teóricas essenciais: a recusa de dividir o mundo em dois, capitalismo e socialismo; a recusa de considerar o capitalismo como a justaposição de capitalisms nacionais, em que alguns seriam avançados e outros, atrasados; a recusa de considerar que esse avanço de uns não tenha uma ligação orgânica com o atraso dos outros.

Esse ponto de vista marxista tende a desaparecer por completo no movimento comunista, a pretexto de que, por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas na União Soviética exige um estágio superior das relações de produção. Por maior que seja a União Soviética, as forças produtivas não se desenvolvem nela independentemente das dos países socialistas e sequer das do mundo capitalista. Não há um esquema abstrato do capitalismo de que este ou aquele país constituiria o modelo que os outros tenderiam a imitar. O esquema geral do capitalismo não é uma estrutura universal a que se somariam singularidades nacionais, mas uma estrutura que existe nessa diversidade mesma e que é inconcebível fora dela. Foi isso que levou Trotsky a criticar a concepção do internacionalis-

* Essas teses foram elaboradas, num primeiro momento, de maneira bem condensada – umas poucas páginas – por um grupo de militantes da Oposição de esquerda, então em vias de formação, para serem apresentadas por J.-C. Polack, em nome da esquerda não-trotskyista, no VIII Congresso da UEC (Union des étudiants communistes – União dos Estudantes Comunistas), realizado em Montreuil em abril de 1965. Mais tarde, foram desenvolvidas por F. Guattari para serem apresentadas e discutidas numa reunião da Oposição de esquerda realizada em Poissy em outubro de 1965. Os excertos apresentados aqui foram selecionados a partir de uma versão completada e desenvolvida por F. Fourquet, prefaciada por Gerard Spitzer e publicada em brochura em 1966.

mo proletário: este não se funda nas características gerais do capitalismo, em sua estrutura abstrata, mas em sua forma particular; não na identidade das condições de luta, mas na interdependência entre estas.

É na escala mundial que se deve analisar a contradição fundamental do capitalismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. A finalidade do capital (produção de mais-valia, valorização do capital) está em contradição com os meios dessa valorização: o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, a produção ilimitada de valores de uso. A extensão do capitalismo a todo o planeta fez surgir uma divisão mundial do trabalho entre as diferentes nações, se bem que o processo de reprodução do capital tenha se tornado a partir disso um processo mundial. Quase todas as mercadorias são o produto de inúmeros processos de trabalho parciais divididos em vários países. Do outro lado, porém, o capitalismo não consegue abalar o âmbito nacional e o Estado no interior do qual se desenvolveu, e estes passam doravante a ser um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto a divisão mundial do trabalho exigiria o desaparecimento de toda barreira aduaneira, uma repartição racional dos meios de produção e de consumo e um planejamento em escala mundial, o tal regime só pode sobreviver mantendo as relações de produção no âmbito nacional, graças à intervenção do Estado, transformado em instrumento da valorização do capital.

O Estado desempenha um papel essencial no processo de circulação do capital, que permite notadamente acelerar o giro do capital e realizar a mais-valia contida nas mercadorias produzidas. Tanto no domínio da repartição como no da produção, o Estado toma a seu cargo a parte do capital cuja taxa de lucro é pequena, o que permite em compensação elevar a taxa de lucro do setor privado dos monopólios. Por múltiplas vias, o capital circula entre o setor público e o setor privado: *há uma fusão entre os monopólios e o Estado num todo orgânico, o capitalismo monopolista de Estado.* O capitalismo monopolista de Estado surgiu quando da ocorrência de crises: a Primeira Guerra Mundial, a crise da Bolsa de 1929, a Segunda Guerra Mundial. Essas três etapas marcam a considerável redução das trocas internacionais de capitais e de mercadorias, o fechamento do mercado nacional, uma reconcentração dos capitais ao

redor do Estado, tornado salvador supremo. Este tenta então reorganizar o processo de valorização do capital e de realização de mais-valia que fora interrompido pela crise. Mas esse processo de "nacionalização do capital" não desaparece com a crise, mas sobrevive e se desenvolve por vezes com fases de expansão correspondentes a um processo contrário, o de mundialização das relações de produção e de circulação.

Cada um desses dois movimentos implica o movimento contrário. O mundo capitalista não é a justaposição de vários capitalismos monopolistas de Estado mais ou menos desenvolvidos; é esse tipo de capitalismo monopolista que é determinado por seu lugar na divisão internacional do trabalho, implica esta última e não existe sem ela. Inversamente, a internacionalização monopolista das forças produtivas implica o capitalismo monopolista de Estado, e não se processa fora dos Estados; é por meio destes que se realiza essa internacionalização. As relações entre Estados apresentam-se, pois, como a expressão e o modo de realização da internacionalização da vida econômica na etapa do capitalismo monopolista de Estado. Mas essas estruturas nacionais e do Estado, mediante as quais se realiza a internacionalização, são justamente aquilo que emperra a internacionalização, constituindo os Estados precisamente os arcaísmos históricos que se opõem ao desenvolvimento das forças produtivas na escala internacional.

A manutenção de relações de produção em escala nacional é o resultado de um compromisso. Marcada por suas tradições históricas e por seu particularismo social, a burguesia não é internacionalista, enquanto o modo de produção capitalista tende a sê-lo cada dia mais. Esse compromisso exige, de um lado, que a burguesia mantenha seu domínio sobre o aparelho de Estado e, do outro, que a sociedade política organizada institucionalize e integre o máximo possível a classe operária, que vê suas lutas, dessa maneira, descentradas com relação aos locais reais de decisão da economia capitalista. A centralização do capital, "a expropriação dos capitalistas no seio do capital", chegam a tal ponto que a burguesia perdeu todo o poder que lhe permitisse destruir estruturas arcaicas, a começar pelo próprio Estado. A burguesia tem necessidade do Estado nacionalista para sobreviver; é prisioneira de sua própria realidade de classe; a própria burguesia é o limite da burguesia.

Pode-se dizer, resumidamente, que:

O desenvolvimento do capitalismo está na base de dois movimentos contraditórios: de um lado, a mundialização das forças produtivas e, portanto, das relações de produção; do outro, o papel qualitativamente novo do Estado em sua intervenção econômica (mecanismos do capitalismo monopolista de Estado). A contradição fundamental do modo de produção capitalista (entre relações de produção e forças produtivas) exprime-se como contradição entre a estrutura econômica e a superestrutura de Estado que permite que aquela sobreviva. Essa contradição vai se desenvolver outra vez no próprio seio do Estado, impelido de um lado rumo à mundialização das relações de produção e, do outro, rumo à necessidade de manter relações de produção no âmbito nacional e de reforçar os mecanismos do capitalismo monopolista de Estado. As relações institucionais são ultrapassadas pelas relações econômicas e tendem a se desfazer sob sua pressão. Não obstante, seu rompimento não pode ocorrer espontaneamente, exigindo a criação, pelo proletariado, de suas próprias instituições, isto é, a intervenção de uma *subjetividade revolucionária* cuja não-emergência histórica está na base da manutenção das instituições burguesas.

Tese 2: O capitalismo e a estratégia do movimento operário internacional

A história do capitalismo é a da luta de classes. Não se pode cair no pseudo-objetivismo das atuais análises do movimento comunista oficial, que sempre apresenta os fenômenos físicos e culturais como o resultado de uma necessidade mecânica que se imporia de fora para dentro à luta de classes. Esse método o "autoriza" a tirar do movimento operário toda a responsabilidade histórica pelo desenvolvimento do capitalismo. O capital não é exterior ao proletariado, constituindo antes a mais-valia produzida pelo trabalho do proletariado; da mesma maneira, as estruturas e instituições do capitalismo são o resultado da luta econômica e política do proletariado e isso envolve a responsabilidade direta de suas organizações.

A responsabilidade da social-democracia em 1914 é flagrante no

reforço do Estado e na instauração das estruturas do capitalismo monopolista de Estado. É o resultado do chauvinismo, do patriotismo e da sustentação da defesa nacional. Tudo se passa como se o nacionalismo do movimento operário devolvesse à burguesia os instrumentos de dominação que deixara escapar. Tal processo tem-se repetido regularmente no movimento comunista, que sempre sustentou a idéia de que o ímpeto contínuo das forças produtivas se mostraria impossível no âmbito do capitalismo e terminaria inevitavelmente numa decomposição interna do sistema. Assim, os comunistas têm vivido na expectativa da explosão de uma crise final do capitalismo. Passou então a ser dever dos estados-maiores dos PCs sufocar toda veleidade revolucionária capaz de perturbar a realização desse destino... Se é certo que o desenvolvimento das forças produtivas envolve a expropriação dos burgueses pelo capitalismo, de modo algum isso significa que os Estados burgueses sejam incapazes de secretar "mecanismos reguladores", permitindo ao capitalismo superar suas dificuldades de adaptação no nível do desenvolvimento das forças produtivas, dos investimentos, de repartição de mercados, dos problemas monetários, do "planismo", da integração da classe operária e assim por diante.

As correntes modernistas militam em favor da aceleração da integração do proletariado no Estado, concebendo uma aliança entre a classe operária e as forças vivas do capitalismo com vistas a neutralizar os burgueses retrógrados e fazer evoluir progressivamente a sociedade capitalista, ao passo que os partidos comunistas fiéis à União Soviética ainda hesitam em seguir esse caminho. Todas as ideologias políticas procedem do mesmo tipo de erro, consistindo este em agrupar forças de natureza distinta: classes sociais e centros de decisão econômicos e do Estado. O resultado é frear as lutas de classes no plano internacional e paralisá-las diante de testes de forças capazes de voltar a pôr em questão o poder da burguesia. A classe operária vê-se, em resumo, diante da seguinte alternativa: ou defender o capitalismo moderno, seguindo o desejo dos modernistas, apóstolos da "nova classe operária" ou se pôr na vanguarda de uma reunião hipotética de forças nacionalistas e retrógradas, reduzindo seu papel ao de força auxiliar a serviço dos interesses dos pequenos e grandes burgueses. Nos dois casos, a classe

operária acha-se condenada, em todas as etapas, a perder de vista a própria finalidade de sua luta.

Bem mais do que antes, os proletários não têm pátria! A luta contra o nacionalismo reacionário permanece, para o movimento comunista, uma tarefa primordial, inseparável de um remanejamento do tipo de relações entre o partido de vanguarda e as massas populares. Com efeito, quando os partidos comunistas fazem o jogo do parlamentarismo, da defesa dos interesses nacionais, quando estabelecem como objetivo a luta contra o poder dos monopólios, estão favorecendo a reconciliação de todas as classes sociais e fazem do próprio aparato do partido o único recurso da classe operária. À medida que as lutas e a combatividade se esgotam nos engodos, reforça-se a onipotência da armadura burocrática do movimento operário. A tática leninista do *status quo* entre as forças sociais, tática adotada em função de uma relação de forças desfavoráveis no momento da NEP, foi transformada, pela ditadura estalinista, em ideologia do *status quo*. As soluções de compromisso impostas pelos imperialistas no final da guerra civil foram transformadas em filosofia da coexistência e da competição pacifista entre Estados capitalistas e socialistas. A ideologia estalinista abriu assim o caminho ao mito reacionário de uma *defesa necessária, pela classe operária, do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, contra os "trustes cosmopolitas"*. O proletariado tornou-se, assim, aliado objetivo do capitalismo monopolista em seus esforços de desorganização e liquidação das economias tradicionais; na verdade, ele contribuiu indiretamente para a aceleração do processo de subdesenvolvimento, relativo e absoluto, de que é vítima a maioria da população do globo.

É nesse contexto objetivo de internacionalização monopolista e de ausência de toda estratégia internacional das lutas do proletariado que o Estado soviético conseguiu impor o dogma de uma identidade necessária entre seus interesses e os das massas. No limite, o Estado soviético tornou-se o defensor internacional das massas perante a burguesia mundial. Na realidade, esse sistema está fundado no princípio do *toma lá dá cá* com o imperialismo e da manutenção do *status quo*: a burocracia soviética negocia com o capitalismo a influência que conserva sobre o movimento comunista.

A reconstituição de uma vanguarda revolucionária, que tem por

função não *representar*, mas *estruturar* as massas, coordenar suas lutas segundo uma estratégia elaborada coletivamente, transformar as relações de forças, com o objetivo fundamental de suprimir o modo de produção capitalista e derrubar as burguesias no poder, viu-se bloqueada durante todo o período de hegemonia da corrente estalinista. A situação internacional nova surgida na esteira da Segunda Guerra Mundial, marcada pela extensão do "sistema socialista" em inúmeros Estados da Europa, e sobretudo pela extensão assustadora da revolução antiimperialista a partir da revolução chinesa, modificou progressivamente as condições que tinham permitido ao Estado soviético impor sua hegemonia ao movimento comunista internacional. Paralelamente a seus espetaculares conflitos com os partidos comunistas iugoslavo, polonês, húngaro etc., a União Soviética desenvolveu novos tipos de relações com o conjunto das organizações comunistas, baseados numa relativa independência, negociada em função do interesse dos partidos representados e, por vezes, de seu poder respectivo.

Tese 3: As contradições interimperialistas

O tema das contradições interimperialistas ocupa importante lugar na atual ideologia do movimento comunista. Mas esse é por excelência um tema "ideológico", isto é, permanece-se nas aparências da realidade, sem buscar apreender as causas políticas que levam a desenvolver um tal tema.

O poder econômico dos Estados Unidos é tal que eles aparecem como os defensores do sistema capitalista em seu conjunto. Esse poder se desenvolveu a partir de fatores particularmente favoráveis: um imenso mercado interno sem barreiras alfandegárias, abundância de capitais e de mão-de-obra. A Segunda Guerra Mundial, que arruinou a Europa, duplicou a produção industrial americana e aumentou as reservas dos Estados Unidos a ponto de torná-los possuidores de 80 por cento das reservas de ouro do mundo. A criação do Fundo Monetário Internacional consagra a supremacia do dólar como moeda de referência. Ao oferecer capitais à Europa desmantelada, os Estados Unidos põem de joelhos o capitalismo europeu, ao mesmo tempo em que permitem a sua indústria, ameaçada

pela superprodução, encontrar canais de desova. Eles se mostram como os promotores da liberalização das trocas e dos movimentos internacionais de capitais e de mercadorias. Tornam-se os principais agentes da divisão internacional do trabalho. Toda a estratégia econômica e política dos Estados Unidos segue por conseguinte o rumo do aprofundamento e da ampliação da divisão capitalista do trabalho entre as nações, o que explica que eles sejam sistematicamente favoráveis ao estabelecimento de grandes mercados, notadamente de um grande mercado atlântico.

Se defendem os interesses do modo de produção capitalista em seu conjunto, os Estados Unidos encontram contradições que resultam da diversidade das situações nacionais das relações de produção, das lutas de classes etc., e sofrem pesados revezes. Esses revezes, por certo, não se devem a alguma vontade de independência dos monopólios, pretensamente nacionais, mas à impossibilidade de a burguesia acabar com a fixação nacional das relações de produção (relações com o proletariado, com a pequena burguesia, com o campesinato e assim por diante) porque essa estruturação nacional é necessária a sua existência de classe.

Já se insistiu na responsabilidade histórica das organizações do proletariado pelo ressurgimento da questão nacional em pleno século XX. Mas essa espécie de regressão histórica acaba por situar a causalidade histórica em arcaísmos como o Estado ou mesmo as estruturas pré-capitalistas. Não há dúvida de que a questão agrícola é um obstáculo à instauração de um grande mercado atlântico. O Partido Comunista Francês destaca a fraqueza dos monopólios franceses com relação a seus concorrentes americanos; mas seria preciso ser cego para não ver em tais monopólios o estabelecimento desse grande mercado; eles têm interesse em se livrar de uma agricultura cara que aumenta o valor da força de trabalho e impede uma divisão internacional do trabalho de cunho mais racional na produção agrícola. Só a partir de 1958, o Estado francês busca se desfazer desse fardo, que por outro lado leva a um êxodo rural acelerado a partir dos anos 1950. Mas a burguesia já não tem capacidade histórica, a integração ao mercado mundial veio tarde demais para desobrigá-la de firmar penosos compromissos com o campesinato e o proletariado, compromissos a cuja necessidade devem se submeter outros países, como a Alemanha, que no entanto é mais orientada para o mercado mundial.

O ponto central é portanto que, na ausência de uma estruturação mundial da luta revolucionária do proletariado, nenhuma força social tem condições de destruir arcaísmos nacionais, regionais, pré-capitalistas, que constituem um obstáculo à realização do ideal capitalista de uma divisão internacional do trabalho em escala mundial.

Se é o ponto de junção entre a internacionalização do capital e a especificidade nacional das relações de produção, das lutas de classes etc., o Estado constitui o ponto geométrico das contradições do capitalismo. As contradições interimperialistas vão se acentuar ainda mais à medida que as classes, e em primeiro lugar o proletariado, isoladas na carapaça nacional e incapazes de um ponto de vista universal, vão levar o Estado a firmar tais compromissos que ele se verá restrito e reduzido ao âmbito da nação, ainda que ele se esforce por caminhar para a internacionalização. O fato de os pequenos camponeses e os pequenos comerciantes não terem uma visão internacionalista não espanta ninguém; o mais estranho é a real incapacidade burguesa de acabar com suas estruturas pré-capitalistas. Porém, o que tirará do rumo os estrategistas comunistas é o fato de os particularismos nacionais da burguesia serem sobretudo o resultado dos particularismos nacionais do proletariado! As contradições interimperialistas não passam do avesso mistificado do fracionamento nacional das lutas do proletariado, a expressão aparentemente objetiva do que se poderia chamar de *contradições interproletárias*. A divisão interna da burguesia não passa de expressão da divisão do proletariado.

A explicação do mistério dessas contradições é a seguinte: elas têm uma realidade efetiva, uma objetividade, mas essa realidade efetiva de modo algum independe da política do movimento comunista internacional, que é ela mesma uma realidade objetiva! Encontramos de novo aqui o mesmo mecanismo subjacente à instalação das estruturas do capitalismo monopolista de Estado: o movimento comunista, integrando-se de fato ao sistema estruturado das instituições capitalistas, desenvolve uma política que é parte integrante da "realidade objetiva" desse sistema; depois disso, mudando de posição, o movimento comunista pretende fazer a análise teórica dessa realidade objetiva esquecendo-se de que contribuiu, com frequência de maneira absolutamente decisiva, para sua existência. Foi o movimento comunista que criou, inconscientemente, essa realidade

objetiva, mas sua consciência teórica esqueceu-se por completo disso e, portanto, não consegue compreendê-la. O sistema das instituições do modo de produção capitalista funciona como uma linguagem, e o movimento comunista, uma vez que renunciou há 40 anos a situar-se em ruptura com respeito ao conjunto do sistema, constitui desde então um elemento objetivo das regras de funcionamento desse sistema.

É preciso notar que a importância que damos ao Estado, à política das organizações comunistas etc. na própria explicitação das estruturas objetivas do capitalismo propõe por si mesma a questão do grau de realidade do nível institucional, do nível da superestrutura e de suas relações com a estrutura econômica na conceptualização marxista. O problema da realidade das superestruturas sempre constituiu um verdadeiro dilema para os teóricos marxistas, incessantemente divididos entre uma solução de tipo hegeliano (a superestrutura é a materialização da consciência de classe) e uma solução mecanicista (a superestrutura é um reflexo puro da estrutura econômica). Alguns pensam resolver a contradição declarando que uma e outra são igualmente reais, mas caracterizando a superestrutura como “real-ideal” e a estrutura como “real-material”; estes provam apenas que só superaram a contradição de modo imaginário. Repetir mil vezes que o Estado e a superestrutura têm uma “realidade objetiva”, que possuem “eficácia própria” e sucessivamente, não faz avançar um único passo na solução do problema, pois se esqueceu de *propor* esse problema corretamente, isto é, na relação entre a realidade objetiva e a realidade subjetiva das organizações do proletariado. O que equivale a dizer que todas as análises que desenvolvemos indicam enfaticamente o problema que o marxismo revolucionário deve a qualquer preço resolver tanto no nível da teoria como no da práxis, se quiser ir de fato além da alternativa entre o materialismo vulgar e o idealismo hegeliano, ou seja, o problema do sujeito.

Tese 4: O Terceiro Mundo

A incapacidade do capitalismo no sentido de suprimir as estruturas pré-capitalistas é flagrante no Terceiro Mundo. O que caracteriza este último não é que os países que o compõem sejam subdesenvolvidos,

mas o serem explorados e dominados. A noção de subdesenvolvimento é insuficiente, visto recusar-se a ver a ligação orgânica entre o atraso de certos países e o avanço de outros, assim como se recusa a considerar o lugar dos países do Terceiro Mundo na totalidade orgânica da divisão internacional do trabalho no âmbito do sistema capitalista. O essencial é, com efeito:

a) que os países do Terceiro Mundo têm uma economia deformada (os capitais são investidos em esferas de produção determinadas pelos monopólios dos países industrializados);

b) que a troca desigual de mercadorias e capitais é analisada como uma enorme expropriação da mais-valia produzida nesses países em proveito do capital internacional.

Disso resulta que só uma esfera de produção restrita é inserida no processo mundial de reprodução do capital; todo o resto da imensa massa de povos do Terceiro Mundo está submetido a relações de produção pré-capitalistas, feudais. Por outro lado, os Estados do Terceiro Mundo são controlados pelo capitalismo internacional, que por isso bloqueia toda possibilidade de desenvolvimento ao solidificar as estruturas arcaicas, ao firmar compromissos com as antigas castas dirigentes, que ele enche de dólares para consolidar sua posição. Isso nos leva a examinar as teses do Partido Comunista Chinês. Sua reafirmação, em termos de princípio, da necessidade das lutas revolucionárias como motor da derrubada do imperialismo constitui um importante questionamento das teorias reformistas dos dirigentes soviéticos, que abandonaram a perspectiva de revolução internacional. Na realidade, porém, a oposição dos comunistas chineses à política de Krushev e de seus sucessores não se baseia numa análise marxista; ela surgiu da constatação empírica da ausência, na atualidade, de lutas revolucionárias fora das regiões marginais do imperialismo. Essa pseudoteorização de um estado de fato coexiste de maneira eclética com a manutenção de princípios marxistas-leninistas, numa pureza sobretudo verbal. O PCC parece ter tomado sua posição, de uma vez por todas, devido ao fato de não poder manter a expectativa de haver nos países capitalistas lutas de classes que sejam mais do que forças auxiliares das lutas antiimperialistas da chamada zona das tempestades.

Em conseqüência, o PCC e a corrente pró-chinesa não formulam

nenhuma crítica teórica nem propõem alguma estratégia internacional revolucionária e, embora de maneira diferente dos soviéticos, *desenvolvem suas relações internacionais segundo as regras e modos impostos pelo imperialismo* (exemplo: a aliança diplomática com De Gaulle). Olhada mais de perto, a política do PC chinês não difere fundamentalmente da política da União Soviética. Também ela tem como objetivo capitalizar e monetizar, por ocasião de uma negociação com as potências imperialistas, a matéria viva constituída pelas lutas revolucionárias das populações famintas do globo.

À medida que o movimento comunista internacional deixou a maioria das lutas de emancipação se desenvolver sob a direção de movimentos de libertação pequeno-burgueses, não surpreende voltar a ver o surgimento de toda uma série de particularismos, a sobrevivência de taras coloniais na forma de falsas questões nacionais, que entram as possibilidades de superação dos quadros institucionais estabelecidos pelos imperialistas, dificultando ainda mais o estabelecimento de uma frente de lutas das massas em torno de objetivos revolucionários.

Ao justificar o caráter nacional das lutas, ao teorizar a necessidade, para esses Estados, de uma etapa intermediária, dita de “democracia nacional”, etapa que constitui na verdade um abandono voluntário de toda perspectiva de luta de classes, os comunistas chineses não diferem quanto a isso dos soviéticos. Basta comparar, por exemplo, a atitude do PC indonésio de obediência pró-chinesa, com aquela, absolutamente semelhante, de obediência aos soviéticos pelo PC indiano; e que se constatem, nos dois países, os magníficos resultados de sua política de colaboração de classes! Para os comunistas chineses, a definição das lutas da zona das tempestades como motor da luta de classes em escala internacional é um alibi para não torná-las revolucionárias. Eles se servem delas sem fazer a crítica política de seu caráter *espontâneo*; vemos aqui o mesmo mecanismo de realismo e de objetivismo antidialético presente em sua análise da situação da classe operária nos países capitalistas. *A luta de classes se caracteriza por sua universalidade*. O movimento comunista deve afastar-se das lutas de caráter nacional nos países subdesenvolvidos, ainda mais que nenhum modelo socialista viável é suscetível de neles se estabelecer. Isso se aplica não apenas aos países dirigidos por uma coalizão

de “democracia nacional” como também aos que estão sob a direção de um partido comunista: os exemplos da China e de Cuba ilustram os limites das tentativas mais relevantes quanto a isso.

O partido chinês e o partido soviético têm em comum a superestimação do alcance das lutas pequeno-burguesas no tocante a:

1. *Sua eficácia ofensiva diante do Estado burguês*: é infelizmente indiscutível que os Estados Unidos podem recuperar sua influência nas regiões que consideram nevrálgicas. Quando isso se mostra impossível, os Estados Unidos lançam a máscara de coexistência pacífica e impõem sua solução a qualquer custo.

2. *O alinhamento em torno dos objetivos pequeno-burgueses das lutas do proletariado*: trata-se da tese da união de todas as camadas antimonopolistas. A partir daí, não é contra seu inimigo real – os burgueses no poder em cada país, que orientam as lutas da classe operária –, mas contra o que tende a não passar de um símbolo tanto para os soviéticos como para os chineses: o poder dos monopólios. Como se os Estados Unidos, no Vietnã, por exemplo, não agissem em nome e no lugar do conjunto do capitalismo internacional! Hoje, o Partido Comunista Francês dá aval à política externa de De Gaulle, a pretexto de que esta permitiria fazer as coisas avançar em favor da paz. Como se De Gaulle não agisse como sutil defensor dos americanos! Os imperialistas sabem repartir seus papéis! Não obstante, não seria a única maneira de lutar eficazmente contra a guerra do Vietnã, para a classe operária, reforçar em todo lugar e por todos os meios seu combate contra cada um dos Estados burgueses, sem se deter nas contradições que os podem afastar temporariamente do imperialismo americano!

Os chineses e os soviéticos escamoteiam a dificuldade de derrubada dos bastiões do capitalismo pelo proletariado revolucionário. É mais do que em sua teoria, no nível de sua prática oportunista, em sua defesa de reivindicações marginais e por vezes reacionárias, que os líderes do movimento comunista demonstraram ter renunciado a elaborar uma estratégia revolucionária em escala internacional. Eles só se deixam guiar pelo tempo, pelas circunstâncias, pelas divisões imperialistas, pela eventualidade de uma guerra mundial. Essa passividade diante do estado de fato, o *statu quo*, diante da inelutabilidade dos impasses históricos,

constitui um abandono dos próprios fundamentos da teoria e da prática marxistas-leninistas. A superestimação da capacidade dos movimentos pequeno-burgueses de realizar satisfatoriamente tarefas democráticas e socialistas tende a ter como conclusão lógica a liquidação do movimento comunista como tal (por exemplo, o esmagamento do PC iraquiano ou a supressão dos PCs egípcio e argelino pelos próprios comunistas).

Se é exato que se pode situar a origem do conflito sino-soviético no esfacelamento da oposição entre *estratégias internacionais de Estado* e provas de força não especificadas de um ponto de vista de classe, só a reconstituição de uma vanguarda comunista internacional poderá permitir superar essas contradições a partir de uma teoria e de uma práxis revolucionárias que tanto evitem que as lutas setoriais caiam automaticamente no particularismo como ofereçam às massas oprimidas objetivos e perspectivas não recuperáveis pelo inimigo de classe.

Tese 5: Os Estados socialistas

O Estado soviético não poderia servir menos de modelo e de guia ao movimento comunista internacional, dado que está ele mesmo preso ao jogo das contradições políticas e econômicas impostas em escala internacional pelo modo de produção capitalista.

A incapacidade dos Estados socialistas de se orientar no caminho da construção de uma sociedade sem classes não depende só da carência ideológica de sua direção nem do modo de relação burocrático entre o aparelho do poder e as massas populares. A economia socialista se desenvolveu em larga medida em função dos dados do mercado mundial e em torno de objetivos semelhantes aos da economia capitalista. Os antagonismos sociais que persistem nos países socialistas são assim o reflexo indireto das contradições existentes entre os distintos tipos de sociedades industriais. A ideologia da coexistência pacífica e da competição econômica – palavra de ordem kruscheviniana já formulada por Stalin – não faz mais que exprimir essa aceitação da hegemonia do modo de produção capitalista. Com efeito, certa simetria afeta a evolução das sociedades industriais capitalistas e socialistas. De um lado, o capitalismo e a livre empresa são levados a fazer que o capital e o Estado assumam

um papel determinante, orientem-se, ao menos da boca para fora, rumo a um planejamento nacional e regional, concebam a integração das economias nacionais e regionais em grandes mercados internacionais, discutam planos mundiais de sustentação dos países subdesenvolvidos e assim por diante. Do outro lado, a União Soviética e seus aliados atenuam seus sistemas de planejamento no sentido da descentralização, voltando progressivamente aos critérios das economias de mercado, à rentabilidade dos investimentos, ao lucro como meio de incentivo individual e coletivo a aumentar a produção etc. Os dirigentes soviéticos parecem resignados a reconhecer o valor da propriedade privada e a aceitar a volta do campesinato a formas individuais, se não ancestrais, de produção.

As contradições inter-socialistas não pararam de se aprofundar. Já em 1959, constituíam, no plano econômico, o pano de fundo sobre o qual o afastamento iugoslavo inaugurou uma crise em cadeia no movimento comunista internacional, crise cujos efeitos ainda se fazem sentir nas democracias populares. As divergências sino-soviéticas foram de início econômicas: encarniçadas negociações com Stalin a respeito da Manchúria, do traçado das estradas de ferro, do Sinkiang e assim por diante. Depois da morte de Stalin, negociou-se um compromisso que deveria trazer uma substancial ajuda econômica, mas tudo voltou à estaca zero quando da grande crise do movimento comunista em 1956. As divergências seguiram, particularmente no plano econômico, um rumo escandaloso, com a retirada maciça de técnicos soviéticos, a interrupção de planos de desenvolvimento industrial etc. É assim que o povo chinês pagou um pesado preço pelas divergências ideológicas que jamais poderiam ter ocorrido nesse plano se houvesse um verdadeiro internacionalismo proletário.

De modo geral, as relações econômicas entre a União Soviética e seus aliados sempre seguiram o modelo das relações internacionais do capitalismo mundial, sendo regidas pela “lei do mais forte”, a mesma que presidiu o desenvolvimento do capitalismo a partir do século XIX. As trocas econômicas sempre tiveram por base os princípios do mercado internacional, e com frequência envolvendo taxas mais desfavoráveis para as economias dependentes. No período estalinista, houve a exploração sistemática das democracias populares. A História contemporânea – da

Alemanha Oriental, da Hungria etc. – seria incompreensível se não as remetêssemos a essa atitude da União Soviética. O resultado tem sido a recuperação maciça de arcaísmos religiosos, o retorno ao nacionalismo, a passividade das massas operárias e camponesas, uma legítima desconfiança com relação ao socialismo, uma inclinação a se deixar seduzir pelas realizações e modos de vida dos países capitalistas...

Consideremos, por exemplo, a crise crônica da economia agrícola da União Soviética. A sorte dos trabalhadores agrícolas não foi determinada nos termos das normas socialistas de seguir o princípio *a cada um segundo seu trabalho*, mas de acordo com métodos semelhantes aos da economia capitalista: *a cada um segundo seu capital*, ou *a cada um segundo sua situação inicial*. Dessa forma, há consideráveis diferenças, que estão se agravando, entre as empresas do Estado (*sovkhozes*) mais favorecidas e as cooperativas (*kolkhozes*), e, de outro lado, entre os *kolkhozes* ricos e os *kolkhozes* pobres. O resultado é conhecido: produção insuficiente, uma participação cada vez maior das parcelas individuais para a alimentação de cidades, importação de cereais e assim por diante. Outro resultado é o desestímulo e o desgosto que atingem grande parte da população soviética, que, ao mesmo tempo em que desaprova esse regime, provavelmente condena a própria ideologia comunista.

Deveremos concluir a partir de sua evolução atual que a União Soviética está prestes a voltar ao capitalismo, como o pretendem os comunistas chineses e certos teóricos burgueses? Esse problema já foi há muito tempo proposto por Leon Trotski nas admiráveis páginas de *A revolução traída* (1936). Para ele, a União Soviética estava envolvida num *processo inacabado*. Caso a classe operária russa, apoiada por uma classe operária internacional, não conseguisse eliminar do poder a burocracia termidoriana, esta acabaria por se constituir em classe social. De 1925 a 1940, data de seu assassinato, Trotski não parou de defender a idéia de que na União Soviética nada chegava a seu termo. Ele a definia como um “Estado proletário” em que o poder político escapara à classe operária, o que implicava da parte desta uma luta encarniçada em favor de uma “revolução política”. Mas considerava que a burocracia não se revelara forte o bastante para liquidar as bases do Estado proletário. Toda a sua análise se apoiava no prognóstico de uma instabilidade e de um cres-

cimento permanentes da sociedade soviética em todos os domínios. É verdade que a evolução histórica da União Soviética não se fez a partir do estalinismo sem problemas nem dificuldades internas! Não obstante, o processo inacabado descrito por Trotski não fez surgir as alternativas que ele previra. Nem por isso outros aspectos das descrições de Trotski deixam de ser incomparáveis instrumentos para interpretar as contradições internas da economia soviética, do desenvolvimento de sua atual crise e dos projetos de reforma em curso; notadamente quando Trotski desenvolve a oposição entre o problema da qualidade e da criatividade, técnicas ou culturais, e os imperativos de uma burocracia e de um Estado que, sem dúvida, não querem “morrer”.

Na mesma medida em que as análises de Trotski nos parecem irrefutáveis no plano econômico, as conseqüências políticas e sociais que ele deduz delas nos parecem problemáticas. A burocracia não foi vencida, os trabalhadores se integraram a uma espécie de sociedade política de compromisso e não foram levados a um impasse que os fizesse rebelar-se em massa para realizar a famosa revolução política. A burocracia conseguiu mudar progressivamente a natureza de sua inserção na sociedade, mediante o abandono por etapas do sistema de ditadura estalinista, para passar a um regime em que a tecnocracia e a ideologia econômica tendem a substituir a burocracia do aparelho e a ideologia doutrinária dos epígonos do marxismo. Uma característica fundamental não deixa de continuar a ser que, no conjunto, quaisquer que sejam as orientações e as mudanças, as massas já não avançam. Se não seguiram a via trotskysta da revolução política, nem por isso responderam aos apelos líricos dos kruschevinianos: dedicar toda a energia à edificação do *Estado de todo o povo*. Por outro lado, a burocracia não manifesta intenção alguma de praticar o haraquiri, desenvolvendo em vez disso sua ideologia conservadora: defesa do *status quo* nos planos nacional e internacional, renúncia a toda análise em função das lutas de classes, reabilitação de mitos pacifistas, do moralismo pequeno-burguês, desinteresse prático pelas lutas revolucionárias que se desenvolvem no mundo e assim por diante. Nada permite contudo pensar que ela restabeleça o capitalismo no sentido em que Marx o definiu: ela parece capaz de adaptar-se às relações de produção atuais e delas se aproveitar o melhor possível.

Os dirigentes soviéticos pensam agora numa descentralização dos poderes de decisão econômica. Vai essa reforma constituir um passo adiante; e será ela realizada em favor dos trabalhadores? É pouco provável, mas as reformas que seguem o rumo de uma atenuação do planejamento, e que lhes são impostas pelas contradições nas quais estão paralisados não significam necessariamente os primeiros passos de uma volta ao capitalismo. A condenação pelos comunistas chineses da atual orientação dos economistas soviéticos, que preconizam o estabelecimento de critérios de rentabilidade das empresas, critérios semelhantes aos da economia capitalista, permanece dogmática e corre no final o risco de perder de vista seu alvo. Pensando do ângulo de uma descrição formal dos mecanismos econômicos, pode-se admitir a necessidade de todo um sistema de cálculo de investimentos, previsões em matéria de rentabilidade etc. Esse sistema teria suas próprias exigências e sua própria lógica, que considerações ideológicas, quaisquer que sejam elas, não poderiam substituir. É, porém, quando vêm a se esquecer de que o valor não passa de trabalho humano e social cristalizado, e de que os preços, a moeda, a rentabilidade do capital não traduzem em última análise senão a separação entre os produtores e os meios de produção, que os economistas soviéticos favorecem a persistência de mecanismos do tipo vigente na produção capitalista de mercadorias, na qual, mediante o sistema monetário e as engrenagens econômicas, o trabalho social fica à disposição de uma categoria social minoritária que o utiliza de acordo com seus próprios critérios e instituições. Nas sociedades industriais ocidentais, é um poder de compromisso entre o capitalismo de Estado, os oligopólios e a burguesia; no sistema soviético, é o de categorias sociais burocráticas estruturadas de maneira original e que desempenham uma função de "regulação", em seu próprio proveito, do processo de produção, circulação e distribuição.

Se não é sustentável identificar globalmente as estruturas sociais dos países socialistas e as das potências capitalistas, parece pelo contrário interessante constatar a existência de certa simetria nas respostas que uns e outros dão aos problemas econômicos mundiais. A atual evolução da União Soviética encontra de alguma maneira sua contraparte no fato de que o Estado, nas sociedades capitalistas, já não cumpre da mesma maneira sua função de instrumento da ditadura da burguesia e tem, por

outro lado, uma função determinante de integração das faixas salariais, de manutenção das diferentes camadas burguesas arcaicas, em uma palavra, de regulação relativa do conjunto do capitalismo nas escalas nacional e internacional. De sua parte, a política de coexistência pacífica da União Soviética tem como correlativo, no plano econômico, sua integração cada vez mais acentuada ao mercado mundial. Por exemplo, a crise agrícola da União Soviética "alivia", graças às importações de que necessita, a superprodução crônica dos Estados Unidos, e a própria "tensão internacional" caminha no sentido dessa simetria, ao "programar" de maneira complementar o setor industrial piloto, que constitui para a União Soviética e os Estados Unidos a produção de armamentos: fuzis, bombas atômicas etc.

A tarefa primordial da vanguarda revolucionária é fazer cessar a automutilação permanente que o movimento comunista vem sofrendo desde que lhe foi imposta a política estalinista de "defesa do primeiro Estado socialista". Em nome dos interesses superiores do "campo do socialismo e da paz", com a cumplicidade do movimento operário social-democrata e comunista-burocrático, instauraram-se no mundo inteiro compromissos de classe e se desenvolveu um processo permanente de reforço de estruturas do capitalismo. Disso se aproveitaram os burocratas para reforçar seu controle sobre os Estados operários. Os teóricos soviéticos adiaram indefinidamente a necessária "degenerescência do Estado" em proveito do mito reformista do "Estado de todo o povo"; seu agir é simétrico ao dos modernistas ocidentais que pretendem que o capitalismo desemboque numa expropriação das burguesias e na instauração de uma sociedade neo-socialista. Uns e outros "economizam" em seus esquemas a necessidade de um controle político direto do poder pelos trabalhadores. Eles contornam a dificuldade em nome do realismo, do mito do amadurecimento da classe operária, da salvaguarda da paz etc., atitude na qual traduzem bem o fato de terem rompido com a análise marxista das lutas de classes.

Só a estruturação da luta de classes em escala internacional poderá suprimir a base de toda política de Estado. Essa estruturação só pode ocorrer de uma maneira realmente antagônica às relações monopolistas internacionais e que tenda a sua *supressão*. Isso pressupõe suprimir

as sociedades políticas que são o suporte dessas relações nos diversos níveis de sua diferenciação: nas metrópoles imperialistas, nos países subdesenvolvidos, bem como nos Estados socialistas burocráticos. O desenvolvimento do primeiro estágio do modo de produção socialista traz agora, na escala internacional, a questão da passagem revolucionária a seu segundo estágio pelo proletariado internacional, o que pressupõe que o movimento revolucionário reavalie sua coesão e sua finalidade fundamental, que é levar a luta de classes a seu termo, a saber, derrubar e destruir os instrumentos do domínio de classe que constituem os Estados e suprimir as próprias classes.

Tese 6: O Estado e o modernismo na França

A política das organizações do movimento operário francês contribuiu de maneira decisiva para a instalação das atuais estruturas do capitalismo monopolista de Estado; ela permitiu à economia francesa recuperar o atraso que vinha acumulando há décadas. Durante 150 anos, a burguesia francesa manteve-se no poder firmando alianças com a pequena-burguesia e com o campesinato, justificando por meio disso um protecionismo que difere da livre-troca da burguesia inglesa. Em matéria de investimentos, a política da burguesia envolveu um atraso dos investimentos industriais a partir do fim do século XIX. Não há dúvida de que os capitais são abundantes, mas os investimentos se fazem, sobretudo, em fundos do Estado e de modo algum em valores industriais. Além disso, grande parte dos capitais é colocada em fundos estrangeiros. Além do fato de três quartos desse capital colocado no exterior terem sido anulados pela Primeira Guerra Mundial, essa saída de capitais provocou uma grande redução dos investimentos na França.

Durante a guerra, a intervenção do Estado (controle do comércio exterior e das trocas, acordos com os industriais para a repartição de matérias-primas, aumento da dívida pública) constitui uma primeira organização de capitalismo monopolista de Estado na direção de uma liquidação do atraso. Contudo, é a ascensão ao poder da Frente Popular dando à burguesia a sustentação do proletariado, que vai permitir o desencadeamento de uma intervenção mais aprofundada do Estado, con-

tribuindo assim para salvar uma burguesia completamente desamparada diante da grande crise. É preciso estabelecer a ligação entre, de um lado, o fato de a Frente Popular restituir o poder à burguesia, e, do outro, o desenvolvimento das estruturas do capitalismo monopolista de Estado. O agente desse processo foi essencialmente o movimento comunista. Esse mesmo mecanismo volta a agir quando da Libertação. A burguesia, que pedira falência em 1940, perde o poder em 1944, é desconsiderada por sua colaboração, e o Partido Comunista, única força política implantada no país, apressa-se em devolver-lhe o poder, depois de ter aperfeiçoado seus instrumentos. As estruturas do capitalismo monopolista de Estado avançam tanto que deixam para trás, mediante certas realizações suas, outros processos do mesmo tipo em outros países capitalistas. Setores-chaves da indústria, dos transportes e das comunicações, bem como do crédito, são nacionalizados. Mais da metade dos investimentos são financiados com fundos públicos. Por fim, criam-se as estruturas do Plano,¹ destinadas na origem a coordenar os setores de base.

Se as estruturas instauradas ou apoiadas pelo movimento operário quando da Libertação e utilizadas pela burguesia permitiram que esta superasse parcialmente uma crise política e econômica muito grave, em contrapartida às disparidades, os desequilíbrios constituem a principal característica dos resultados obtidos. A agricultura francesa não consegue superar as estruturas arcaicas, os desequilíbrios regionais se acentuam, as zonas abandonadas pelo capital privado conhecem um aumento da miséria; e, por fim, o capitalismo de Estado não consegue satisfazer as necessidades sociais que, por sua própria natureza, não se podem exprimir como demanda solucionável no mercado, o que implicaria uma completa refundação das instituições: habitação, formação profissional e técnica, infra-estruturas sanitárias, urbanismo etc.

O papel específico do Estado no desenvolvimento econômico da França envolveu uma diferenciação particular de ideologias econômicas. Três delas foram:

¹ Possível alusão ao Plano Monnet, de recuperação da economia francesa no Pós-Guerra. N.T.

Na extrema-direita, persiste uma ideologia tradicionalista-burguesa. Trata-se do liberalismo do século XIX, que preconiza a liberdade dos mecanismos econômicos e financeiros, o retorno ao padrão-ouro no plano internacional, o ajuste das taxas de juros em função da oferta e da demanda, e não em função de decisões arbitrárias do Estado. Esse anti-estatismo é nuançado por intervencionismo moderado, o que mostra o ponto até o qual o liberalismo econômico absoluto não faz sentido nas atuais estruturas.

O modernismo, que vai do gaullismo ao PSU (Partido Socialista Unificado), abrangendo uma parte da SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária) e os cristãos de esquerda, é partidário, em primeiro lugar, da modificação das estruturas do capitalismo em função da evolução das forças produtivas, e, em segundo, da intervenção do Estado para modificar essas estruturas, resolver as crises econômicas etc.

Uma terceira ideologia passa principalmente pelo PC e por uma parte da SFIO, sendo uma espécie de tradicionalismo econômico de esquerda. Essa ideologia continua a esperar, sem nisso crer de fato, o advento iminente de uma crise econômica catastrófica; ela considera escandalosa a concentração e a centralização, e assume a defesa de todas as formas arcaicas da economia francesa.

Nossa apreciação pode parecer incompatível com o fato de ser o Partido Comunista que contribuiu para estabelecer as estruturas do capitalismo de Estado em 1936 e 1945! Convém lembrar aqui fatos históricos esquecidos, ou seja, de que, ao mesmo tempo em que instaurava essas estruturas, o PCF sempre se esforçava por frear o alcance delas ao trazer para o primeiro plano a necessidade política de uma aliança com a pequena-burguesia comerciante e agrícola. Ele justificava assim sua recusa de aplicar o programa de nacionalizações proposto por uma ala da Frente Popular, programa que terminou por se reduzir a reivindicações imediatas. São mais conhecidas as reticências do Partido Comunista em 1945. Contudo, o programa de nacionalizações proposto pelo modernista Mendés-France ao governo provisório em que figuravam os comunistas, sofreu ataques desses últimos. Mais tarde, Thorez e Mollet oporiam-se às reformas dos circuitos de distribuição. Vemos que a política de defesa da pro-

priedade familiar agrícola e dos pequenos comerciantes é uma linha constante do PC a partir de 1936.

Do lado da burguesia, o modernismo é a ideologia que exprime a aceitação do capitalismo monopolista de Estado e a integração do proletariado às estruturas desse último. O mito do Estado, do serviço público, do interesse geral e assim por diante está de mãos dadas com o mito da reunião de todas as classes que pertencem a um mesmo todo: a nação. Mas o modernismo, sob diversas formas, penetra profundamente nas fileiras da classe operária. Se pode ser considerada a extrema-direita do modernismo, a ideologia tecnocrática pura marca a esquerda com toda uma série de nuanças. Os tecnocratas de esquerda falam da necessidade de confiar o poder às "competências", mas destacam mais a "participação", o "diálogo", a "conciliação", o "compromisso", isto é, a solução pacífica dos conflitos com o proletariado. O modernismo recusa todo internacionalismo concreto, ao mesmo tempo em que aceita as estruturas da sociedade política burguesa, impele o proletariado a se constituir no âmbito desta como grupo de pressão integrado ao sistema e propõe uma intervenção "progressista" do Estado no interior das relações de produção capitalistas. Logo, no fundo, o modernismo do PSU não se diferencia de maneira fundamental do modernismo dos altos funcionários e de certos grandes patronos da "vanguarda".

Os modernistas lançaram o tema da *nova classe operária*, que não lutaria tanto em nome dos mesmos objetivos que a classe operária tradicional, orientando-se menos para as negociações salariais e mais para os múltiplos aspectos do processo de trabalho e do processo de produção. Essa seria a classe operária da época da "sociedade de consumo". É incontestável que a classe operária se transformou, mas a formulação ideológica dessas transformações pelos modernistas tende a torná-la um novo mito que na realidade reforça a alienação, dado que não existe uma classe operária *moderna* e uma classe operária *tradicional*; há apenas uma classe operária no seio da qual é preciso integrar os funcionários, os empregados e os assalariados agrícolas. É nessa unidade real que o movimento revolucionário deve apoiar-se, sem buscar vãs alianças com uma pequena-burguesia moribunda. Isso não impede que o mito da nova classe operária permaneça em operação e exprima a impossibilidade atual de uma real unificação:

a impotência dos sindicatos em gerar palavras de ordem unificadoras, em propor uma imagem na qual o proletariado possa reconhecer-se como totalidade. No movimento sindical, os modernistas falam de uma inserção possível nos “centros de decisão”, de “brechas” na máquina capitalista e assim por diante. Mas o limite fundamental de semelhante estratégia é a aceitação do quadro preestabelecido do Estado e da nação. Convém permanecer desconfiado em relação a tal gênero de “reivindicações transitórias”; de qualquer maneira, seu programa só poderia ser elaborado pelos próprios interessados, a partir de modos de organização mais estreitamente ligados à realidade da classe operária, no seio daquilo que chamaremos de “unidades subjetivas”² que dialogam de um ramo industrial para outro. Sem a reestruturação da classe operária por si mesma, o que implica uma concepção totalmente distinta da relação sindicato-partido como “correia de transmissão”, essas reivindicações transitórias correm o risco de ser esvaziadas de todo conteúdo revolucionário e de se tornar a justificativa do mais rasteiro reformismo.

Propomos aqui nada menos que uma nova formulação dos dados de base do marxismo-leninismo, isto é, a de que não basta que a classe operária disponha de um partido e de sindicatos revolucionários, sendo decisivo que se possa estruturar em quadros organizacionais adaptados no nível em que ela se encontra: comitês, sovietes etc., por meio dos quais poderá exprimir seus desejos profundos, que, por outro lado, propiciarão às organizações de vanguarda o meio adequado de avaliação da combatividade dos diversos setores, de seu nível de consciência, de sua compreensão de palavras de ordem avançadas etc. Esse tipo de organização “na situação concreta” constitui igualmente um antídoto indispensável para as tentações de manipulação dos aparelhos burocráticos e dos dirigentes no movimento operário. Num período pré-revolucionário, semelhante rede de comitês de base, nas fábricas, nos bairros, a juventude, o exército, constitui um embrião de um duplo poder, desenvolvendo uma espécie de legalidade proletária substituta, cujo alcance subversivo diante do poder do Estado faz dela uma arma estratégica insubstituível para a derrubada da burguesia.

² A noção de sujeito, que, por várias razões, preferimos usar aqui em lugar da de *consciência de classe*, não deve ser entendida no sentido do *subjetivismo*, mas em seu sentido inicial, isto é, em oposição a *objeto*, ou em oposição, por exemplo, à *passividade da base* etc.

Tese 7: A sociedade política

É o gaullismo o poder dos monopólios? O gaullismo surge no momento em que a burguesia vê se desfazerem os meios de seu domínio político e deve enfrentar uma situação revolucionária que lhe ameaça a existência de classe. O gaullismo representa a tentativa de instaurar uma nova forma de Estado, um novo tipo de domínio político; o que há de inesperado nele é o fato de ter tido sucesso em firmar uma série de compromissos sucessivos cujos resultados não podem ser identificados pura e simplesmente com uma política revolucionária do ponto de vista burguês. É verdade que, tanto em 1944 como em 1958, foi apenas graças ao apoio indireto do movimento operário, no âmbito de uma estratégia estalinista ou neo-estalinista, que De Gaulle teve condições de tentar estabelecer semelhante quadratura dos círculos nos quais estavam encerradas as diferentes facções da burguesia. É abusivo definir o gaullismo como o “poder dos monopólios”, simplesmente porque *os monopólios, com ou sem De Gaulle, não têm condições de deter por si mesmos o poder*. Não há, por trás do gaullismo, força social coerente.

A estratégia do gaullismo consiste em aspirar a uma formação de direita, a UNR (União para a Nova República), às outras formações do tipo Independentes ou MRP (Movimento Republicano Popular), a criar um pólo de agrupamento oposto ao PCF, ao qual é oferecida assim a possibilidade de se “elevar” à condição de mordomo da oposição. A UNR busca constituir-se como uma verdadeira federação de currais eleitorais, um partido descentralizado à americana, não à inglesa. Os compromissos não são firmados no nível central, entre os estados-maiores políticos, mas nos níveis regionais, municipais, sem que se possa por isso dizer que a UNR seja o representante exclusivo de alguma burguesia local.

Os limites do gaullismo mostram-se no fato de que, além de supor a cumplicidade do movimento comunista, suas soluções se restringem, como é o caso de toda solução burguesa, a um quadro nacional. O kennedismo poderia ter representado uma espécie de gaullismo na escala internacional, mas mostra-se sem saída pelo fato de não haver uma solução internacional possível para o capitalismo, sendo precisamente essa incapacidade de

chegar a soluções mundiais, de produzir instituições mundiais capazes de solucionar os problemas gerados pelo desenvolvimento das forças produtivas, o que condena o capitalismo como modo de produção. Tanto o gaullismo como o kennedysmo – e toda outra solução desse tipo –, jamais passam de expressão de uma burguesia moribunda que deseja acreditar em seus próprios sonhos.

A contradição entre o elevado grau de “maturidade” das forças produtivas e das relações de produção na França, associada com a imaturidade da consciência de classe do proletariado, produz o problema do Partido Comunista Francês, capital para a vanguarda dos militantes revolucionários. Do desbloqueio dessa “sobrematuração” da revolução nos países ocidentais (a ser comparada com as revoluções “prematargas” de 1905 e 1917, na Rússia) depende a passagem dos processos revolucionários, em escala mundial, a uma etapa superior. Se é verdade que o partido desempenhou um papel abertamente contra-revolucionário em certos períodos decisivos, como explicar a influência quase hegemônica que ele continua a exercer sobre o movimento operário? Cabe estudar por meio de que mediações históricas complexas a consciência de classe espontânea do proletariado viu-se presa à armadilha de uma organização que a restringe, esteriliza, que a desvia em favor de objetivos estranhos ao proletariado. Desde seu surgimento, o PCF se pôs numa situação ambígua na qual, depois da derrota da revolução alemã, estabeleceu-se de fato a estratégia do *socialismo num só país*. O partido nascido em Tours, que aceitou com reticência as “21 condições” da Internacional, conservou as estruturas e os homens da social-democracia: não era um instrumento revolucionário. Essa foi a opção de um Partido Comunista numeroso e confuso que viria desempenhar para o Estado soviético o papel de “pião diplomático” e contribuir para reduzir a intensidade da pressão dos intervencionistas sobre a Rússia, ao mesmo tempo em que trazia a caução da revolução de Outubro (na Rússia) aos sobreviventes do fracasso da social-democracia francesa.

Seria evidentemente simplista explicar o que veio em seguida a partir dessa tara original, ainda mais porque não foi duradouro o compromisso entre a Internacional Comunista e os social-democratas taticamente “convencidos”. Mas foi com dificuldades que a direita foi

expulsa do partido em que a esquerda foi, por sua vez, perseguida e do qual foi excluída, logo depois da morte de Lenin e isso no âmbito de uma linha política sectária, aparentemente de ultra-esquerda, mas em que a violência verbal e física tomava o lugar da perspectiva. Com efeito, a primeira leva da esquerda comunista, a dos anos 1920, foi rapidamente apartada da vanguarda operária, e nunca mais pôde ser restabelecido o contato. Quanto ao partido, que se consolidara, a despeito de sua linha gesticulatória, seu domínio sobre a ala mais revolucionária do movimento operário, foi-lhe possível empreender com tranqüilidade a virada para a direita que constituía a política da Frente Popular. Mas a direção que esse primeiro movimento comunista forneceu às principais lutas do proletariado não deixou de ter eficácia. Apesar de sua mediocridade teórica e da degradação do nível dos militantes, o partido conseguiu, ao mesmo tempo, navegar entre o terrorismo ideológico (defesa da União Soviética, necessidade de monolitismo) e uma institucionalização política oficial, quando de períodos de colaboração com os governos, não hesitando em se aliar, quando oportuno, com forças conservadoras, nem em recorrer a uma demagogia nacionalista e chauvinista, ao mesmo tempo em que se apoiava na realidade do movimento operário o suficiente para continuar a monopolizar sua expressão.

Passados quase dez anos, as bases dessa hegemonia começam a sofrer abalos. Os dirigentes do PCF mostram-se inquietos com o esfacelamento da fachada monolítica do movimento comunista internacional, visto que, afora o elemento de coesão que poderia constituir a fachada de certa harmonia entre os partidos na escala mundial, não subsiste mais do que uma tradição, uma disciplina organizacional vazia, temas de propaganda totalmente vulneráveis. Por isso explicam-se a impaciência do PCF na condenação das heresias, sua preferência pelas excomunhões, suas hesitações em aceitar um policentrismo à italiana.

Mas toda a história dos grupos de oposição de qualquer natureza mostra seu desconhecimento da amplitude do implante estalinista no movimento operário francês. Toda a estratégia desses grupos tem consistido até o momento em conceber a atividade de oposição como um recrutamento de militantes que são, em seguida, organizados a partir de fora. Em suma, instalavam-se estruturas capazes de, pensava-se, dirigir

o movimento no sentido de tirar proveito de crises ou de situações revolucionárias que veriam a hegemonia do partido se desfazer a passos largos. A construção de uma “organização de quadros” destinada a se tornar o futuro núcleo de um novo partido revolucionário desembocou numa atividade grupuscular estéril, bem como numa caricatura das taras da organização que é objeto de críticas. Enquanto a oposição de esquerda continuar a oscilar entre a crítica abstrata, forçosamente dogmática, e não confirmada numa política militante, e a atividade *entrista* subterrânea, o monopólio político do PCF no mundo operário não se verá ameaçado.

Tese 8: A organização revolucionária

A classe operária nunca poderá modificar espontaneamente as relações capitalistas de produção nem transformar o poder do Estado respeitando a legalidade burguesa. A contradição interna decorre do fato de a classe operária não dispor atualmente de meios para desenvolver suas lutas num âmbito distinto do predeterminado pelas relações capitalistas de exploração dos Estados nacionais. O capitalismo, em contrapartida, conseguiu meios para transferir e resolver parcialmente no nível internacional os problemas cruciais que essas lutas representam no nível nacional. Por esse motivo, cada uma das lutas setoriais do proletariado tende a questionar a armadura internacional do capitalismo, mas, dado que restringiram suas lutas ao âmbito do Estado, as organizações operárias estão condenadas à impotência.

A internacionalização monopolista não passa de colocação internacional de capitais, cristalização da mais-valia extraída do trabalho social do proletariado pelas estruturas de exploração capitalista. Pode-se, por conseguinte, dizer que é o próprio fruto do trabalho do proletariado, em sua condição de força produtiva, que se opõe ao desenvolvimento histórico e político do proletariado em sua condição de classe. Ora, o proletariado detém efetivamente um imenso poder, tendo deixado de ser uma massa de manobra intercambiável, e sua vanguarda possui os meios de paralisar radicalmente a produção. O proletariado pode contribuir para gerar crises que desemboquem em situações revolucionárias. Essa

potencialidade é tão ameaçadora que os sindicatos aceitaram uma *contratualização* e uma *institucionalização* das greves. Mas a revolução socialista, nos países industriais grandemente desenvolvidos, só poderá vir a ocorrer a partir de um novo tipo de organização das massas, sendo suas relações recíprocas radicalmente modificadas. Até o momento, os comunistas não reexaminaram cientificamente as normas leninistas de organização. Alguns acreditaram que o faziam e simplesmente voltaram aos métodos social-democratas, abandonando toda perspectiva revolucionária.

O atual centralismo dos partidos comunistas é tecnicamente um absurdo. A mesma direção – na verdade, o mesmo punhado de dirigentes – vê confiadas a si as tarefas complexas e múltiplas de elaborar a linha política, supervisionar a organização, a imprensa, as lutas sindicais operárias e camponesas, as organizações da juventude etc. Não nega o papel dirigente do partido afirmar a *necessidade de uma efetiva descentralização da direção das lutas das massas em seus diversos níveis setoriais*. Só atendida essa condição poderão elas parar de ser imobilizadas em arcaísmos nacionais, regionais, raciais, corporativistas etc. que a burguesia se esforça por fazer sobreviver artificialmente no âmbito de relações capitalistas de produção. Trata-se de voltar à evidência de que não há outro meio para que um “programa transitório” da classe operária possa ser elaborado por ela mesma e de acordo com os objetivos que ela pode determinar para si num momento dado. O papel da vanguarda revolucionária é contribuir para a unificação das lutas, *interpretar* cada etapa destas numa perspectiva de conjunto, propor palavras de ordem que permitam passar a um nível de luta superior. Para existir, para “tomar a palavra”, a classe operária precisa de um *lugar*, de um *objeto* que lhe seja específico e a partir do qual tomará seu lugar na trama significativa da História. O *elo significante* insubstituível é a textura de sua organização, seu funcionamento interno, sua expressão pública, seus métodos de trabalho e tudo aquilo que vem a marcá-la como estando em ruptura radical com a ideologia e as práticas da classe dominante. Só por meio disso poderá ela ter sucesso em se constituir como *significando alguma coisa para si mesma e por si mesma*, poderá significar para os outros suas alianças ou seus compromissos.

Nos países industriais desenvolvidos, a classe operária teria perfeitas condições de ocupar a direção de um Estado socialista, mas as palavras de

ordem sindicais e políticas do movimento comunista atual não remetem as lutas dos trabalhadores senão a sua constituição permanente em *classe social revolucionária*, a suas particularidades nacionais. Há, com efeito, uma partilha de papéis entre a *ideologia* burguesa e a *prática* reformista: tanto uns como outros *sociologizam* as diferentes faixas salariais, as faixas etárias, os sexos, as condições tecnológicas, culturais etc. A política que pretende reunir ao redor da classe operária as camadas ditas antimonopolistas consiste, na verdade, em uma forma de desuni-la, de dispersar sua ação e neutralizar sua eficácia revolucionária. Enquanto a pesquisa marxista deveria participar em todos os domínios da elaboração criadora e da formulação de respostas que vão além das soluções burguesas, a “pesquisa” do PCF, por exemplo, reduz-se à proclamação de fórmulas vazias e de promessas imaginárias. O partido revolucionário deveria aprofundar os problemas econômicos, sociais e culturais, bem como exprimi-los por meio de palavras de ordem, de modo tal que sua prática cotidiana nunca rompa a *cadeia histórica fundamental* em função de objetivos parciais e transitórios. A classe operária não pode nem deve dialogar com a pequena-burguesia, com o campesinato, com os monopólios etc., como pretendem fazê-lo em seu nome as direções dos partidos comunistas. Seu único interlocutor é ela mesma enquanto marcada por sua finalidade histórica, que faz dela uma classe à parte, a única que não se fecha sobre si mesma e seus interesses particulares. É por trazer a classe operária em si mesma sua própria subversão, por ser ela a única capaz de impor às outras o fim da divisão da sociedade de classes, que o partido revolucionário tem como tarefa primeira protegê-la de toda ideologia exterior, e, como dever, extrair tudo o que, fora dela, conserve vestígios de verdade. A classe operária só pode efetuar o “diálogo” consigo mesma por intermédio das correntes e organizações que lhe são parte intrínseca.

Apesar do desenvolvimento desigual das lutas, há um consenso sobre sua potencialidade de desembocar na revolução mundial. Esse fato já atraía a atenção de Leon Trotski quando ele desenvolveu, a partir de uma indicação de Marx, sua teoria da revolução permanente. Nenhuma repetição da História pode ser concebida no nível deste ou daquele país. Ao sair do feudalismo, o Iêmen, por exemplo, não encontra um futuro marcado pela emergência de uma realeza burguesa, depois de

uma revolução “à francesa” que permita o desenvolvimento harmonioso de um capitalismo comercial, financeiro e depois industrial e assim por diante. Hoje, o Iêmen desemboca *diretamente* nos oligopólios “cosmopolitas e apátridas”, para retomar a terminologia estaliniana. A etapa da revolução burguesa está ausente, ou então não passa de impostura histórica, arcaísmo mantido artificialmente, que permite o desenvolvimento dos oligopólios. O apoio dos comunistas aos Aref (general iraquiano), aos Ben Bella (líder da Frente de Libertação Nacional da Argélia), aos Sukarno (presidente indonésio) testemunha a mesma cegueira. É por isso que a revolução social constitui, em todas as atuais situações de luta de classes, a única saída possível: as *condições objetivas* são propícias a que toda luta democrática e nacional desemboque na etapa de tomada do poder pelo proletariado industrial e agrícola. Mas isso de modo algum nos dispensa de analisar com a maior clareza possível em que as *condições subjetivas* não permitiriam conceber hoje uma tal evolução revolucionária do proletariado das potências industriais, atingido por uma espécie de “imaturidade permanente”.

Nós mesmos, ao parecer “liquidar” alegremente os fundamentos históricos da existência dos partidos social-democratas e dos partidos nacionalistas de libertação, não estaremos tomando nossos sonhos pela verdade? Não estão esses partidos bem vivos e neutralizados por trás dos poderes de Estado dos bastiões do capitalismo e os países submetidos ao neo-colonialismo? Não levará nossa insistência em exigir que a classe operária exprima e funde a verdade do partido revolucionário à reabilitação do mito do espontaneísmo e a reformular segundo a moda vigente temas anarquistas e populistas? Acentuando tais temas sem contrapartida, corre-se de fato o risco de tornar crível a idéia de que haveria uma “boa classe operária” (como o “bom selvagem” de Rousseau), cuja natureza inteligente, revolucionária e pura, cujas inclinações revolucionárias seriam desviadas de seu fim pelos maus pastores das grandes organizações. Não há por que duvidar de que a classe operária, em sua grande maioria, está mais próxima da representação que dela fazem os burocratas de todas as categorias do movimento operário do que desse conjunto de imagens! Os fundamentos de nosso questionamento dos “modelos” de organização política e sindical, e de suas relações recíprocas inadequadas à situação

real dos trabalhadores nos países capitalistas desenvolvidos, devem ser buscados menos numa filosofia da liberdade, ou em considerações humanistas ou psico-sociológicas sobre a democracia em geral, do que no *próprio desenvolvimento das sociedades industriais*.

Em todo e qualquer regime neocapitalista ou socialista burocrático, não se pode esperar a resolução de nenhum problema de base a partir dos modos de organização e dos tipos de instituições atuais. A única verdadeira saída é a instauração de um planejamento em escala mundial, tanto assim que toda previsão, toda coordenação, toda elaboração e repartição de fatores de produção e de meios de financiamento exigem a possibilidade de realizar uma concentração ininterrupta de meios. Mas que sentido podem ter as pretensões de planejamento do capitalismo moderno quando se verifica que, por motivos políticos e econômicos, ele jamais pode encarregar-se de maneira racional do conjunto das zonas “deixadas a si” por parte do imperialismo? O que um planejamento socialista mundial proporia não é só organizar os setores desenvolvidos mas, igualmente e *ao mesmo título*, os setores retardatários arcaicos e assim por diante. Todos os bolsões de miséria e de não-sentido que gangrenam a sociedade, condenados em nome da “não-rentabilidade”, serão reavaliados por meio da realização de um plano que remodelará o espaço social internacional e o modo de vida humano.

Mas a necessidade e o desejo dos seres humanos, num dado momento e numa dada situação, sua miséria, suas angústias, seus fracassos etc. não relevam no essencial dessa ordem da racionalidade. Cabe antes de tudo aos seres humanos ter condições de exprimi-los, e, à sociedade, remediá-los da maneira mais coerente e menos alienante possível. A sociedade política da democracia burguesa não passa de lugar de negociação das diversas facções do capitalismo. A sociedade política de uma democracia socialista será o espaço de diálogo entre as forças produtivas técnicas e científicas, de um lado, e as instituições humanas, do outro, à medida que sejam organizadas para responder permanentemente não só às necessidades materiais de cada indivíduo, mas a suas aspirações profundas e a sua exigência de encontrar um sentido para a própria existência. Enquanto o ímpeto das forças produtivas tender a levar a uma concentração cada

vez maior, nenhum organismo central poderá, algum dia, responder às demandas sociais diferenciadas. Verifica-se ser necessário um acesso à fala/palavra dos diferentes setores da “massa”, para que disponham do meio de se exprimir de maneiras que não sejam automaticamente a-sociais, inintegráveis, absurdas e, no final, alienantes. *Em outras palavras, não se trata de considerar o planejamento apenas do ângulo da produção, da circulação e da distribuição, mas também de planejar a “produção de instituições”, isto é, de todas as formas de organização social capazes de servir de “resposta” à sociedade industrial.*

Uma corrente de pretensão sociológica esforça-se em nossos dias por demonstrar que também a classe operária é marcada pela ideologia burguesa. No nível do consumo, apenas fatores quantitativos separariam um burguês de um proletário; mas, em suas respectivas relações com a produção, em seu modo de vínculo com o “enquadramento” profissional, social etc., no plano cultural, ético e mesmo inconsciente, burgueses e proletários constituem, sem dúvida, *duas raças distintas*. A causa da luta de classes é o fato de a sociedade capitalista estar organizada em função das necessidades particulares de uma classe social moribunda. Apesar do progresso, a classe operária nunca poderá sentir-se bem no âmbito dela. Quer se considere a concepção do urbanismo ou dos hospitais, das universidades, de uma cultura condicionada pela televisão, encontra-se esta constante: nada está organizado para propiciar o desenvolvimento de uma atividade social criadora. Pelo contrário, todas as estruturas são calculadas para que cada indivíduo seja remetido a sua solidão, à serialidade social, a um gregarismo primário, ao acesso para os trabalhadores a lazeres “tranqüilizantes”.

As palavras de ordem do tipo “pão, paz e liberdade” tornaram-se noções tão abstratas quanto os emblemas burgueses “liberdade, igualdade, fraternidade”. O movimento revolucionário pode e deve formular outro tipo de resposta. Ele deve colocar-se na contracorrente da redução da classe operária a mera função de produção e de consumo. Deverá deixar sempre em relevo o elemento comum, o objetivo fundamental da luta, único capaz de trazer coesão aos trabalhadores e reconstituí-los em classe social revolucionária. Esse elemento comum, esse “objeto institucional”, é o Estado. A chave da situação é sempre e em toda parte a

necessidade de destruir o poder do Estado. Para o PCF, o denominador comum das lutas esparsas é a hidra-monopolista. Esta tem, no entanto, mil cabeças e igual número de respostas que criam separação. O único meio de unificação das lutas é a criação de objetivos que confirmam aos trabalhadores a possibilidade de ajustar a mira para o alvo fundamental: a exclusividade da burguesia como detentora do poder de Estado. No tocante a isso, é evidente a carência do PCF e da CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

Tomemos um exemplo: um grupo de militantes revolucionários no setor das minas tem não só de enfrentar os aspectos organizacionais e políticos no dia-a-dia, mas também de articular seus problemas aos do conjunto das regiões de mineração nacionais e dos ramos adjacentes, ter contato com os sindicatos correspondentes da CEE (Comunidade Econômica Européia) e assim por diante. Se fosse a indústria petrolífera, haveria uma série de problemas com relação às organizações populares dos países produtores etc. Mas a realização de um programa como esse em escala nacional, regional, bem como internacional, supõe que se realizem profundas transformações no movimento sindical e, em consequência, no movimento comunista.

Talvez se faça a objeção de que o comitê central do PCF há muito se acha cercado de comissões que reúnem camaradas "competentes e dedicados" em todos os domínios. Fazer um levantamento dos trabalhos das referidas comissões oferece a melhor confirmação da incapacidade de um Estado-maior no sentido de fornecer respostas válidas para uma multiplicidade de problemas. Com uma regularidade raramente verificada, esses "especialistas" passam ao largo do essencial. Isso ocorre menos por incompetência do que devido a um "condicionamento" aos métodos de trabalho da direção do partido, o que faz que a mínima indicação de um alto dirigente baste para determinar uma dada orientação e impor uma completa esterilização de toda e qualquer pesquisa. O mesmo acontece com os "exercícios" de congresso, que consistem em proferir discursos vazios sobre temas estabelecidos de antemão. Nada separa esses métodos dos da burguesia tradicional. Mas a vanguarda revolucionária também deve debruçar-se sobre seus próprios métodos de trabalho, pois, infelizmente, nada fica a dever na maioria das vezes às grandes organizações!

O partido revolucionário não vai surgir por milagre, sendo antes uma síntese a conquistar, não no domínio ideológico, mas pela realidade da luta de classes. A nova arma, o protótipo de partido de que precisa a classe operária para fazer a revolução nos países capitalistas, só poderá ser radicalmente distinta das atualmente existentes ou das que existiram até nossos dias.

A moléstia centralista dos partidos comunistas decorre menos da má vontade de seus dirigentes do que de falsas relações que mantêm com os movimentos de massas. O movimento marxista não vive no mesmo ritmo nem tem o mesmo tipo de compreensão dos eventos que têm as massas. Ora, é primordial tanto para o movimento como para as massas que seja elucidada permanentemente a significação dos avanços e recuos da luta de classes. Na ausência disso, uma vitória como a de junho de 1936³ pode converter-se em derrota. Inversamente, um desastre como a Comuna de Paris⁴ permitiu que a classe operária mundial elucidasse suas possibilidades futuras. Certos teóricos consideram inevitável que o partido se transforme em excrescência burocrática do movimento operário, e retornam a concepções libertárias em matéria de organização. Não obstante, devido à crescente integração da classe operária, todo sistema institucional que se desenvolva em seu seio corre sempre o risco de ser "recuperado" pelo capitalismo.

Só um partido revolucionário de vanguarda, dedicado a um processo ininterrupto de análise, de autocrítica, de auto-institucionalização poderá desenvolver uma ação antagônica ao processo capitalista e contribuir para manter a autonomia "subjéctiva" do movimento operário.

O sindicato não pode ter a vocação, a pretexto da unidade a todo custo, de ser o "sindicato do povo" inteiro. O sindicalismo revolucionário não equivale à defesa do consumidor, às cooperativas etc. No último período, assim como o Partido Comunista se integrou ao sistema parlamentar burguês, assim também os sindicatos mostraram a tendência de

³ Referência ao grande levante operário francês de 1936 contra o governo da Frente Popular, que acabou com grandes concessões aos trabalhadores, nos termos do acordo Matignon, que foram incorporadas à Constituição Francesa. N.T.

⁴ Movimento de classe e de cunho socialista, iniciado em 1971, que incendiou a França, tendo, contudo, durado apenas 72 dias. N.T.

trair sua vocação fundamental, que é a de reunir as forças vivas da classe operária, modificar suas relações de forças internas em detrimento das correntes reformistas, bem como de reforçar sua coesão contra o patronato. Excepcionalmente, nos períodos de grande luta, o sindicato revela-se capaz de envolver a totalidade da classe operária, mas esses são períodos pré-revolucionários; semelhante objetivo, em períodos normais, só pode implicar um alinhamento da corrente revolucionária com o nível médio das massas, e desemboca inevitavelmente num reforço do reformismo e da ideologia dominante.

Uma política revolucionária de massa consistiria, por exemplo, em ajudar a vanguarda da juventude a gerar para si condições de elaborar *ela mesma* sua própria política, formar seus militantes em cada nível setorial, dar a ela melhores condições de tomar iniciativas que envolvam grande parcela da massa de jovens e assim por diante. Essas juventudes comunistas poderiam então firmar sem riscos alianças com as outras correntes!

Mas a condução dessa política é inseparável da instalação de um modo de organização bem distinto do das concepções comunistas-burocráticas em matéria de organização das massas, que se mostram incapazes de capitalizar as diversas formas de luta espontânea. Certa política de unidade de ação, não contando com o apoio das massas, envolve automaticamente “manipulações” de cúpula, cartéis elaborando às apalpadelas seus compromissos na base do “máximo denominador comum”... reformista! Um último exemplo: na ausência de uma orientação correta sobre a questão do aborto e sem dispor de método de trabalho revolucionário, a UFF⁵ tornou-se um clube de amenidades quando poderia ter desencadeado uma campanha nacional muito importante em torno do tema da defesa de centenas de milhares de mulheres que são obrigadas ano após ano a recorrer aos abortos clandestinos...

Tese 9: A etapa do grupo

Não é parte de nosso projeto definir com precisão as linhas de ação e o modo de intervenção política de um grupo de militantes revolucio-

⁵ Union des femmes françaises (União das Mulheres Francesas).

nários na situação atual da França, nem conceber as formas mediante as quais e o ritmo em que um tal grupo poderia contribuir para fazer amadurecerem as condições favoráveis à criação de um partido revolucionário.

Propomo-nos a definir em linhas gerais as condições de possibilidade de um projeto desse gênero. Na etapa atual, os militantes revolucionários e os grupos que podem formar, por desejáveis e indispensáveis que sejam, não poderiam pretender constituir de modo algum o embrião de um partido como esse. Quando uma “corrente revolucionária” tiver começado a se destacar e a dar início a seu progresso teórico e político, quando essa corrente estiver suficientemente implantada nas organizações de massa controladas pelo PCF, quando a crise que o partido atravessa tiver amadurecido, a ponto de os militantes comunistas de esquerda começarem a se afastar dela e a desenvolver sua própria política, será possível conceber as etapas ulteriores.

A febre passional dos grupúsculos de extrema esquerda e sua cegueira em nada contribuem para esse processo. O estilo “conspirador” dos militantes da maioria dos atuais grupos de oposição também não.

Bastará dizer que o objetivo será alcançado no dia em que a classe operária tiver recuperado a “consciência” de seu poder? Na realidade, a vanguarda da classe operária está de certo modo consciente do impasse de suas atuais lutas. A maioria dos operários tem a sensação de “andar em círculos”; ela sabe que as organizações políticas e sindicais não lhe oferecem alguma alternativa. Não obstante, a classe operária propriamente dita não tem a seu alcance meios que não as organizações existentes para se exprimir e para ser representada. À falta de alternativas, as massas operárias sentem-se quase obrigadas a permanecer fiéis a essas organizações, ainda que seja apenas para conservar um mínimo de coesão e manter uma demarcação mínima entre elas e o inimigo de classe.

Seria suficiente criar um novo partido e novos sindicatos para esclarecer a situação? Todas as tentativas desse tipo fracassaram. Uma organização revolucionária deve estar *previamente* inserida na classe operária para poder “catalisar” um fenômeno de transformação e liquidação das organizações existentes. A natureza do entrelaçamento destas com o sistema político e social atual da burguesia, ao lado do modo como a classe

operária assume passivamente a imagem reformista que lhe é proposta determinam, em larga medida, *os meios a empregar* e as *etapas intermediárias* para chegar à estruturação de uma vanguarda revolucionária que não seja sentida pelas massas como corpo estranho, e em que elas, pelo contrário, se reconheçam na medida do desenvolvimento de suas lutas. Para que um partido revolucionário seja na classe operária “como um peixe na água”, não basta afirmar sua necessidade e começar a reunir uns poucos elementos programáticos. É a própria consciência da classe operária que deve ser modificada em correlação com a condução, pelo partido de vanguarda, de uma política revolucionária, isto é, da criação de *situações* revolucionárias e da exploração coerente destas. Por conseguinte, algumas condições prévias deverão ser reunidas para que se possa criar um partido com essas características. A decisão histórica de sua fundação não poderia ser tomada a partir das pretensões “voluntaristas” de um punhado de militantes revolucionários. (As tentativas desordenadas de ressuscitar a velha IV Internacional constituem por vezes obstáculos suplementares à construção de um partido revolucionário como esse. Se já é absurdo querer criar com todas as peças um partido revolucionário sem uma implantação militante de base, tentar a mesma operação na escala de um partido internacional centralizado constitui uma aberração pura e simples, cujos lamentáveis resultados práticos têm o efeito de macular, no espírito de militantes mal-informados, a contribuição teórica de L. Trotski.)

Uma coisa é abrir uma perspectiva de conjunto para a luta, conceber suas etapas possíveis e suas inevitáveis provas, discutir os meios a empregar a curto prazo etc. Outra é compor de imediato o catálogo de reivindicações que poderiam “atrair” as massas. A depender de como se arrojar o direito de efetuar uma tal elaboração, que só poderá ter validade *se for assumida imediatamente por uma parcela ponderável da vanguarda operária*, um dado partido revolucionário vai predeterminar certo tipo de relação de subjugação entre ele e as massas (por exemplo, a retomada, como se ocorresse por si própria, da teoria do sindicato como “correia de transmissão”). Assoberbado por semelhantes hipotecas, por provas decisivas, esse partido pretensamente revolucionário vai se revelar incapaz de enfrentar sua tarefa histórica. Para contornar essa dificuldade, não vai bastar a proclamação de suas “boas resoluções”

antiburocráticas e jurar fidelidade às normas leninistas do centralismo democrático.

Os grupúsculos revolucionários, devido a seu desconhecimento da verdadeira natureza do problema, tendem a se refundar ideologicamente e a servir indiretamente de caução às estruturas e ao funcionamento dos aparelhos políticos e sindicais das “grandes organizações”. Na ausência de elucidação e de um questionamento suficientes, eles acabam por explicar a burocratização do movimento operário apenas a partir dos erros políticos e das traições de seus dirigentes ou em razão de certas circunstâncias adversas, descritas de modo geral a partir de uma filosofia histórica, reduzindo-se no essencial a duas noções de base: “o período de ascenso”, ou “isso faz a base avançar”, e o “período de descenso”, ou os revolucionários têm de lutar contra a corrente!

Quando se concretizam as condições de sua criação, o partido revolucionário é de início “reconhecido” por uma ponderável parcela da vanguarda operária como um instrumento indispensável de sua luta. A verificação de sua realidade vai ser feita, portanto, *no próprio nível da luta de classes*. Pelo simples fato de sua criação, alguma coisa terá mudado na relação de forças. E a burguesia não deixará de resistir! Desconhecer a necessidade dessa “contraprova” é perder o essencial do ensinamento científico do marxismo-leninismo. A criação do Partido Bolchevique ocorreu em condições históricas determinadas e depois de uma luta política de fôlego longo no seio da social-democracia. Ela fez surgir formas de organização inteiramente novas. O bolchevismo se desenvolveu na base de um tipo particular de lutas que, por sua vez, em contrapartida viram modificados seus métodos e seus objetivos. Pretender hoje criar com todas as peças, e no âmbito de prazos previsíveis, uma organização revolucionária na França, pretender ter condições de montar agora o núcleo inicial e começar a definir seu programa, eis uma perspectiva utópica que pressupõe uma ignorância característica do marxismo-leninismo e da história do movimento operário.

Ao lado de inúmeros fatores objetivos, condições das lutas sociais, de crises políticas etc., serão levados em conta certos fatores internacionais que poderão ter um papel determinante. O triunfo de uma revolução socialista em qualquer potência capitalista vai ter repercussões em cadeia sobre a evolução do movimento operário. De igual forma, o ressurgi-

mento de correntes revolucionárias proletárias nos países socialistas teria um efeito incalculável sobre esse processo. Teremos de voltar a tratar em detalhes a análise das possibilidades de intervenção de um grupo de militantes comunistas revolucionários nos diferentes setores sociais e políticos. Mas não desejemos fazê-lo a não ser a partir da produção de alguns resultados práticos. Queremos evitar o máximo possível ter de tomar lugar na lista já muito longa de correntes e organizações de vanguarda que no máximo conseguiram formular críticas e promessas, e que, na prática, acabaram por se contentar em girar em círculo de maneira desoladora.

Supondo que a História nos condene a ter sorte semelhante, preferiremos então, na seqüência das coisas, guardar o silêncio e, quem sabe... o benefício da dúvida.

1966

De um signo ao outro (excertos)*

Uma *barra*, uma *marca* podem, legitimamente, ser tomadas como signo mínimo? Escórias de uma instrumentalidade, ponta ou faca, cujo movimento delimita de modo demasiado quadrado a extensão, elas só se tornam material significante à medida que sejam utilizadas num outro sistema. Por si mesmas, não dispõem de meio algum para se articular de modo coerente a seus semelhantes.

Um *ponto*. De que se trata? Como defini-lo senão por referência a outra coisa? Entrecruzamento de linhas. Ele parte à deriva...

Uma *mancha*. Uma mancha de contorno indiferente que se presta a toda redução infinitesimal a que a imaginação a queira submeter, a ponto de ela se recusar a levar em consideração toda cissiparidade que a transformasse numa multiplicidade de manchas. Em suma, um ponto.

Uma mancha encontra outra mancha... O que uma conta à outra?... Impossível encontro. Impossível imaginar até que uma outra pretenda existir.

Admitamos, contudo, que um gênio mau as force a se enfrentar... De seus sponsais imediatos e sem remissão resultará a anulação de sua multiplicação.

Voltemos ao pântano "mânchico" (*tachique*).

Eis manchas de que se dirá, por convenção ou indiferença, que são uma só e mesma mancha. Um caderno fica mais sujo se receber uma

* Este texto foi elaborado a partir de reflexões de todo tipo inspiradas pelo seminário do doutor Jacques Lacan. O essencial de seu argumento foi comunicado ao doutor, em forma de carta, no dia 8 de dezembro de 1961. Centra-se principalmente no seminário de 26 de abril de 1955, que foi publicado em 1957 no volume 2 da revista *La Psychanalyse*, com o título "La Lettre volée" ("A Carta roubada"), e retomada nos *Écrits* (Escritos), p. 11. A versão completa deste texto foi publicada na revista *Recherches*, n. 2, 1966.

multiplicidade de manchas do que se for pura e simplesmente mergulhado num tinteiro?

Deixemos ao manchado ocupar o primeiro plano e impor ao um e ao múltiplo o interdito de nada poder significar por si mesmos.

Que importa o conteúdo desde que se tenha contorno!

A menos que o universo venha a ser bruscamente submerso por uma noite de tinta infinita.

Socorro da polícia: *cogito ergo sum* (penso, logo, existo). A sirena luminosa me salva ao sabor de algum imperfeito contorno que deixa esperar uma resposta a meu apelo...

Será que Deus tem contorno?

Se ele é luz, não haveria dúvida sobre isso: nossas silhuetas traiçoeiras recebendo suas nuanças da perfeição dele.

Mas se ele for noite escura?

Socorro da polícia: *cogito ergo sum*. O negócio está no saco. Que importa o conteúdo? Teremos contorno. Assim há tempo demais para que se possa validamente voltar lá para cima. Há prescrição: um ano e um dia teriam sido suficientes, quando a coisa se tem estendido há 330 anos.

Eis manchas que disponho ao redor do Eu sob o olhar irradiante de Deus. Terei o cuidado de só apreendê-las por seu contorno; com pinças; operação delicada que requer um treinamento fenomenológico-matemático regular... Perco-me. É impossível isolar um contorno de manchas de seu suporte. Essa é uma verdade da experiência, e creio que ninguém pode nada contra ela. Quem sabe Deus! Mas a exigência de sua perfeição o autoriza a lidar com coisas tão insignificantes como manchas?

Um tratamento especial para o negro da mancha: preservando o contorno, ele confere ao conteúdo uma autonomia provisória que lhe permite ser usado a título de simples suporte do contorno, justo o tempo de algumas translações, sendo, em seguida, apagado e imediatamente revertido ao exterior...

As coisas se arranjam mais ou menos assim: tomo de uma mancha, disponho-a sobre outra, vazio no vazio, seus contornos vibram, hesitam e, em seguida, fundam-se numa curiosa torção. Isso nos permite verificar de passagem a lei de acordo com a qual o vazio, ao contrário do ser, é idêntico ao vazio em qualquer ponto da extensão em que o colocarmos.

Com um toque suplementar de pedantismo, dir-se-á que o espaço vazio de sua interseção tende no limite a tornar-se idêntico à união de suas partes não comuns sendo essa composição de conjunto designada por alguns lógicos como um prolongamento.

Eis-nos providos de um curioso instrumento que vamos batizar como *ponto-signo*, e com características resumo:

- é único e indivisível;
- foi engendrado por duas manchas-mãe tratadas previamente pelo vazio;
- o exame de sua morfologia permite distinguir em seu falso interior várias partes falsas, a saber:
 - um anti-oco, comum a seu pai e sua mãe;
 - dois anti-ocos distintos, um advindo de seu pai, e o outro de sua mãe;
 - esses dois últimos formam um só com o primeiro e são por outro lado indistintos da extensão pretensamente exterior.

Eis o signo. O signo de nada. Um signo que, remetendo apenas a si mesmo, não remete a nada. Ele traz o nada em seu seio. E, por esse motivo, liga-se facilmente aos outros signos, portadores da mesma "nacidade". Ainda que seja impossível distingui-los uns dos outros, eles poderão ser delimitados pela (*sic*) virtude de uma inexistência fundada unicamente para além deles mesmos.

Trata-se todas as vezes do mesmo? O movimento do mesmo ao mesmo nem mesmo tem garantida sua identidade. Não se trata apenas de uma passagem unívoca do vazio ao vazio, mas também de uma acentuação, de um estremecimento por estar nessa passagem. Nada está em jogo na repetição: nem o destino do nada, nem a salvação de um sentido vindo de algum outro lugar.

Na medida em que são/existem, os pontos-signos vão apresentar antes de tudo a tendência de se chocar um com o outro e de partir em todos os sentidos. Mas permanecem à mercê de efeitos de sentido que os vão petrificar, qual o olhar da águia a um grupo de monges.

Façamos um balanço de nossas aquisições. As manchas se contaminam irreversivelmente, os pontos-signos existem por si mesmos e podemos esperar marcar um pelo outro. Suas falsas partes internas lhes oferecem um pseudocampo que os faz tomar uma ilusória distância um do outro ao preservá-los da relação narcísica de anulação.

Ao contrário das manchas-pontos, é possível uma *cadeia de pontos-signos*.

Com a mancha, o um e o múltiplo perderiam seu rosto e seriam remetidos globalmente à alternativa do ser e do não ser. Seria o triunfo maniqueísta do manchado.

Com o ponto-signo, formando o interior e o exterior um cerne de nada, o um e o múltiplo se tornam possíveis na grafia. Dá-se início à era do significante.

Um vazio sulcado de um anti-orifício. A materialidade do signo não é senão o suporte desse órgão essencial.

Dois pontos-signos se acoplam sem que disso resulte a efusão mortal que se sabe inevitável com as manchas. Eis fundado o *traço unário*. Poderia ele articular-se com outro traço unário? Eles se encadeariam, por exemplo, para formar uma linha, uma pista uniforme e sem marca de que todos os pontos serão equivalentes. Salvo dois deles: os que marcam o começo e o fim da cadeia. Pode-se ainda postular a equivalência de uma solução de continuidade e de uma circularidade em razão da lei que identifica o sulco do dentro e a ausência de determinação do fora. Nessas condições, todo e qualquer ponto da linha pode ser tomado, indiferentemente, como ponto tangente de uma incisão.

O que prova que a paixão narcísica pode exprimir-se tanto pela repetição circular como pela cessação de morte.

O que é um ponto-signo senão essa circularidade, exceto pelo fato de ele ser interceptado por si mesmo no âmago de si mesmo?

Ter condições de marcar a alternância e sua ruptura fornece o meio de transcrever todas as línguas. O mais e o menos, o branco e o negro etc. em geral nos bastam para operar com os sistemas binários. Mas por agora é para o âmago do signo que nos voltamos e não para sua utilização sistemática. Por outro lado, não são o mais e o menos instrumentos arcaicos? Exteriores um ao outro, são separados por um branco/uma lacuna que desempenha, sem que dê a impressão, um papel primordial: ele vela o signo fundamental que buscamos fixar.

Deixemos a linha errar e concebamos o caso em que um traço unário, composto por dois pontos-signos, será cruzado por um outro traço unário. Complexa operação!

Eis quatro pontos-signos face a face: cada qual hesita em formar par com seus dois vizinhos imediatos ou, na diagonal, com aquele que está a sua face. Os quatro apóiam-se todos na barra central, como damos as mãos numa plataforma de ônibus.

Essa distribuição axial em torno de um ponto que não existe suscita algumas questões.

Será indispensável que um só entrecruzamento precise que entrem em jogo quatro pontos-signos?

Tomemos cada caso em separado:

1° Nenhum ponto-signo formando par com o nada axial produz: nada de nada.

2° Um só ponto-signo formando par com o nada axial, sendo esse último imediatamente incorporado às reservas de nada do ponto-signo. Correlativamente, o nada de nada do primeiro caso dispõe de um suporte.

3° Dois pontos-signos formam um traço unário.

4° Três pontos-signos fundam-se num só traço unário ou então vêm

a constituir uma encruzilhada. E se eles não chegam a isso a três, também não haverá razão para que o cheguem melhor a quatro. Do mesmo modo como se teve de aceitar sem discussão o “cogito” e o contorno, vai-se admitir por axioma que há uma “encruzilhada”. Logo, três signos serão suficientes.

5° Quatro signos e mais são supérfluos; todo ponto além do terceiro pode fundir-se sem inconveniente com um dos três primeiros. A menos que não se queiram obter várias encruzilhadas.

Sabe-se que o quadrado, para funcionar como encruzilhada,¹ deve necessariamente abolir um de seus pólos. Ele é à imagem da morte; ao menos do tipo de morte que dá ao jogador de *bridge* (ponte) a possibilidade de fazer sua partida com o jogo do outro; aqui, o morto será sem dificuldade relegado ao nada axial.

Esqueci-me do caso em que se fariam os números negativos de pontos-signos irradiar a partir do ponto axial vazio. Deixo-o ao exame dos leitores curiosos e prudentes.

Um traço unário marcado por um ponto-signo é o signo de base.

A marcação, a castração, como queira, da barra primitiva constitui uma duplicação em exterioridade da marcação interna do ponto-signo.

Um *mais* é agora possível. Um mais de três pontos ou, se se quiser, um mais amputado do quarto dele mesmo.

Podemos agora avançar rapidamente. Tomemos um *menos*. O que é um menos senão um mais descruzado? Em suma, o menos valeria menos do que um mais?

¹ Chamamos a atenção para o fato de que gira em torno de “encruzilhada”, que é mais do que um simples cruzamento, todo um conjunto de alusões. A palavra é, em francês, *carrefour* (etimologicamente, quatro caminhos, a partir da palavra latina *quadrivium*, mas que se pode entender como quatro quadrados, pois *carre*, presente em termos de som em *carrefour* é em francês quadrado). N.T.

Entre as características essenciais dos signos, afirma-se, as mais importantes são sua diferenciação e suas oposições distintivas. Nossa proposta aqui não é contradizer as autoridades na matéria, porém, mais modestamente, propor um protótipo único de signo que permitir, por si só, dar conta de toda a criação.

Em busca do Deus-signo.

Um pisca-pisca vermelho na noite marca a alternância sobre o fundo de uma ausência em parte alguma afirmada positivamente. Isso poderia levar a crer que, com efeito, o menos é bem menos do que um mais!... Vai saber!

O vazio, a ausência, requerem de modo absoluto dispor de um suporte significante específico.

Uma notação binária sempre se apóia, com efeito, em três elementos, se se levar em conta a existência da separação entre os signos. Adjacente ao mais e ao menos, o branco(a) lacuna é constitutivo(a) do signo. É signo do signo. Poderíamos reduzir para além disso uma bateria significante? Seria possível, por exemplo, identificar o menos ao mais?

Pensemos numa cadeia de pontos-signos, circular ou não. Tentemos marcar aí uma referência por meio de mais e de menos entrecruzados de tal maneira que sua continuidade não seja por isso alterada. Observemos que, até agora, as coordenadas do dentro e do fora para o ponto-signo – não mais que aquelas do em cima e do embaixo para uma cadeia de pontos – não são irreversivelmente orientáveis.

Criemos uma cadeia de pontos-signos entrecruzados: os pontos terceiros dispostos simetricamente com relação a uma linha de base constituída pelos pontos médios não simetrizáveis representarão indiferentemente as alternativas “mais seguido de menos” ou “menos seguido de mais”, ou os encadeamentos de “mais seguido de mais” ou “menos seguido de menos”.

Vamos escrever o mais: ••• e o menos: ••• ou vice-versa.

Os três signos de partida da bateria binária foram convertidos em três novos elementos:

1° Um signo de base única constituído por três pontos-signos.

2° A possibilidade da adjacência de dois signos de base, isto é, a supressão do *signo branco/lacunar*.

3° Uma regra de encadeamento que impõe que a adjacência de dois signos de base só possa se operar num só ponto, não podendo cada um dos pontos estar imediatamente ligado a mais de dois outros signos de base, o que torna impossível a constituição de encruzilhadas de cadeia e proíbe todo desenvolvimento de redes divergentes.

O ponto-signo pode ao mesmo tempo estar aqui e alhures, ser distinto ou aglomerado. Material bruto do signo, não é significante por si mesmo. A posicionalidade de uma simetria e de uma dissimetria só é possível, em qualquer nível, numa estrutura complexa que põe em jogo de imediato pelo menos *três signos de base*, o que implica pelo menos seis pontos-signos, com tudo o que cada um deles já comporta de complicações!

Uma mesma estrutura ternária pode servir indiferentemente para representar o ponto-signo, o signo de base e uma cadeia de três signos de base fechada sobre si mesma. Tomados em si mesmos, cada um desses elementos não é nada: um só ponto-signo oscila em desequilíbrio entre o ser e o nada, um signo de base ameaça aglutinar seus três pontos-signos ou dispersá-los e uma cadeia triangular de três signos pode a todo instante se fechar sobre dois signos, sobre um só ou sobre nada.

Não se podem especificar a natureza e a identidade da estrutura considerada senão a partir da vinda de um *quarto termo* que faz incidir aí a lei de recorrência.

A lei, a morte, o fechamento da indeterminação atuam retroativamente a partir da existência desse quarto termo. A combinatória se fecha: seria necessário levá-la alhures, sempre para além.

Se o ponto-signo permanece aberto, isso provavelmente se deve à abolição de seu pólo quaternário.

O ponto-signo projeta seu sistema de corte interno-externo numa dimensão zero da extensão.

Com o signo de base, é um eixo neutro que funda a possibilidade de uma ambivalência do terceiro pólo. Se a primeira dimensão é francamente utilizada na linearidade escritural, não ocorre o mesmo com a segunda dimensão, cuja utilização permanece marcada por uma profunda ambigüidade.

Quando as duas valências de um extremo de cadeia se balançam como os olhos vacilantes de uma lagarta, e depois optam por uma ou pela outra articulação possível, é uma determinação irreversível que é tomada para o elo considerado. Essa determinação envolve uma modificação, uma especificação, um novo sentido possível para o conjunto da cadeia. O que acontece agora com a segunda dimensão? Ela permanece circunscrita a uma mínima saliência, a uma palpitação ao longo de uma linha toda em primeira dimensão.

Seria ainda possível falar honestamente de sua utilização em semelhantes circunstâncias?... Talvez num nível ornamental! Mas veja o que dela resta com a escritura: código Morse!

As séries de signos de base não têm outra escolha, no tocante a sua colisão diacrônica, que não optar, de uma vez por todas, pelo par ou pelo ímpar. Como se vê, seu mundo significante é concebido de uma maneira bem diferente das cadeias da química orgânica, por exemplo. Esse interdito lançado sobre a segunda dimensão tem de ser relacionado com aquele que atinge a primeira dimensão no nível do ponto-signo: a marcação só pode agir aí numa antedimensão.

O efeito de cadeia dos signos de base em primeira dimensão não passa de consequência externa desse processo primário no nível dos pontos-signos. Há aí uma série de exigências conexas cujo motivo me escapa.

Talvez tenhamos aí um dos mistérios da "transversalidade" que implica que o caminho mais curto, e mesmo o único caminho, entre dois pontos, seja um terceiro ponto inexistente.

Seria possível dizer do desejo que é mais ou menos, ou mais para o menos, ou menos para o mais, seria possível dizer do falo que ele não poderia se fazer presente senão num espaço que interdita, por sua própria essência, toda resposta não ambígua à demanda, no entanto inevitável, de uma dimensão suplementar?

Mas se o signo escrito permanece intrinsecamente ligado ao espaço que enfrenta e entalha segundo um perpétuo movimento de retenção, ocorre o mesmo com os signos sonoros? Em que se apóiam eles? Têm eles tal natureza que lhes basta pôr em jogo um espaço nulo que seria o próprio do sujeito? Não teria sido mais elegante imaginar nosso signo de base numa forma menos desestimulante do que a do triângulo: uma curva, por exemplo, a essência de uma mudança? Nossa escritura foi levada a aproximar-se daquela usada pelos físicos para traduzir em efeitos ondulatórios os fenômenos de alternância, e teria sido por outro lado mais propícia ao devaneio... Sol despedaçado no horizonte, de que um clarão se distorce em busca da recomposição de sua unidade perdida, ao ligar-se a outro Sol despedaçado...

Mais uma vez, o signo de base deriva na direção do ponto-signo: contorno cortado de uma mancha. Mas cortado de duas maneiras distintas e irreduzíveis uma à outra: cortado em cima, cortado embaixo... cortado dentro, cortado fora...

Não se desenvolvem o corte do ponto-signo e a abertura do signo de base ternário, enquanto corte e abertura, no seio da dimensão de não-ser que se diz que duplica a extensão em todos os pontos?

A quarta dimensão não seria nada mais que essa dimensão zero? É possível conceber uma dimensão "menos alguma coisa" como lugar do inconsciente: o umbigo do sonho como ponto de passagem do sujeito ao ser?

Como se proteger da tentação de reificar a dimensão da falta? Como preservar essa mediação de toda ambigüidade que constitui o vaivém entre o "sem ser" e o "sem sentido"? Como evitar a grande reconciliação

sob a égide do Deus-Nada dos apóstolos do nada e dos da Santíssima Trindade?

Com as línguas constituídas, já não há surpresa alguma: do código à mensagem, a extensão da significação terreno civilizado por excelência é atravessada, dividida em todos os sentidos; mesmo as mais delicadas sutilezas poéticas estão em vias de serem ordenadas na implacável bateria significante...

Toda e qualquer determinação de sentido poderia, em princípio, ser rigorosamente articulada num sistema de signos em que pudessem ser codificadas todas as variantes possíveis.

Consideremos, por exemplo, as unidades fonéticas comuns das suas frases a seguir:

— Le BORD JOLI de la rivière (A borda alegre do rio — O SER DOENTE que procura ajuda.)²

— Le sénateur BORGEAUD LIT dans son lit. (O senador Borgeaud lê em sua cama — O SER DO ENTE de que fala Heidegger).³

Transcrevamo-las, de acordo com um sistema binário bem primitivo (na realidade, simples transcrição cifrada), aplicando o seguinte código:

BOR	= +
JO	= + +
LI	= + + +

Separação entre duas sílabas = -

Separação entre duas palavras = - -

Vamos escrever a parte em caracteres maiúsculos da primeira frase:

+ - - + + - + + +,

enquanto a da segunda vai ser escrita:

+ - + + - - + + +

² Esse "bord joli" não é senão uma caricatura amiga do "Poor(dj)e-li" de Serge LECLAIRE, Cf. *Psychanalyser*. Paris: Seuil, p. 112. (Trata-se de referência ao texto sobre o inconsciente apresentado por Leclaire e Laplanche no VI Colóquio de Bonneval, 1960, que marcou uma nova inflexão no pensamento de Lacan. N.T.)

³ BORD JOLI e BORGEAUD LIT têm o mesmo som em francês. Usamos aqui a versão literal seguida de uma versão que tenta recriar algo desse jogo sonoro em português. N.T.

Porém, modificando o código da maneira a seguir:

BOR = + ou + -

JO = + +

LI = + + + ou - + + +

Separação entre duas sílabas = -

Separação entre duas palavras = - -

Poderemos também ler tanto o extrato da primeira frase como o da segunda (assim como uma terceira "frase" que será composta de três fonemas tomados isoladamente como palavras) em termos de *um só e mesmo texto binário*:

+ - - + + - - + + +

Observemos que, nos casos mais desenvolvidos que não podemos abordar aqui, em que seria introduzido certo número de dados de intervalos na tradução, chegar-se-ia a problemas de interpretação que questionam cortes que passam não só no interior das palavras mas igualmente no interior de grupos de sílabas, o que abriria a possibilidade de uma consideração de elementos de ambigüidade de outra natureza.

Nosso novo código comporta quatro + e dois - suplementares. O fato de ter sido necessário acrescentar-lhe alguma coisa para unificar as traduções das variantes concebidas pode ser contrabalançado com a necessidade de suprimir alguma coisa ao ponto-mancha e aos traços unários entrecruzados para fazê-los funcionar de modo significativo. Os fenômenos de multivalência de sentido de um texto constituído parecem, portanto, não relevar da antidimensão do corte posto em ação com os pontos-signos e os signos de base.

Deve, sem dúvida, haver uma via de passagem entre essas diferentes ordens!

O exemplo escolhido pode ter parecido infantil. Não obstante, pode-se admitir que um mecanismo, do tipo cujo pretexto ele forneceu, permite articular em cadeias binárias *todo e qualquer tipo* de ambigüidade referente aos ritmos, acentuações, entonações, letras, fonemas, monemas, morfemas, semantemas, astúcias, ditos espirituosos etc.

Imaginemos um amador de um gênero particular que, no concerto sinfônico, só desse atenção à interação entre a bateria, os címbalos e

o triângulo. De cronômetro na mão, ele registraria com cuidado suas manifestações sucessivas. Não é impossível que ele consiga restituir uma referência rigorosa ao texto musical, referência a partir da qual um bom músico poderia recuperar o título do trecho, seu autor e, por que não, a textura geral de sua escritura...

Para que se possa passar com sucesso por uma tal prova, seria necessário reunir certo número de condições:

— que a informação de que dispõe o músico sobre os códigos musicais em circulação seja: Primeiro: suficientemente coerente para lhe permitir decifrar um texto orquestral a partir de um de seus subconjuntos mais pobres. Segundo: de tal extensão que inclua a amostra proposta;

— que a informação fornecida pelo amador em questão, tanto em termos de quantidade como de coerência com relação à estrutura do texto, seja suficiente para que haja uma margem de segurança que absorva os fatores conjunturais de barulho, fadiga, acaso, intuição etc.

Não é preciso dizer que esses diversos elementos de indecisão poderiam ser praticamente eliminados por completo se se substituir a escuta do músico por uma calculadora eletrônica! O progresso do maquinismo não pára de nos surpreender! Sequer temos idéia dos trabalhos de terraplenagem que logo serão empreendidos nos bosques do espaço literário, deixando inanimados e sem alma, e incapazes de se vincular a nossa alma... os fonemas.

A maioria dos sistemas de transcrição continua a negligenciar a codificação de uma multiplicidade de elementos significativos, que são interpretados segundo o costume ou segundo uma apreciação pessoal.

É o caso, por exemplo, da escritura musical, que, como se sabe, só no curso de uma longa evolução histórica levou em conta os dados do intervalo, do silêncio, do ritmo etc., e que deixa ainda à tradição oral a transmissão de indicações essenciais em matéria de interpretação.

Na verdade, o empreendimento da racionalidade significativa só se aplica ainda hoje, com uma real tirania, aos setores particularmente expostos da produção e do consumo de massa.

Mas há todos os motivos para pensar que, na medida mesma do desenvolvimento da informática, sistemas de formalização rigorosa tendam pouco a pouco em todos os domínios da existência humana, entregando cada um dos antigos valores de uso a um tratamento científico e tecnológico.

O sujeito individual terá então perdido por completo seu direito natural ao “consumo do sentido”, cuja conquista tinha culminado com o século das luzes.

A questão que permanece formulada é a de sua possível passagem, a partir de outro estatuto da subjetividade, aos diversos níveis, familiar, político, cultural etc., numa sociedade que terá remanejado por inteiro as relações de produção existentes nas sociedades industriais contemporâneas.

No seio da circularidade dos processos da existência humana e dos mecanismos sociais, é preservada a potencialidade de um corte e de uma reemergência de um desejo de grupo em nada atualizado na ordem da determinação.

A História só aparentemente é saturada de causas e efeitos.

A imagem da passagem do mesmo ao mesmo, refletida no espelho de um surgimento iminente do mesmo ao outro em estado nascente, aumenta sua inércia até um ponto de ruptura possível das estruturas que a sustentam.

Toda coisa que não poderia autorizar o que quer que seja a esperar do mesmo ao mesmo que, por si mesmo, ele possa sair de seu estado especular para se abrir a uma ordem ternária.

A dialética só funciona a partir de seu terceiro termo, que, na verdade, é seu único tempo real, não sendo os dois outros mais do que retrospectões de sentido.

É imperativo reconhecer, por outro lado, que ela não tem a certeza nem a majestade que alguns lhe atribuem. Trata-se, não nos esqueçamos, de um produto perecível não-transportável. Ao mesmo tempo precária e inelutável, ela tem por objeto futilidades, acidentes, pústulas de não-

sentido que surgem nos grandes corpos de determinações significantes de toda ordem.

Os efeitos de sentidos múltiplos, os problemas de tradução, os gostos e as cores são função direta da *quantidade de falta de determinação unívoca* própria aos diferentes sistemas de codificação – quantidade diferencial. Seria idealmente possível situar cada um deles numa escala em cujas extremidades se encontrariam, de um lado, um sistema de transcrição absolutamente vazio em que um único signo seria encarregado de representar toda e qualquer coisa, e, do outro, uma transcrição cifrada absolutamente rigorosa que não deixa lugar a liberdade de interpretação de nenhum tipo.

O leitor – indivíduo, grupo ou máquina – não pode unificar os diferentes sistemas de leitura diante de que se vê a não ser que diferencie e enriqueça suas chaves interpretativas.

Tendencialmente, nenhuma resposta, nenhum gesto, se mantém por si: cada um deles pede interpretações em múltiplos níveis.

Apesar das aparências, o crescimento econômico, visto da perspectiva de um período histórico longo, não segue, portanto, o sentido de um empobrecimento das baterias significantes de referência dos indivíduos.

A uniformização, a mediocridade, a insipidez que travam as sociedades de consumo não são inerentes ao progresso técnico, mas a uma ordem social incapaz de desenvolver a produção num contexto que renove suas próprias finalidades subjetivas.

Poder-se-á dizer do trabalho em linha de produção, no dia em que tiver desaparecido, que ele não passou de uma etapa em que o gesto humano foi usado no lugar e em substituição de uma articulação significativa, apenas o tempo para que a máquina sócio-industrial encontre enfim o meio de enunciá-la, situá-la, interpretá-la e integrá-la.

Diante da prodigiosa expansão das ciências e das técnicas, a posição requerida para as coletividades humanas, no processo de produção, é a do sujeito.

O desconhecimento dessa exigência é correlativo à persistência do antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações

de produção inerentes às sociedades divididas em classes e às sociedades burocratizadas.

As melhorias, o incremento do nível de vida servem apenas à exacerbação da exigência inconsciente de uma paridade subjetiva entre o objeto todo-poderoso da produção e um desejo humano sistematicamente desqualificado. Escândalo duplicado pela desigualdade do processo a depender das respectivas posições dos diversos grupos sociais no campo das relações econômicas.

Uma prefiguração de um modo possível de reapropriação subjetiva de significantes objetivos nos é fornecida pela comunidade científica. A *enunciação coletiva* da física teórica, por exemplo, compõe e recompõe permanentemente uma gigantesca máquina significativa na qual as máquinas propriamente ditas e o significante estão indissolúvelmente entrelaçados, capazes de interceptar e de interpretar todas as manifestações teoricamente aberrantes das partículas elementares. Estas não só manifestam sua incapacidade de fornecer uma explicação plausível de seu comportamento, como também, em casos recentes, parece que é do próprio empreendimento técnico-teórico que depende sua vinda à existência.

Diferente nesse aspecto da alquimia do desejo, que prefere antes se desapegar de seus objetos a se anular neles, a sobre-racionalidade significativa reengendra seus objetos na medida em que os abole.

Os *objetos institucionais*, produzidos e mantidos devido ao fato da hegemonia de uma classe social sobre as outras, não são dotados de semelhante plasticidade: sua vida e sua morte não dependem de uma análise racional, mas de tensões, provas de força, de que não poderíamos dar conta satisfatoriamente sem recorrer a uma lógica dialética suscetível de integrar os efeitos de não-sentido.

As ciências humanas, fiéis a um ideal científico superado, fazem esforços desmesurados a fim de constituir para si aparatos conceituais capazes de fixar seu objeto sem a ocorrência de distúrbios advindos da irracionalidade. Na prática, seus pesquisadores de modo algum conseguem se precaver pessoalmente dos encontros com os desvios e singularidades

do sujeito. Afora o freudismo, elas de modo geral fogem ao problema da elaboração de uma metodologia que lhes seja específica.

Uma posição de escuta mais justa lhes daria a possibilidade de avaliar a incidência radical e irreduzível do fato subjetivo presente em cada um de seus objetos de pesquisa. Se se pôde dizer do mundo que ele não é matematizado, mas somente "matematizável por nosso espírito desde que se tolerem as necessárias latitudes" (Robert Gerard), é preciso admitir que, ao contrário de, por exemplo, partículas elementares, o sujeito humano dispõe de uma capacidade de auto-referenciação que lhe possibilita usar seus próprios sistemas normativos, passar de um ao outro, de eludir aquilo que ameaça neutralizá-lo, de escolher aquilo que o faz sonhar.

As leis antropológicas só encontrarão sua garantia e sua coerência com a história na medida em que sua axiomática reserve um lugar de honra à eventualidade, imprevisível mas sempre iminente, de sua abertura a um espaço de não-sentido, bem como à possibilidade de uma subjetividade outra ou terceira prever seus golpes, contrapor-se a seus efeitos repetitivos, em suma, refundá-las de uma outra maneira.

O leitor pode sob todos os aspectos tornar-se leitura. O sujeito é transferido para todas as encruzilhadas faltantes do significante. Não se pode dar a essa busca nenhum ponto final, sequer a morte. Só o imaginário pode nos levar, impotentes, ao sujeito tal como Deus o criou a partir de si mesmo, infelizmente num dia em que estava com um péssimo humor!

Comparadas a um sujeito tão profundamente perverso, as partículas se assemelham a anjos. Mesmo quando fingem, não as podemos censurar; elas não agem assim por nada; elas não pedem coisa alguma a ninguém e o nada que propõem é completamente distinto. Elas são dóceis e sem segundas intenções com relação à lei, ao menos desde que esta se preocupe em lhes deixar as famosas "necessárias latitudes". No caso em que surja um conflito, elas levarão o espírito de conciliação de escolher seus advogados no próprio seio da teoria que as tem por objeto, deixando que os contraditores se entendam a sua maneira.

No geral, a comparação tira mais as partículas do lado do sujeito do que o indivíduo de um lado de um objeto cuja aceitação comum, realista e arcaica é herdada da extensão cartesiana. Ainda que de um modo diferente do objeto do desejo humano, definido como desejo do outro, os objetos da física teórica não são menos igualmente regidos por um princípio de alteridade que os priva de toda possibilidade de se entrecruzar sobre si mesmos sem fazer explodir sua própria identidade.

Em resumo, só lhes falta a fala/palavra! Mas, a julgar pelo uso que damos a esta última, talvez isso não seja o essencial! Ao menos quando se trata da fundação de uma ordem simbólica que se propõe explicitar a estratégia do desejo. Uma vez rompido o fio das explicações causalistas da Psicologia universitária, concebidas de acordo com a colocação de pérolas num barbante, talvez não seja proibido esperar que um dia venha a ocorrer uma junção entre a metodologia do "Novo Espírito Científico" (Bachelard) e uma semiologia antropológica.

Aquém de seu acesso ao discurso, a criança só dispõe de umas poucas oposições distintivas para situar seu mundo e se orientar no emaranhado de sua língua materna. A cada elemento de sua leitura correspondem, em sua relação com o outro, inúmeras significações equivalentes e ambivalentes. Sua fala/palavra não surge senão na ordem da sobredeterminação simbólica. Ela é sujeito apenas de relações inconscientes tecidas ao redor e a partir dela.

Ela só vem a se constituir, na opacidade do si mesmo e do já visto, a partir do momento em que incorporar e reificar as ambivalências relacionais e lingüísticas ambientes, e em que se apropriar da má lei do grupo que dá força de lei a seus interditos contingentes e a suas exigências estruturais. Seu verdadeiro nascimento coincide com o momento em que, apoiando-se na ordem social, fecha e solda as falhas de não-sentido que se abriam para o espaço falho que detectamos no âmago do signo.

Apenas nas provas do desejo, do sonho e da morte ela vai arriscar novamente um olhar furtivo e angustiado para além do espelho das significações.

A todas essas perigosas encruzilhadas do imaginário será proposta de novo a questão da duplicidade fundamental do sujeito em sua relação com o significante.

Enquanto do lado do real todas as leituras, equivalentes de direito, são remetidas a uma mesma textura factual, incapaz de fundar em qualquer aspecto alguma liberdade de indeterminação, do lado do lugar em que se entrecruzam o texto e a escuta, a cadeia significante, sob a permanente incisão desse princípio de indecisão, sangra até o ponto de o sujeito nela se temporalizar.

Nenhuma dessas duas faces poderia se opor à outra. Elas permanecem num mesmo prolongamento. Aqui encontramos uma nova traição da demanda de um espaço outro: a terceira dimensão é atingida no momento em que o comportamento humano acredita ter mais garantias de dispor de um campo em profundidade.

Não lhe é dada garantia alguma de que o dentro e o fora não venham a se inverter, deixando-o sem recurso nas provas da angústia e da loucura.

À diferença da máquina, a estrutura não tem vocação de remeter ao sujeito. A falta de suas articulações internas basta a si mesma: ela não se abre para nada de particular, permanecendo simplesmente disponível no limite de sua lógica interna. Os fenômenos estruturais opõem à prova do sujeito a inércia da repetição ou buscam caminhos de deformação que não as modifiquem fundamentalmente. Ao contrário das máquinas e dos organismos vivos, o princípio de sua transformação não está inscrito no âmago da lei que os funda, mas numa lei articulada para além deles mesmos. Sua alteridade de exterioridade tem natureza distinta da que está na base da subjetividade. O espaço que os sustenta é estéril, não se podendo solicitar a ele dimensão alguma a mais ou a menos. A natureza do não-sentido de sua cotidianidade é diferente da natureza do desejo. Seu mundo do cada um em si e do cada um por si desenvolve fantasias mortíferas que mobilizam uma morte que não tem a mesma natureza da morte que nos espreeita na base do desejo.

A existência humana, uma vez lançada no mercado, não mais pode

ser recuperada. Seja como for, é legítimo buscar fundar a ordem das significações coletivas e individuais em bases econômicas e sociais, assim como é remeter os mitos e as fantasias a análises estruturais de relações elementares do parentesco ou a uma causalidade psíquica inconsciente.

Disso fica que nada, sequer a dialética, poderá dar conta da capacidade que tem o sujeito de se articular a um código a partir de outro código.

Na matriz de toda racionalidade está a lógica da alteridade em que tudo pode depender de nada, ou de algo nada importante, e em que a criação *ex nihilo* do significante constitui a condição prévia absoluta de toda inserção possível de um fato ou de um ser num campo de determinação irrecusável.

A mesma cadeia significante, conforme seja informada por uma criança, um adulto, um "primitivo", um artista ou um matemático, exhibe um conjunto de significações que percorre cada fato, remanejando-o, anulando-o, e mesmo recriando-o, sem dar nenhuma garantia de seu estatuto existencial.

Por si mesmos, tanto o ser como o nada não têm absolutamente nada a dizer disso. O significante se pronuncia quanto a essas coisas a partir de conjuntos totalizantes-destotalizados capazes de metabolizá-las num jogo infinito de remissões de uma estrutura à outra.

O ser constitui para o signo apenas o ponto de oscilação em que a determinação pode, sob certas condições, ser repostada em ação. Um fonema a mais ou a menos e eis meu destino modificado por inteiro! Uma só palavra sobre o amor e a morte e eis que surgem a outra lógica e o outro espaço.

Diremos do signo que sua existência precede a essência da relação intersubjetiva? Inútil abordar essa questão a partir da lógica do já visto, em que o mesmo tem a vocação de se identificar com o mesmo, e o outro com o outro, e em que as relações do mesmo com o outro são transcritas num sistema cuja pretensão primeira é excluir o desejo. O próprio princípio sacrossanto do terceiro excluído parece correlativo da necessidade que têm as cadeias significantes de manter sob controle o

ponto-terceiro do sinal mínimo e de só se desenvolver em negação e na exterioridade do espaço do corte.

O signo estrangula sua magia; as palavras e as frases saturam a ausência; a vulnerária (cicatrizante) de suas significâncias caleidoscópicas infiltra-se nas incisões e falhas do corpo de leis naturais e humanas.

O inconsciente se amedronta e se fecha em si. O ser-para-a-estrutura recupera seus direitos e fala-se outra vez como se nada tivesse acontecido.

A chegada do signo à linguagem é a mais onerosa operação de quantas existem: um esparadrapo posto sobre a ferida do desejo.

Para dizer a verdade, não desagrada ao sujeito ser desprezado pelo signo. Ele finge esquecer-se de sua relação primitiva com a dimensão sempre irrealizável (*moins une*) do desejo e imita sua conversão às dimensões visíveis e audíveis da escritura e da linguagem. Esse truque lhe permite refundar-se parcialmente como desejo pois o leva à busca compulsiva de uma transgressão da lei dos signos cujos efeitos punitivos, assim produzidos, o deliciarão.

O sujeito nunca permanece totalmente prisioneiro de suas cadeias significantes – translúcidas, assépticas, incorruptíveis e intemporais –, jamais chega a se sentir à vontade aí. Ele só fica bem lidando com objetos menos nobres. Seu lugar predileto é o menos que nada e, para o manter aí, seu cavaleiro preferido é a carne fraca, e mesmo um tanto passada.

O "eu" não aproveita nada.

A palavra enganosa só lhe é conveniente em sua verdade original, quando se obstina em se tornar um engano necessário; quando ela assume assim força de lei, o sujeito dela se desvia e se dedica passionalmente... à virtude.

Dissimuladamente, o diabo foi colocado aí para satisfazer a todas as necessidades na matéria: quando seus filões se esgotam, ele deve aceitar sua impotência e renunciar a seu sacerdócio num mundo que integrou

há muito tempo seus efeitos de reviravolta em todos os elos da vida cotidiana.

Basta evocar aqui o respeito com que os músicos do século XII evitavam o "Diabolus in musica" e o que aconteceu em seguida, da Ars Nova aos dodecafonistas!

A eternidade num só momento, morto no ovo, em dois tempos três movimentos.

Apreendido pelo outro na borda de mim mesmo, refluio para a outra extremidade da cadeia. As coordenadas se entrecruzam. O eu para mim só era uma miragem possível na intimidade do outro para mim. Mas esse outro, à medida que remete a um outro para o outro a partir do qual toda referência é impossível, impede-me de ter qualquer segurança quanto à posição verídica do sujeito e deixa-me à mercê da vertigem de um eterno retorno a minhas primeiras efusões com a morte.

O sujeito sonha em se abolir no objeto do desejo assim como o signo se oculta no nada.

Será o signo, decantado de sua exterioridade e remetido a seu corte essencial, fundamentalmente diferente do sujeito desejante? Não são um e outro levados a buscar do lado do outro uma identidade emprestada que lhes permita, no momento, diferenciar-se um do outro? Instados a se articular para fundar uma cadeia significativa, não dispõe ele do mesmo princípio de imanência que os poupa de se dissolver aí?

Alternativamente uno e múltiplo, num espaço que não conhece alternativa, nem exclusivo, o signo do sujeito e o sujeito do signo se articulam aquém do antes, do durante e do depois, na própria base da temporalização.

Com um pé sobre o mesmo, cambaleio na direção do outro, apenas pelo tempo de me assegurar de uma ilusória perenidade. Um ligeiro toque na última tecla permite fiar atrás dela uma trilha estroboscópica, como uma fita nos raios da bicicleta de um conscrito que marcha.

O desejo de nada. A lembrança de tudo o que não se mantém de pé. Uma aproximação da morte como se rumo ao deslizamento do mesmo no outro. Um outro mundo em que a morte teria escolhido ser o sujeito e o sujeito ser a morte.

Desgostos do ego diante da morte. Movimento das palavras da morte rumo ao limite da morte das palavras... Falo e cadáver, braços zombeteiros da cavalaria do desespero.

Ressurreição humilde e digna de pena é a efusão do sujeito e do objeto parcial. Ao contrário do encontro entre o traço unário e o ponto terceiro, essa ressurreição pressupõe uma fissura irreparável do campo das demandas codificáveis. É com uma espécie de indiferença que o sujeito aceita decair em dimensões que lhe são estranhas e no seio das quais ele se deixará empacotar e consumir ao sabor de instâncias de onde será deveras difícil extirpá-lo.

A reconciliação entre o signo e o sujeito num objeto terceiro não é algo capaz de satisfazer aos espíritos mais exigentes em matéria dialética?

Somos tomados pela vontade de celebrar a paz selada entre as manchas e os pontos, o ser e o nada, Deus e algumas outras personagens. Porém, examinando a operação de modo mais detido, não podemos esconder seu caráter de grotesca mistificação: cada um trabalha aí para si – apesar da impossibilidade do si – e nada é aí em algum momento garantido senão por meio do recurso, a perder de vista, a uma pseudo-alteridade.

O exclusivismo dos signos tem tal natureza que a alteridade está condenada a só poder exprimir-se por intermédio deles. Vimos, por exemplo, que é impossível significar a alteridade do signo sem extraí-la do próprio signo.

As últimas trincheiras da alteridade não são senão pura serialidade.

Alternativa, disfarce, fuga para a frente..., a existência humana, em sua busca de um fundamento, não encontra salvação nem em si mesma nem em outrem, e este, apesar das aparências, nunca está autenticamente disposto a se pôr a serviço do mesmo ao mesmo.

Para tentar desencadear as famosas reações em cadeia do desejo, o sujeito corre o risco de cair nos engodos: jogos de tríades mais ou menos míticas.

Copulados-copulantes, vamos ao encontro do ser, tomando todo o cuidado com a integridade dos suportes singulares de um universalismo que o Deus da ira e da queda, tomado por um súbito acesso de remorsos, supostamente nos forneceu no último momento.

Paraíso perdido do plano de referências de uma alteridade que já não me pertence, de um Outro para o outro irreduzível às categorias da identificação, de alguma coisa no âmago do outro e do ego que interdica categoricamente a dissolução da alteridade...

Dessa epopéia não subsiste a não ser uma indelével amargura e dois anéis de ouro, testemunhas irrecusáveis de uma outra origem: o corte, preservado como conceito, e o sonho. O casamento de conveniência do signo com o sujeito terá dificuldades para nos fazer esquecer a impossível paixão do mesmo pelo outro. Dote do sujeito ou resgate do signo, o compromisso não é negociado com base numa cópula exterior ao um e ao outro, mas tributário de cada um deles para existir. Ele permitiu a instauração de um culto pagão de ícones cuja vocação é encarnar a alteridade. Ele levou à interdição de todo gozo do mesmo ao mesmo de um pelo outro.

Os signos não são francos. Eles ocultam suas verdadeiras intenções com respeito ao ser, que, apesar de tudo, não tem como não passar por eles! Só o "eu" é capaz, em certa medida, de desfazer sua manobra. Ele os interpela até o ponto da ruptura que funda sua enganação: "Seja um mau gênio o quanto quiser; sua mentira me funda porque a verdade de sua incerteza é a única na qual posso me reconhecer".

Os signos guardam rancor do sujeito porque ele não se submete a eles sem reservas. Eles não perdem ocasião de fazê-lo sentir como são pouco nobres suas origens. Seguros de seu domínio sobre o ser, eles o desorientam no registro do conhecer. Abusam de seu privilégio de ser os únicos a ir além do senso comum.

Sejam quais forem suas posições honoríficas, os mortos se ressentem do fato de sua mutilação em nome dos interesses superiores do significante.

No tocante a isso, o sexo também é levado a dar seu parecer. Mas ele o faz de maneira tão intempestiva que se é obrigado a admoestá-lo para que respeite a ordem estabelecida. Com ele, as coisas se ajeitam com tanto maior facilidade quanto mais estiver persuadido de trabalhar pelo bem comum. Por outro lado, nada tendo de que se queixar, não lhe conferiria sua aparência de eternidade uma invejável autoridade?

Ocorre que os loucos, os perversos, os iluminados se identificam com as insígnias do sujeito e rompem sua lei do silêncio. Partindo para testemunhar uma verdade para além do princípio do signo, reencontramos, cedo ou tarde, com as tripas nas mãos e definitivamente ocupados com as coisas do espírito.

Nessas condições, como querem vocês que o mesmo e seu semelhante sejam tentados a ir mais longe? À imagem da cadeia significativa, eles renunciam a toda profundidade. É com dificuldades que se atrevem a se desenvolver em mais de uma dimensão!

Os "mundos-verdade" (Nietzsche) desaparecem na fenda primordial do signo. Mal pressentidas, as pulsações do mesmo ao outro congelam-se nas arestas do discurso e velam o desejo.

Nada retorna a nada. Tudo se dá como qualquer coisa. O verdadeiro permanece em suspenso na cicatriz do não-retorno. Impossível arriscar tudo a troco de nada!⁴

Por exceção, o sujeito será recapturado no ponto em que toda significação é tornada inoperante, no ponto de saturação da névoa do sentido; o domínio das nuvens e das manchas: sendo toda distinção novamente impraticável, retorna o impasse sobre a duplicidade da totalização.

⁴ Literalmente: trocar o tudo pelo nada (*jouer le tout pour le rien*). N.T.

Uma ruga, uma fissura, um vacúolo na superfície do nada, o sentimento da inaniidade. Nem visto nem conhecido, o nada recompõe a superfície, produz um cenário e se dá em espetáculo por meio de fantasias que, para manter o desejo sufocado, estendem um espaço imaginário de coordenadas polivalentes e multiplicáveis ao infinito.

Pode-se dizer do ser que foi esburacado.

Pensou-se imediatamente nos trogloditas ou no *gruyère*.

Não há relação com isso!

A rigor, uma anamorfose do tema esgotado do "Trompe-l'oeil" (Engana-olho = ilusão de ótica) na companhia do "Trompe-la-mort" (Engana-morte = iludir/eludir a morte).

1966

O grupo e a pessoa (balanço desconexo)*

Tomar a palavra depois de tantos o terem feito acerca do tema do social, da responsabilidade dos indivíduos, dos militantes, dos grupos etc. desencadeia imediatamente uma espécie de inibição. O terreno está minado; entrincheirada em posições militantes, uma multidão de interlocutores potenciais os espreitam: com que direito? Em que ele está se intrometendo? Onde quer nos levar com isso? Há por seu turno acadêmicos profissionais a postos para aconselhar a modéstia, para impor uma restrição sistemática a toda abordagem dos problemas, por menos ambiciosa que seja.

E sequer necessariamente ambiciosa, mas "responsabilizadora". Deve-se, por exemplo, estudar esse ou aquele texto de Marx, de Freud, um estudo profundo, situando-o no movimento geral da obra e da época; mas raros são os que aceitam estender o exame até suas atuais repercussões, suas implicações, com relação, por exemplo, à evolução do imperialismo e dos países do Terceiro Mundo ou a esse ou aquele modo atual de pensar e assim por diante.

Em diferentes lugares, em diferentes circunstâncias, apresentei diferentes coisas; por exemplo, falei de "dados de acolhimento do superego", da capacidade que têm os grupos-sujeitados de dar pleno efeito ao superego individual. Busquei propor protocolos de análise institucional, tentando fugir de tal impasse com maior ou menor grau de sucesso. Hoje, eu gostaria de acrescentar alguma coisa, mas eis de volta essa inibição... Como tomá-la? Tentar fazer que se exprima à medida que me vierem as idéias...

Eis uma primeira camada: o que isso pode "lhes" fazer? Tenho de fato necessidade de, mais uma vez, expor, de me expor? As pessoas e grupos que conheci, com quem polemizei, prosseguem sua vida normal e pouco se preocupam com essa questão da análise institucional; a His-

* Resumo de uma exposição oral feita em La Borde, em 1966, perante um grupo de trabalho, e retomada por escrito em abril de 1968.

tória segue seu curso, os grupos tendem a seguir sua própria rotina até que os obstáculos externos ou internos modifiquem de alguma maneira sua trajetória.

Por outro lado, isso não é totalmente exato: os grupos militantes aos quais permaneci ligado, os grupos de terapêutica institucional e os grupos da FGERI¹ não ficaram insensíveis a essa temática; eles simplesmente a tomam como ela é no geral, algumas idéias tomadas aqui e ali a Marx, a Freud, a Lacan, na crítica trotskista etc. Alguns chegam a pensar que já há coisas suficientes para que se adicione mais essa, pois o tempo de metabolizar essas poucas idéias deixaria um conveniente intervalo para outras reflexões.

Vem-me porém à mente que, pelo contrário, como esses temas não estão suficientemente elaborados, corremos o risco de perder o rumo, de comprometer nosso esforço de reflexão coletiva e de nos deixar levar por correntes de pensamento de inspiração psico-sociológica ou de nos deixar apanhar outra vez pelas exigências superegóicas dos grupos militantes intransigentes...

Um perseguidor intransigente: Louis Althusser.

“A revolução proletária também tem necessidade de militantes que sejam eruditos (materialismo histórico) e de filósofos (materialismo dialético) para ajudar na defesa e no progresso da teoria (...) A fusão entre a teoria marxista e o movimento operário é o mais importante evento de toda a História humana (seu primeiro efeito: as revoluções socialistas). A filosofia representa a luta de classes na teoria. Uma única palavra pode resumir a função mestra da prática filosófica: traçar uma linha demarcatória entre as idéias verdadeiras e as falsas. A palavra de Lenin... “Toda a luta de classes pode por vezes se resumir à luta por uma palavra contra outra palavra. Algumas palavras lutam entre si, outras são o lugar de um equívoco, contexto de uma batalha decisiva mas indecisa...”²

Aviso aos amadores! Não obstante, tenho a grande vontade de dizer as coisas tal como me ocorrem, sem demasiadas precauções, mas eis-me

1 Fédération des groupes d'études et de recherches institutionnelles. Edita a revista *Recherches* (Federação dos Grupos de Estudos e de Pesquisas Institucionais N.T.).

2 “La Philosophie comme arme de la révolution” (A filosofia como arma da revolução). *La Pensée* (138/abril de 1968).

prevenido. Sem o saber, coisas da luta de classes espreitam-me na esquina, ainda mais porque os intelectuais não dispõem daquilo que Althusser chama de “instinto de classe”. Assim, a luta de classes poderia limitar-se a um entrelaço entre classes de palavras, as “da classe” e as da burguesia. Será de fato grave dizer qualquer coisa? Um grupo trotskista concede-me a honra de dedicar a mim mais da metade de 16 páginas de um de seus cadernos para denunciar com veemência minhas elucubrações sobre a subjetividade de grupo. Senti-me batido sob as acusações: pequeno burguês, idealista impenitente, elemento irresponsável! Suas heresias teóricas arriscam enganar os bons militantes.³ Comparam-me a Henri de Man, ou seja, um colaborador dos nazistas condenado a trabalhos forçados por contumácia depois da guerra... Um bom tema de reflexão!

É preciso prosseguir no caminho. Minhas inibições, como se vê, só se exprimem por meio da moldura de enunciados exteriores; e como estou aqui me debatendo com citações, vou escolher outras que me sirvam de salvação: “Sempre que se manifesta uma forte tendência a formações coletivas, as neuroses se atenuam e podem inclusive desaparecer provisoriamente. Tentou-se por outro lado, e com justa razão, usar essa oposição entre a neurose e a formação coletiva com objetivos terapêuticos. Mesmo quem não lamenta o desaparecimento das ilusões religiosas no mundo moderno há de convir que enquanto foram bem fortes, essas ilusões constituíam, para aqueles que viviam sob seu domínio, a melhor proteção contra as neuroses. Não é além disso difícil reconhecer em todas as adesões a seitas ou comunidades religiosas místicas... a expressão da busca de remédios indiretos para todo tipo de neurose. Tudo isso se acha vinculado às tendências sexuais diretas e às tendências sexuais inibidas...”⁴

Vê-se claramente que Freud não dissociava o problema da neurose daquilo que traduziu com a expressão “formação coletiva”. Existe para

3 *Cahiers de la Vérité*, Série sciences humaines et lutte de classes (1), dirigida por Pierre Lambert: “Na verdade, as teorias do senhor Guattari e de seus amigos são elas mesmas uma alienação...” (Pierre Lambert é o pseudônimo de Pierre Boussel, político de linha dura expulso do Parti Communiste Internationaliste — Partido Comunista Internacionalista, trotskista moderado, e fundador, com cerca de 150 dissidentes do PCI, do Parti des Travailleurs — Partido dos Trabalhadores. N.T.).

4 FREUD. “Psychologie collective et analyse du moi”. *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1948, p. 160 (Psicologia de grupo e análise do ego. *Obras Completas*, Vol. 18).

ele uma série contínua entre o estado amoroso, a hipnose e a formação coletiva. Eis-me recuperando o fôlego. Talvez Freud autorize-me a dizer um pouco qualquer coisa, a fazer livres associações sobre esses temas. Mas os perseguidores se apossam de novo do microfone: "Tudo isso é perfeito na ordem da neurose, e até na da terapêutica institucional. Mas você não tem o direito de dizer qualquer coisa no campo altamente responsável da teoria do movimento operário ou no da luta de classes..."

O ponto com respeito ao qual sinto-me mais inseguro e com relação ao que os grupos vão se mostrar mais intransigentes, é o da subjetividade de grupo. "A produção não é totalmente particularizada, sendo sempre, pelo contrário, um corpo social determinado, um *sujeito social*, que exerce sua atividade no conjunto mais ou menos rico da esfera social".⁵ Ora, sabe-se sem dúvida que, quando fala dessa maneira de sujeito social, Marx não lhe dá minha inflexão, que traz um correlato de fantasmaticização, todo um aspecto de criacionismo social que tento esquematizar na "transversalidade". Mesmo assim, agrada-me reconhecer naquele que já não é o "jovem Marx" esse ressurgimento da subjetividade.

Vejam como esse pequeno conjunto de citações repercute num registro inconsciente. Bastou que eu os enunciasses para que o espectro da culpa se estendesse, a estátua do Comandante vitimada pelas intempéries; e vamos então em frente, direi a partir de agora qualquer coisa por minha conta e risco. Minha intenção não é a de buscar fundar teoricamente a articulação intrínseca de processos históricos com as instâncias do inconsciente. Isso é para mim algo demasiado próximo, por demais evidente! A própria trama de minha existência mais íntima é composta por eventos da História contemporânea, ao menos daquela que me marcou de diversas formas. Meus fantasmas são formados pelo "complexo de 1968", do livro maravilhoso de Leon Trotski que é *Minha Vida*, de todas as extraordinárias elucubrações da Libertação, sobretudo das dos albergues da juventude, dos grupos anarquistas,⁶ dos grupos trotskistas, das brigadas da Iugoslávia e depois de toda a epopéia da "Oposição Comunista", do

5 MARX. *Introduction à la critique de l'économie politique*. Paris: Pléiade, t. 1, p. 238. (*Introdução à Crítica da Economia Política*. Várias edições).

6 Recordemos quanto a isso que Guattari se baseou no modelo anarquista de Bakunin ao propor sua "revolução molecular". Cf. GUATTARI, F., *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1977. N.T.

XX Congresso do PCUS,⁷ da Guerra da Argélia, da Guerra do Vietnã, da esquerda da UNEF⁸ etc.

Não obstante, agrada-me sobremaneira o tipo de intimidade de um Descartes, em busca de um ponto de apoio em si mesmo; gosto de toda a literatura ultra-intimista, Proust, Gide; adoro Jarry, Kafka, Joyce, S. Beckett, Blanchot, Artaud (assim como Fauré, Debussy, Ravel). E o que isso importa? Uma coisa é clara: acho-me dividido em dois; pequeno burguês, flertei com uma ou outra corrente do movimento operário e mantive furtivamente uma pertinência à ideologia da classe dominante. Se Althusser passar por isso, a decantação foi feita, e talvez me veja outra vez nas fileiras fechadas dos produtores de teorias, agentes indispensáveis de toda revolução social. Podemos a partir disso recomeçar. A angústia volta a se apresentar. Falar em nome de quê? Não sou eu nada mais do que um dos medíocres agentes da ideologia universitária, da ideologia burguesa, que tentam estabelecer uma ponte entre as classes e contribuir assim para a integração da classe operária na ordem burguesa?

Outra figura benfeitora: adoro Sartre. Eis algo quase difícil de admitir. Adoro Sartre não propriamente por sua contribuição teórica coerente, mas, pelo contrário, por todos os seus ziguezagues, todos os seus erros, toda a sua boa-fé no erro, de *Os comunistas*, de *A Náusea*, a sua tentativa de integrar a dialética marxista ao conjunto da corrente filosófica – sem sombra de dúvida um fracasso. Adoro Sartre justo por seu fracasso; parece-me que ele se enredou em exigências contraditórias que o atormentaram, que ele permaneceu paralisado; que nunca resolveu qualquer problema, correndo o risco de nunca alcançar a elegância do estruturalismo ou as certezas dogmáticas de alguns distintos defensores do pensamento de Mao Tsé-Tung. As dificuldades de Sartre, suas ingenuidades ou sua fuga têm a meus olhos não menos valor. E eis-me em queda livre: o humanismo, a salvaguarda dos valores e assim por diante.

Naturalmente, desde que o inconsciente individual e a História não

7 Partido Comunista da União Soviética. N.T.

8 Union Nationale des étudiants de France (União Nacional dos Estudantes da França. N.T.).

se comuniquem entre si, que a topologia da faixa de Moebius,⁹ tal como a destacou Lacan, não seja uma via de passagem de um ao outro... Para mim, evocar essa questão é um artifício, pois estou convencido como o indica de maneira formal a experiência das neuroses graves e das psicoses de que, para além do Ego, o sujeito se acha distribuído pelos quatro cantos do universo histórico; o delirante se põe a falar línguas estrangeiras, alucina a História: os conflitos de classe, as guerras, tornam-se instrumentos da auto-expressão dele.

Pode ser que tudo isso esteja correto da ordem da loucura, mas a História, a dos grupos sociais, nada tem a fazer com essa loucura! Também aí se percebe minha profunda irresponsabilidade. Se ao menos eu me contentasse em recensear os diferentes campos fantasmáticos em que consigo recuperar minha segurança! Mas, se assim fosse, eu permaneceria condenado a um vaivém em impasse e deveria reconhecer que apenas sofri as restrições exteriores inerentes a cada uma dessas situações que me marcaram. Não haveria por trás de minhas diferentes opções de ser-para-a-história, de ser-para-tal-ou-qual-grupo, de ser-pela-coisa-literária, uma tentativa de resposta cega ao que não tenho outro modo de designar senão como ser-para-a-existência, ser-para-a-angústia?

A criança, o neurótico, cada um de nós, sofre no início a rejeição da apreensão de si mesmo; a tomada de palavra individual só é possível no contexto do discurso do outro. Retomemos nossa leitura de Freud no ponto em que a interrompemos: "Deixado a si, o neurótico vê-se obrigado a substituir as grandes formações coletivas das quais é excluído por suas formações sintomáticas. Ele cria para si seu próprio mundo imaginário, sua própria religião, seu sistema quimérico, e reproduz assim as instituições da humanidade de uma maneira desfigurada que traduz a forte contribuição dada a esse trabalho pelas tendências sexuais diretas".¹⁰ O discurso constituído dos grupos de jovens aos quais aderi, o discurso constituído das organizações do movimento operário que encontrei

9 A faixa ou tira de Moebius é um objeto matemático que apresenta uma só superfície, feita torcendo-se uma longa tira de material uma única vez e em seguida unindo as duas extremidades. A borda forma uma única curva fechada, o que torna a faixa semelhante a um círculo. Lacan lançou mão da idéia da faixa para descrever o discurso e a constituição do sujeito, que via como girando em torno de um núcleo do real, uma espécie de vazio que a nada determina. N.T.

10 Continuação da citação de Freud. *Essais de psychanalyse*. Payot, p. 160. (Cf. nota 4 acima).

nos anos 1950, o discurso filosófico da universidade burguesa, o discurso literário etc., cada um deles apresentava sua própria coerência, sua própria axiomática, exigindo de mim que eu me "curvasse" a ele para tentar me apreender aí. Ao mesmo tempo, essas sucessivas tentativas de auto-apreensão fizeram de mim, na verdade, num esfacelamento. Esse esfacelamento nada mais é do que, num plano imaginário, um primeiro passo de uma junção de pedaços mais profunda. Quando eu saía da leitura de um romance, um novo mundo abria-se para mim, por exemplo, nos vestibulos dos albergues da juventude, e outro ainda na ação militante etc. Uma espécie de polimorfismo de implicações mais ou menos perversas marcava assim meu comportamento. Diferentes corpos sociais de referência esperavam de mim que fizesse uma opção num ou noutro plano, e que eu me constituísse num papel identificável, mas identificável por quem? Por um intelectual, um militante? Um revolucionário profissional? Talvez. Mas havia também no horizonte este enunciado: "Você vai ser psicanalista!"

É preciso, no entanto, observar que não se deve situar num mesmo plano todas essas ordens. Certo tipo de iniciação de grupo permite especificar uma marca prevalente: uma prática militante concreta num contexto real reificado cria um efeito de ruptura, bem distante do sentimento de passividade advindo normalmente da participação nas instituições habituais. Talvez eu seja levado a considerar, retrospectivamente, que, de minha parte, havia a indução a certo ativismo, a ilusão de uma eficácia, uma fuga para a frente... Não obstante, acho que quem passou pela experiência do militantismo nessas organizações da juventude, organizações de massa, no partido comunista ou nos grupúsculos, *nunca mais será como os outros*. Pouco importa aqui o critério de eficiência na realidade; alguns tipos de ação, de ação conjunta, traduzem certa cisão com respeito a processos sociais habituais e sobretudo uma ruptura com modos de comunicação e de efusão herdados da família.

Pretendi esquematizar essa separação, essa diferença, mediante as noções de *grupo-sujeito* (o grupo que se propõe a reavaliar sua lei interna, seu projeto, sua ação sobre os outros) e *grupo-objeto* (aquele que recebe as determinações de outros grupos). Há algo que repõe parcialmente em questão a distinção entre o intelectual e o trabalhador manual, uma

possibilidade mínima de encarregar-se do desejo de um grupo, por mais “militado” que ele seja, uma possibilidade de sair do determinismo imutável cujos modelos são promovidos na estrutura da família conjugal, na organização do trabalho nas sociedades industriais (do ângulo do salário e da hierarquia), nas Forças Armadas, na Igreja, na Universidade.

O pequeno grupo de militantes é um objeto apartado da sociedade; seu projeto de subversão em geral não tem aplicação imediata, exceto em casos excepcionais como o do empreendimento de Fidel Castro ou o dos resistentes da América Latina. Toda a finitude da História está em seu horizonte, tudo é possível, ainda que, na realidade, o universo permaneça opaco. É algo semelhante a isso que vemos na pedagogia institucional e na psicoterapia institucional. Mesmo em situações impossíveis, bloqueadas, esforçamo-nos por manipular as engrenagens institucionais, por intervir nesse ou naquele elemento; as instituições adquirem uma espécie de plasticidade, ao menos no nível da representação do campo intencional.

Fidel Castro, diante de centenas de milhares de cubanos, não hesitou em combater aquilo a que deu o nome de “organogramismo”, ou planejamento a partir da cúpula. Há algo em questão no conjunto das sociedades ditas socialistas. Certa concepção da instituição, que chamo de a-subjetiva, implica que o sistema e seus ajustes se construam em função de uma finalidade exterior, de um sistema teleológico. Há um programa a cumprir, são possíveis algumas opções, mas trata-se sempre de atender a essa ou àquela demanda em termos de produção – entendida esta em sentido amplo, podendo aplicar-se tanto a espetáculos, ou ao ensino, como a bens de consumo. A produção da instituição permanece sendo um subconjunto da produção. É um resíduo, algo que evoca aquilo que Lacan chamou de objeto *a*. Que leis presidem à formação de instituições? Não há um problema geral da produção de instituições?

Pode-se dizer que as revoluções produzem instituições; as “rachaduras” criadoras que desencadearam a revolução francesa são ricas nesse domínio. Mas, atenção à Revolução com um R maiúsculo! As coisas ocorreram mediante sucessivos ajustes, permanecendo totalmente abstrato e não aplicado todo projeto diretor, como vimos manifesto, por exemplo, nas sucessivas constituições elaboradas pela Revolução Francesa. Somente a partir da história do movimento operário depois de Marx é que se vê

um *projeto consciente* que visa elaborar modelos institucionais não utópicos tanto para a reformulação da estrutura do Estado na perspectiva de uma degenerescência vindoura deste último como para pôr em movimento um poder revolucionário, para instaurar organismos políticos e sindicais que tentem adaptar-se às exigências da luta de classes. É preciso observar que os problemas organizacionais, com freqüência, geraram – com bem mais força do que as divergências ideológicas – fracionamentos, lutas severas, rompimentos; e, com o leninismo, a questão organizacional se tornou primordial. Era muito comum que a discussão da linha, dos significados e das significações, não passassem de máscaras para o que estava envolvido no nível do significante organizacional, e nos mínimos detalhes: quem terá o controle dessa ou daquela instância? Como se articularão os sindicatos e o partido? Qual vai ser o papel dos soviets?

Não há dúvida de que existe um problema geral dos processos subjetivos dos “grupos em ruptura” no conjunto da História, mas, por agora, contentemo-nos em centrar a noção de grupo-sujeito no nascimento de grupos revolucionários.¹¹ Trata-se de grupos que, de maneira particular, vinculam estreitamente, ou tentam fazê-lo, suas opções em matéria de organização e suas opções programáticas revolucionárias. Há aí, no plano histórico, um evento criador que se viu sufocado pela hegemonia do estalinismo na União Soviética e na Internacional Comunista. Ainda hoje a maioria das correntes revolucionárias só postulam de problemas de organização no âmbito em que estes foram formulados, há 50 anos, por Lenin. Em contrapartida, parece que o imperialismo, por sua vez, teve condições de secretar soluções institucionais relativas que lhe permitiram sair-se bem de suas provas mais catastróficas. Isso ocorreu depois da crise de 1929, no caso do New Deal,¹² bem como, depois da Segunda Guerra Mundial, no caso da organização da “reconstrução” e da organização das relações internacionais. Naturalmente, não se trata senão de empreendimentos parciais levados a efeito por meio de uma espécie de método de tentativas e erros, sem que o imperialismo dominante formule alguma direção, alguma política coerente. Não obstante, no nível da produção,

¹¹ Seria particularmente interessante aplicar essa noção às heresias religiosas populares.

¹² Os programas e medidas de promoção da recuperação econômica e de reforma social introduzidos nos anos 1930 pelo presidente Franklin D. Roosevelt. N.T.

isso permitiu ao imperialismo permanecer amplamente à frente da capacidade de produção institucional dos Estados ditos socialistas, nos quais não surgiu projeto de reforma algum desde 1956. E, nesse domínio, o essencial é a diferença! Na época do primeiro plano quinquenal, a União Soviética importou para suas fábricas esquemas de produção capitalista. Ainda hoje, tanto no domínio tecnológico como no industrial, a organização da produção e até a organização interna das empresas permanecem em larga medida tributárias de modelos implantados pelo capitalismo. Além disso, assiste-se hoje à importação, pela União Soviética ou pela Checoslováquia, de modelos de consumo de massa de automóveis. Tudo se passa como se a estrutura planejada dos Estados socialistas não tivesse condições de permitir o surgimento de uma forma original de criatividade socialista que responda às pulsões dos diferentes grupos sociais. A situação era bem diferente após a revolução de 1917 e antes da chegada ao poder do termidorismo stalinista.¹³ Ainda que, no nível das grandes massas, os soviets tenham sofrido uma rápida degenerescência, houve em alguns setores bem delimitados alguns anos verdadeiramente criadores: no cinema, na arquitetura, na pedagogia, na sexualidade etc. O próprio freudismo começou a passar por um dado desenvolvimento. O ano de 1917 permanece prenhe de um forte poder erótico de grupo. E continua e vai continuar por muito tempo a exercer esse poder; imensas forças de criatividade foram liberadas então, forças que irradiaram campos de pesquisa em todos os domínios.

Talvez nos encontremos na alvorada de um novo processo revolucionário que se sobreponha a esse sombrio período, mas estamos demasiado próximos da cotidianidade da História para avaliar de fato sua importância. Os extraordinários fenômenos de burocratização que surgiram no partido bolchevique ou no Estado soviético com o stalinismo me levam a pensar nos processos neuróticos que são tanto mais violentos quanto mais exigentes as pulsões que estão em sua base. A ditadura stalinista nunca poderia tomar a forma tão excessiva que assumiu se não tivesse conseguido reprimir a mais rica corrente de expressão social de

13 "Termidor" era o mês do calor, instituído pela Revolução Francesa de 1792. Foi nesse mês que os jacobinos começaram a ser guilhotinados. Logo, trata-se de comparação entre o terror da Revolução e o stalinista. N.T.

toda a História. Convém igualmente levar em conta que o voluntarismo da organização leninista, seu desafio sistemático à espontaneidade das massas, a levou, sem dúvida, a desconhecer as possibilidades revolucionárias representadas pelos soviets. Por outro lado, não houve de fato uma teoria da organização soviética no âmbito do leninismo: "todo o poder aos soviets" foi apenas uma palavra de ordem transicional; os soviets foram rapidamente centralizados na medida em que os bolcheviques estavam voltados para conservar um absoluto controle do poder, levando em consideração a ascensão da ofensiva contra-revolucionária tanto internamente como no exterior. Os únicos objetos institucionais conservados foram: o poder do Estado, o partido, o exército. Os sistemas de descentralização organizacional, criados ao longo da luta clandestina pelo partido bolchevique, desapareceram em benefício do centralismo. A Internacional foi militarizada por bem ou por mal, as diferentes organizações simpatizantes do bolchevismo tiveram de curvar-se às absurdas "21 condições";¹⁴ imensas forças revolucionárias do mundo viram-se assim arbitrariamente apartadas de seu campo social originário; algumas organizações comunistas não puderam jamais estabelecer-se aí. (O movimento comunista, em particular, não conseguiu implantar-se nem se organizar em vastos setores daquele que é hoje chamado de Terceiro Mundo, sem dúvida para indicar que se trata de um "mundo à parte".)

O mesmo esquema de organização (partido – CC – BP¹⁵ – secretariado – secretário geral –, organizações de massa, correias de transmissão do partido etc.) produz o mesmo estrago no conjunto do movimento comunista internacional. Esperava-se que um mesmo tipo de superestrutura de caráter militante, instaurada numa perspectiva insurrecional, atendesse às exigências de organização de um Estado socialista solidamente industrializado e assim sucessivamente. Há aí algo de absurdo, gerador das piores perversões burocráticas. Como pode o mesmo punhado de homens alimentar a expectativa de dirigir ao mesmo tempo os organismos do Estado, as organizações da juventude, dos trabalhadores,

14 O II Congresso da Internacional Comunista realizado em 1920, estabeleceu 21 condições para admissão de partidos comunistas à organização, condições que foram enunciadas por Lenin e que impunham, por exemplo, a defesa da União Soviética como "a pátria do comunismo". N.T.

15 CC = Comitê Central ; BP = Birô Político.

dos camponeses, a criação cultural, o exército etc., sem que nenhuma das engrenagens intermediárias seja dotada da mínima autonomia que lhe permita elaborar sua própria linha de ação, mesmo se isso permitisse a emergência de contradições com essa ou aquela corrente, bem como conflitos cuja resolução não dependesse de uma arbitragem nalguma instância superior.

O ideal internacionalista nunca se viu tão desprezado! Como reação a isso, os movimentos pró-chineses defendem uma volta à ortodoxia stalinista revista e corrigida por Mao Tsé-Tung, mas a bem dizer não vemos como eles resolvem as questões fundamentais. No final do século XIX, era militante todo aquele que vinha a sê-lo na luta, que conseguira romper com a ideologia dominante, que suportara o absurdo da vida cotidiana, as humilhações da repressão, e mesmo a morte, porque quem por isso passava não tinha dúvidas de que cada golpe que atingia o capitalismo era mais um passo rumo ao advento de uma sociedade socialista. Esse tipo de revolucionário ainda existe em nossos dias, mas noutro contexto, o da guerrilha, cuja extraordinária descrição nos foi deixada por Che Guevara em seu testamento.

O estilo político ou sindical das atuais organizações comunistas não tem em geral humor algum. A burocracia vive a política e o sindicalismo de maneira casuística; é com freqüência sentida como um corpo estranho no empreendimento, mesmo que seus camaradas reconheçam por outro lado a legitimidade de sua ação, a ela recorrendo a pedido seu como se recorre a um serviço público. Há exceções, que são até numerosas; há verdadeiros militantes de massa nessas organizações, mas o aparelho do partido desconfia justo deles, controla-os e no final é levado a impedir sua ação ou a tentar excluí-los.

São sempre as massas que criam as novas formas de luta; foram elas que "inventaram" a organização soviética; que criaram improvisadamente as comissões de greve; que inventaram as ocupações de 1936... O partido e os sindicatos se acham sempre atrasados com relação à criatividade das massas; e, mais do que isso, a partir da hegemonia stalinista, em oposição a ela. Basta pensar no papel desempenhado pelos comunistas na Libertação, quando eles fizeram enquadrar-se no âmbito estatal, mediante a persuasão, mas também pela força, todas as formas novas de luta e de

organização que haviam surgido. Isso gerou as comissões de fábrica sem nenhum poder, a Seguridade Social que não passa de uma espécie de salário indireto, manipulado pelos patrões do Estado e um meio de integração da classe operária etc.

Dir-se-á que a classe operária nada tem a fazer com uma "restituição" desses processos subjetivos, que ela precisa ser constituída em exército disciplinado, exército de militantes etc. Não obstante, não está sua aspiração em outro plano, na produção tangível de um sentido para suas atividades, suas lutas e assim por diante? Para retomar noções que propus apenas provisoriamente, eu diria que a *organização revolucionária se afastou do significante do discurso da classe operária* em proveito de uma totalização fechada em si mesma e antagônica à expressão da subjetividade de diferentes subconjuntos e grupos, dos grupos-sujeito de que falou Marx. A subjetividade de grupo não encontra pois outros meios de expressão senão numa fantasmática que a restringe à esfera do imaginário. Ser operário, ser jovem, é já participar de certo tipo de fantasia de grupo, o mais deficiente deles. Ser militante operário, ser militante revolucionário, é conseguir apartar-se desse campo imaginário para articular-se à textura real de uma organização, situar-se no prolongamento de uma formalização aberta do processo histórico. Em suma, o *mesmo texto* de análise da sociedade e de suas contradições de classe se prolongaria tanto no texto de uma elaboração teórico-política como na textura da organização. Uma dupla articulação se configura em três níveis: Primeiro: os processos espontâneos e criacionistas das massas; segundo: sua expressão organizacional; terceiro: a formalização teórica de seus contextos históricos e estratégicos.

Na ausência de uma reavaliação dessa dupla articulação, o movimento operário cai, sem disso se dar conta, na ideologia burguesa do indivíduo. Com efeito, um grupo não é mera adição de alguns indivíduos; o grupo não conhece diretamente a articulação do "eu" ao "tu", da cúpula à base, do partido à massa. O grupo-sujeito não se encarna no indivíduo delegado que poderia pretender falar em seu nome. É essencialmente um projeto que se apóia numa totalização provisória e que produz uma verdade no próprio desenrolar de sua ação. Ao contrário de Althusser, o grupo-sujeito não é o teórico que produz conceitos; ele produz signi-

ficantes, não significação; produz a instituição, a institucionalização, não o partido e a linha partidária; modifica o sentido geral da História, não pretendendo escrevê-lo; ele interpreta a situação, esclarece por meio de sua verdade o conjunto de formulações que coexistem sincronicamente no movimento operário. Hoje, a verdade da FNL (Frente Nacional de Libertação) e da RDVN (República Democrática do Vietnã do Norte) esclarece o conjunto das possibilidades de lutas existentes contra o imperialismo, desvela o sentido do período de coexistência pacífica, a partir dos acordos de Yalta e de Potsdam.¹⁶ Hoje, a luta das organizações revolucionárias na América Latina põe em questão o conjunto das formulações do movimento operário e o conjunto das teorias sociológicas que circulam no pensamento burguês. Não obstante, Che Guevara, Ho Chi-minh, os dirigentes da FNL não são produtores de conceitos filosóficos; é o ato revolucionário que se faz palavra, interpretação, fora de uma estrutura de leitura e de exame do conjunto do que se diz e faz. O que não significa que não se tenha direito de nada dizer! Pelo contrário, pode-se dizer com tanto maior liberdade o que bem se quiser desde que isso seja o grau máximo de gravidade; o essencial está de qualquer maneira no nível do fazer! E *dizer* nem sempre é *fazer*!

Isso remete a um problema mais geral: haverá algo mais do que uma produção de significado? Não será verdade que toda análise de *O Capital* destaca precisamente o fato de que por detrás de todo *processo* de produção, de circulação e de consumo, existe uma ordem de produção simbólica que constitui a própria trama de toda *relação* de produção, de circulação e de consumo e de todas as ordens estruturais? É impossível separar a produção desse ou daquele bem de consumo e a instituição que serve de suporte a essa produção. E isso vale igualmente para o ensino, a formação, a pesquisa etc. A máquina de Estado, a máquina de repressão produzem a *antiprodução*, isto é, significantes que servem para entrar e interditar a emergência de todo processo subjetivo de grupo. Acho que não é preciso conceber a repressão, a existência do Estado ou a burocratização, como algo passivo, inerte; dever-se-ia antes compreendê-las de maneira dinâmica: assim como Freud fala de processos dinâmicos que servem de suporte ao recalque, assim também deve-se compreender aqui que, tal como a odisséia de um "justo retorno das coisas", as burocracias, as Igrejas, as universidades etc. desenvolvem toda uma ideologia e uma fantasmática repressiva destinadas a se contrapor aos processos de criação social em todos os domínios.

A incapacidade do movimento operário no sentido de analisar as condições de produção das instituições e sua função de antiprodução condena aquele a certa passividade diante das iniciativas do capitalismo nesse domínio. Pensemos, por exemplo, na Universidade e no exército: na Universidade, pode-se acreditar que há apenas transmissão de mensagens, transmissão do saber burguês; na realidade, sabe-se que ali acontecem muitas outras coisas e que se realiza toda uma modelagem dos indivíduos de acordo com as imagens reguladoras e as funções-chave da sociedade burguesa. No exército, o que ocorre no plano da palavra é bastante parco, ao menos no exército tradicional. Mas como imaginar que o Estado dê tanto crédito ao recrutamento das classes anuais para ensinar os jovens apenas o passo cadenciado? Não, trata-se não mais que de um pretexto; o que se pretende é formar, ajustar os indivíduos uns com relação aos outros e em função de uma finalidade claramente explicitada: a disciplina. Logo, não há simples aprendizagem de técnicas militares, porém o estabelecimento de um mecanismo de subordinação a uma ordem imaginária. Poder-se-iam obter os mesmos exemplos nas sociedades ditas primitivas: para ser membro pleno do clã, é preciso reunir certo número de condições, passar com sucesso por cerimônias de iniciação, ou seja, de cooptação social, por uma ligação emocional com, por exemplo, uma imagem totêmica primordial e pelo desenvolvimento de um sentimento de pertença ao grupo. Com efeito, por trás da representação racionalista que nós podemos dar dos fenômenos de grupo, subsistem sempre nas sociedades capitalistas mecanismos imaginários subjacentes desse tipo.

O movimento operário parece bem particularmente incapaz de identificar esses mecanismos; ele remete os processos subjetivos a fenômenos individuais e desconhece o imaginário que não obstante é a própria textura de toda organização e da consistência das massas. Para alcançar uma

16 A Conferência de Yalta levou a um documento, firmado em fevereiro de 1945, entre Roosevelt, Churchill e Stalin, e comprometia os três países com a realização de eleições livres em todos os países liberados da Europa. O Acordo de Potsdam (de 1945) dividiu a Alemanha e sua capital em quatro zonas de ocupação entre URSS, EUA, Grã-Bretanha e França. N.T.

compreensão dos grupos sociais é necessário desprender-se de certa visão racionalista-positivista do indivíduo (e da História). Ser capaz de apreender as unidades subjacentes aos fenômenos históricos, os modos de comunicação simbólica próprios dos grupos (que com frequência não dispõem de um modo de fala/palavra contratual), os sistemas que permitem aos indivíduos não se perder nas relações interindividuais e assim sucessivamente. Isso me traz a evocação de um bando de pássaros migratórios: este tem sua estrutura própria, sua representação no espaço, seu papel, sua trajetória, determinados sem a reunião de um comitê central e sem a elaboração de uma linha justa! De modo geral, nossa compreensão dos fenômenos de grupo é deficiente. As sociedades primitivas são coletivamente etnólogos bem melhores do que as missões que lhes são enviadas. O bando de jovens que se organiza espontaneamente no ambiente urbano não faz recrutamento, não faz ninguém se cotizar; está agindo aqui um sistema de reconhecimento e de organização interna. A organização de um tal coletivo não remete apenas à ordem da fala/palavra, mas, com certeza, há formações imaginárias, subjacentes à constituição de todo grupo, formações que me parecem algo fundamental, basal, com relação a todas as suas outras finalidades. Penso que não se pode perceber inteiramente o empreendimento, a atitude, a vida interna de um grupo se não se apreender a temática e os papéis de sua “teatralização” fantasmática. Até agora, o movimento operário só funciona em termos de uma abordagem idealista dessas questões. Não há, por exemplo, descrição das características particulares da classe operária que criou a comuna de Paris, nem de sua imaginação criadora. Os historiadores burgueses nos oferecem mistificadoras características, do gênero “os operários húngaros eram corajosos”, e terminam, todos, sempre numa análise formal, fechada sobre si mesma, dos diferentes componentes dos grupos sociais, como se não tivessem relação alguma com os problemas da luta de classes e da estratégia das organizações, e sem levar em conta o fato de que as leis que governam as formações imaginárias de grupo não têm a mesma natureza das leis contratuais, daquelas que, por exemplo, nos levam a formar uma sociedade de responsabilidade limitada ou que nos reunamos numa associação sujeita à lei de 1901... Não se pode remeter o conjunto dos fenômenos imaginários de grupo a um sistema de deduções que só considera motivações perfeitamente explicitadas no plano racional.

Em certos momentos da História, aparecem pulsões recalçadas, toda uma ordem imaginária, que se podem traduzir por, entre outros, fenômenos de identificação coletiva com um líder (cf. o nazismo). O “eu” individual pergunta *onde* está a imagem, a imagem identificatória que nos faz ser antes da “turma do Bravão” que da “turma do Zezão”; o Zezão é aquele tipo moreno que tem uma moto, e que pode ser qualquer outro, um outro qualquer que tenha as características requeridas pelas formações imaginárias desse grupo particular. De igual forma, os grandes líderes da História serviram de ponto de convergência ao imaginário social. Quando o Zezão, ou Hitler, diz aos outros: “Sejam Zezão, sejam Hitler”, eles, mais do que falar, põem em circulação um tipo de imagem que será valorizada no grupo: “Por meio do Zezão, nós nos encontramos”. Mas quem disse isso? Justamente ninguém, porque, se alguém dissesse, isso deixaria de ser isso! No nível da estrutura imaginária do grupo, não há mais a função da linguagem, a constituição do “eu” e do outro por meio da linguagem, da fala e de um sistema de significações. Tem-se de imediato uma espécie de petrificação de todos, de petrificação em massa; *aqui somos nós*, os outros são outra coisa, e em geral menos que nada, não havendo comunicação possível. Há uma territorialização imaginária, uma corporificação fantasmática do grupo que se sobrepõe à subjetividade. Seguem-se disso todos os fenômenos de desconhecimento do outro, de racismo, regionalismo, nacionalismo, todos esses arcaísmos que escaparam por inteiro à compreensão dos diferentes teóricos da coisa social.

Malraux dizia certa noite na televisão, com bastante fervor, que o século XIX fora o século do internacionalismo, enquanto o XX era o do nacionalismo. Poder-se-ia acrescentar sem forçar as coisas: e do regionalismo e do particularismo. Em certas grandes cidades americanas, passar de um lado da rua para o outro é como mudar de tribo. Não obstante, a universalidade dos significantes científicos apenas se acentua; a produção é a cada dia mais mundializada; cada avanço teórico é retomado pelos pesquisadores de todos os países; no limite, seria possível imaginar que uma única supermáquina informática pudesse atender às necessidades de centenas de milhares de pesquisas particulares. Em nossos dias, tudo se comunica no campo científico, o mesmo ocorrendo na produção

literária, artística etc. Ainda assim, isso não impede que se assista a uma tendência solipsista generalizada, que sai do real e vai para o campo do imaginário e em suas formas mais regressivas. Esses dois fenômenos são complementares: é no momento em que há o máximo de universalidade que se experimenta a necessidade de voltar a um máximo de singularidade, nacional, regional. Quanto mais o capitalismo “decodifica”, “desterritorializa”, seguindo sua *tendência*, tanto mais busca ele suscitar ou ressuscitar territorialidades artificiais, códigos residuais, seguindo um movimento que contraria sua própria tendência.

Como apreender as funções imaginárias de grupo e suas variações? Como se apartar dessa dupla implacável: universalidade maquínica – singularidade arcaica? Nossa distinção entre dois tipos de grupo não é uma dicotomia absoluta. Dizemos que o grupo-sujeito se articula como uma linguagem e se articula no conjunto do discurso histórico, ao passo que o grupo-objeto se estrutura de uma maneira espacial, com um modo de representação especificamente imaginário que é o suporte de fantasias de grupo; mas na realidade trata-se antes de duas funções, que podem mesmo aparecer conjuntamente. No cerne de um grupo passivo pode surgir um modo de subjetividade que desenvolva todo um sistema de tensões e toda uma dinâmica interna. Inversamente, todo grupo-sujeito conhece fases de paquidermia no nível imaginário, o que implicaria, para evitar que se tornasse prisioneiro de suas próprias fantasias, a necessidade de a subjetividade ser nele reavaliada num sistema de interpretação analítica. Talvez se pudesse dizer que o grupo-sujeito representa permanentemente um subconjunto potencial do grupo-sujeito¹⁷ e, para fazer um contraponto a formulações de Lacan, acrescentar que não há aí senão um objeto institucional parcial, apartado, que lhe possa servir de suporte.

Examinemos dois outros exemplos:

– O hospital psiquiátrico é uma estrutura completamente sujeitada às diferentes ordens sociais que o sustentam: o Estado, a Seguridade Social etc. Constituem-se fantasias de grupo em torno do orçamento, da doença mental, do psiquiatra, do enfermeiro etc. Pode-se no entanto criar, localmente, num serviço, um objeto apartado que provoque um

¹⁷ Essa seria uma maneira de fazê-lo escapar ao paradoxo de (Bertrand) Russel, ou seja, não reificá-lo como conjunto totalizante.

profundo remanejamento dessa fantasmática. Esse objeto vai ser, por exemplo, o clube terapêutico. Digamos que esse clube seja o objeto institucional (o objeto “a” de Lacan tomado em nível institucional) que vai permitir desencadear um processo analítico. Vê-se que a estrutura analítica, ou *analizador*, não é o clube terapêutico em si, mas alguma coisa que é apenas a esse objeto institucional, aquilo que designei alhures como *vacíolo* institucional. Pode ser, por exemplo, um grupo de enfermeiros, de psiquiatras ou de doentes que vai constituir essa estrutura analítica, “vacuólica”, lugar de leitura de fenômenos inconscientes e que fará existir por algum tempo um grupo-sujeito no âmbito da estrutura massiva do hospital psiquiátrico.

– Segundo exemplo: o Partido Comunista. Ele pode, assim como suas organizações de massa (sindicatos, organizações de jovens, de mulheres etc.), ser completamente manipulado pelo conjunto das estruturas de um Estado burguês e servir de elemento de integração. Pode-se até, de certo modo, considerar que o desenvolvimento de um Estado capitalista moderno requer a existência, para a acomodação de suas relações de produção, de organizações desse tipo, um enquadramento dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. O esmagamento das organizações operárias espanholas depois de 1936 retardou consideravelmente o impulso do capitalismo espanhol, ao passo que as diferentes formas de integração da classe operária promovidas nos países que tiveram frentes populares em 1936 e frentes nacionais em 1945, permitiram ao Estado e às diferentes organizações sociais advindas da burguesia a readaptação e a secreção de neo-estruturas, a geração de novas relações de produção favoráveis ao desenvolvimento do conjunto da economia capitalista (salários indiretos, negociações contratuais etc.). Pode-se assim ver que, de certo modo, o objeto institucional sujeitado que representam para a classe operária o Partido Comunista e a CGT serve para renovar a estrutura capitalista.

Mas, por outro lado – e é preciso aí uma referência topológica complexa para explicá-lo –, esse mesmo objeto institucional passivo e manipulado indiretamente pela burguesia pode fazer nascer em seu seio processos de subjetivização. Seja como for, isso é inconstestável no nível microscópico, nas células do partido e nas seções da CGT. O fato de a classe operária, quando despertam suas pulsões revolucionárias, persistir

em ler a si mesma, a se reconhecer nesse processo de grupo sujeitado cria tensões, contradições que, embora não apareçam de imediato no exterior (na imprensa, nas declarações oficiais dos dirigentes etc.), nem por isso deixam de produzir todo um registro de subjetivação esfacelado mas real.

Não se deve confundir uma fantasia de grupo com uma fantasia individual, nem com uma soma de fantasias individuais ou com a fantasia de *um* grupo particular.¹⁸ Cada fantasia individual remete ao indivíduo em sua solidão desejante. Mas pode ocorrer de esta ou aquela fantasia, cuja origem é um indivíduo ou grupo específicos, venha a se tornar uma espécie de moeda coletiva,¹⁹ que ela seja posta em circulação e sirva de suporte à fantasmática do grupo. De igual forma, como o indicou Freud, passa-se da ordem da estrutura neurótica ao estágio da *formação* coletiva. O grupo pode, por exemplo, organizar suas fantasias em torno de um líder, de um campeão, de um médico e assim por diante. Esse eleito desempenha o papel de uma espécie de espelho significante no qual se refrata a fantasmática coletiva. Pode-se pensar que um dado indivíduo burocrata ou caracterial vá ao encontro dos interesses do grupo, quando, na realidade, só se interpretam sua pessoa e sua ação na escala do grupo. Essa dialética não poderia ficar restrita ao plano imaginário.

Na verdade, a cisão entre *o ideal totalitário do grupo* e os diferentes processos fantasmáticos parciais cria as clivagens a partir das quais o grupo pode até ver-se privado de sua representação imaginária corporificada e espacializante. O processo que, no nível do mandamento individual, parece sobredeterminado e cercado pelo complexo de Édipo, quando transposto no nível da fantasmática do grupo, abre, pelo contrário, possibilidades de remanejamento revolucionário. Com efeito, a identificação com as imagens privilegiadas do grupo nem sempre é pacífica; as insígnias do grupo remetem a pulsões narcísicas e mortíferas que é difícil delimitar. As fantasias individuais se corporificam no grupo e se transpõem ao grupo, ou vice-versa? Pode-se também dizer que elas não

18 Aqui reside a diferença entre nossa concepção do fantasma de grupo e a de Bion, do fantasma do grupo.

19 E, inversamente, não é o fantasma individual uma moeda individuada de formações fantasmáticas coletivas?

têm fundamentalmente outra corporeidade que não a do grupo, e que não é por acidente que se encerram no “corpo próprio” ficção alienante e derrisória, fundamento de um indivíduo perseguido pela solidão e pela angústia da parte de uma sociedade que, precisamente, desconhece e reprime o corpo real e o desejo. Seja como for, essa corporificação da fantasia individual no grupo, ou essa prisão do indivíduo à fantasia de grupo, *transfere* para o grupo o efeito virulento de seus objetos parciais, o objeto “a”, que Lacan descreveu sob a espécie do objeto oral, anal, da voz, do olhar etc., regidos pelo conjunto da função fálica e que constituem um limiar de realidade existencial intransponível para o sujeito. Mas a fantasmática de grupo, por sua vez, não conhece o sistema de proteções semelhantes aos do sistema pulsional libidinal, sendo levadas a equilíbrios homeostáticos provisórios e instáveis. A palavra não pode desempenhar aí um verdadeiro papel de mediação do desejo. Ela trabalha nos termos da lei. O grupo opta pelo signo e pela insígnia, mais do que pelo significante. A ordem da palavra degenera em palavra de ordem. Se, de acordo com a fórmula de Lacan, a representação do sujeito é o fato de um significante remetendo a outro significante, a subjetividade de grupo, por sua vez, é identificada antes na dissociação, a *Spaltung*, no destaque de um subconjunto que pretende representar a legitimidade da “totalidade” do grupo.

Isso significa que se trata de um processo fundamentalmente precário. Ele apresenta a tendência de remeter mais aos fenômenos de fragmentação e de falicização imaginária do que a um discurso coerente. Nessa perspectiva, além da distinção entre fantasia individual e fantasia de grupo, é possível distinguir várias ordens fantasmáticas de grupo: de um lado, as fantasias de base, que dependem do caráter de subjugação do grupo, e do outro fantasias transicionais ligadas ao processo interno de subjetivação correspondente aos diferentes remanejamentos internos do grupo. Chega-se à distinção de dois tipos possíveis de objetos: as instituições constituídas e os objetos transicionais.²⁰ No primeiro caso, a instituição não evoca o *problema* do objeto institucional, mas é assombrada por ele: a Igreja tem seu deus e ele não se preocupa em mudá-la; uma

20 Cf. acima, p. 121, nota 2.

classe dominante detém o poder e não se pergunta se convém passá-lo a alguma outra! No segundo caso, pelo contrário, um movimento revolucionário, por exemplo, evoca-se o problema de saber se ele não erra, se ele não deve transformar-se por completo, ajustar sua mira etc. Claro que o conjunto dos objetos institucionais de uma sociedade cristalizada ainda assim evoluem, mas tal evolução não é assumida. Um mito substitui outro mito, uma religião a outra, e isso pode envolver uma guerra sem quartel e levar a um impasse absoluto. Um sistema monetário ou econômico fracassa, a má moeda expulsa a boa, substitui-se o dinheiro pelo padrão ouro e chega-se a sobressaltos econômicos. O mesmo ocorre quando um casamento não funciona; ele foi construído na base de um contrato cuja natureza é, no final, semelhante à de um contrato bancário, e nenhuma evolução é possível. Pode-se mudar de contrato por meio do divórcio, mas isso é um procedimento jurídico que não resolve nada de essencial. Na verdade, parte-se o elo mais fraco da corrente, dividem-se os filhos em dois sem parar para pensar nas conseqüências imaginárias. Em contrapartida, quando um partido revolucionário muda de teoria, não ocorre necessariamente um drama ou uma guerra de religião! A ordem da fala/palavra tenta ainda assim ajustar as formulações antecedentes com as novas.

A promoção do modo de análise e de intervenção no imaginário de grupo (incluindo os sistemas familiares) implicaria uma consideração justo desses fenômenos imaginários. Tomemos mais um exemplo: gerações de mineiros trabalharam na mina e formaram uma espécie de religião da mina; um dia, os tecnocratas perceberam que o carvão que eles extraem já não é "rentável"; claro que não se leva nem um pouco em conta o fato de que se liquidam, se demolem completamente os mineiros de certa faixa etária dizendo a uns: "você vão ter aposentadoria antecipada" e, a outros: "vamos criar uma FPA".²¹ O mesmo acontece na África, na América Latina ou na Ásia, em que etnias viveram durante milênios de um modo particular de organização social e se vêem esmagadas pela intrusão de um sistema capitalista que só se interessa pela maneira mais eficaz de colher o algodão ou a borracha... Trata-se de casos extremos,

21 FPA = Formação Profissional de Adultos.

mas que se acham no prolongamento de uma multiplicidade de situações: a das crianças, das mulheres, dos loucos, dos homossexuais, dos negros etc. Desprezando ou desconhecendo esses problemas imaginários de grupo, acaba-se em catástrofes cujas conseqüências em cadeia nem sempre são avaliadas.

A análise do objeto institucional consistiria em conduzir o imaginário de uma estrutura a outra, um pouco à maneira do que ocorre na ordem animal quando da muda. Ir de uma representação de si a outra, talvez com crises, mas ao menos com uma continuidade. Quando muda de pele, o animal permanece ele mesmo, enquanto na ordem social, quando se tira a pele, fragmenta-se o imaginário e se destroem as gerações. Quando se vê seccionado, quando desconhece suas dimensões imaginárias, quando não controla seus fenômenos imaginários, o grupo desenvolve em si uma espécie de *função esquizofrênica*: os mecanismos imaginários da identificação e do ego agem aí com tanto maior liberdade, com tanto mais autonomia, quanto mais a função da fala/palavra como enunciação coletiva se vê destituída em benefício da organização estrutural de enunciados a-subjetivos. Enquanto o grupo discursa no vazio sobre suas finalidades, as identificações se apoderam alegremente dele, como num esquizofrênico, cuja palavra é descolada, cindida da representação corporal, e cujo imaginário, liberado do real, pode funcionar livremente até a alucinação e o delírio. Da mesma maneira, um grupo vem nessas circunstâncias a alucinar, delirar suas formações imaginárias. Para interpretá-las, forçoso é recorrer a atos irracionais, gesticulações, comportamentos suicidas, cenários de todo tipo até que tais formações possam ainda assim encontrar um meio, um canal para se presentificar a si mesmas e se manifestar na ordem da representação.

Eu dizia no começo que o inconsciente tem uma ligação direta com a História. Mas isso depende de certas condições. A questão fundamental da análise institucional pode ser elaborada da seguinte maneira: é absurdo pensar que os grupos sociais possam superar a contradição entre um *processo de produção* que reforça os mecanismos de alienação de grupo e um *processo de elucidação* do sujeito do conhecimento e do sujeito inconsciente, processo que todos os dias liquida um pouco mais as fantasias que catalisam o recurso a Deus, ao cientificismo e a toda outra

forma de um sujeito que se supõe saber? Em outras palavras, o grupo pode assumir suas finalidades econômicas e sociais e, ao mesmo tempo, permitir aos indivíduos conservar certo acesso ao desejo e certa lucidez quanto a seu destino? Ou, melhor ainda: pode o grupo evocar para si o problema de sua própria morte? Um grupo com vocação histórica é capaz de conceber o fim de sua missão; o Estado: a degenerescência do Estado; os partidos revolucionários: o fim de sua pretensa missão de direção das massas etc.?

Isso nos leva a acentuar a distinção entre a *fantasia de grupo* dos grupos-sujeitados e a *fantasia transicional* dos grupos-sujeitos. Há uma fantasmática que pode manifestar-se nas sociedades cristalizadas na forma de mitos e, nas sociedades burocratizadas na forma de papéis, com todo tipo de cenário fantástico: “Quando tiver 25 anos, serei oficial; depois coronel, general; serei condecorado, irei para a reserva e depois morrerei...” Mas a fantasia de grupo é algo mais do que isso; implica uma orientação suplementar que não se centra num objeto particular, numa inserção social particular do indivíduo: “Estou no exército francês há muito tempo, o exército francês sempre existiu, é uma coisa eterna; logo, se permaneço nessa hierarquia, participo um pouco dessa eternidade, o que me simplifica muito as coisas quando sou tomado por um medo pânico de morrer ou quando minha mulher diz que sou imbecil. Afinal, pelo menos sou suboficial!” O objeto institucional subjacente à fantasmática do grau militar – “Não sou um qualquer” – serve para apresentar um conjunto de referências de consistência homossexual que põe à disposição do corpo social uma massa relativamente homogênea e cega, que foge a toda pergunta sobre a vida e a morte, agente de todas as repressões, pronta a torturar, a bombardear as populações com napalm etc. A temporalidade da instituição no plano imaginário é assim uma espécie de suporte implícito da negação e da finitude da morte no plano individual. O capitalista que põe sob seu comando vários trustes também se apóia nesse “sentimento de eternidade”. No topo de sua hierarquia, desempenha para os subordinados certa função sacerdotal que ritualiza a eternidade e conjura a morte. É servo do Deus-Capital. Perante a angústia, perante o medo do desejo, o indivíduo restringe-se a seu ofício, a seu papel familiar etc. No grupo-sujeitado, a fantasia mascara as verdades

essenciais da existência; contudo, não preserva menos, mediante a dialética dos significantes, dos objetos parciais e de seus cruzamentos com cadeias de ordem histórica, sua possibilidade de surgimento da verdade.

Será que um grupo cujas funções imaginárias “funcionassem bem” (*sic*) produziria essas fantasias transicionais de um grupo-sujeito? Por exemplo, em La Borde, quando um grupo tem o sentimento de avançar, de “fazer alguma coisa”, as tarefas mais ingratas assumem um sentido totalmente distinto, mesmo que seja um trabalho tedioso como quebrar uma calçada ou ocupar funções numa linha de montagem. Nesse momento, a posição respectiva de uns com relação aos outros, suas características específicas, seu estilo particular, sua maneira de falar etc. assumem outro sentido, conhecemos mais as pessoas, interessamo-nos por elas etc. Num serviço psiquiátrico em que se consegue implantar – mesmo que isso nunca dure muito – um processo analítico que tem por alvo essas funções imaginárias, pode-se suprimir o que haveria de inibidor ou de ameaçador na diferenciação de papéis: cada qual se torna “um membro da família”, com o que isso, apesar de tudo, implica de pano de fundo particularista ou folclórico. Por mais absurdo que pareça, esse folclorismo não impede que o “sentimento de pertença” possa tornar-se operatório! O fato é que a criança, para aprender a ler ou para parar de fazer xixi nas calças, tem de ser reconhecida como estando “em sua casa” ou “em nossa casa”. Se transpuser esse limiar, se se reterritorializar, suas dificuldades já não serão formuladas em termos imaginários; ela se reconstitui no grupo e consegue libertar-se do apelo lancinante: “Quando chegarei a estar lá, a ser *aí*, a ser ‘da família’...?” Enquanto ela não o consegue, sua busca compulsiva a impede de fazer qualquer outra coisa.

Essa passagem ao limite do imaginário me parece ser a questão fundamental da constituição de todo organismo gestor que não seja tecnocrático, de todo organismo de participação de massa, de tudo o que não for morbidamente racionalista... Não se trata de uma categoria em si: essas formações imaginárias, se não forem exploradas analiticamente, são canalizadas na direção de pulsões mortíferas. A partir do momento em que passo a ser feliz ao aderir à Sociedade dos Jogadores de Bola, posso dizer que morri, que sofri uma dada forma de morte, aquela que traz em si a eternidade das sociedades de entusiastas da bola. Em contrapartida, se

um grupo me permite causar um curto-circuito em sua ação com uma problemática aberta à revolução, se esse grupo me torna presente que a revolução certamente não vai me salvar a vida, nunca vai dar solução a certo tipo de problemas meus, mas que seu papel é, em certo sentido, justamente impedir-me de fugir com demasiada facilidade a essa problemática, então, com certeza, as formações imaginárias transicionais desse grupo vão me permitir avançar.

A reivindicação revolucionária não está situada essencial e exclusivamente no nível dos bens de consumo, estando igualmente voltada para a consideração do desejo. A teoria revolucionária, na medida em que mantém suas reivindicações apenas no nível do aumento dos meios de consumo, reforça indiretamente uma atitude de passividade na classe operária. Não é com referência ao consumo que se deve perfilar uma sociedade comunista, mas com relação ao desejo e à finitude humana. O racionalismo filosófico que domina, qual um superego, o conjunto de formulações de movimento operário favorece o ressurgimento de antigos mitos de um além paradisíaco, a promessa de um contato emocional narcísico com o absoluto. No tocante aos partidos comunistas, "supõe-se que conhecem", cientificamente, a possibilidade de uma organização satisfatória das necessidades fundamentais dos indivíduos. Há nisso algo de abusivo! Um planejamento social pode ser concebido no nível da organização da produção, ainda que suscite inúmeros problemas que ainda não foram resolvidos; mas não poderia pretender encontrar *a priori* respostas no nível das finalidades desejantes dos indivíduos e dos grupos-sujeitos.

Tudo isso para dizer e repetir que os caminhos que levam à verdade são e permanecerão singulares... Sei que se poderá entender o que apresento aqui como um apelo ao "respeito aos valores humanos" e outras ninharias! Compreender-se-ão as coisas assim porque isso traz tranquilidade, porque evita buscar outra coisa com que se desembaraçar da questão. Vai-se dizer a si mesmo: "Esse aí ainda não se recuperou de sua passagem pelo PC e pelos grupúsculos. Só podia mesmo dar nisso". Sem temer parecer ridículo, continuo a afirmar que o importante é bem outra coisa. Para começar, essa coisa está no centro das próprias lutas revolucionárias. Não no papel, mas lutas reais, nas organizações de resistência e em outras.

Ou se recairá nos esquemas pós-stalianianos e sofrerá uma desfiguração ou então se encontrará outro caminho e se sairá disso.

E há mais coisas. Coisas bem mais estranhas do que de saber se se vão ou não arrumar as coisas com o burocrata de serviço e o desejo! Ou o movimento operário revolucionário e as massas retomam a palavra a partir de *agentes coletivos de enunciação* que lhes garantam desde que um trabalho analítico seja uma garantia que não venham a ser outra vez apanhados a qualquer custo pelas relações de antiprodução, ou então as coisas irão de mal a pior! Está claro que a burguesia do neocapitalismo contemporâneo não é uma neoburguesia e nem virá a sê-lo: ela é sem dúvida a mais obtusa das burguesias que a História já secretou. Ela não encontrará nada de decisivo para sair dessa situação. Vai tentar dar um jeito nas coisas, mas sempre tarde demais e sempre parcialmente, como se pode ver no caso dos grandes projetos de ajuda aos "países em vias de desenvolvimento", como dizem pudicamente seus especialistas.

Assim, é muito simples: se ninguém, seja de que lado for, intervier, a coisa com certeza vai terminar bem mal e, na medida em que haverá rachaduras mil vezes mais profundas que as que abalaram o edifício antes de 1939, haveremos de suportar outros fascismos, mil vezes mais horrendos.

A Causalidade, a Subjetividade e a História (1966-67)*

1. A História e a determinação significante

Os mal-entendidos sobre a subjetividade histórica provêm do fato de que, sem o sentir, tendemos a colocar a questão de um sujeito para negá-lo ou para afirmar-lhe a existência na condição de sujeito da enunciação de discursos e de fatos relevantes da História, mais do que concebê-lo simplesmente como sujeito de enunciados tais como nos são dados. O sujeito da História existe indubitavelmente; é o sujeito de cadeias significantes encerradas sobre si mesmas. A classe operária se torna, por exemplo, como a subjetividade alienada, a classe das palavras da classe. Isso quer dizer a classe de enunciados que, num campo de enunciação histórica dado, produz significações para termos como “classe”, “luta de classes”, a classe que deve trazer em si o destino histórico da abolição da divisão da sociedade em classes. Mais do que isso, numa época e num ambiente dados, é uma maneira de articular a própria palavra, com certo reforço do acento tônico escorregando para trás sobre a primeiríssima oposição constitutiva da palavra: *a Classe*. A palavra em si adquiriu classe. Não se articula “classe”, no movimento operário, da mesma maneira como se articula uma “classe escolar”,¹ e o termo “classe” é empregado como abreviatura íntima de “classe operária”.

Assim, há, especificamente pertinente a cada corrente de pensamento,

* Resumo que sintetiza as exposições e os elementos de discussão por elas suscitados. As duas primeiras exposições foram apresentadas à “comissão teórica” da F.G.E.R.I. Em outubro de 1965, uma dezena de grupos que trabalhavam na perspectiva da análise institucional, formou uma federação no seio da FGERI (Fédération des groupes d'études et de recherches institutionnelles – Federação de Grupos de Estudos e Análises Institucionais). Reuniam cerca de 300 psiquiatras, psicanalistas, psicólogos, enfermeiros, educadores, professores de nível primário e secundário, professores universitários, urbanistas, arquitetos, economistas, voluntários, cineastas etc. O CERFI (Centre d'étude, de recherche et de formation institutionnelles – Centro de Estudo, de Pesquisa e de Formação Institucionais), membro da FGERI, publica a revista *Recherches e Cahiers de recherches*; por outro lado, forma convênios de estudos especializados com diversas organizações públicas e privadas (no domínio dos equipamentos, da cooperação, da saúde, da formação etc.).

¹ “Articula” aqui remete tanto à articulação das palavras como da classe operária. N.T.

um código metonímico iniciático que determina a significação de, por exemplo, "Partido", "Velho" ou ainda "44" etc.² Partamos agora, se me permitem, de uma passagem do seminário de Lacan, o primeiro de 1965-1966: "Basta dizer de passagem que, na psicanálise, a História é uma dimensão distinta da do desenvolvimento e que é uma aberração tentar resolvê-la aí. A História só se desenvolve no contra-tempo do desenvolvimento. De modo algum ela pode pois, como ciência, resultar talvez produtiva, se tenta escapar à influência sempre presente de uma concepção providencial de seu curso".³ O que de minha parte chamo de História é o que Lacan chama de desenvolvimento. A história de que ele fala é a História que nem se dá ao trabalho de ser dialética, é a História tomada no nível da subjetividade na ruptura da enunciação. Assim considerado, o significante não tem História, ele não está no tempo, pertencendo à ordem da estrutura à medida que, em certo nível, já nada se tem a dizer dele; é um material a-histórico de não-sentido que é constitutivo de significações históricas: puro efeito de corte ou de ressonância, acidente contingente que só será proclamado depois do fato como tendo sido o primeiro termo de uma série...

Deve-se concluir disso que o tempo se despedaça em tantas temporalidades particulares quantas são as ordens de manifestação, em múltiplas temporalidades específicas a cada nível das relações de produção, da economia, da História (no sentido habitual) etc.? Mil temporalidades ligadas a mil regiões históricas, científicas e técnicas, mas todas ritmadas pelas construções imóveis e silenciosas de uma pura ordem significante, estrutura cristalina colocada fora da História e que constituiria o fundamento desta; espécie de nova infra-estrutura surgida depois daquela associada inevitavelmente ao marxismo e que se tornara demasiado gasta. É a operação Althusser: damos a vocês todas as temporalidades que quiserem, mas vocês se incumbam de recuperar uma sincronia. Vocês jamais vão consegui-lo. É um truque que permite aos althusserianos ser stalinistas na política, kantianos na filosofia, lacanianos na psicanálise etc. E o falo, o "ponto de estofo,"⁴ entre os diferentes níveis, onde está ele?

2 O "Velho" é tanto Lenin como Stalin ou Trotski; a "44" é a rue Le Peletier em Paris, sede do Comitê Central do Partido Comunista.

3 Lacan, *Écrits*, p. 875.

4 "Point de capitonnage" no original. Há também, em Lacan, "point de capiton", traduzido tanto pela expressão aqui usada como por "ponto de basta" e "ponto de capiton". N.T.

É o próprio Althusser, assistido por seus pares, são os sacerdotes da pura teoria, os garantes últimos da cientificidade dos conceitos...

É bem elegante fazer assim se esfacular a História e remeter um de seus pedaços à gestão de epistemólogos especializados! Mas, em tudo isso, foi a História que perdeu... Entendo-a como sujeito, como aquilo que fazem os homens, que eles articulam e memorizam. Há um limiar aquém do qual não se pode avançar na desrealização da História; há um realismo residual da História; essa realidade inexpugnável é o fato contingente de que são os homens e ninguém mais que a fazem e a falam; e quaisquer que sejam seus defeitos e méritos, tais homens estão na realidade. Podemos pegar ou largar seus enunciados, mas, uma vez que os pegarmos, é preciso também aceitar sem reservas o princípio de um realismo histórico que não se deixa debitar em parcelas. O materialismo histórico de modo algum implica que se pratique realismo com o próprio tempo. Isso é uma coisa totalmente diferente! O fato de o corpo dos enunciados constituir um objeto histórico real não significa que o tempo seja uma coisa!

O homem, com certa gratuidade, parece fazer o que quer com a temporalização; parece consumi-la a seu bel-prazer; mas, uma vez que o tenha feito, já não se pode retomar sua contingência, pois ela se torna obrigatória para nós. O mesmo acontece com o capital, que de modo algum é uma categoria facultativa a que poderiam escapar, por exemplo, economias marginais ou planejadas... Não obstante, não se pode dizer do capital que esteja na natureza! E ainda que isso fosse verdade, seria necessário admitir que nem sempre esteve. E isso não impede que se esteja nele, como num elemento, o ar ou a água... O sujeito e o significante funcionam da mesma maneira. Não há na natureza nem significante nem significado sem a relação com o sujeito; o sujeito é uma ruptura significante que produz enunciados. A começar por aqueles que denunciam a presença do sujeito da enunciação. O círculo ameaça fechar-se. É a tentação estruturalista. Considerando que o sujeito só remete ao outro – miragem da intersubjetividade –, enquanto o significante só remete ao significante – miragem de uma lingüística ainda de fraldas –, apartado de toda realidade, funda-se assim um sujeito sem consistência – simples operador simbólico – e um tempo significante que não é, na verdade, mais

do que um tempo lógico. Os sujeitos só estão aí para construir a medida de uma partição significativa que jamais poderá existir na realidade. O real e a História tornam-se tributários de uma ordem simbólica eterna de que estão em definitivo apartados e que os anula essencialmente.

A subjetividade e o significante passam a uma posição de reversibilidade; a práxis humana não tem mais nada a fazer com essa pura subjetividade; ela é remetida por baixo do pano a uma ordem estrita de determinação causal, sub-repticiamente reabilitada sob a máscara da estrutura.

Lacan, pelo contrário, sempre insistiu na profunda dissimetria que marca o sujeito em sua relação com o significante. Assim como se esteriliza uma faixa de Moébio cortando-a longitudinalmente, é impossível separar o sujeito do significante sem reificá-lo. O sujeito e o significante não entretêm relação de oposição distintiva. O sujeito é tributário de sua relação com a residualidade, do objeto "a" para garantir seu estatuto, e por isso permanece marcado, barrado com um traço que o desclassifica como puro significante, bem como alienado à condição desejante na forma de objetos parciais que o dissimetizam ao pôr sobre ele um peso de realidade. Dessa maneira, ele é impedido de cair por inteiro em sua paixão mortífera de abolição numa estrutura pura e ideal.

Mesmo a idéia de uma destotalização que viria, do interior da estrutura, animá-la e fazê-la viver é marcada pela fantasia da totalidade, da coisa totalitária. No fundo, há duas maneiras de usar o significante. Ou se faz dele uma espécie de categoria universal como a extensão ou a duração: o que é então astúcia de um novo idealismo que na realidade trai a descoberta lingüística do significante, que está inseparavelmente ligada ao signo em sua relação com o sentido e com a realidade social; ou se considera, com Lacan, que o significante é o crivo a partir do qual os efeitos do inconsciente poderão ser identificados, espécie de câmara de Wilson⁵ em que aquilo que é profundamente não-simetrizável, não-recuperável, poderá ser ainda assim indexado (lapsos, esquecimentos, atos falhos, sonhos, transferência, *acting out* – passagem a atos – etc.)

Retornamos então à idéia de que o significante na História intervém no momento em que ela já não tem curso. No limite, a História nada

5 Câmara de condensação que permite materializar as trajetórias de partículas eletrizadas.

tem a ver com o significante. É quando ela mergulha no não-sentido que se põe o problema do sujeito, isto é, o problema de uma produção e de uma representação da ruptura subjetiva, a partir de um desenrolar "suplementar" da ordem significativa. A serialidade, a repetição mobilizam bastante as cadeias significantes, mas não são mais cadeias abertas, trata-se do significado, dos blocos coisificados de significante. A repetição é a morte, é o significante congelado, já não é significante, é a neurose presa incessantemente nos mesmos circuitos. O significante só emerge como significante a partir do momento em que o sujeito irrompe, repõe tudo em questão e refunda uma enunciação, um trabalho do significante como expressão de um sentido, de um corte possível numa ordem dada, como ruptura, revolução, apelo a uma reorientação radical.

É abusivo postular cadeias significantes de tipo lingüístico fora de um corte subjetivo, realizar o significante (ou o capital) como fundamento objetivo das maquinarias do mundo capitalista em que vivemos. O corte revolucionário, na qualidade de ruptura da história-desenvolvimento, é o momento privilegiado da existência do significante. A relação entre a História tradicional e o significante se realiza na repetição; ela se realiza na estrutura, serve-se do significante, explora-o, aliena-o, impõe-lhe um fechamento. Ela escapa profundamente ao significante e ao evento. Ou é então que se fala de um significante que existiria sem o sujeito. Teorema indecível! É como se se persistisse chamar de música uma partitura que fosse definitivamente impossível de executar. Signos sobre o papel. Alguém nos aconselharia a ter diante disso a emoção que nos evoca a música? Um significante que já não funciona, que não é articulável a nenhuma trama real de enunciação, não poderia, propriamente falando, existir como significante.

Isso não impede que os ideólogos produzam História como se fabrica pasta dental. As pessoas precisam desse refeitamento do circuito da ipseidade, dessa absorção de terra fictícia na facticidade, no "se" (on) e na má-fé. É preciso sempre apegar-se a alguma coisa. Isso equivale, no nível social, ao que acontece com o sujeito desejante com o objeto parcial. É então que assumem as rédeas as leis da totalização, da *Gestalt*, as boas e más formas, os valores bipolares, as determinações retroativas e prospectivas, o desejo de eternidade como negação infantil do tempo.

Desse modo, o sujeito se faz *ter* em lugar e no lugar de *ser*. Ele se faz *ter* pelo outro serial, pela tutela fonemática e escritural da palavra plena; ele se faz alienar nas cadeias sociais pretensamente significantes, mas que só extraem sua força de lei e o fascínio mortífero que exercem do simples efeito de estrutura que presentificam. Se deixa de ser corte do significante, o sujeito deixa por inteiro de *ser*; é o reino do assujeitamento ao significante, ou seja, daquilo que ocorre no nível dos outros, no nível dos enunciados e do “diz-se” (*on dit*)... Do significado nada há a extrair senão o imaginário; ele se situa na *Gestalt*, identifica-se com a ordem da razão. E mesmo depois de mandar à merda a razão, o significante, os valores, aparece uma divisão, uma metástase se desencadeia, uma contra-produção imaginária tende a neutralizar a ruptura. Ao mesmo tempo em que, por exemplo, se marcha por sobre as fronteiras decadentes do edifício czarista, conglomerado de feudalismo, indústria moderna e resíduos de despotismo asiático, essas mesmas marchas, opondo-se ao movimento normal, seguem outro itinerário: os soviets operários se dissolvem na massa imensa de um campesinato cuja inércia, sem o contrapeso de uma burguesia vigorosa, parece extrair sua força de resistência das tradicionais comunidades rurais escravas – o *mir*⁶ –, ainda não verdadeiramente corroídas por um poder de Estado: é assim que a imensa massa do povo russo venera a múmia de Lenin e adora Stalin como um deus.

É preciso optar entre a História revolucionária como ruptura significante e a História-desenvolvimento como significado: se se buscar manter um pé de cada lado, a derrocada é inevitável (cf. Kerenski, os cadetes, os mencheviques etc.). Mas nunca se acaba de optar, é preciso retomar – sem cessar – a escolha a partir do zero. O significado é sempre a mesma coisa, é a repetição, a morte, é o próprio tédio. Só sendo cortado e recortado sem cessar no nível do significante, pode o significado ser radicalmente reordenado. É como se se trocassem os caracteres das teclas de uma máquina de escrever, de modo que se acabasse lendo algo totalmente distinto daquilo que se escreveu. A revolução, a verdadeira História, é isso. Alguma coisa aconteceu. Quem esteve na Rússia em 1916 e a ela voltou

⁶ Órgão de propriedade coletiva de terras que existia nos vilarejos rurais da Rússia antes da Revolução de 1917. N.T.

em 1918 percebe que as pessoas já não vivem no mesmo contexto. E isso se lê no significado. Os jornalistas vão escrever, por exemplo, que “não mais se vêem pessoas nos hipódromos”, que “o Palácio de Inverno já não causa a mesma impressão”..., mas não é disso que se trata: o que mudou por completo foi o sentido de todas as significações, ou seja, algo que se produziu no significante.

A História, se não for a da repetição, isto é, a História anti-histórica, a do “me-fale-do-rei-da-França”, torna-se a busca da incidência da ruptura significante, a apreensão do momento em que tudo oscila. Mas essa ruptura significante é tão difícil de decifrar quanto o conteúdo latente do sonho a partir de seu conteúdo manifesto: o que rachou lá dentro, que cadeias pretensamente significantes se desprenderam e se reorganizaram segundo esquemas totalmente diferentes? Não sendo o significante localizável, e como todo efeito sobre ele põe em causa sua estrutura, pode-se admitir que aquilo que mudou seja localizável na ordem lingüística, mas isso de modo algum é uma exclusividade! Claro que já não se fala da mesma maneira, e ainda que sempre se diga “Bom-dia, meu amigo”, já não é mais *o mesmo* amigo depois que se matou o czar; o próprio objeto mudou, dado que já não é tomado nas mesmas relações de articulação significante, nas mesmas constelações significantes de referência: a do outro sexo, da outra classe etária, da outra raça, de Deus e sei lá de que mais...

Em certos períodos, tudo parece vacilar: as cadeias significantes estruturadas perdem o controle, os eventos se inscrevem “diretamente no real” segundo uma semiótica de curto prazo, incoerente, absurda, à espera da reestruturação de um plano de referência “estruturado como uma linguagem”. É assim que as baterias significantes do mundo antigo foram abaladas, ficando irreversivelmente à mercê de conflitos passionais que agitavam o punhado de seus dirigentes supremos, maduros para serem convertidos em novos mistérios de um culto asiático. Embora do ponto de vista racional o Império Romano tenha dado a impressão de ser uma construção resistente, tratava-se na realidade de uma sociedade incapaz de secretar por si mesma respostas institucionais, as diastases que

lhe permitissem superar os abalos de conseqüências cada vez mais graves na medida mesma de sua expansão e de uma integração sempre mais precária de etnias incorporadas. No tocante a isso, os cristãos ficaram com a melhor parte; tornaram-se defensores de uma renovação da questão nacional, mas o pretensu caráter progressivo de seu deus de amor, de seu homem universal e de sua paixão masoquista, como o verso provisório de um messianismo assassino, foi indiscutivelmente a expressão de um imenso recuo. Uma recuada aquém das conquistas dos grandes impérios egípcios, mesopotâmios e chineses, imensas máquinas que conseguiram, não sem dificuldades, produzir as primeiras civilizações, com a invenção da escrita, das inovações técnicas, a divisão do trabalho na escala de milhões de indivíduos etc. De mal a pior, passa-se assim dos gregos aos romanos para terminar nos impérios cristãos. Sem dúvida, célebres “milagres”! Em cada ocasião, a pulsão de morte marca pontos irreversíveis. Sejam quais forem as regressões na ordem das técnicas e das instituições, a técnica militar registra e sistematiza a todo custo o essencial das aquisições: do uso da espada de ferro, da cavalaria etc. Cada novo impulso de civilização um dia se vai, conservando partes mais ou menos rachadas do edifício anterior, enquanto a máquina militar conhece um processo contínuo de inovações, matriz da maquinização e da militarização ulteriores do trabalho nas sociedades capitalistas.

Os gregos que pilhavam recuperaram a escrita, certa representação da cidade, uma reminiscência de império em forma de confederação... enquanto os romanos, grandes consumidores do exotismo grego e egípcio, tinham mais a tendência a se comportar como ianques por onde quer que passassem. Quanto aos cristãos, esses se lançaram, como animais carniceiros, sobre os dejetos do império para tentar garantir sua hegemonia (que se pense no frêmito de desgosto de Juliano). Mas traziam consigo os germes envenenados de todos os arianismos, de todos os anglicanismos por vir, incapazes que eram de permitir que o império passasse por uma universalização contra a qual ele deveria chocar-se até sua abolição final.

Para dizer as coisas tal como vêm e sem precaução, tomemos agora o exemplo do que acontece hoje a uma reviravolta histórica das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos. Como se sabe – Trotski já o indicara em *A Revolução Traída* –, os russos nunca cessaram de importar

do Ocidente seu modelo tecnológico. Contudo, a partir do kruschevismo, eles também passaram a importar seus modelos econômicos. Na verdade, o burocratismo soviético sempre foi incapaz de aceitar o desenvolvimento das rupturas subjetivas que trazia em si a Revolução Russa. Até o presente momento, ele tem resistido ao desenrolar de todo o processo de institucionalização que, sem chegar a questionar o próprio burocratismo, seja comparável àquele que fez o capitalismo ocidental se transformar, depois da crise de 1929, em capitalismo monopolista de Estado. (É verdade que com o concurso insubstituível de organizações social-democratas e comunistas!)

Não é evidentemente importando modelos libidinais – como quando são obrigados a aceitar a entrada do jazz e de modos de vestuário ocidentais – que os burocratas soviéticos poderão sair do impasse fundamental em que se viram presos, a saber, o fato de que suas histórias de planos quinquenais não interessam a ninguém, de que as massas não querem nem saber e de que todos estão mortos de tédio! Não só não formam de modo algum um processo de institucionalização ao importar fábricas de automóveis totalmente montadas como também, na mesma ocasião, transplantam tipos de relações humanas profundamente alheios ao socialismo, uma hierarquização de funções tecnológicas específica de uma sociedade fundada no lucro individual, uma separação entre a pesquisa e a indústria, entre o trabalho intelectual e o manual, um modo alienante de consumo de massa e assim por diante. Tudo isso coisas que às vezes são relativamente neutralizadas no âmbito da podridão capitalista – o bordel da pequena empresa e da limpeza dos dejetos individuais –, mas que, por ocasião desse transplante maciço, adquirem um efeito ainda mais nocivo ao se desenvolver num tecido burocrático que não dispõe mais de mecanismos “reguladores”, os sinais de alarme que são, para os capitalistas, a opinião pública e o jogo do mercado... Não são só fábricas de automóveis a ser importadas, mas igualmente formas sobreativadas de neurose social. A monstruosidade desses transplantes é tamanha que é possível esperar que se tornem com o tempo portadoras de rupturas significantes radicalmente revolucionárias, aí onde Trotski só imaginava uma simples “revolução política” para varrer para longe a excrescência burocrática de um Estado que ele considerava como tendo permanecido

fundamentalmente sadio e que persistiu em definir como um “Estado proletário”.

A ruptura significativa não é, pois, apenas alguma coisa a esperar de efeitos lingüísticos e, a menos que se aceite cair num realismo do significativo e evitar os problemas, é preciso admitir que pode bem ocorrer num *tam-tam* ou se escrever com os pés no sentido em que se diz de pessoas que saem de um congresso batendo a porta que elas “votam com os pés” (*votent avec les pieds*)... O significativo pode muito bem trazer seu efeito de ruptura nos registros estruturados a partir *de uma substância ou da outra*.⁷ Os atuais dirigentes soviéticos continuam a faltar a essa ruptura significativa ao importar seus modelos dos Estados Unidos de uma maneira exatamente semelhante àquela do czar, que pensava construir – apesar da debilidade da burguesia russa – uma indústria moderna tomando de empréstimo da França seus capitais e seus engenheiros.

No fundo, sair-se-ia do impasse estruturalista a partir do momento em que se considerasse que um efeito de sentido só ressoa no nível do significado à medida que são liberadas potencialidades subjetivas, quando há uma ruptura no significativo. Tanto um sistema fonológico como certo tipo de relação de produção, que são igualmente fechados em si mesmos, trazem em si potencialidades subjetivas. Mascarada por trás da estrutura, em expectativa, a ruptura maquínica caracteriza-se pelo sujeito em conserva, pelo tempo em posição de tiro. Enquanto a estrutura não se mexer, o sujeito não se *produz*. Um dia, por exemplo, a oposição *b/t* vai cessar de funcionar. Ou será a oposição entre o pai-patrão e o aprendiz – esse aprendiz que teria de fazer sua “torre de França” e sua obra-prima – que deixa de funcionar para ceder lugar à noção homogênea de quantidade de trabalho especializado. A destruição de uma tal oposição é comparável à oposição de duas significações como *baba/ta*. O que é destruído não é a oposição no nível da forma do conteúdo entre *baba*

7 O que implica uma concepção de signo mais próxima da da glossemática de Hjelmslev do que da sintagmática: cf. HJELMSLEVI, *Prolegômenes*, ed. de Minuit (Prolegômenos a uma teoria da linguagem, Perspectiva). Hjelmslev propõe uma análise do sentido em termos dos planos do conteúdo – ou do significado – e da expressão – ou do significativo –, cada um dos quais tem uma forma e uma substância; a forma é a parte organizada do plano, que nos é dado perceber, e a substância é amorfa, não organizada, inacessível, só se realizando na forma e por meio da forma. N.T.)

e *ta*, mas a oposição no nível da *forma de expressão*, entre o *b* enquanto oclusivo e o *t* enquanto surdo. Mas se *baba* e *ta* cessassem de ser discerníveis na expressão verbal e escrita, é de imaginar que isso pudesse ter algumas conseqüências imaginárias! E é sem dúvida primeiro nesse nível inconsciente que a História é tramada e que surgem as revoluções.⁸

Parece evidente ou seria preciso explicar? que essas oposições propostas a título de exemplo não devem ser tomadas ao pé da letra. As oposições econômicas, aquelas que constituem a axiomática fundamental de um sistema de relações de produção, isto é, alguma coisa que não tem grande coisa a fazer com a letra e a literatura, caem contudo nesse mesmo golpe das leis significantes, das repetições, dos impasses estruturais mortíferos, bem como das rupturas necessárias, das revoluções na espreita...

É a partir daí que se pode legitimamente conceber uma causalidade na ordem da luta de classes. Ainda que o movimento revolucionário se recuse a reconhecê-lo, é no plano da subjetividade e do significativo que ele desenvolve sua intervenção, empenhando-se em fazer surgir outras rupturas significantes, uma transmutação subjetiva, no momento em que, num sistema dado, a burguesia persiste em vão em articular oposições de toda ordem – e não apenas do tipo *baba-tapa* –, quando estas já não funcionam nem no nível da produção inconsciente nem no da produção econômica. Desse modo, os termos da luta de classes – a classe das palavras da classe – talvez venham a ver seu acento e suas articulações fundamentais modificados, enquanto aqueles que continuarem a proferir seus enunciados sem respeitar essa nova sintaxe inconsciente sairão da ruptura subjetiva revolucionária da ordem do dia, reificarão a lógica histórica – lógica do não-sentido – e cairão, apesar de si mesmos, no estruturalismo...

O sujeito, na condição de fator de ruptura, está em eclipse; o que persiste na existência é o Ego; nesse sentido, é tão absurdo falar do sujeito da História quanto o é falar do sujeito do ego. Pensemos numa criança em desenvolvimento: “sou isto, sou aquilo”. Vem depois uma brusca ruptura: surge a questão do sujeito. O ego infantil estava envolvido num sistema identificatório em que o sujeito, agente secreto da situação, não passava

8 Cf. a noção de “situema” (*situème*), introduzida por Claude PONCIN: “Essai d'analyse structurale appliquée à la psychothérapie institutionnelle”, tese, Nantes, 1962, a ser publicada em *Recherches*.

até agora de um falo imaginário – a criança para a mãe como fruto, e que fruto, do pai –, falo prisioneiro do ventre daquela que se designa como a mãe para aquele que se designa como o filho, indiferente ainda por um tempo à simbólica dessas designações, demasiado ocupado como está em fazer funcionar todas as suas pequenas máquinas parciais. Tudo poderia continuar assim se essa famosa mãe não tivesse aceito um dia, de certa maneira, a piscadela de um certo salsicheiro da esquina. E é então que tudo volta a ser questionado! A inscrição desse simples evento atinge plenamente seu objetivo e produz a matriz do factual, do desenvolvimento da grande história e de todas as pequenas e sujas histórias.

Torna-se então inevitável a questão de uma reorganização estrutural da pessoa da criança, e quem diz estrutura diz princípio de refechamento, afastamento e intrusão da pulsão de morte, ruptura entre o ego e o sujeito, entre a realidade e o prazer, entre a potência da enunciação e a impotência dos enunciados. A verdade agora revelada é que o sujeito e o ego nunca coincidiram de fato. Isso não causava maiores problemas, mas agora é oficialmente intolerável. É da ordem do esfacelamento diante do espelho. Com o novo regime, tudo isso deve mudar, custe o que custar deverá ser produzida a ilusão de uma aproximação possível entre o sujeito e o ego na ambigüidade do estatuto do indivíduo e da pessoa. Mito da totalidade, mito totalitário.

O sujeito cindido (*schizê*) permanecerá na verdade no plano secundário, vai ser o sujeito do inconsciente, chave oculta das enunciações recalçadas, ruptura potencial de cadeias significantes “capazes de tudo”, inclusive de liberar a energia ligada nos violentos, nos loucos e outros possessos, que farão seus estragos nos jardins organizados da consciência e da ordem social. Essa subjetividade não tem contas a prestar nem à lei nem à História. O sujeito e a morte não existem na História; não existem de maneira identificável, não estão em lugar algum. Quando é que se está morto? Quando se nasce? Quando se vive? Quando se morre? Depois de morrer? Quando? Está-se sempre morto se há um conceito de morte. Antes mesmo de nascer, pois não se pode pensar em existir na ausência da morte. Em certo sentido, tão absurda uma como a outra. Fazer a História – fazer histórias – é cessar de fazer a morte, é dissolver por todos os meios a potência ilusória das estruturas em sua função de

dar consistência a enunciados, não obstante vazios de sentido, sobre a História e a morte.

2. A ruptura leninista⁹

No sentido que costuma ser atribuído à História, tudo acontece nela na ordem da determinação, e com a condição de não cair nas simplificações a que nos acostumaram os stalinistas, o materialismo histórico permanece como o único método válido. Mas ao determinismo dialético escapa uma dimensão que se passa em contraponto ao próprio princípio da determinação. É o paradoxo, por exemplo, de uma instituição como o PCF, cuja política é inteiramente determinada pelo jogo das relações econômicas e sociais do capitalismo monopolista de Estado, prisioneiro do gaullismo, tributário da política externa da União Soviética etc. Tudo isso coisas que, no entanto, não nos deveriam ocultar o fato de que continua a haver na França uma via revolucionária que depende em parte da evolução da crise interna desse partido. Tomemos outro exemplo, em Cuba: há dez anos, era possível pensar que tudo já havia ocorrido... a brusca ruptura do castrismo questionou tudo e ensejou por algum tempo uma série imprevisível de eventos. Não quero dizer que um castrismo seja um dia possível na França, mas apenas sugerir que, nessa ordem de contradeterminação, é possível todo um campo de intervenções subjetivas e de reformulações revolucionárias. Dizer isso de modo algum implica que se trate de causas necessárias, mas somente que existem possíveis rupturas da causalidade histórica.¹⁰

Passemos agora à intervenção dos bolcheviques entre fevereiro e outubro de 1917: tratou-se de impedir a evolução natural das coisas; eles se puseram no caminho do que teria ocorrido “normalmente” na esteira de uma derrota nacional daquela envergadura: algo como uma união sagrada de centro-esquerda, na esperança do retorno de dias melhores e

⁹ Resumo de um comentário sobre o livro de Isaac DEUTSCHER, *Trotsky*, ed. Julliard, publicado na revista *Critique* de junho de 1971.

¹⁰ “Porque, não se desagradem os filósofos, a realidade não se une ao possível na necessidade, sendo antes esta última que se une ao possível na realidade” (S. KIERKEGAARD, *Traité du désespoir*, NRF, p. 95).

da recuperação do poder por partidos tradicionalistas. Os bolcheviques *interpretaram* a debandada militar, econômica, social e política como uma vitória das massas, a primeira vitória da revolução socialista. Coube a Lenin ter a audácia de sustentar, nessa situação dramática para a Rússia, a intransigente teoria do “derrotismo revolucionário”. Precisemos além disso que a política bolchevique nesse período girou inteiramente em torno de Lenin e de sua brusca tomada de consciência de que a revolução socialista se tornara o objetivo imediato, dado que a fraqueza da burguesia russa a tornava incapaz de consolidar seu poder. Para Lenin, tratava-se de enfrentar uma situação completamente imprevista. Até então, ele combatera duramente aqueles que haviam previsto que um tal processo de transbordamento se tornaria inelutável (isto é, Trotski e os partidários da “revolução permanente”). Restava a Lenin convencer seu próprio partido; no final, foi por uma espécie de golpe de força contra seu próprio comitê central que ele acabou por impor essa orientação chamada de “teses de abril”: a mobilização imediata do partido e das massas para a tomada do poder.

As conseqüências dessa reviravolta e da ruptura que implicou no partido bolchevique foram consideradas. Alguns militantes de importância primordial, como Zinoviev e Kamenev, opuseram-se com todas as suas forças e por todos os meios a essa nova vocação hegemônica do partido. A energia do desespero que mobilizaram para combater o que, para eles, não passava de uma perigosa tentação pode mesmo fazer pensar que eles talvez tivessem uma espécie de presciência histórica com relação aos futuros stalinistas dessa tomada de poder, da ulterior degenerescência do ideal comunista aos olhos da massa e, por conseguinte, de um grave prejuízo que atingiu o movimento marxista revolucionário como um todo.

Mas nem Lenin nem Trotski se dispuseram a perder tempo com esses pressentimentos. Pela primeira vez em 15 anos os dois voltaram a estar de acordo: era preciso investir com rapidez e sem hesitação contra essa brecha e, por uma espécie de voluntarismo coletivo, obrigar a História a reconhecer irreversivelmente aquela ruptura revolucionária proletária, apesar da fraqueza do proletariado russo e sem cuidar das conseqüências, sequer dos possíveis efeitos de bumerangue. A hora da primeira revolução socialista *devia* ser soada. Em seguida, essa brecha foi fechada, o gume

da intervenção bolchevique privado de força; alguns vão pretender que nunca de fato a causalidade histórica das relações de força perdeu seus direitos nessa questão, que essa famosa ruptura significativa – a ruptura leninista – não passou de engodo, bem como que a História permanece governada, em última análise, pelas mesmas leis da natureza – ou melhor, as leis que a imaginação positivista lhe empresta.

Não obstante, essa ruptura continua a marcar nosso destino histórico, tanto pelo que nos trouxe no plano teórico e pela atualização que efetuou de uma eficiência da luta de classes (que até então permanecia relativamente hipotética), como por seus limites, seus aspectos contingentes, as cicatrizes e taras que nos legou e de que continuamos a sofrer por nossa incapacidade de superar seus efeitos de repetição. Toda a questão é saber de que perspectiva é oportuno voltar a esses momentos da História, saber até que ponto é preciso analisar as contingências de todo tipo que os marcaram e, ao mesmo tempo, determinar o peso relativo que deverá assumir para nós a factualidade cotidiana em nosso próprio empreendimento militante.

Pode-se considerar preferível ater-se a certo nível de generalidade, delimitar por exemplo a análise da “recuperação” do bolchevismo pela simples causalidade histórica da relação vigente de forças, e se contentar em desenvolver os temas clássicos segundo os quais foi inevitável que assim acontecesse, considerando-se o fracasso da revolução alemã, da traição da social-democracia européia, da fadiga das massas e assim por diante. Pode-se também imaginar outra via, mais complexa, que não se recusaria a cruzar ordens tradicionalmente separadas, que tentasse articular entre si as determinações econômicas, demográficas, sociológicas, inconscientes etc. Nada, portanto, de fazer prevalecer um plano significativo sobre outros: o papel do homem ou então o da economia... Não; acompanhar passo a passo os encadeamentos significantes, as encruzilhadas, os cortes, os reencaminhamentos, as repetições, os recuos... Da exploração de uma tal investigação, em que o trabalho do historiador e do economista estaria em constante articulação com a elaboração de biografias psicanalíticas, estudos lingüísticos etc., sairia talvez uma nova raça de analistas militantes que contribuísse para que o marxismo se livrasse finalmente da doença mortal que o paralisa, a da generalidade.

Voltando à Revolução de Outubro, caberia aprofundar – sem ter medo de se perder em detalhes à primeira vista sem importância – quais foram as circunstâncias e o contexto da *ruptura leninista*. Que complexas redes de significantes estão diante dos bolcheviques prestes a dar início aos “dez dias que abalaram o mundo”? Que obstáculos se interpuseram a eles e os fizeram assistir, impotentes, ao monstruoso refluxo do stalinismo, que deveria desfigurar a revolução, paralisar, sabotar dezenas de movimentos revolucionários nos decênios seguintes?

Cabe de início admitir sem que isso em nada diminua seus méritos que desde muito cedo, desde o começo da revolução, os bolcheviques se mostraram incapazes de assumir, no respeito a sua política fundamental e a seus princípios éticos, a condução das massas. Nessa fase paroxística de outubro de 1917, o aparelho do partido – ainda ontem modesta formação clandestina – teve de enfrentar as conseqüências dessa derrota generalizada e o cerco imperialista; teve de erigir um embrião de Estado – dividido entre as necessidades do “comunismo de guerra” e a promessa de uma futura degenerescência do Estado proletário –; teve de formar às pressas um exército revolucionário, mas tendo que, por imperativos técnicos (foi ao menos assim que viram as coisas), integrar a seu Estado-Maior oficiais do antigo exército czarista e voltar, praticamente, a métodos militares clássicos. Foi ainda a esse mesmo aparelho do partido que coube – sempre segundo as concepções em vigor – a missão de coordenar estrategicamente e até de elaborar taticamente as lutas revolucionárias no mundo... Foi assim que ele improvisou, a partir de núcleos, de facções dispersas e sem sequer contar com o apoio formal do partido de Rosa Luxemburgo, uma nova Internacional, enquanto a social-democracia européia estava longe de ter absorvido a crise pela qual passava. Ou seja, o aparelho estava em toda parte, sentia-se responsável por tudo... A concepção que os bolcheviques tinham das relações entre as massas e a vanguarda implicava que o partido revolucionário – na verdade, o aparelho – se pusesse à frente em todas as circunstâncias, falando em nome das massas, dirigindo-as etc.

Essas apreciações pedem análises aprofundadas das diversas “regiões” organizacionais, políticas, teóricas e éticas do bolchevismo. Poderíamos partir da idéia, que me parece inegável, de que o punhado de “velhos bolcheviques” conscientes de sua missão, e que não se deixavam – salvo

exceções – cegar pelo sucesso, mesmo assim contribuíram, por necessidade da propaganda e da coesão do partido, para o surgimento de uma fantasmática *coletiva* de onipotência que, nos recém-chegados ao aparelho, assumiu por vezes proporções megalomaniacas. O partido fora investido de uma espécie de vocação messiânica, fora escolhido pela História para julgar, em todas as matérias, o verdadeiro e o falso, para selecionar os bons e os maus militantes etc. É igualmente necessário considerar concepções mecanicistas que reinavam na *intelligentsia* da época, de que é testemunha, por exemplo, a detestável imagem, que ainda envenena o movimento operário contemporâneo, da “correia de transmissão”, forma na qual se esperava que as organizações de massa se inserissem entre o partido e as massas, a fim de que as justas palavras de ordem passassem de um aos outros.

O partido leninista, não mais do que qualquer outro, não estava preparado – sobretudo no plano teórico – para acolher e estimular um processo original de institucionalização, como o foi na origem o desenvolvimento dos soviets. Por conseguinte, fosse o sindicato, a organização de juventude, a organização de mulheres etc., não se saiu de fato do estilo tradicional. Nenhuma inovação institucional pôde se desenvolver de modo duradouro. Os soviets foram liquidados no dia seguinte à tomada do poder.

Com o passar do tempo, o resultado seria a eliminação e depois a perseguição de todas as oposições, e bem antes da morte de Lenin (banimento dos socialistas revolucionários de esquerda, dos anarquistas, da oposição operária, de facções do partido etc.). Na verdade, o resultado, na ausência de um contrapeso popular, foi o aumento canceroso de tecnocracias políticas, policiais, militares, econômicas etc. À militarização do Exército Vermelho por Trotski se seguiria seu projeto de militarização dos sindicatos e de instauração de um sistema de trabalho forçado, tudo isso laboriosamente defendido a partir de considerações quase delirantes, como a que consistia em definir o trabalho dos servos feudais como tendo sido um “fenômeno progressista”.¹¹ Caberia a Stalin fazer voltar à realidade todas essas belas coisas e, por cima do mercado, militarizar o partido, o Estado e a Terceira Internacional. O

11 Isaac DEUTSCHER. *Le Prophète armé*, ed. Julliard, p. 659.

resultado foi, a partir de 1921, a Comuna de Cronstadt, universalmente desconhecida e caluniada...¹²

Foi assim que Trotski, transformado em leninista pela força da revolução, perpetuamente dividido em si mesmo, veio a aplicar, com feroz rigidez, um bolchevismo caricatural, uma linha diametralmente oposta à que seguira como líder do soviete de Petrogrado em 1905 e 1917. Mas, ao contrário de Lenin, quando inverteu sua linha, parece que a teoria cessou para ele de se ancorar na realidade, ou então só se ancorava *depois* do evento, tendo sua atividade literária a função, para resumir, de restabelecer uma sincronia retroativa. O certo é que ele se tornou o homem das situações impossíveis; viu-se literalmente possuído pela “disciplina de ferro”, pela mecânica regulamentar, o sentido da “representatividade” levado ao teatralismo, quando antes fora um dos mais virulentos denunciadores do perigo de um “substitucionismo político” que dizia ser inerente ao centralismo leninista. Seus exageros foram, sem dúvida, conseqüência do fato de ele ser apenas um adepto recente do leninismo. Avaliado pelos “velhos bolcheviques”, ele foi levado a passar por todos os níveis de centralismo; além disso, ele tinha de modo geral tendência a ser excessivo em tudo. O próprio Lenin julgou dever observar, a propósito de Trotski, em seu testamento, depois de um claro elogio, a “certeza excessiva” e “o gosto pronunciado, igualmente excessivo, pelo lado puramente administrativo das coisas”.

Lenin, menos teórico, e em todo caso menos literário, e talvez com um menor controle direto sobre as massas do que Trotski, nunca conheceu tamanha separação entre teoria e prática. Mudar de opinião, modificar uma linha política, não parecia para ele causar grandes problemas. Tudo nele tinha por centro a meta a atingir. Sem desconhecer, longe disso, a diplomacia e os compromissos, no fundo as questões pessoais não contavam – a começar pelas de sua própria pessoa. Toda a sua história política testemunha essa atitude, mas esta talvez seja particularmente relevante no que se refere ao que vou denominar *o momento da ruptura leninista fundamental*, a de julho de 1903, ao final do segundo congresso do POSDR.¹³

12 Cf. a tradução dos 14 números dos *Izvestias* de Cronstadt em *La Commune de Cronstadt*, ed. Bélibaste; e *Ni dieu ni maître*, ed. de Delphes, p. 556.

13 Parti ouvrier social-démocrate russe (Partido Operário Social-Democrata Russo).

Contudo, aparentemente, o mínimo que se pode dizer é que as coisas não correram aí segundo bases políticas e teóricas límpidas!

A cisão estourou como “um raio rompendo o céu azul”, para usar uma expressão de Trotski.¹⁴ Aparentemente, as coisas se desenvolveram à maneira dos clássicos acertos de contas nos grupúsculos: no espírito dos 58 delegados (observe-se que só três deles eram operários) reunidos em Londres por terem tido de deixar Bruxelas em função da polícia, tratava-se sobretudo de consolidar a constituição do partido. Tudo girou em torno da definição de “militante”, de uma divergência sobre *duas palavras* de um parágrafo dos estatutos, e depois a querela passou ao número de membros do comitê de redação do *Iskra* (jornal revolucionário clandestino russo): por razões de eficácia – que sem dúvida mascaravam segundas intenções políticas –, Lenin desejava que fosse reduzido a três... Foi a partir desse tipo de questões que se despedaçou o frágil equilíbrio que vinha sendo mantido, bem ou mal, pelos grupos fundadores do Partido Social-Democrata Russo. É verdade que as coisas vinham fermentando há muito tempo: as divergências com os “economistas” – os quais, notemos de passagem, reuniam o essencial dos militantes operários do partido – tinham sido objeto de acirradas polêmicas: o medo obsessivo que tinham alguns intelectuais do partido de pecar por revisionismo os levou a exagerar em demasia o risco, de resto imaginário, no contexto objetivo da Rússia czarista, de uma separação entre o trabalho nas empresas e a ação política.

Houve ainda a disputa malsã que iria desembocar na exclusão do Bund (organização de comunistas judeus): o racionalismo dos dirigentes os impediu de compreender os desejos dos militantes judeus de conservar um mínimo de identidade organizacional; Deus, contudo, sabe como era precária a condição dos trabalhadores judeus na Rússia da época! No tocante a isso, a direção do partido pôs Trotski à frente: a violência de suas intervenções lhe valeu o apelido de “porrete de Lenin”... É porém impossível retomar aqui como seria conveniente os detalhes de todas

14 Isaac DEUTSCHER. *Le Prophète armé*, ed. Julliard, p. 124. Cf. a tradução recente e a excelente introdução de Denis Authier do *Rapport de la délégation sibérienne* (Relatório da delegação siberiana), que Trotski redigiu logo depois do Congresso, ed. Spartacus, Librairie La Vieille Taupe; cf. igualmente TROTSKY, *Nos tâches politiques*, éd. Pierre Belfond.

essas questões. Para resumir, a engrenagem era irreversível: ruptura entre Martov e Lenin, depois entre Lenin e Plekhanov e mais tarde entre Plekhanov e Trotski... tudo isso marcado por invectivas definitivas e fins de amizade de longa data. Apesar de tudo, foi a partir desse mau teatro, desse psicodrama em recipiente fechado, que veio à luz uma nova bateria significativa, que se promoveu uma nova axiomática do movimento revolucionário de que ainda somos em grande parte tributários.

O que lá ocorreu repetiu-se alhures ao infinito. Enunciados se cristalizaram e se dissociaram definitivamente de suas situações de enunciação. Alçados à condição de enunciados dominantes, sua função passou a ser depois tender a controlar toda enunciação que representasse uma ruptura. Atitudes, todo um estilo “bolche” profissional, um gosto perverso pela rigidez de princípios associado a uma flexibilidade tática muito grande que por vezes beirava a duplicidade, tudo isso foi lançado no mercado da subjetividade militante. Estou convencido de que os foneticistas, fonologistas e semanticistas conseguiriam remeter a esse evento a cristalização de certas características lingüísticas, de certas maneiras – sempre as mesmas – de martelar fórmulas estereotipadas, seja qual fosse a língua empregada, e que permanecem no agir de inúmeros militantes de nossos dias. Uma nova variante da língua militante universal – uma “língua especial”, e como! – nasceu desse teatro um tanto absurdo; essa língua deu forma a uma mensagem em ruptura, bem como consistência a um código anti-revisionista, anticentrista etc.

Ela também criou um campo de inércia que iria impor graves limitações à capacidade de abertura de militantes revolucionários formados nessa escola, justificando sua complacência cega com relação a palavras de ordem incisivas e que levou a maioria deles a desconhecer a função do desejo: primeiro, para eles, no processo de sua própria burocratização; em seguida, para as massas, com relação às quais vão desenvolver uma atitude de dominação e de desprezo, amor e ódio do militante que sabe tudo *a priori* e que se recusa sistematicamente a ouvir o que não for a linha. Droga militante, engodo sadomasoquista! O desejo das massas é feito, sem dúvida, de uma vontade de lutar, mas também de um saber que não coincide necessariamente com a linha traçada pelo partido, linha demasiado esquemática que ignora em demasia o imprevisto das

situações e as relações de forças singulares; linha sem gozo (*jouissance*). Não que as massas em si sejam anarquistas, mas elas querem se bater a sua própria maneira, em seu próprio ritmo, de acordo com o gosto e o prazer que daí extraem, prontas a procurar os aparelhos quando se vêem desorientadas por alternativas indecidíveis, ou então simplesmente quando perdem o interesse.

A partir dessa ruptura fundamental, eis a máquina leninista lançada em sua trajetória; caberá à História dar-lhe feições e consistência, mas sua codificação fundamental está, por assim dizer, fixada. E, no fundo, a questão com a qual nos debatemos é de saber por meio de que outra máquina – se é que deve haver uma – poderia ela ser substituída, uma máquina que seja ao mesmo tempo mais eficaz e menos perniciosa para o desejo das massas. Claro que não pretendo dizer que foi essa ruptura de 1903, e só ela, que atravessou a história do leninismo, do stalinismo ao maoísmo; as coisas evoluíram, sofreram inflexões segundo as situações... Digo simplesmente que os significantes fundamentais, as rupturas-chave, tiveram com tal evento sua entrada na História. Além disso, há somente uma hipótese de trabalho que precisará ser submetida a detalhado escrutínio, remanejada e até deslocada! Trata-se apenas de ilustrar sumariamente uma possível direção de análise. Essa reserva não é só formal, insisto, pois não se trata de proceder com os mitos veiculados pelo movimento revolucionário contemporâneo como o fazem, por exemplo, os psicanalistas com os mitos antigos, que tomam por referência absoluta e que pretendem reencontrar idênticos a si mesmos em todas as etapas e todas as regiões da fenomenologia do inconsciente.

O que precisamente deveria ser esclarecido é o fato de que cada período permanece prisioneiro, enquanto uma *interpretação* revolucionária não tiver esclarecido de novo as coisas, de mitos *historicamente definíveis*. Partido do “complexo bolche” e pude assim examinar o “complexo de 1936”, com suas variantes de frente antifascista, frente nacional unida, frente popular, até o mito descolorido e oco da “aliança de todo o povo”, que envenena a luta antiimperialista. Dessa vez, as coisas têm de ser remetidas, sempre do ponto de vista da determinação de uma ruptura fundamental (vinculada com a precedente), a um processo que ocorreu na cabeça dos burocratas stalinistas quando eles simularam realizar um congresso da

Internacional, em 1935 (o VII Congresso), depois da tomada do poder por Hitler, do incêndio da Reichstag (o Parlamento Alemão) etc. Não podendo mascarar por mais tempo o fracasso da orientação seguida a partir de 1929, Dimitrov se fez então arauto do abandono oficial das atitudes sectárias do célebre “terceiro período” para anunciar uma política exatamente inversa que faria cair o conjunto do movimento comunista, dessa vez, no pior oportunismo e, é claro, no diapasão da política de Moscou. Esta viria capitular, como se sabe, no pacto germano-soviético, chegando mesmo a negociar com o imperialismo a dissolução do que já não era mais que uma ficção de Internacional.

Desse “complexo da Frente Popular” restou igualmente outra face idealizada, que poderíamos ilustrar tanto pela silhueta extenuada do militante das brigadas internacionais voltando da Espanha, para quem a amargura da derrota deixa muda a interrogação sobre a imensa e incompreensível traição..., seja pela imagem rósea que viria marcar inúmeras gerações, a do “espírito da Resistência”, na manhã da Libertação, mal libertos das ilusões do período de antes da guerra, do pacifismo, dos mitos de retorno à terra, expressão de um desconhecimento sistemático da dureza das lutas de classes e das batalhas imperialistas.

Deixo aqui de lado a questão de saber se uma prática revolucionária poderia ou não se livrar de toda a alienação a essas formações imaginárias coletivas que pontuam, de alguma maneira, o tempo da História, mas que podem também paralisar, inibir e até perverter as massas.¹⁵ Essa questão equivaleria a determinar quais seriam as condições de possibilidade do surgimento de *grupos-sujeitos* capazes de dominar suficientemente sua própria fantasmática para a reduzir ao estado de *fantasias transitórias* – ou seja, marcados por uma finitude histórica assumida – que impedissem o grupo de se deixar levar pelas *fantasias de grupo* dominantes e de se transformar em *grupo-sujeitado*. Desejo insistir aqui na idéia de que um empreendimento analítico nesse domínio não teria de considerar apenas os enunciados históricos tais como chegaram a nós, mas também as formas de constituição e de funcionamento de agentes de enunciação.

¹⁵ Isaac Deutscher, retomando uma análise do nazismo feita por Trotski, fala da “neurose política de milhões de pessoas empobrecidas (que) daria ao nazismo sua força e seu ímpeto” (Trotski, t. 3, p. 189).

Voltemos às poucas dezenas de delegados do II Congresso do POSDR. Eles eram manifestamente bem incapazes de olhar o próprio rosto e de dizer a si a verdade, e isso talvez em razão do próprio fato de que a verdade os envolvia de todos os lados. Será permitido um dia falar do principal deles, Lenin, sem correr o risco de ser insultado por todos, tentando explorar uma fase de sua existência que por certo foi um dos pontos de origem da ruptura fundamental que constitui o leninismo; desejo falar do choque de sua vida que foi, na primavera de 1887, a execução de seu irmão gêmeo, Alexandre, principal responsável por uma tentativa de assassinato do czar Alexandre III. Louis Fischer mostrou bem, na biografia de Lenin,¹⁶ como a História oficial travestiu as posições relativas dos dois irmãos. Para os stalinistas, tudo é muito simples: temos de um lado o terrorista Narodnik e do outro o jovem marxista que, quando da morte do irmão, faz a seguinte declaração solene: “Temos de agir de outra maneira; este caminho não é o bom...”

Na realidade, até essa etapa, Volodia – o futuro Lenin, que só tinha 17 anos – não estava de modo algum engajado no caminho revolucionário do irmão. Por outro lado, eles não se entendiam bem. Enquanto Volodia se apaixonava pelo jogo de xadrez e por Turgueniev, Alexandre traduzia Marx para o russo, estudava *O Capital* e dirigia um grupo de militantes que se dizia influenciado tanto pela “Narodnaia Volia” (o grupo de Narodnik) como pelo grupo marxista de Plekhanov. Estamos longe das róseas imagens stalinistas! Alexandre, ao recusar-se obstinadamente a pedir a graça ao czar, tornou-se uma figura lendária entre os revolucionários russos. Portanto, só depois da morte do irmão, Volodia interessou-se por suas idéias e teria no começo as mesmas posições simpatizantes com relação aos *narodniks*. E embora se tornasse em seguida seu inimigo figadal, por toda a vida Lenin teria censurada pelos social-democratas legalistas sua inclinação para o terrorismo e as formas de organização clandestinas.

Eis pois uma ruptura bem *real*, e que iria provocar uma total reviravolta no futuro do brilhante estudante... Seria sem dúvida necessário remontar a esse ponto para perceber a diferença primordial, irreduzível, da relação com o real para além de toda enunciação teórico-política entre um Lenin e, por exemplo, um Trotski.

¹⁶ Louis Fischer, *Lenine*, Christian Bourgois, 1966.

Trotsky era todo um outro mundo: igualmente dividido, porém marcado por uma ruptura menos apreensível, que se inscreve antes na ordem imaginária; há muitos motivos para pensar que, durante toda a sua vida, sua condição originária de judeu o conduziu à busca de uma integração, de uma legitimação, pronto a correr o risco de uma identificação massiva com a imagem dominante. Não fora seu pseudônimo o mesmo de um de seus antigos carcereiros da prisão de Odessa, que ele escreveu às pressas num passaporte falso quando de sua fuga de Irkoutsk em 1902? Podemos esperar, sem fazer tremer as almas sensíveis nem revelar o racismo stalinista, que um dia a análise histórica se debruce mais profundamente sobre esta interrogação de Isaac Deutscher: “No curso dessa perigosa fuga, estaria a identificação com o antigo carcereiro satisfazendo no fugitivo uma necessidade inconsciente de segurança?”¹⁷

Assim, talvez venhamos a dispor de melhores chaves para interpretar fatos aparentemente tão aberrantes quanto o *motivo* apontado por Trotsky para recusar, no dia seguinte à vitória de outubro, que lhe fora feita por Lenin de assumir a presidência do primeiro governo dos soviets, de que era... judeu. Ou então poderíamos ir além da interpretação um pouco rápida de Deutscher quando atribui a simples ciúme a recusa em assumir, dessa vez, a vice-presidência do Conselho dos Comissários do Povo, que Lenin, de abril de 1922 até a morte, lhe implorou que aceitasse, a fim de contrabalançar a presença de Stalin à frente do aparelho do partido.¹⁸ Inibição matricial seguida de outras, inúmeras, que fariam Trotsky, como Hamlet, se recusar o máximo que pôde a tomar de fato a ofensiva contra Stalin, apesar da insistência de Lenin paralisado em seu leito de morte. Ele só se envolveria numa violenta luta contra a burocracia bem depois da morte de Lenin, e ainda assim apenas quando a situação atingira tal grau de podridão que de semelhante prova só se poderia esperar a morte!

Se é verdade que os riscos dessa gravidade constituíram o argumento potencial do teatro do II Congresso do POSDR, deixando-se pressentir no prolongamento de cadeias inconscientes que ali se apresentaram, compreende-se por que os atores se tornaram de súbito um

17 DEUTSCHER, op. cit., t. 1, p. 88.

18 Id., t. 2, p. 63, 106, 131. Os stalinistas, que não hesitavam em caluniar, qualificaram essa recusa de Trotsky... “um insulto a Lenin”.

tanto loucos, cegos por verdades históricas ameaçadoras, tendo tentado refugiar-se em formas estereotipadas de defesa, atitudes completamente estereotipadas.¹⁹ Excetuando Lenin, que, pelo contrário, parece ter saído mais forte da prova, e mais decidido do que nunca a acabar com todo um estilo de compadrio na social-democracia. Ele escreveria logo depois do Congresso, em Potressov: “E agora pergunto-me: por que motivo nos opomos uns aos outros como inimigos mortais? Quando me recordo dos eventos e impressões desse congresso, tenho a consciência de ter agido com freqüência por meio de impulsos coléricos, *estupidamente*, e estou pronto a reconhecer minha falta diante de qualquer pessoa, se se pode chamar de falta algo que foi provocado pela atmosfera, pelas reações, pelas réplicas, pelas lutas etc.”²⁰

Não obstante, sem duvidar da sinceridade dessa proposta, pode-se pensar que, no fundo, ele não alimentava ilusão alguma sobre as possibilidades de reconstituir a porcelana. De seu ponto de vista dele, ultrapassara-se uma etapa. Claro que os antigos camaradas sempre poderiam voltar ao que ele considerava a maioria do partido, mas o fariam segundo as bases do novo centralismo, sem que nunca se pudesse questioná-las. Na verdade, os militantes que no começo não eram formalmente filiados à facção leninista refluíam para o tipo de agrupamento incoerente que constituiria o menchevismo. Inúmeros dentre eles saíram da prova definitivamente abalados, como foi o caso de Martov, antes militante de primeira ordem, que carregaria sua ambivalência, para além de Zimmerwald²¹ e de outubro de 1917, até a morte no exílio, em 1923...

Se se pode considerar que desde essa época estavam cristalizadas as escolhas fundamentais do leninismo, não se pode dizer o mesmo das outras correntes de pensamento. É como se as alternativas presentes vivessem sempre à procura de suas personagens, encarnando-se com certa plasticidade ora numa, ora noutras. O teatro militante de 1903

19 Pode-se transpor a isso o que Lacan diz do drama subjetivo do sábio que deve provocar uma grande crise teórica: esse drama “tem suas vítimas, com relação às quais nada indica que seu destino se inscreve no mito de Édipo”..., exceto o questionamento – precisa ele adiante – do próprio mito de Édipo.

20 DEUTSCHER, op. cit., t. 2, p. 120.

21 O Movimento Zimmerwald substitui a Segunda Internacional. O nome vem do lugar da Suíça em que se realizou o primeiro encontro internacional de socialistas. N.T.

ainda estava longe de se transformar na imensa máquina devoradora de homens que viria a ser a Rússia pós-revolucionária, em que um processo pré-fabricado – teatro que seguia outras regras – anunciava a uns e a outros aquilo que eles, de uma vez por todas, teriam de ser para a História oficial, algo que eles jamais foram. No ponto em que estamos, Stalin, por mais sem falhas que fosse, ainda não se tornara o protótipo e o líder de um pseudobolchevismo maniqueísta e sádico... Trotski ainda não era aquele cuja voz se tentaria anular, antes de assassiná-lo as calúnias e mentiras tiveram, sobretudo, o efeito de esterilizar em contrapartida toda possibilidade de enunciação verdadeira da parte dos stalinistas, condenando-os por uma espécie de mecanismo paradoxal a sempre retomar palavra por palavra, embora com certa defasagem no tempo, fora de seu contexto e deturpando-os, os enunciados trotskistas sobre a economia, a política internacional etc. Kamenev e Zinoviev ainda não eram os centristas e traidores definitivos que a única coisa que sempre fizeram foi esperar sua hora... Acrescentemos também que o próprio Lenin estava longe de encarnar a personagem rigorosa, partidária de um centralismo intransigente, que uma História um tanto simplista nos legou! Na verdade, em 1903, o centralismo estava no ar, e estava até na moda na social-democracia: não era o próprio venerável Plekhanov centralista e não alcançava o jovem Trotski sucessos oratórios sendo ainda mais centralista do que Lenin?

Tudo isso não é apresentado aqui, sem ordem e de maneira bem aproximativa, senão com o objetivo de ilustrar que uma ruptura do tipo que viria cindir oficialmente, em 1912, a social-democracia russa em dois partidos irreconciliáveis – com todas as conseqüências que isso teve sobre o desenrolar da revolução –, que uma tal ruptura poderia ter sido contradeterminada, muito tempo antes, *Nachträglich* – para usar a expressão de Freud – e em ordens completamente distintas das que são tradicionalmente tomadas pelos projetores da História, em particular no detalhe, mal evocado aqui, do que chamarei de “representação militante, ela mesma não mais do que a manifestação de significantes inconscientes, de enunciações potenciais, de cortes criadores, que incidiam sobre substâncias ainda insignificantes e que engendravam efeitos subjetivos que atravessavam sincronicamente toda a série histórica considerada.

É como se a História só dispusesse, para resgatar sua diacronia, de pontos de apoio contingentes na forma de rupturas atualizadas, de modo mais ou menos inconsciente, pelos *agentes coletivos de enunciação* que são os grupos-sujeitos – no caso, para o período contemporâneo, os grupos militantes. Sem dúvida, se reprovarão essas formulações por redirecionar a causalidade histórica para o “lado corriqueiro das coisas”... E, nesse sentido, é verdade, é bem disso que se trata. Até que ponto as massas estão prontas a se sacrificar pelo “lado grandioso” das coisas e decididas a assumir suas tarefas históricas fundamentais? Sob que condições aceitarão elas “formar como um só homem” para realizar uma imensa máquina de guerra do tipo que varreu tudo a sua frente em 1917? A condição primeira – à falta da qual a pulsão de morte viria a se autonomizar em escala coletiva – não seria a de ter a garantia de que, em sua marcha, não se desprezasse precisamente o “lado corriqueiro das coisas”, que é para elas o sal, a vida, a fonte de seu desejo? Basta evocar aqui a gigantesca e interminável bebedeira da manhã da tomada do poder em Petrogrado... e a consternação dos dirigentes bolcheviques. Claro que havia nisso algo de mortífero, mas também se poderia dizer que têm as festas que merecem!

O desejo, a subjetividade, nesse nível de cristalização coletiva, é algo que permanece necessariamente à mão das massas e que só pode entreter relações extremamente mediadas com objetivos históricos fundamentais, que permanecem forçosamente programáticos e abstratos no momento em que são enunciados. A análise, assim como o empreendimento revolucionário, é algo que contribuiria para lançar uma ponte entre essas ordens disjuntas, entre o que se passa e o que se diz, ou melhor, entre o que não se passa e o que não se diz na ordem da palavra plena, no seio dos estados maiores militantes de fato ou de direito, tudo isso coisas que condicionam, por infelicidade em medida demasiado larga, as possibilidades de expressão das massas, associadas a sua capacidade de auto-repressão mortífera em matéria de inovação, de espontaneidade e de desejo. Digamos, a título de retomada e sem poder nos estender mais, que o objeto de uma tal análise seria a identificação e interpretação de coeficientes de transversalidade relativos às diferentes regiões sociais consideradas.

3. Integração da classe operária e perspectiva analítica²²

Constituiu-se, a partir de 1936, uma transformação da sociedade política francesa que desembocou numa integração das organizações da classe operária ao sistema capitalista.

No começo, as coisas se desencadearam em situações conjunturais, crises dramáticas; mas, progressivamente, o movimento operário se integrou à ordem legal, apesar dos protestos, que por outro lado se tornaram cada vez mais tímidos, que seus porta-vozes puderam emitir. "O espírito de luta de classes" se abateria ainda mais entre os militantes comunistas no contexto ideológico da coexistência teoricamente pacífica entre os regimes e, implicitamente, entre as classes. Mostram os fatos – se deixarmos de lado as declarações de princípio dos congressos anuais –, de modo inequívoco que os movimentos reivindicatórios permanecerão apartados de todo caminho político que pudesse ameaçar seriamente o capitalismo. Já em 1936 e em 1945, embora as relações de forças permitissem conceber uma ação que fosse bem mais longe, foram as fórmulas de integração da classe operária que guiaram os dirigentes comunistas, e que acabaram por dar mais fôlego ao capitalismo e mesmo a reforçá-lo.

Com o kruschevismo, transpôs-se uma nova etapa: a social-democratização de fato dos partidos tornou-se uma ideologia de direito. Não se pode reconhecer explicitamente que os partidos comunistas tenham se tornado os bons e fiéis servidores do capitalismo, mas, em razão de considerações sobre o interesse nacional, a união de todo o povo – incluindo os pequenos capitalistas –, entende-se que são os ministros comunistas que se tornariam os melhores gerentes de um capitalismo de "esquerda", gerentes que, sobretudo, não buscam mudar o que quer que seja fundamental, como poderia ter ocorrido com a experiência da reconstrução da economia nacional, do Exército francês e da União francesa sob o tripartismo da Libertação. O fato de o PCF, bem atrás do PC italiano, tentar agora dar a si um rosto mais liberal, aceitando a idéia de que um pluralismo partidário possa instaurar o socialismo etc., não poderia haver incidência então! Ele é tanto mais liberal, para os fins da

²² Resumo de uma exposição apresentada quando de um estágio da Oposição de Esquerda em Bièvres, na Páscoa de 1966.

alvorada da revolução, quanto menos decidido está, mais do que nunca, a alcançá-lo.

Está-se pois diante de um processo que leva não somente à degeneração de toda a vida política da classe operária, mas, por contragolpe, diante da degeneração de toda a vida política em geral, se permanecer verdadeiro que a luta de classes é seu recurso fundamental. Cada vez que se parece discutir sobre a política, isto é, de alguma coisa passível de questionar o poder político, não se faz mais que organizar uma pseudo-participação, uma consulta aos usuários, para levá-los a "se interessar" por questões de nível de vida, de normalização de processos econômicos, de ajustes regionais e nacionais, de investimentos e fluxos de mão-de-obra, do consumo etc., tudo isso manipulado na realidade pelos tecnocratas e grupos de pressão.

A burguesia pode melhor favorecer essa despolitização uma vez que os centros mais importantes de decisão econômica já não são localizáveis nos contextos nacionais existentes, tendo-se deslocado para outras entidades imperialistas e oligopolistas, que nem por isso coincidem com os "grandes mercados" do tipo da Comunidade Econômica Européia. Esses pontos de convergência internacionais e cosmopolitas do capitalismo são por si mesmos vestibulos de despolitização – no sentido da política tradicional de Estado –; sua estratégia econômica, fundada na manutenção do lucro, não mais respeita as barreiras nacionais, mas calculam a longo prazo suas "aberturas" para o Leste e os países do Terceiro Mundo, na esperança de também integrá-los. Está-se assim diante de uma evolução geral das sociedades industriais que tende a liquidar toda necessidade de uma sociedade política.

A sociedade política burguesa foi indispensável para enfrentar uma etapa da luta de classes. Mas, à medida que as classes operárias, por meio de suas organizações, tendem a se autoneutralizar, assiste-se à atenuação de toda perspectiva de tomada de poder revolucionária das massas. E quando militam em favor de um governo de esquerda, os modernistas não só não duvidam da eventualidade de uma participação comunista, como a desejam: é que eles têm a certeza de que já não há risco algum de radicalização a esperar do PCF, e que, pelo contrário, os comunistas

serão mais eficazes do que os CRS²³ para conter um eventual movimento de massas.

Tudo isso é bem sabido, e essa lembrança pode parecer um tanto formal quando se trata de introduzir a questão da validade ou não de um empreendimento analítico no nível dos grupos políticos. Parece-me, não obstante, imperativo partir outra vez daí, compreender que a “traição” do PCF não passa de outra tentativa desesperada dessa tradicional instituição de se manter no contexto de relações de produção que se alteraram radicalmente, o que deveria ter implicado uma radical transformação dos métodos, da linha e das palavras de ordem da “belle époque” (bons tempos) da Frente Popular. Em vez disso, o PCF tenta a todo custo reanimar o mito moribundo de uma frente unida com os socialistas, os representantes presumidos de segmentos ditos antimonopolistas, das classes médias e dos gerentes etc. Tudo isso, é claro, não tem credibilidade e não interessa a quase ninguém, além dos profissionais da propaganda eleitoral. Trata-se de uma atividade superficial sem nenhum alcance político real, mas cuja eficácia, em contrapartida, é certa no nível dos sindicatos, cujos membros dirigentes tornaram-se verdadeiros agentes de integração da classe operária.

Nessas condições, o PCF acha-se particularmente mal colocado para combater os mitos da sociedade de consumo, pois na verdade é incapaz de propor para ela qualquer alternativa. Diante dele, os grupúsculos esquerdistas representam indiscutivelmente uma tentativa de manter os temas fundamentais de uma política revolucionária autônoma da classe operária. Infelizmente, o único espetáculo que apresentam é o de seu fracasso. A “travessia do deserto” que uns e outros fizeram do PCF para os grupúsculos nos terá ao menos ensinado que nenhum lugar militante atual escapa a uma total carência teórica e prática, caracterizada pelo fato de a problemática que os agita ser tornada obsoleta em uma média de pelo menos 40 anos!

Quando ocorre ao PCF analisar “objetivamente” uma situação, é para logo depois justificar o oportunismo mais rasteiro, o abandono dos

23 Referência aos membros da *Compagnie républicaine de sécurité*, força policial francesa de combate a distúrbios públicos. N.T.

conceitos fundamentais do marxismo que permitiriam articular as lutas atuais numa perspectiva de conjunto de caráter não ilusório. Quando defendem um programa revolucionário, os grupúsculos fazem-no desprezando as realidades atuais, estando sua visão inteiramente deformada pelo crivo de sua ideologia.

É assim que, apesar de tudo, o PCF e suas organizações permanecem os únicos a conservar um mínimo de vínculo com a realidade social. Trata-se de um aparelho cuja missão parece ser captar o reformismo latente da classe operária. Contudo, ao contrário de Lenin, que analisou a natureza desse reformismo, o PCF se dedica a adaptar-se a ela e até a antecipar-se a cada uma de suas etapas, como se manifesta em sua política com relação aos quadros. Seria possível, apesar disso, considerar que tal aparelho seja um “analisador” do inconsciente social da classe operária? Seria possível considerar, simetricamente, que os grupúsculos sejam hoje os únicos a encarnar a convocação histórica, feita à classe operária, de ter de dar à luz a luta de classes de uma nova sociedade em que as classes estariam abolidas?

Convido-os antes a considerar que esse ponto de ruptura entre duas modalidades de subjetividade social – a subjetividade operária reformista, mais ou menos canalizada pelo PCF, e a subjetividade revolucionária, mais ou menos encarnada pelos grupúsculos – poderia ser o ponto de convergência a partir do qual se formularia a questão de uma atividade analítica, da ação de tornar organismos de vocação analítica adjacentes aos grupos sócio-profissionais e aos grupos políticos. A experiência da Oposição de Esquerda e da FGERI nos deu melhores condições de avaliar as dificuldades e riscos que um tal projeto comporta. Em particular o de drenar, melhor do que poderão um dia fazê-lo o PCF e o PSU, os mitos modernistas: a entrada em cena da famosa “nova classe operária”, a doce ocupação dos “centros reais de decisão”, a promoção da “pesquisa interdisciplinar”, a que acrescentamos, para marcar nossa originalidade “e se possível baseada num trabalho de massa...”. Tudo isso é muito belo e, no cômputo geral, funciona muito bem! Mas para onde nos leva? Podemos prever, como o faria um grupúsculo, que num ou noutro momento decidiremos mudar bruscamente de orientação definindo, para a FGERI, bases

políticas claras, e tentando recuperar o todo ou parte desse movimento numa perspectiva revolucionária.

Claro que tudo é possível, mas enquanto mantivermos um pé no reformismo, seguindo o PCF, e o outro num dogmatismo mal derivado do dos grupúsculos, haverá lugar para pensar que nossos êxitos na FGERI de modo algum poderiam fazer progredir a agregação de uma vanguarda revolucionária e a retirada do movimento operário de seu atual imobilismo. Já há anos, persistimos em constituir um grupo, e isso sem razão válida alguma para a lógica comum de um militante clássico. O que pomos a perder? Discutimos, unimos uma ponta aqui e outra ali! Há muito tempo teríamos deixado de existir para nos integrar individualmente, de acordo com nossas próprias economias libidinais, nos diferentes grupúsculos de tradição histórica, ou então voltar ao PCF ou vegetar no PSU, nos drogando com tolices ou “aceitando o inevitável”...

Assim, a problemática aberta foi fechada de novo: “Era muito complicado, não era para este momento, não compreendemos os operários” etc. Talvez tenhamos permanecido presos a este ponto purulento da contradição: manter de alguma maneira o tipo de pretensão analítica – operadores analíticos – que, o mais perto possível das massas e sem cessar de evocar os problemas políticos fundamentais, se propõe a superar a cisão, perniciosa, entre o político e o sindical. O que se traduz, para nós, pelas tentativas de criar uma cabeça de ponte entre uma análise na adjacência das massas e uma práxis revolucionária para abater o capitalismo.

Do lado da classe operária, da juventude, dos estudantes, a realidade é a permanente remissão à produção, às mercadorias, aos resultados, aos índices, aos diplomas etc. (Nesse nível, sabemos que um empreendimento crítico como o da FGERI é possível e eficaz.) Do outro lado, seus únicos recursos são organizações esclerosadas que pretendem representá-los, mas que na realidade tomam seu lugar. Trata-se da manifestação, de caráter sociológico, de uma conservação por inércia de objetos institucionais sem nenhuma substância, pura repetição de uma rotina burocrática e de uma rede de palavra vazia.

Ao mesmo título que o aparelho patronal ou o de Estado, esses objetos institucionais vazios também são instrumentos de alienação da classe operária; são eles que contribuem para mantê-la distante de sua

missão histórica, de sua verdade revolucionária. Nenhuma varinha mágica, nenhum programa revolucionário poderiam dissolver esses objetos: eles constituem as engrenagens essenciais das relações de antiprodução. No tocante a eles, são possíveis todos os comportamentos de evitação: a constituição de capelas trotskistas, a política entrista... coisa alguma adianta. Pelo contrário, o fracasso repetido dessas tentativas serve apenas para lhes conferir uma espécie de justificação indireta: “Vejam, nada é possível fora da Igreja, por mais podre que ela seja...” As organizações stalinistas e social-democratas são vividas, por aqueles que as sofrem, como uma espécie de mal necessário e, desse ponto de vista, a primeira coisa de que deveríamos estar convencidos é que a demolição desses edifícios e a transformação dos grupúsculos esquerdistas implicam a instauração de referências conceptuais novas, a produção de novas formas de organização e, portanto, os produtos corriqueiros que nos oferece o atual mercado do marxismo-leninismo não conseguiriam sequer nos dar a idéia!

É o desconhecimento, pela vanguarda revolucionária, de processos inconscientes que coalescem nos determinismos socioeconômicos que deixou a classe operária sem defesa diante dos mecanismos modernos de alienação do capitalismo. É no tecido do inconsciente social que fincam raízes as organizações burocráticas pretensamente representativas da classe operária. Enquanto essa vanguarda permanecer desprovida, desorientada, sem apreender essas estruturas de neurose social, de que o burocratismo não passa de sintoma, não haverá chance de se ver, por milagre, a desorganização dessas estruturas mortíferas. O “liberalismo” kruscheviano, longe de ser um passo à frente, longe de alcançar um enfraquecimento do burocratismo interno, parece, pelo contrário, fadado a reforçá-lo, sob a máscara benigna, e mesmo casual, de jovens dirigentes que se empurram para o centro do palco.

O capitalismo traz em si o câncer burocrático, precisamente na medida em que é incapaz de superar suas contradições institucionais fundamentais. Ali onde antes era necessária uma república radical-socialista, carece-se agora de um enquadramento dos meios de produção, e especialmente dos fluxos de mão-de-obra. À medida que as organizações da classe operária não só se deixam cair na armadilha da política de participação como também não desenvolvem claramente uma saída

para esse imobilismo, nem criam nenhum processo de institucionalização revolucionária do tipo do duplo poder, não haverá grande coisa a esperar das lutas futuras.

O bolchevismo representou certo potencial de intervenção contra o burocratismo social-democrata, mas hoje as coisas são diferentes: trata-se de saber por que meio se podem contornar, dissipar, destruir esses miasmas participacionistas que intoxicam progressivamente a classe operária. O fato de sua eficiência incidir, no essencial, sobre a ordem imaginária em nada atenua o perigo que representa. Pelo contrário! Suas carências teóricas não impediram que o leninismo pusesse o dedo no mecanismo que faz que a classe operária, entregue a si mesma, tenda a oscilar na direção do sindicalismo, ou seja, rumo ao primado da demanda sobre o desejo. Mas a solução leninista de uma ruptura política, do isolamento de um objeto institucional, máquina de consciência e de ação composta apenas por revolucionários profissionais, ainda que seja conveniente como o mostrou a História numa situação catastrófica como a de 1917 na Rússia, não pode dar à classe operária os meios de tomar o poder em regimes capitalistas altamente desenvolvidos, isto é, em sistemas em que o poder já não se concentra numa oligarquia identificável – as “duzentas famílias” –, mas está apreendido pelos nós de uma rede infinitamente complexa de relações de produção, quer se trate de um elemento qualquer da economia mundial ou do mais ínfimo de nossos gestos cotidianos.

Seja como for, o leninismo nos legou uma direção de reflexões para explorar o que chamei de, à falta de melhor termo, a “castração de grupo”, a “ruptura leninista”,²⁴ ou seja, a incidência do surgimento de grupos-sujeitos nas relações humanas comuns. O que acontece quando uma máquina tão coesa quanto o partido de Lenin entra em ação? Todos os modos habituais se vêem falseados. Parafraseando Arquimedes, Lenin pediu um partido para mover a Rússia. E, para nós agora, que tipo de máquina revolucionária poderá desmanchar no ar todas as cidadelas de burocratismo e desencadear a revolução? Não é às apalpadelas que encontraremos a resposta. Permanece o problema teórico da análise.

24 Não sendo a “transversalidade”, afinal, nada mais do que uma tentativa de análise do centralismo democrático.

Devemos dispor dos meios de demonstrar teoricamente, de interpretar exhaustivamente, quais os mecanismos de identificação dos assalariados com os artefatos dos exploradores, quais os recursos da continuidade do PCF, da CGT etc., por que, apesar do desgosto que estes lhes inspiram, os trabalhadores a eles recorrem... Fora disso, a vanguarda revolucionária vai ela mesma voltar aos mecanismos repetitivos de que é vítima a classe operária.

A mentalidade sindical e integracionista está profundamente arraigada nos espíritos. Espera-se que as questões sejam postas na urgência, no escândalo. Na verdade, espera-se do patrão ou do ministro que “assumam suas responsabilidades”. Nunca se põe em questão a legitimidade de seu poder. Como conseguir que uma política analítica abra uma brecha e se dote de pontos de apoio extra-setoriais para consolidar-se? “Que as pessoas se reúnam, discutam livremente com o máximo de sinceridade, libertando-se dos artificios ilegítimos...” No fundo, não encontramos grande coisa a mais! Mas esse descentramento, essa ruptura da enunciação, não é o que constitui a essência da clivagem do político em sua diferença em relação à demanda? De uma política outra, uma política da alteridade, política revolucionária?

O trabalho feito até agora na FGERI não pode ser superestimado. No essencial, ele só tocou setores pouco marcados pelo stalinismo, e, por outro lado, setores relativamente poupados pelo capitalismo (ensino, urbanismo, saúde etc.). Digo relativamente porque as coisas evoluem e o estatuto respectivo das classes médias e da classe operária também evolui, não na direção da constituição de uma “nova classe operária”, mas na de uma classe operária inserida numa *nova situação* e que tende a absorver o conjunto do setor terciário.

Pensemos, por exemplo, no setor da psiquiatria, em que pudemos apreciar diretamente a carência de federações sindicais para definir um programa reivindicatório coerente para os enfermeiros psiquiátricos. Como se sabe, tal profissão é trabalhada por remanejamentos profundos do fato da evolução das técnicas médicas e das inovações institucionais. De carcereiros que eram, os enfermeiros tendem a se tornar técnicos altamente qualificados, podendo ser levados, no futuro, a cumprir grande parte do papel tradicionalmente atribuído ao psiquiatra (política de setor,

visitas em domicílio e assim por diante). Mas os sindicatos não querem ouvir nada disso. Para eles, conta apenas a defesa dos benefícios adquiridos. Nada de questionar, por exemplo, o sistema dos “três oito”,²⁵ que paralisa a organização da vida na instituição; eles defendem encarniçadamente uma hierarquia absurda e rejeitada pela maioria do pessoal. São também rejeitados certos dirigentes federais que, na juventude, foram enfermeiros, e que estão agora completamente longe da profissão. Uma tentativa de intervenção – a organização de uma associação de funcionários – nos mostrou que, nesse nível, os burocratas dificilmente tiveram como uma resposta, afora – o que não deixaram de fazer – a calúnia e a ameaça de exclusão da CGT: “Vocês são gaullistas, agem contra os sindicatos, não têm o direito de passar por cima de seus dirigentes...”. Exigiu-se somente o direito de se reunir e discutir o trabalho, deixando de lado as categorias e diplomas, e convidando tanto os chefes de setor como os burocratas, psiquiatras, internos, o pessoal de serviço etc. Em algumas semanas, mais de 15 hospitais tinham sua associação, houve um começo de federação, encontros nacionais, visitas inter-estabelecimentos, intercâmbios e incríveis indiscrições sobre o que ocorria de fato nos serviços. A federação CGT conseguiu – pagando um alto preço – liquidar o movimento. Mas alguma coisa deve ter ficado nas cabeças.

Está claro que um tal empreendimento, de incontestáveis efeitos analíticos – seria preciso, para demonstrá-lo, examinar as coisas em detalhes –, encontraria por si seus limites devido a seu isolamento, à ausência de uma coordenação que permitisse fazer alcançar em certa escala seu impacto político e teórico e estabelecer uma melhor relação de forças para defendê-la. Uma coisa é esterilizar localmente o aparelho burocrático, mas outra será neutralizar o conjunto de seu desenvolvimento. É evidente que esse trabalho não poderia ir muito longe partindo de experiências desse tipo, ou mesmo de intervenções bem mais contínuas, como a que fazem há anos os camaradas do grupo Hispano.²⁶ Só uma complexa interação de numerosas intervenções poderia chegar a uma abertura do limiar contra o qual nos chocamos regularmente. Mas – é preciso repetir

25 O revezamento de três equipes diferentes a cada 24 horas para o mesmo serviço.

26 *Ouvriers face aux appareils*. Maspero, 1970, p. 266 ss.

– os grupos de pesquisa e de intervenção analíticas que conseguimos implantar, com maior ou menor grau de sucesso, em diversos setores, correm o risco de nos iludir profundamente enquanto não se puderem multiplicar os grupos do tipo Hispano, ou seja, grupos que trabalhem nos setores-chaves da produção.

Creio que é oportuno permanecer leninista, ao menos no tocante ao ponto exato do que se pode esperar da espontaneidade e da criatividade das massas para implantar de *maneira duradoura* grupos de caráter analítico – se é permitido se dizer ainda leninista quando se considera que o objetivo do momento já não é a promoção de um partido altamente centralizado, mas de um meio para que as massas assumam o controle de seu destino.

A análise seria, em última instância, a detecção dos vestígios de contaminação do capitalismo em todas as suas zonas secretas de “recaídas”. Uma política revolucionária seria algo que decomposesse a demanda, a compreensão “natural” das coisas, e a partir das mais simples situações; a revolução “fazendo histórias” a partir de eventos que, para o senso comum, não valem a pena, histórias de donas-de-casa e de armários de cozinha, a humilhação cotidiana de uma hierarquia abusiva... É aos poucos, mas também por meio de atalhos fulgurantes, que se pode realizar o rastreamento dessas situações até os significantes-chaves do poder capitalista. Essa transição seria também uma transformação, porque a passagem ao político marca uma clivagem: *o conceito político não está no simples prolongamento da demanda*.

A análise da demanda é como um ácido que tira as impurezas do factual para amolar seu gume, de tal maneira que ele possa abrir a subjetividade social ao desejo e que, por outro lado, não pare de reinjetar a singularidade, o imprevisto, e até o não-sentido, na coerência do discurso político. Deste ponto de vista, a análise não tem fim; é o que a faz diferir de um programa fechado sobre si mesmo. Se não for a “revolução permanente”, será a “análise interminável”! O conceito político é questionado perpetuamente pelo trabalho analítico, sempre a ser refundado *ex nihil*; o trabalho analítico o renova permanentemente, ao tempo em que o mantém a certa distância da adesão sem reservas. Nada mais perigoso do que confiar na promoção de uma pretensa cientificidade do conceito

político que poderia ser obtida por um tratamento filosófico apropriado! Nesse domínio, nunca haverá uma garantia absoluta.²⁷ Conceitos teórico-políticos aparentemente bem organizados não podem garantir por si uma práxis revolucionária coerente. O racionalismo mórbido, apropriando-se da máscara de uma releitura científica de Marx, pode levar às mais espetaculares mistificações e desvios políticos. A pulsão de morte que essas tentativas veiculam lhes assegura por outro lado certo sucesso junto a inúmeros militantes que ainda não se recuperaram do crepúsculo dos ídolos e dos dogmas stalinistas. Não se trata de pregar o oportunismo, mas de situar com exatidão o lugar da teoria, isto é, na ordem simbólica e não na eficiência real imediata. Quer se queira ou não, o saber político permanecerá à beira do vacúolo analítico. Inversamente, esse vacúolo analítico é – deve ser – circundado integralmente pela práxis revolucionária. No campo social, a análise só é concebível na medida em que seus enunciados são o fato de uma enunciação e de uma ruptura políticas atuadas.

Só um grupo engajado numa práxis revolucionária pode funcionar a título de vacúolo analítico, adjacente a processos sociais, sem vocação hegemônica, sem outra pretensão que a de fazer avançar a verdade por caminhos em que habitualmente há o empenho para que ela jamais se manifeste. Só um empreendimento analítico contra o fundo de uma práxis revolucionária poderia pretender realizar uma verdadeira exploração do inconsciente pela simples razão de que o inconsciente não é senão o real por vir, o campo transfinito das potencialidades abrigadas nas cadeias significantes abertas, ou que esperam ser abertas e articuladas por um agente real de enunciação e de atuação.

Isso equivale a dizer que rupturas significantes, incluídas as mais “íntimas” e, por que não, a da pretensa “vida privada”, poderiam revelar-se como nós decisivos da causalidade histórica. Vá saber se a revolução que nos espera não declinará seus princípios a partir de algo enunciado por Lautréamont, Kafka ou Joyce? Não têm os regimes imperialistas e os regimes ditos socialistas como barreira atual instituições e arcaísmos

27 Nem em qualquer outro, mas isso não está em questão aqui. Como escreveu Lacan: “Uma ciência econômica inspirada em *O Capital* não leva necessariamente a usá-lo como força de revolução, e a História parece exigir recursos que não uma dialética predicativa”. (*Écrits*, p. 869.)

como, por exemplo, os relativos à família e ao consumo? Ocorre ainda de o lucro se apegar à pele do capitalismo como uma túnica de Nesso, mas como aceitar que envolva também o que foi rejeitado pela Revolução de Outubro?

É sincronicamente, em todos os planos da fenomenologia do sujeito e da História, que se operam os bloqueios e brechas potencialmente revolucionários. Na escala internacional, contradições irreversíveis afetam o equilíbrio mundial à medida que os regimes sociais existentes manifestam sua impotência quanto à promoção de um sistema de relações internacionais que lhes permitisse exprimir diplomaticamente e mediar as rupturas significantes, os pontos de parada singulares da História contemporânea. Esses “acidentes” se chamam: a *longa marcha*, que deveria desembocar na tomada do poder (contra a opinião de Stalin) dos stalinistas na China; o *titismo*, conseqüência da tomada do poder pela Resistência iugoslava, também ali apesar dos acordos de Yalta que Stalin assinara; a primeira *guerra de libertação do Vietnã* e sua irrupção quase acidental que os dirigentes comunistas tudo fizeram para evitar; a *luta da FLN argelina*, que, apesar do começo precário, iria desembocar no desmoronamento do colonialismo francês, ao menos em sua forma clássica; as investidas romanescas dos *revolucionários cubanos*, que instalou um abscesso crônico no cerne do sistema estratégico do Pentágono... Acidente também, ou melhor, artifício, o transplante de uma colônia israelense que, no longo prazo, se torna fator de revolucionarização do povo árabe – ao passo que foi por pouco que Max Nordeau²⁸ não fez que os sionistas aceitassem o princípio da implantação da “nova pátria” judia... em Uganda!

No momento, é a *Guerra do Vietnã* que domina a cena mundial, oferecendo-nos o espetáculo de uma escalada ininterrupta da estupidez e da barbárie norte-americana. Mas, na origem, também essa questão não passava de uma coisa local. Os eventos desenvolveram-se a partir da revolta de uma minoria nacional, a partir de levantes espontâneos contra o fascismo de Diem, e também nesse caso a hierarquia do partido opôs-se à insurreição e mostrou-se favorável ao respeito aos acordos de Gene-

28 “Por pouco” é modo de dizer, dado que Max Nordeau – escritor húngaro, ex-partidário de Herzl, 1849-1923 – acabou assassinado por um partidário de Herzl – Theodor Herzl foi fundador do sionismo político (1860-1904)!

bra...²⁹ Mais tarde, as coisas vieram a tomar a forma de uma verdadeira guerra que mobilizou gigantescos recursos e girou em torno de uma questão crucial: um pequeno povo decidido a lutar até a morte por sua liberdade pode ou não enfrentar impunemente o imperialismo? Até que ponto podemos nos recusar a nos alinhar com uma ou a outra política dos dois “grandes do socialismo”? O Pentágono poderia no final negociar um compromisso com Moscou e Pequim ou deveria ele resignar-se às exigências de um governo que se esconde na selva? Quais os limites de semelhante escândalo? Pode-se esperar esmagar tal precedente anunciador de um possível desmoronamento dos “dominós” asiáticos?

Por infelicidade, a pouca diligência com que os dois “grandes” em questão foram em socorro do povo mártir deixa augurar que eles acabarão por sentar-se à mesa com os norte-americanos para arranjar as coisas nas costas do povo vietnamita. E ainda que devesse ser assim, nem por isso a História deixaria de registrar que o que move hoje o essencial de seu curso não são mais os “grandes problemas” – devidamente repertoriados pelos estados-maiores e pelos diplomatas – mas brutais irrupções revolucionárias que destroçam as previsões e as estratégias dos atuais blocos.

Os parceiros stalinistas e social-democratas do imperialismo terão cada vez menos condições de *representar* os povos oprimidos e as massas exploradas para negociar em seu nome. Cada vez menos..., mas, não obstante, ainda não se produziu nada decisivo que conseguisse imobilizar a máquina infernal do “substitucionismo”. O processo que restituirá às massas revolucionárias o controle direto de seu destino histórico mal teve início. Enquanto não chegarmos a isso, deveremos esperar que imensas carnificinas, como as do Vietnã, da Indonésia – à imagem das da Comuna de Paris –, continuem a dar testemunho do monstruoso impasse em que se acha paralisado o movimento revolucionário internacional. Exaltar os méritos do heróico povo vietnamita não deve mascarar a verdade: esse holocausto tem algo de sacrificial, sendo sua monstruosidade simétrica ao caráter criminoso da política dos estados-maiores do movimento operário internacional, que deixa isolada a luta do povo vietnamita tal como deixou antes a da República espanhola...

29 Wilfred BURCHETT, *Vietnam, la seconde Résistance*, NRF, 1966. (Ngo Dinh Diem foi um ditador vietnamita anticomunista e pró-norte-americano).

Apelo ao menos que se aprenda a lição de que, a tal preço, se encare a verdade de frente, isto é, que é preciso recomeçar tudo do zero, seguir outra orientação, encerrar uma época ultrapassada da estratégia e da teoria do movimento comunista.

4. Vietnã, 1967 (excertos)³⁰

No Vietnã, o imperialismo norte-americano tentou fazer a demonstração de que sempre era capaz de impor sua lei e seus métodos quando bem o entendesse. Ele mobilizou seus enormes recursos econômicos e humanos com vistas a alcançar esse objetivo. Aceitou comprometer seu prestígio auto-atribuído de “grande nação-irmã protetora do mundo livre”. O *status quo* internacional, mantido a duras penas a partir da II Guerra Mundial, viu-se perturbado por isso. O povo vietnamita lançou-se de corpo e alma à luta contra a agressão. Seu heroísmo e sua inteligência não têm comparação na História. Ele combate por sua sobrevivência, sua independência nacional, sua unidade, sua soberania. É consciente de que sua causa é também a da emancipação das classes oprimidas e das nações sujeitadas. A opinião pública francesa, de sua parte, considera-se em seu conjunto pouco afetada por esse conflito. Não obstante, os interesses do povo vietnamita vão fundamentalmente ao encontro dos interesses dos trabalhadores, dos intelectuais e de todos aqueles que estão ameaçados de ver se reforçarem, no futuro, as diversas formas de repressão usadas nas sociedades capitalistas, por mais modernistas que sejam. Será necessário lembrar que a defesa da verdade está na base de toda luta emancipatória, que as formas mais sutis e mais eficazes de alienação são as que parecem naturais, aquelas de que não se consegue, sem mediação, tomar consciência, e que impregnam o próprio cotidiano da existência?

É assim que uma espécie de comportamento coletivo de evitação levou a um verdadeiro “desconhecimento sistemático” da real natureza

30 Este texto deveria servir de introdução a um número especial muito importante de *Recherches*, dedicado às conseqüências da agressão norte-americana ao Vietnã para o conjunto dos países do sudeste asiático. Esse volumoso dossiê, a cuja elaboração se dedicaram grupos de trabalho formados por especialistas e militantes, não pôde ser publicado em razão dos eventos de maio de 1968, tendo o atraso que sofreu sua impressão tornado obsoletos os artigos mais importantes, a que se somou o fato de seus participantes estarem dispersos.

do drama que se processa no Vietnã. Até certo ponto, é cabível pensar que nem os mais lúcidos escapam completamente a esses mecanismos. Eis, pensamos nós, uma questão importante que precisa ser elucidada. Consideramos, com efeito, que a selvageria da agressão norte-americana a um povo do Terceiro Mundo não deve ser tida como a manifestação aberrante de um "acidente histórico" sem maior significação. Esse pesadelo requer uma interpretação numa perspectiva de conjunto. Com ele se inaugura uma nova "virada" da História. Em outras palavras, pensamos que não é só como cidadão ou militante desta ou daquela organização que temos de tomar uma posição sobre o que acontece lá, mas igualmente visto que temos uma pesquisa específica a realizar em diferentes domínios das ciências humanas.

Com a Guerra do Vietnã, reforça-se nos Estados Unidos uma ideologia da raça dominante, com seus correlatos de puritanismo, seus mitos exterminadores do "mau objeto": tudo o que é outro, tudo o que pretende escapar ou de fato escapa ao *american way of life*. Os piores atos de barbárie cometidos diariamente pelo corpo expedicionário americano, pelas tropas fantoches de Saigon e seus aliados são metodicamente afastados da consciência de uma opinião pública moldada pelas "máquinas da informação". Diante disso, chegamos a pensar no fascismo. Está claro que o hitlerismo se desenvolveu num contexto histórico totalmente distinto. Mas isso não deveria impedir-nos de refletir sobre o processo de degeneração moral que conhece a nação mais poderosa do mundo – à parte as minorias ativas que lutam na contracorrente sem ter obtido até agora resultados decisivos. Freud, depois de Marx, nos forneceu o meio de melhor abordar essa função de desconhecimento e de defesa da ideologia. As relações de produção das sociedades ditas de consumo são mobilizadas de tal maneira que as classes dominantes tenham aí um controle crescente das determinações inconscientes dos indivíduos. Os modos de vida e de informação, as instituições, tudo nos predispõe a aceitar sem maior reflexão sistemas de coerção de todo gênero, a par de um assujeitamento quase absoluto às engrenagens econômicas. Em contrapartida, assistimos ao fato de serem essas sociedades de consumo cada vez mais geradoras de perversões coletivas do tipo que conhecemos há

um bom tempo com o nazismo, há um pouco menos de tempo com a guerra da Argélia e hoje com a guerra do Vietnã.

Em que um tal drama – tomando-se a palavra como eco de sua acepção politzeriana – se inscreve no fundamento da existência de cada um de nós? Que tipo de repercussão inconsciente pode ter sobre as instituições com as quais lidamos? Em que o estudo de eventos políticos e sociais como esse pode constituir um objeto de interesse das diferentes ciências humanas? Em que condições de estruturas sociais, aparentemente mais ou menos fechadas em si mesmas, são suscetíveis de se abrir a um processo analítico que implique uma atualização de novas formas de subjetividade social e de assunção da História?

A decifração psicanalítica, ao querer desconhecer que os objetos de amor ou de repulsa, os modelos identificatórios, em suas relações mais íntimas com o sujeito, incidem diretamente sobre os processos históricos, exclui de imediato, de seu campo de elucidação, determinismos inconscientes de primordial importância. No nível do sujeito inconsciente, a verdade é indivisa: a distinção entre a vida privada e os diversos níveis da vida social deixa de vigir; nessas condições, a eficiência dos sistemas de valor não depende do grau de consciência que se pôde adquirir por meio da educação, da informação e da cultura. Assim, a violência conquistou seus "direitos" no curso da História, elaborou seus evangelhos e até sua jurisprudência internacional. O fascismo produziu uma forma inédita e extremamente perturbadora de violência. A agressão norte-americana nos traz hoje outra. Tendemos a nos tranquilizar, a desconhecer a originalidade de semelhante processo, a nos dizer que no final as coisas acabam bem, as regras do bom-senso reassumirão as rédeas, que a nação norte-americana vai voltar a si... Na verdade, há boas razões para crer que esse tipo de raciocínio procede de um dos mecanismos de defesa que evocamos e que são instaurados para proteger o sono da coletividade. Essa recusa em levar a sério toda perspectiva histórica que se perfila num horizonte de desconhecimento e inquietude, essa tendência irreprimível a remeter todo evento novo a um sistema imaginário de reminiscência histórica poderíamos atribuí-las àquilo que Freud descreveu no registro da pulsão de morte? Repugna à boa consciência racionalista e progressista abordar essa dimensão do problema. Os mais militantes entre nós estão

bem especialmente expostos a um otimismo *a priori* no que se refere à evolução das sociedades industriais.

Um simples exame superficial da História recente revela, contudo, inúmeros indícios de que a atual forma das relações internacionais é incapaz de encontrar um ponto de equilíbrio. Poderemos imaginar que alguma estabilização seja possível enquanto os países do Terceiro Mundo permanecerem num desesperador impasse econômico? O mito, antes universal, da “coexistência pacífica” – lembremo-nos do “espírito de Bandoeng”³¹ – perdeu todo o sentido: em nossos dias, há apenas uma coexistência de fato entre as potências industriais dominantes, e o destino das nações pobres só é levado em conta em função de sua importância estratégica e econômica, bem como de sua submissão neo-colonialista. Como as relações de produção capitalistas não passaram no essencial por modificações decisivas e como os Estados socialistas mostraram-se incapazes de impor outra lei internacional que não a da selva, o Estado líder do imperialismo mundial dedica seus esforços a reajustar as relações de forças em seu proveito e a estabelecer um sistema de “policimento” internacional. Mais uma vez, isso desembocou nesse outro “pós-guerra”, que também poderia ser simbolicamente representado pelos organismos internacionais cuja missão de arbitragem deveria permitir garantir a manutenção de uma paz perpétua. Um outro sistema de valores, ainda em busca de legitimidade, está prestes a sucedê-lo: basta pensar, por exemplo, na inacreditável noção de “*droit de suite*” (direito de perseguição), que parece hoje natural, e que pode justificar qualquer forma de agressão. Diante dessa evolução, as palavras de ordem tradicionais de luta antiimperialista perderam o sentido; as análises, as estratégias propostas pela esquerda clássica permanecem contradependentes das do imperialismo, uma vez que ele mesmo integrou toda uma parcela da própria bagagem ideológica de seus adversários. Tudo se passa como se os parceiros em atividade respeitassem a mesma regra do jogo, na incapacidade em que estão de se apossar das alavancas de uma verdadeira transformação das

31 Bandoeng é uma localidade da ilha de Java em que se realizou em 1955 uma conferência afro-asiática, na época em que Alfred Sauvy e Georges Ballandier inventaram a expressão “Terceiro Mundo” para designar os países economicamente subdesenvolvidos. N.T.

relações de produção em escala internacional. Che Guevara, em sua última mensagem, falava da trágica solidão do Vietnã. Mas não é igualmente trágica a solidão das classes oprimidas no seio das sociedades opulentas? Seria também necessário olhar de frente o desespero secreto e paradoxal dos revolucionários ocidentais,³² seu sentimento de impotência diante do crescente controle econômico que faz que os trabalhadores aceitem seu destino sem reclamar, e quem sabe até levá-los a amá-lo na medida mesma de sua repugnante banalidade. Considerando-se as coisas por contraste, a heróica solidão do povo vietnamita, sua criatividade, a riqueza das relações sociais que construiu através de sua luta, a originalidade dos organismos estabelecidos pela Frente Nacional de Libertação afiguram-se um verdadeiro canto de esperança.

32 Lembremos que este texto foi escrito na véspera de maio de 1968.

A Contra-Revolução é uma ciência que se aprende (1968)*

A ação específica do Movimento de 22 de março não poderia reduzir-se ao enfrentamento direto com o poder do Estado, à redescoberta de formas violentas. Esse movimento não foi a gota que fez transbordar o vaso, o catalisador etc. O que quer que penssem deles alguns espíritos sociologizantes, a “sociedade de consumo” de modo algum reduziu as potencialidades de violência na sociedade atual. Ela simplesmente as atenuou, parcelizou, integrou.

A ação específica do 22 de março foi ter desfeito *politicamente* os métodos de canalização a quem recorrem instituições do Estado, dos sindicatos e do partido.

“Normalmente”, quando os tiras barram a passagem para um prédio como a Sorbonne, há negociações, vai-se embora, protesta-se, fazem-se moções. “Normalmente”, há pessoas a postos para fazer o jogo dessa negociação: representantes da União Nacional dos Estudantes Franceses, dos sindicatos, os eleitos etc. No caso em tela, o mecanismo não funcionou. Coudray,¹ em seu texto, parece considerar que a massa dos trabalhadores – exceção feita a uma vanguarda de jovens – é fundamentalmente cúmplice da burocracia sindical. Na realidade, não há a seu alcance outra solução. A ocupação das fábricas seguiu a ocupação ilegal da Sorbonne e de outras edificações públicas.

À carência de interlocutores legitimados do movimento estudantil fez eco o fato de inúmeros operários recusarem o protocolo de acordo de Séguy (dirigente da CGT).

Hoje, os maníacos da “fase de ascenso” e da “fase de descenso” decretaram o fechamento geral e começam a contar suas notas de dinheiro, disso decorrendo os apelos à disciplina recuperada, à organização, às perspectivas de longo prazo... Na verdade, o movimento de luta de

* Este artigo e o que vem a seguir foram publicados em *Le Journal de la Commune étudiante*, Éd. de Seuil, p. 511 e 598. Foram extraídos da “Tribune du 22 mars”, junho de 1968.

¹ Coudray, Jean-Marc, Claude Lefort e Edgar Morin, *Mai 1968: la Brèche, premières réflexions sur les événements*. Paris: Fayard, 1968. N.T.

modo algum está em retirada, buscando antes novos meios e novas armas. Os grupúsculos que pretendem “capitalizar a vanguarda” têm no final das contas um comportamento semelhante ao dos cães de guarda das burocracias sindicais. Desejam canalizar um movimento para quadros de organização que deram prova de seu fracasso. Já se vê o renascimento da ideologia reacionária da organização piramidal: o Comitê Central, o Birô Político, o secretariado, o partido de vanguarda, as organizações de massa como “correias de transmissão” etc.

Uma forma original de organização revolucionária está à procura de si mesma através da luta, bem como no esforço por desfazer as manobras dos “especialistas estabelecidos” da organização revolucionária, aqueles que pretendem dispor de um capital ideológico, de um saber absoluto de que as massas tudo teriam a esperar. O controle dos comitês de ação por esses militantes esclerosados, que se mostraram incapazes de compreender a luta em seu desenvolvimento, militantes que, em várias ocasiões, e a diversos pretextos, tentaram contrariá-la, um tal controle significaria uma *desorganização* e, com o passar do tempo, um recuo.

Não apenas o 22 de março não deve ceder à chantagem da integração pretensamente “centralista democrática” dos comitês de base, como também defender o direito de estes últimos permanecerem independentes de todas as estruturas que pretendem manter sob seu jugo.

Criar uma confederação de comitês de base só teria sentido numa etapa bem ulterior, no momento em que estivesse em questão estabelecer estruturas de tomada de poder nos níveis regional e nacional. Hoje, os comitês de base realizam sua ação à feição da guerrilha; querer unificá-los demasiado cedo seria com certeza esterilizá-los. Uma coisa bem distinta é a estrutura de coordenação que deixa aberta a possibilidade de uma plena extensão de comitês e sobretudo de uma liberdade de expressão, de uma criatividade na base, que permanece como a arma essencial do movimento revolucionário.

5 de junho de 1968

Autogestão e Narcisismo*

A autogestão, como toda palavra de ordem, pode ser ingrediente de qualquer molho. De Lapassade a De Gaulle, da CFDT¹ aos anarquistas. Autogestão de quê? Falar de autogestão em si, independentemente do contexto, é uma mistificação. Torna-se uma espécie de princípio moral, o envolvimento assume um quê de si mesmo, por si mesmo, sugere que se gerará o si mesmo deste ou daquele grupo ou empresa. A eficácia dessa palavra de ordem depende, sem dúvida, de seu efeito de auto-sedução. A determinação, em cada situação, do objeto institucional correspondente é um critério que deveria permitir esclarecer a questão.

A autogestão de uma escola ou universidade é limitada por sua dependência objetiva do Estado, do modo de financiamento, do engajamento político dos usuários etc. Ela só pode ser uma palavra de ordem de agitação transitória e que no final corre o risco de permanecer passavelmente confucionista se não for articulada a uma perspectiva revolucionária coerente. A autogestão de uma fábrica, de uma oficina, corre também o risco de ser recuperada pela ideologia reformista psicossociológica que considera dever o domínio “inter-relacional” ser tratado por técnicas de grupo, por exemplo, o *training group* (grupo de treinamento) entre técnicos, dirigentes, patrões etc. (Para os operários, essas técnicas são demasiado “caras”.)

“Contesta-se”, no imaginário, a hierarquia. Na realidade, não só esta não é tocada, como se encontra para ela um fundamento modernista, dando-lhe um estilo e uma moral, rogeriana ou outra. O recurso de autogestão de uma empresa implica o controle efetivo da produção, programas: de investimentos, de organização do trabalho, de relações comerciais etc. Assim, um coletivo de trabalhadores que se “envolvesse em autogestão” numa fábrica teria de resolver inúmeros problemas com

*Ver nota na p. 273

¹ Confédération Française Démocratique du Travail (Confederação Francesa Democrática do Trabalho). N.T.

o exterior. Isso só seria duradouro e viável se esse exterior também estivesse organizado em termos de autogestão. Uma unidade isolada não sobreviveria muito tempo em autogestão e, na verdade, o conjunto das engrenagens produtivas se interpenetra à maneira das centrais telefônicas. As experiências de autogestão durante as greves, o remanejamento de setores de produção de uma fábrica *para atender às necessidades dos grevistas*, a organização dos meios de subsistência, da autodefesa, são experiências indicativas deveras importantes. Mostram possibilidades de ir além dos níveis reivindicativos das lutas. Indicam um caminho de organização de uma sociedade revolucionária durante um *período transitório*. Mas é evidente que não poderiam dar respostas claras e satisfatórias aos tipos de relações de produção, aos tipos de estruturas adaptados a uma sociedade que tenha expropriado os poderes econômicos e políticos da burguesia numa economia bastante desenvolvida.

Na verdade, o controle operário traz problemas políticos fundamentais, uma vez que se refere a objetos institucionais que põem em questão a infra-estrutura econômica. Um anfiteatro em autogestão é uma solução pedagógica sem dúvida excelente. Um ramo industrial controlado diretamente pelos trabalhadores traz de imediato todo um conjunto de problemas econômicos, políticos e sociais em escala nacional e internacional. Se os trabalhadores não cuidarem desses problemas de uma maneira que vá além dos quadros burocráticos dos partidos e dos sindicatos atuais, a autogestão econômica pura corre o risco de transformar-se em mito e acabar em impasses desmobilizadores.

Falar de autogestão política talvez seja também uma fórmula geral e enganosa, dado que a política é fundamentalmente ajuste de um grupo com relação a outros grupos numa perspectiva global, explicitada ou não. A autogestão tomada como palavra de ordem política não é um fim em si mesmo. O problema é definir em cada nível de organização o tipo de relações e formas a promover e o tipo de poder a instituir. A palavra de ordem da autogestão pode tornar-se uma palavra de ordem vazia se substituir amplamente respostas diferenciadas para níveis diferentes e diferentes setores em função de sua complexidade real.

A transformação do poder de Estado, da gestão de um ramo industrial, a organização de um anfiteatro, a contestação do sindicalismo

burocrático são coisas inteiramente distintas que devem ser consideradas em separado. É de temer que a palavra de ordem autogestão, que se revelou justa nas lutas de contestação das estruturas burocráticas no plano universitário, seja recuperada pelos ideólogos e políticos reformistas. Não há uma "filosofia geral" da autogestão que a torne aplicável em toda parte e em todas as situações, em particular daquelas que relevam do estabelecimento de um duplo poder, da instituição de um controle democrático revolucionário, da perspectiva de um poder operário, do estabelecimento de sistemas de coordenação e regulação entre os diversos setores de luta.

Se não se realizar a tempo um esclarecimento teórico do alcance e dos limites da autogestão, essa "palavra de ordem" ver-se-á comprometida por acepções reformistas e será rejeitada pelos trabalhadores talvez em benefício de formulações do tipo "centralista democrático", que são imediatamente recuperáveis pela dogmática profissional do movimento comunista.

8 de junho de 1968

Excertos de discussões: fim de junho de 1968

1ª Parte

E—...Admitindo-se que se possa dizer das massas que elas são “estruturadas como uma linguagem”, poder-se-ia considerar também que aquilo que é expressão consciente das organizações é estruturado como uma neurose! Seja como for, é essa noção de massa que é idiota, e é ela que é preciso fazer desmanchar no ar.

FF— O que marcou a noite das primeiras barricadas, o 10 de maio, é que a estratégia das barricadas, a estratégia da defesa, nada tinha de racional; pode-se mesmo dizer que, se havia alguma coisa irracional a tentar, isso foi feito imediatamente. Surgiu um elemento fantasmático, mas surgiu justamente se apossando em massa da totalidade do pessoal que lá estava. Refiro-me a toda a tradição mítica do proletariado francês a partir da Comuna: as barricadas, a bandeira vermelha, a bandeira negra, a *Internacional*... Percebe-se que não se tratava de uma minoria anarquista ou trotskista que retomava a bandeira dos temas tradicionais da classe operária, porém de uma “posse em massa” imediata e brutal. Duas horas antes, ninguém pensava nisso, nada havia de organizado e, de um só golpe, a “multidão” achava-se estruturada, não em bases organizacionais clássicas, mas em bases puramente fantasmáticas.

É aí que encontramos a idéia de que uma organização hierarquizada é incapaz de exprimir a racionalidade dos processos econômicos. O esboço que você faz das “unidades subjetivas”, para retomar a expressão das *Nove Teses* (p. 133), elas se articulam umas com as outras numa relação de fala/palavra, não se devendo interpretar isso como uma espécie de racionalidade simbólica que seria realmente recalcada e que só apareceria na superfície. Acho que a função das unidades subjetivas é precisamente exprimir a irracionalidade, isto é, permitir a expressão de elementos fantasmáticos tão irracionais quanto aquele que se manifestou ao longo da noite das barricadas. Parece-me que a fantasia, não mais na escala individual, mas, digamos, na escala da História, é a

única forma de expressão da racionalidade dos processos inconscientes, inclusive econômicos.

P. – O termo “irracionalidade” não me agrada, porque, vista de outro ângulo, a fase das barricadas, justo com todos os seus aspectos institucionais, se inscreveu num processo extraordinariamente racional, no sentido da racionalidade do inconsciente. Talvez tenha sido irracional com relação a certo empreendimento insurrecional, mas quando vemos a maneira como isso se articulou com um empreendimento de revelação, de auto-pedagogia, de autoformação para um reconhecimento de todas as formas das instâncias repressivas, conclui-se que um empreendimento de ataque por meio de pequenos comandos do tipo maoísta – pequenas guerrilhas de rua – talvez tivesse significado naquele dia o fim do movimento. Isso teria bloqueado as possibilidades de uma progressão do tipo fantasmático: as massas estavam em posição de ser atacadas e não de atacantes. É muito importante que essa fase tenha sido respeitada. Geismar — dirigente do sindicato nacional do ensino superior —, em seu discurso durante a construção das barricadas, teve geniais intuições. Ele disse: “Fazemos barricadas, mas isso é tudo; evidentemente, se elas forem atacadas, teremos de defendê-las”. Ele criou uma situação fantasmática eminentemente dialética. Por fim, os progressos de certa exigência e consciência política entre os manifestantes estavam subordinados ao desvelamento de certo nível da repressão da parte do Estado. As barricadas representavam uma situação estratégica, um modo de interpretação possível, a possibilidade de desvelar esse aspecto repressivo. Uma estratégia ofensiva teria sido completamente prematura e teria fechado o movimento. Ora, acho que há aí uma racionalidade e não alguma coisa irracional, uma racionalidade de outra ordem.

F. – De fato, não penso que se tenha de ficar prisioneiro da alternativa entre racionalidade, de um lado, e fantasmática como expressão irracional, do outro. Coisas completamente racionais podem emergir através das fantasias. Coisas delirantes podem advir de uma construção racional! A contribuição do freudismo é mostrar que também há uma super-racionalidade do lado da fantasia, do ato falho, do lapso, do sonho, do sintoma, cuja razão a análise descobre, ao passo que o raciocínio habitual não poderia dar conta dela. Mas, na escala das massas, essa decifração

não pode efetuar-se a partir do acúmulo de coisas que só abrangessem indivíduos e pequenos grupos. A transgressão afeta cadeias significantes preestabelecidas, constitutivas do conjunto do sistema.

Depois de certo limiar, o indivíduo e o pequeno grupo são por assim dizer manipulados pela História. Os significantes históricos trabalham, por sua vez, apoiando-se neles. Seguindo as declarações de Cohn-Bendit e de Geismar na noite de 10 de maio, pode-se pensar que faziam tudo para evitar o desencadeamento de conflitos diretos em particular, aquele esforço retardatário de Cohn-Bendit junto ao reitor para alertá-lo do risco de uma possível degradação da situação. Além disso, a lógica da situação teve suas hesitações. A atitude do mesmo Cohn-Bendit na Bastilha, prisioneiro da vanguarda oficial do cortejo grandioso, e esforçando-se para evitar a dispersão da manifestação pelos burocratas, teve um resultado totalmente distinto.

No primeiro caso, a transgressão partiu da base, da exasperação dos estudantes, do poder do mito das barricadas; no outro, foi o respeito, por parte da maioria dos manifestantes, ao acordo feito na cúpula com o PC que prevaleceu e bloqueou a transgressão. No final, o poder do mito do “grande partido”, do “partido da classe operária”, das grandes centrais operárias... No primeiro caso, Cohn-Bendit e Geismar não eram mais do que frágeis porta-vozes — aqueles que falavam ao microfone; no segundo caso, eram os representantes legítimos de suas organizações que tinham feito acordos, de quem se esperava a responsabilidade pela condução das operações...

Bem no começo do 22 de março, em sua breve existência de produtor de fantasias transicionais, seus ocasionais porta-vozes tinham de fato contas a prestar ainda que ao mesmo tempo ninguém pudesse pretender “representar” de fato o 22 de março. Ninguém tinha um real mandato para transgredir ou não a lei comum. Já não era a economia do indivíduo e das pessoas que marcava as decisões, porém uma aquiescência coletiva surgia a despeito do peso das pessoas. Era impossível, nessa fase, ser “mais esquerdista” do que alguma outra pessoa! Ninguém podia “reivindicá-lo”, porque todas as iniciativas eram permitidas e, de qualquer maneira, ninguém tinha de seguir “em nome” de uma disciplina interna, ninguém tinha condições de procurar o caminho do meio para manter a coesão do

grupo. O que é excepcional no 22 de março não é que um grupo tenha podido sustentar assim seu discurso na modalidade da livre associação, mas que ele tenha podido se constituir em “analisador” de uma massa considerável de estudantes e de jovens trabalhadores.

Outra transgressão – dessa vez por duplicidade – foi o fato, ainda nesse primeiro período, de Cohn-Bendit e Geismar terem feito as autoridades crerem que eram de fato porta-vozes do movimento. Não há dúvida de que esse nunca foi o desejo dos dois, mas de qualquer maneira as coisas evoluíram de modo tal que, mesmo que isso não tivesse acontecido, os problemas não mais poderiam ser formulados nesses termos. Quem quer que tivesse decidido ir negociar com um reitor seria simplesmente ridicularizado. Mesmo os simulacros de representatividade acabariam por se desfazer quando Cohn-Bendit saiu de circulação. Todos os mecanismos de regulação se desfizeram. Os grupúsculos mergulharam no vazio deixado pela incapacidade do 22 de março no sentido de enfrentar a situação em escala nacional. O PCFG se aproveitou disso para iniciar sua campanha contra os esquerdistas, os irresponsáveis, os “grupos à Geismar”...

Por sua parte, o próprio 22 de março se transformou num grupúsculo; sua livre expressão interna, sua criatividade se atenuaram talvez por causa de uma brutal tomada de consciência de suas “responsabilidades históricas”. Acho que o que ocorreu foi algo que eu há muito tempo propusera com o termo transversalidade: certa abertura ou refechamento do acolhimento coletivo dos investimentos superegóicos, uma modificação dos fatores edipianos habituais do complexo de castração, algo que restitui ao grupo um poder coletivo em detrimento das inibições individuais, uma atenuação do medo de ser massacrado, asfixiado, em razão de uma transgressão que se passa no nível das cadeias significantes inconscientes. Foi esse mesmo sistema de transgressão que atingiu – de modo relativo – a noção de propriedade, com as ocupações; a noção burguesa de pessoa, com as interpelações; a linguagem coloquial usada sistematicamente; o respeito a objetos veneráveis como a Sorbonne, a CGT etc.

É a partir de um ponto nodal de transgressão que as outras camadas se contaminaram, e isso tanto na ordem social como na das outras regiões da subjetividade. A cena primitiva dessa transgressão aconteceu sem dúvida em Nanterre, quando uns sujeitos disseram ao professor: “Cale-se, você nos

deixa irritados, deixe os outros falar”, ou quando disseram a Juquin¹ que se mandasse ou quando zombaram publicamente de seu ministro, quando invadiram prédios administrativos... Os primeiros a serem sobrepujados foram os que se viram paralisados... Do mesmo modo, foi o abandono dessa técnica de subversão, uma perda de humor e uma retomada do controle da parte dos grupúsculos que marcaram o declínio do verdadeiro poder do 22 de março. Lembremos o espírito de seriedade aterrorizando presidentes de sessões das AG (Assembléias Gerais) do 22 de março, quando foram transferidos para Paris – o resto de humor ainda aceito não passava de caretas! Os grupúsculos, que antes de maio mal existiam em Nanterre, ressurgiram ou teleguiaram inconscientemente seus antigos militantes.

Um de meus amigos – particularmente envolvido com as barricadas – chegou ao desespero tentando persuadir os estudantes a eleger Fouchet presidente da UNEF por “serviços prestados à Causa Revolucionária”... Nada sério tudo isso! Não obstante, ele estava cheio de idéias sobre a organização de destituídos de modo triunfal, festas na rua etc. Nem se pensava nisso nos famosos serviços de ordem da UNEF – mais uma monumental enganação; nunca a UNEF, enquanto tal, teria conseguido reunir mais de dez militantes para semelhante engano; deve ter sido simplesmente um amontoado de tiras e de cretinos! Os tiras recorrendo à UNEF, uma interiorização de tiras, o medo de fazer mal, de não ser compreendido, a retratação dos katangueses... e, no fundo, o respeito à lei e à propriedade privada – exceção feita, e a título simbólico, de bens de consumo como o automóvel e a ocupação de *lugares públicos*. É preciso notar que se, em 1936, houve uma ruptura dos significantes da propriedade com a ocupação de fábricas, seu sentido foi o inverso do de 1968: os operários ocuparam as fábricas para protegê-las do exterior. A palavra de ordem de greve ativa, isto é, de uso das fábricas para reforçar o potencial das lutas dos grevistas e revolucionários, teve a oposição bem eficaz dos bonzos sindicais. Era preciso ver os burocratas do IPN e da RTS² defendendo

1 Pierre Juquin, deputado comunista expulso de Nanterre em 1968. N.T.

2 Institut pédagogique national de la rue d'Ulm (Instituto Pedagógico Nacional) Radio-Télévision scolaire (Rádio-Televisão Escolar), em Ivry. A decisão de ocupar o IPN foi tomada pelos professores da FGERI reunidos em assembléia geral. Os situacionistas do “comitê pela manutenção das ocupações” associaram-se num segundo momento a essa ocupação, o mesmo ocorrendo com professores da região de Paris e uma parte dos funcionários do estabelecimento.

seu “instrumento de trabalho” contra uma minoria favorável aos intrusos esquerdistas...

Uma vez que os significantes universitários estavam paralisados, cabia aos reformistas e aos revisionistas prolongar a neutralização das outras cadeias contaminadas... E o resultado não se fez esperar. Porém, essa greve ativa, essa autogestão que se exigia nas fábricas, como terá acontecido de ela nunca ter tomado forma na Sorbonne e nas faculdades? Em lugar disso, instalou-se um espetáculo folclórico derrisório e desolador que em nada podia favorecer uma junção entre os estudantes e os operários que se aventuravam nesses locais. Primeiro transgressão e em seguida reinibição...

P. – Essa transgressão foi de fato tão nodal que não concerne apenas ao “discurso social”, visando também ao tipo de organização de todos os grupúsculos. Para mim, é com a História da convivência entre alunos e alunas nas cidades universitárias que isso começou. Parece-me que a primeira transgressão, a transgressão originária, ocorreu nos dormitórios. Se isso nunca avançou em outro lugar, nem em Antony, nem em Nantes, nem em Nice, é porque o Partido ou os grupúsculos eram fortes. Estavam prontos para sentir nesse tipo de reivindicação uma ameaça a suas próprias organizações. É a transgressão generalizada. O estado de não-organização grupuscular de Nanterre permitiu que o fenômeno se manifestasse com suficiente liberdade para que, num momento dado, ele representasse uma real transgressão. Os sujeitos na janela do pavilhão das moças foram autores das primeiras ocupações; a significante “ocupação” foi contemporânea de uma transgressão de caráter sexual que foi o ponto de partida de uma linguagem. A transgressão visava a tal ponto as organizações, fossem quais fossem, que só pôde tomar corpo justo onde não as havia.

M. R. – Eu me pergunto por que tudo eclodiu na França, e não em Berlim ou na Inglaterra, onde começaram importantes distúrbios? Acho que o Partido representou um fator suplementar de transgressão. Ela representava, na França, um obstáculo bem maior.

J. P. M. – Há um ano, em Roma, o partido comunista reagiu imediatamente às manifestações estudantis, não como o PCF, mas dando às juventudes comunistas a palavra de ordem de integrar todos os que se

manifestassem, de entrar em diálogo com eles, de recuperá-los. E isso levou à total parada do movimento.

F. – Se tivéssemos Leroy e uma corrente pró-italiana na direção do partido francês, talvez estivéssemos hoje com um governo Mendes-Mitterand, o pessoal se teria feito recuperar numa super-UJRF³ etc. Para mim, a recuperação teve dois momentos: a manifestação de Denfert-Rochereau (13 de maio) e a manifestação dos gaullistas. Foi o mesmo cortejo! A partir do momento em que o Partido pôde provar que podia drenar todos aqueles desconhecidos, a coisa se acabou: ele foi confirmado em sua missão de “interlocutor legítimo”, na pessoa de Séguy. A estupidez fantástica, ulcerante, foi ainda a da JCR,⁴ que se pôs ao serviço, também ela, da ordem e da disciplina. Todo mundo se inibiu diante da majestade da coisa reunificada. Alguns atrasados da prefeitura ainda puderam fazer o que queriam com aquela bela festa religiosa! O 22 de março se desesperou. Ninguém tomava a iniciativa. Sem controle, mesmo localmente, a manifestação de um milhão de sujeitos poderia trazer o desastre para o Partido e, talvez, fazer o regime oscilar. Em vez disso, todos se puseram sob o estandarte: “Nada de muito barulho; a Classe operária, com C maiúsculo, vai nos seguir... É preciso voltar a ser bem sábios e educados”.

Claro que, em certo número de empresas, o movimento se desenvolveu em bases revolucionárias, mas em toda parte em que a CGT e o Partido controlavam as coisas, a ação só servia para fragmentar as lutas! As negociações dos esquerdistas para entrar “se for do agrado do senhor, seu delegado” nas fábricas, os cortejos simbólicos diante da Citroën e da Renault, tudo isso foi uma execrável mistificação. É como se os estudantes negociassem com os tiras! E todos, da FER (Fédération des étudiants révolutionnaires – Federação dos Estudantes Revolucionários) à UJCML (Union de la jeunesse communiste marxiste-léniniste – União da Juventude Comunista Marxista-Leninista), puseram-se a afirmar, com a autoridade de “velhos conhecedores”: – Não é no Quartier Latin que

³ Union de la jeunesse républicaine de France (União da Juventude Republicana Francesa) organização de juventude instituída na época da Libertação pelo PCF para fragmentar o movimento unitário da juventude então existente.

⁴ Jeunesse communiste révolutionnaire (Juventude Comunista Revolucionária). N.T.

isso acontece; é no seio da classe operária. Como se eles tivessem vergonha desse afastamento da História, como se isso jamais devesse ocorrer no seio da classe estudantil! Quando, na verdade, isso pôde ocorrer em outro lugar precisamente porque tinha começado no seio da classe estudantil! Para os embrutecidos dos grupúsculos, é como se fosse vergonhoso pensar que os operários pudessem ter-se mobilizado seguindo os estudantes, isto é, pequenos-burgueses etc. Em suma, uma infração à moral de classe!

P. – Isso já era característico antes das barricadas, quando da manifestação de Saint-Denis. Para a UJCML, não ir para lá era cometer um ato pequeno-burguês opositor da revolução. Eles foram de fato a Saint-Denis, onde não havia nada, greve nenhuma...

F. – Em Flins, parei sujeitos bem jovens. Discutimos: “O que é que vocês fazem?” “Somos estudantes.” “Estudantes onde?” Eles hesitam. “Bem... na Sorbonne.” Eram jovens operários, talvez aprendizes. Não era para enganar que se diziam estudantes, mas porque só podiam atribuir a si a dignidade de se mobilizar como o faziam se se considerassem estudantes.

L. – Em Flins, neste momento, os garotinhos dizem, quando se pergunta a eles “O que você quer fazer quando crescer?”, “Queremos ser estudantes”.

F. – Submetemos a novo questionamento a noção de massa, e agora o fazemos com a de classe. No final das contas, se se parar falar de classe sociológica, a classe operária foi essencialmente encarnada, representada pelas pessoas que combateram no Quartier Latin. A classe operária reconstituiu-se progressivamente por meio dessa luta. Antes, havia fábricas, sindicatos, uma classe operária petrificada de ideologia pequeno-burguesa, manipulada pelas organizações. A classe operária, se não a tomarmos como dado sociológico, estatístico, eleitoral, não é algo que se encarne como consciência de classe permanente.

L. – Produziram-se espontaneamente fenômenos de transgressão: houve gente que roubou papel para nós nas empresas, o que para a CGT era impensável.

P. – No começo do partido bolchevique, houve uma institucionalização do roubo. Foi justo Stalin o encarregado de organizar comandos...

F. – Rimos disso, mas entre os temas do movimento operário há

cem anos, o direito à preguiça, os atentados individuais, a “recuperação”, a violência etc. eram fatos corriqueiros da consciência da classe operária. Não havia vergonha nisso, que era, pelo contrário, simplesmente objeto de discussão sobre a eficácia dos procedimentos. A perspectiva legalista se consolidou de fato em 1936. Já na Segunda Internacional houve uma crítica sistemática aos atentados individuais, particularmente dos grupos terroristas da Rússia. Mas isso veio sobretudo dos reformistas, que eram bastante prejudicados pelos atentados individuais. Depois esses atentados foram condenados pelos stalinistas, embora eles tenham continuado a cometê-los contra os “esquerdistas” da época, durante a guerra da Espanha, a Resistência etc.

2ª Parte

F. – Devemos interpretar sem dúvida ao contrário o sentido que costumamos atribuir à greve geral de 13 de maio: foi o estabelecimento de um sistema de resistência diante da falha inconsciente aberta pelas primeiras lutas, a busca de uma normalização fantasmática – a greve geral é algo que já se conhece, cujo fim se sabe – na ausência de uma normalização institucional para a crise. Depois da transgressão revolucionária, a busca de um mínimo de normalização. Mas a hemorragia fora forte, sendo preciso pôr na balança não só os administradores à Grappin e a tropa de choque, mas também toda a máquina do Estado e o próprio De Gaulle!

Essa hemorragia significativa foi absolutamente imprevista, nenhum movimento revolucionário estava preparado para enfrentá-la. Talvez seja isso o que explique que se tenha tido de recorrer apressadamente aos velhos mitos da Revolução Francesa e da Comuna... Em 1936, a greve com ocupação representou uma real transgressão, também ela recuperada pelo governo da Frente Popular. Em maio, fez-se de tudo para não chegar a isso. Tudo aconteceu na surdina, quando a CGT conseguiu que se liberassem gentilmente os diretores seqüestrados e, de maneira flagrante, quando os operários se tornaram cúmplices, é vital dizê-lo, de sua burocracia ao aceitar que a fábrica não podia abrir-se aos militantes exteriores, estudantes e outros.

O movimento de greve acabou por contribuir para interromper a marcha do movimento revolucionário mediante sua canalização para cenários ritualizados. A partir daí, houve uma espécie de entorpecimento das forças revolucionárias. Ficou-se contente por ter Cohn-Bendit desfilado com Séguy!

No fundo, o mais significativo são fenômenos como Flins e Sochaux: ali houve uma prova de força direta com o poder de forma bem original. Pode-se conceber uma continuidade desse tipo de confronto, e mesmo o desenvolvimento, a partir disso, de formas de luta totalmente novas. Se a greve geral não se tivesse desencadeado com tanta rapidez, um apagamento preventivo, talvez outros bastiões revolucionários como Flins e Sochaux tivessem podido se desenvolver e assumir a importância das lutas revolucionárias do Quartier Latin. Ter-se-ia assim saído de certa fraternidade revolucionária de fachada, com o respeito ao “instrumento”, o isolamento da fábrica com relação ao exterior etc.

Em Flins e Sochaux, a CGT e os tiras estavam com problemas: denunciaram juntos os “elementos incontroláveis”. Era preciso fazer aquilo parar a todo custo. Sobretudo que os maus exemplos não se disseminassem, pois as desordens do Quartier Latin já eram suficientemente lamentáveis para que não se tolerasse sua extensão a outros setores importantes da classe operária. O preconceito em favor da unidade sindical agiu contra o desenvolvimento de formas selvagens de luta, e no fundo permanece a questão de saber como uma organização revolucionária poderá secretar seus meios de autodefesa, não só contra os tiras, mas sobretudo contra ela mesma, contra sua própria interiorização da repressão. Isso evoca de novo a questão de comitês de ação que não sejam nem especificamente sindicais nem políticos, mas as duas coisas ao mesmo tempo, e por outro lado capazes de servir de ambiente de vida aos militantes.

J. — Parece-me que em Flins as coisas não foram tão claras como você diz. Não se tinha iniciativa, nem se participava da determinação de objetivos políticos, sendo-se antes o braço armado da classe operária, em suma, os katangueses dos operários.

E. — Talvez a questão não seja de saber se havia objetivos comuns, ou se os estudantes, em Flins, tivessem sido percebidos como katangueses. Como você, sou muito a favor da existência de elementos completa-

mente heterodoxos, eruptivos, como elementos de disjunção do sistema. É muito importante que eles tenham sido tolerados e sobretudo que se tenham unido à luta. Mas mesmo que a ação em Flins só tivesse estado nas mãos de katangueses, nada mudaria! No sistema imaginário de castas em que vivem as pessoas, e que é diferenciado ao infinito, um movimento insurrecional, um movimento revolucionário estudantil fica ele mesmo lançado firmemente no imaginário, mesmo que o vejamos com olhos simpáticos. Ou seja, a greve criou uma situação que fez os operários dizerem implicitamente: “Se se tem de fazer a revolução, seremos nós a fazê-la, e não vocês, estudantes. A prova disso é que fizemos a greve geral com ocupações de fábricas...”

Mas em Flins foi muito diferente. Houve uma espécie de *melting pot* (lugar de encontro de elementos díspares) em que se tinha ao mesmo tempo a população local que tomou parte, as autoridades locais incapacitadas de resolver os problemas e os operários, que até aquele momento só haviam tido à disposição organizações tradicionais. Ocorreu ali um *evento*: enquanto em toda parte houvera a recusa de um diálogo significativo, ocorreu dessa vez ali um encontro no próprio terreno das lutas operárias. Esta é a diferença com relação às barricadas: os operários foram para as barricadas dos estudantes, o que é importante, mas relativamente menor, porque eles apareceram como indivíduos que se deslocavam no terreno dos estudantes, ao passo que os estudantes é que se deslocaram no terreno em Flins, algo que modifica por completo a situação. A meu ver, o que se desenrola diretamente na ordem significativa não é a amplitude das lutas nem o resultado destas, mas o fato de que alguma coisa se despedaçou — como ocorre na mutação de uma religião primitiva —, alguma coisa de outro tipo se abriu.

Para que um tal fenômeno se reproduzisse, seria necessário que os grupúsculos desfizessem eles mesmos a ideologia que os impede de alcançar essa dimensão imaginária das lutas. Os lambertistas⁵ em Saint-Nazaire teriam certamente sido contra um movimento com essas características. Ouvimo-los daqui: “Os estudantes não devem ir... as células estudantis não devem se misturar com os grupos operários” etc.

J. — Quando da “bolchevização” do partido, em 1928-1930, as células

5 Corrente trotskista francesa. N.T.

se distribuíam de maneira bem distinta: um intelectual, por exemplo, era enviado a uma célula de ferroviários, nunca se era remetido à própria imagem. Hoje, os setores das fábricas são estanques entre si, e cada fábrica é fechada a todas as outras, o conjunto das fábricas a todo o campo e a cadeia continua, ao infinito.

Há igualmente o plano vertical: a hierarquização. Tudo parte daquilo que os jovens trabalhadores ouviram, conservaram, daquilo que se desencadeou na Universidade: o fato de os professores e alunos estarem agindo juntos, de se insultar Grappin, de se negar a autoridade... De que parte da classe operária vem isso? De pessoas que não têm voz, dos jovens e dos não sindicalizados, daqueles que nem estão sufocados nem cristalizados. Tudo o que ocorreu foi um problema de linguagem, um problema de tomada da palavra.

F. – Se tivéssemos outros meios para nos fazer ouvir, deveríamos ter denunciado a greve geral e dizer: “A greve de vocês não tem nada a ver conosco nessas condições, não é nada disso que queremos fazer. É preciso não somente colocar a bandeira vermelha, prender o patrão, não apenas ocupar a fábrica, porém, mais do que isso, colocá-la em funcionamento, servir-se dela como baluarte para investir o bairro, fazer virem as famílias, organizar a vida, a autodefesa etc.”. Teria sido interessante desenvolver certo protótipo da luta operária.

F.F. – Na HS, foram os companheiros que nos pediram que fôssemos manifestar nossa oposição a uma intervenção em massa dos operários não especializados diante da fábrica. Percebemos rapidamente que um impressionante número de operários, alguns deles desconhecidos dos companheiros, se opunha ao aparelho da CGT. O pessoal que estava lá, diante da fábrica, exigia que se discutisse por assim dizer “institucionalmente”, isto é, dentro da fábrica. Firmou-se um compromisso com relação ao anexo da fábrica, a sede da Comissão de Fábrica. Entrou-se então, para uma reunião presidida pelo presidente da Comissão de Fábrica, com a presença de cerca de 30 estudantes, bem como um pessoal desconhecido. Eles começaram a falar com uma violência e uma intensidade que deixaram completamente atropalhados os caras do aparelho. No dia seguinte foi a mesma coisa, mas naquilo em que se empenharam, eles agiram de modo a transformar o que se mostrava como uma possibilidade de os

trabalhadores terem voz num diálogo entre representantes dos operários – eles, quer dizer, o pessoal do aparelho – e os representantes dos estudantes. Os operários não especializados e alguns companheiros do 22 de março se deixaram seduzir pelo engodo desse reconhecimento de representação, embora no final uns sujeitos do aparelho tivessem a coragem de dizer: “Tudo bem, discutimos bastante, deixamos todo mundo falar”. Esse foi um momento decisivo. Todos sentimos que era preciso fundar, impor a continuidade disso num ambiente em que os próprios operários questionassem o aparelho de maneira violenta. Mas tudo isso acabou; os sujeitos do aparelho disseram: “É preciso recuar para voltar a atacar”. E ficamos como estávamos antes: os estudantes na frente da fábrica etc. Tentamos de tudo: os camponeses foram discutir com os operários, pensamos que isso iria desencadear alguma coisa iniciática... Foi assustador, a transgressão estava presente, bastava desencadeá-la para que todo o mecanismo começasse a funcionar...

J. – O que permite que isso se inscreva na realidade? Discutir durante dias como fazem os operários não especializados não adianta nada, é só uma paródia de transgressão.

Uma coisa que os operários não especializados têm dificuldade para compreender, e que a J.C.R. não entende mesmo: onde então se situa o 22 de março? Um dia, eles nos propuseram “uma coordenação dos movimentos de massa”; mas não somos um movimento de massa. Então uma “coordenação das vanguardas”? Não, não somos uma vanguarda. Mas qual o lugar de vocês? Não estamos nessas duas categorias. Por fim, eles propuseram o conceito de “vanguarda espontânea”. Foi isso que eles apresentaram, eles tentaram nos definir, o que é importante no nível de sua evolução. Mas resta descobrir o conceito: *o que permite a fala/palavra ou o fomentador de atos de transgressão*. Os tiras, na verdade, compreenderam. A partir do interrogatório a que submeteram um companheiro, fica claro que, para eles, o maior perigo é o 22 de março.

F. – Elaboramos uma categoria como essa: o grupo analítico interpretante, num dado momento, a situação; qualquer que seja a forma assumida, de *acting out*, de provocação... Se os companheiros da H.S. funcionaram como grupo analítico e não como grupo de vanguarda opositiva, eles terão de início analisado sua própria frouxidão, seu próprio terror diante de uma transgressão.

3ª Parte

P. – Quando escrevemos as *Nove Teses* (neste volume), tendíamos a situar-nos com relação a duas problemáticas essenciais: a denúncia da falsa problemática do conflito sino-soviético e a refutação da estratégia de coexistência pacífica e da estratégia chinesa. Um segundo grupo de teses se vinculava com o problema mais geral das oposições no seio do Partido e dos grupos controlados pelo Partido. E o capítulo que seria agora o mais interessante, que é o da organização revolucionária, é justo o que foi feito um tanto apressadamente. Seria oportuno reescrever as *Nove Teses* privilegiando esse aspecto.

F. – Acho que se deveria sobretudo situar de novo certo número de idéias sobre o conjunto de problemas que foram evocados: crise do movimento comunista internacional, problemas do Terceiro Mundo, da Guerra do Vietnã, e vinculá-los com os problemas de maio de 1968 na França. Para evitar que volte esse movimento de constante oscilação que faz que todos os sujeitos mergulhem numa análise de temas de autogestão e outros, do mesmo modo como, na época da Guerra da Argélia, os sujeitos mergulharam numa análise terceiro-mundista etc.

A concepção de conjunto das “teses” se assentava efetivamente numa visão um tanto pessimista das possibilidades revolucionárias nos países capitalistas desenvolvidos, apesar de algumas aberturas. Criticamos a concepção tradicionalista do Partido, assim como criticamos os modernistas. A terceira análise política particular tinha por objeto os grupúsculos de extrema-esquerda, havendo ainda o questionamento da linha chinesa, que ainda não se havia engajado na revolução cultural. Em suma, para voltar à ótica que se tinha naquele momento – essa é a característica das teses, seu limite –, mostramos de um lado o impasse em que se achavam todas as organizações políticas e sindicais sem cair na análise modernista. Mas apenas formulamos a idéia de que permanecia uma série de contradições fundamentais na sociedade francesa e nos diferentes países capitalistas europeus, e sobretudo não evocamos a noção de *crise generalizada*, não sendo a crise econômica mais do que um aspecto de uma crise que poderia implicar várias outras. Por outro lado, dizíamos que, em razão do caráter fictício das tentativas de constituição de grandes mercados, as

crises iriam agravar-se: analisamos o Mercado Comum (Europeu) como uma falsa solução do ponto de vista econômico, pois é evidente que o futuro da economia européia – tanto no plano econômico como no tecnológico – depende não apenas da constituição de um grande mercado, mas igualmente da constituição de unidades de produção dotadas de uma grande capacidade produtiva.

Em resumo, ficamos mais do que tudo excessivamente prudentes quanto às perspectivas revolucionárias a curto prazo, e continuamos a considerar, sem dizer com todas as letras, a guerrilha opositiva às organizações do movimento comunista como uma espécie de requisito... Talvez eu force um pouco as coisas, mas é melhor forçar na crítica.

A partir do abandono do esquema de uma classe operária pura, dura e consciente que se faz mecanicamente seguir por todas as outras camadas, é necessário talvez chegar à seguinte equação: o econômico é, no final das contas, a própria província da subjetividade. É justo a falha no nível econômico que vai desembocar, não por graduações sucessivas de reivindicações e de tomadas de consciência, mas de uma só vez, no questionamento das perspectivas de luta, à perspectiva de uma existência radicalmente distinta. Há aí um vínculo entre o freudismo e o marxismo a ser apreendido. Quando as pessoas se vêem embrutecidas pela sociedade dita de consumo, neurotizadas na escala social, o raciocínio tradicional consiste em pensar que são de fato embrutecidas e cúmplices do sistema porque se beneficiam dele, e que a elevação de seu nível de vida intervéem efetivamente em seu nível de consciência. Na realidade, contudo, à medida que há um aumento da alienação, da integração, mediante a invasão de certo tipo de objetos de consumo, a contradição se acentua e se abate sobre a subjetividade inconsciente, mas dessa vez não como sujeito individual, mas, na verdade, como sujeito de grupo que, por meio de um ideal coletivo, através de fantasias de grupo, postula, reivindica uma subjetividade institucional como a única saída possível.

O que vem à consciência são as tolices, a TV, as diversões, o reformismo. Não obstante, por trás desse sobre-investimento da repressão, de participação, de denegação, há nos níveis dos significantes-chaves, uma outra potencialidade. Não se trata de uma potencialidade que consistisse em aumentar esse sobre-investimento, em exigir um nível ainda maior

de consumo (tudo isso pertence ao mecanismo da resistência), mas, pelo contrário, uma “potência”, uma potencialidade de repor em questão esquemas institucionais no nível familiar, no nível das relações de grupo, do ramo industrial, no nível nacional etc.

O que há de muito interessante do ponto de vista sintomatológico no movimento de maio é que, enquanto a partir de 1936 toda a ideologia oficial e do movimento operário formou sistematicamente as pessoas no âmbito da defesa da nacionalidade, os significantes internacionalistas ressurgiram com toda a naturalidade sem que isso criasse qualquer dificuldade para alguém. Isso mostra que os esquemas inconscientes e seus referentes institucionais reemergiram em total ruptura. Uns escreveram à máquina palavras do *A Internacional* para levá-las consigo, o que prova bem que não o tinham aprendido em seus grupúsculos! Em outras palavras, se se pegar essa idéia: o pessoal mais próximo das rupturas no campo econômico pode ser considerado por hipótese os mais bem situados, no plano inconsciente, para dar uma justa interpretação da “revolução institucional”, com todo o aspecto místico que isso possa assumir, ou seja, a contestação massiva daquilo que Alain Medan chamou de “a revolução por meio da produção”.⁶

Há, não obstante, uma profunda carência no movimento quando está em questão descobrir o que poderia ser uma fórmula institucional viável. Vê-se claramente o que se passa nos comitês de ação que se tornam “a organização de massa” hipotética de uma hipotética organização de vanguarda: como poderiam os comitês de ação se manter quando tendem a centralizar-se etc.? Há na etapa atual uma confusão absoluta. Se se abordar o problema no nível em que certas pessoas o fazem, isto é, psico-sociologicamente (como organizar a coisa para que comunique...), corre-se o risco de ficar girando indefinidamente em círculos. Na verdade, a fórmula institucional está no prolongamento daquilo que seria uma solução na escala econômica mais desenvolvida. Em outras palavras, como podem o automóvel, a circulação, por exemplo, funcionar na Europa segundo a lógica do desenvolvimento das forças produtivas, a par do máximo de respeito aos interesses e ao desejo das partes?

6 “A propos de la circulation monétaire”, *Recherches*, n. 1.

Elaboremos uma hipótese utópica: o funcionamento desse setor da produção será garantido por uma espécie de partido comunista do automóvel, ao menos europeu, que, enquanto tal, entraria em diálogo, em contestação, com outro partido comunista da siderurgia. Sindicato e partido completamente integrados. Ou seja, numa perspectiva socialista européia, articulada a conjuntos socialistas nos países do Terceiro Mundo, haveria negociações com, por exemplo, um partido do algodão, outro partido de massa internacional. Nesse momento, seria possível imaginar que o ajustamento dos diversos aspectos reivindicatórios, dos diferentes aspectos institucionais locais, chegasse à instauração de políticas regionais, nacionais, internacionais, em todos os níveis, e que se pudesse assim chegar a uma regulação das diferentes relações de investimento, das normas, da fixação de preços, da distribuição, dos salários, da formação etc.

Hoje, a regulação, em seus aspectos essenciais, é feita por meio de mecanismos de ajustamento ligados ao capital e às políticas de Estado. Ocorre numa relação cega com as subjetividades sociais envolvidas. Só uma subjetivação, por exemplo na escala dos ramos industriais articulados a grandes mercados, permitiria chegar a um planejamento dotado de maior eficácia em suas finalidades sociais e mais rentável, inclusive no plano econômico.

Uma vez que o poder continua a escapar à única classe que tem vocação de propor um modelo institucional, um “respondente” subjetivo às forças produtivas, são os modelos institucionais existentes que subsistem e se impõem arcaicamente. É por isso que a concepção do modelo de organização, a axiomática da organização da luta da classe operária, não estão num estudo intrínseco da classe operária, mas na fundação a partir da capacidade potencial da classe operária revolucionária de responder à demanda inconsciente de uma revolução institucional, de modo que um retorno à organização embrionária que ele cria para si nas lutas de classes imediatas lhe permita esclarecer e abrir suas perspectivas a longo prazo.

Com efeito, surpreendi-me no 22 de março com o súbito gosto que surgiu pelas expedições ao campo e a remessa de víveres às fábricas: instintivamente, com meu passado grupuscular, pensei em ergoterapia, em escotismo. Mas por que não? Era vital instaurar algo que desse uma ilustração imediata de *outra coisa*. Pouco importa o lado ridículo: o impor-

tante é propor certo modelo de ação que visa global e aproximativamente a massa dos trabalhadores de empresa, e que seja antes de tudo uma espécie de ilustração, de *prefiguração significativa* quase inconsciente do que poderia ser certo tipo de relações entre o campesinato e este ou aquele ramo da indústria. Enfim, outro campesinato e outra classe operária! Era algo totalmente não formulado pelo 22 de março, mas, finalmente, no inconsciente dos protagonistas do intercâmbio, parece-me claro que estava em questão justo essa cadeia significativa.

O estudante, o louco e o katanguês*

O sismo institucional do mês de maio não poupou o mundo da psiquiatria. Alguns de seus efeitos deixaram marcas persistentes: questionamento da hierarquia em certos serviços, estabelecimento de colégios de psiquiatria,¹ separação entre ensino de psiquiatria e de neurologia etc. Por infelicidade, há boas razões para crer que as coisas foram vivenciadas mais à maneira de um trauma do que assimiladas e integradas à teoria e à prática.

A corrente de “psicoterapia institucional” estava em princípio mais bem preparada para compreender semelhantes eventos, sendo sua característica justamente a vontade de nunca separar a doença mental de seu contexto institucional e social e, correlativamente, a vontade de realizar uma análise institucional a partir da decifração dos efeitos imaginários, simbólicos e reais da sociedade sobre os indivíduos. Não obstante, é-se obrigado a constatar que essa corrente, sem ter ficado apartada desses eventos, só participou deles de maneira marginal. Essa é a consequência – pensamos nós – de certa imaturidade teórica e de uma fixação nos arcaísmos da profissão médica: neutralidade, apolitismo etc.

Parte da crise da Universidade, a revolução institucional de maio trouxe rapidamente os problemas para a escada da sociedade como um todo; pegou de surpresa quem só tinha visto esses problemas no nível de seu hospital ou de seu setor de higiene mental.² Essa evidente inibição dos

* Relatório apresentado ao III Congresso Internacional de Psicodrama, Sociodrama e Terapia Institucional, realizado em Baden, em setembro de 1968, e publicado em *Partisans* (“Garde-fous”), n. 46, fevereiro-março de 1969. (Katanguês é o natural da província congolosa de Katanga, que ficou famosa em razão de numerosos conflitos étnicos em prol de sua autonomia, sendo usado aqui metaforicamente. N.T.)

¹ Organismos regionais de contestação do ensino oficial, alguns dos quais, em Nantes, Marselha e na região do Centro, reúnem tanto enfermeiros como psiquiatras, psicólogos etc.

² Entendemos por setor as instituições e equipamentos extra-hospitalares que em princípio deveriam atender às necessidades, em matéria de higiene mental, de uma população de 70 mil habitantes (hospitais de dia, ambulatórios, residências, oficinas protegidas, readaptação ao ambiente familiar, visitas em domicílio, etc.) Cf. n. especial de *Recherches*: “Programmation, architecture et psychiatrie, junho de 1967.

promotores da psicoterapia institucional não deveria mascarar o fato de que a problemática que tem sido a sua no último decênio tinha potencialmente “incidência” sobre os fenômenos sociais extraordinários que vivemos. De 1962 até 1966, alguns deles, a pedido da Cooperativa Mútua Nacional dos Estudantes e da UNEF, foram levados a estudar os problemas específicos de higiene mental do ambiente estudantil. No curso de inúmeras discussões com os dirigentes estudantis, foram propostas questões de ordem mais geral que concerniam às características desse ambiente, à carência de instituições universitárias, ao absurdo dos métodos pedagógicos, aos projetos de constituição de Grupos de Trabalho universitários, clubes pedagógicos, o funcionamento de consultórios universitários de ajuda psicológica etc.³

A corrente de psicoterapia institucional que, na época, ainda não tinha mais que uma voz relativa nos ambientes psiquiátricos, encontraria, pelo contrário, junto aos responsáveis estudantis do período, uma escuta atenta. Veio-nos a idéia de que o ambiente estudantil sofria os efeitos da segregação social de uma maneira talvez comparável ao que vem vivenciando há muito tempo o mundo psiquiátrico. Tivemos o sentimento de estar na intersecção de “ambientes residuais” que a máquina de Estado tecnocrática não podia integrar.

Ao contrário dos psiquiatras e psicanalistas clássicos, julgamos que há uma interação fundamental entre os problemas psicopatológicos individuais e o ambiente social, profissional e político. Logo, os problemas presentes no nível do movimento estudantil podiam ser concebidos de duas maneiras: como fenômenos aberrantes ou marginais, ou como sintomas anunciadores de uma crise social bem maior, algo que alguns deles, naquela época, intuía. Mais tarde, outros militantes chegaram à direção do movimento estudantil, militantes bem menos preocupados com essas questões, e, aos poucos, a corrente de psicoterapia institucional distanciou-se dessa problemática, à qual talvez não seja inútil voltar hoje.

Insistimos na época no papel das *fantasias de grupo*, na medida em que podem marcar a inserção particular de diferentes gerações na sociedade e sua articulação entre si. Por exemplo, a fantasia dos “barbudos de 14-18 anos” fazia eco ao dos bolcheviques de 1917, as fantasias da nova “belle époque” de 1936 e da guerra civil espanhola, as do nazismo,

³ Cf. *Recherches universitaires*, janeiro de 1964, dedicado a essas questões, e nosso artigo aqui reproduzido (p. 85).

depois as da Libertação, da Guerra Fria e assim por diante. Não conviria apreciar o “respondente” fantasmático das barricadas de maio a partir do fato de que a geração que foi seu suporte foi também a que esqueceu as atrocidades francesas durante a guerra da Argélia e a da condenação militante, num contexto de unanimidade bem-pensante, da agressão americana ao Vietnã?

As contradições sociais não são vividas pelas massas como uma problemática teórica: são apreendidas numa ordem imaginária, massificadas em alternativas simplificadoras, sendo por intermédio de uma fantasmática de grupo que se presentificam as pulsões sociais de morte ou as perspectivas de progresso (as “cidades futuras”, os “amanhãs que cantam” etc.).

A partir do fim da guerra da Argélia, tornou-se manifesto que grande número de estudantes buscava uma reconversão militante, uma perspectiva mobilizadora que lhes permitisse sair, ainda que só no plano imaginário, do gueto universitário. De 1963 a 1966, as correntes de esquerda que assumiram a direção da UNEF tentaram orientar o movimento estudantil para uma assunção de problemas do meio estudantil enquanto tal. A questão do controle estudantil foi evocada no nível das estruturas da Universidade e no nível pedagógico. Os estudantes foram chamados a tomar consciência da especificidade de sua condição, de seu papel na sociedade, de suas responsabilidades com relação à produção, à luta de classes etc. (Lembremos que já em fevereiro de 1964 se tentou uma primeira ocupação da Sorbonne.)

O poder do Estado foi então empregado para sabotar sistematicamente tudo o que seguisse essa direção (recusa de diálogo com a UNEF, da qual foram retiradas todas as subvenções, em benefício da FNEF – Fédération Nationale des Étudiants de France – Federação Nacional dos Estudantes da França). O movimento operário, por sua vez, manipulou ou pura e simplesmente ignorou o movimento estudantil (liquidação da UEC – União dos Estudantes Comunistas – pelo PCF, controle pelo PSU do birô nacional da UNEF). As correntes de esquerda da UNEF dispersaram-se, a organização perdeu progressivamente sua substância, e foi a alguns grupúsculos de extrema esquerda que coube continuar a garantir um mínimo de animação política nesse ambiente.

Essa situação teve duas conseqüências: o abandono de todo verdadeiro programa de transformação da Universidade e o retorno a certo desconhecimento dos problemas especificamente estudantis; e os esquemas de explicação política sempre remetem ao nível da sociedade global e às relações internacionais, com o que isso implica de formalização dogmática e de modo sectário e burocrático de organização. Mas, no final, isso ainda assim forneceu os recursos para que alguns estudantes tivessem uma formação política, ampliassem sua visão das coisas e evitassem o imobilismo. Mesmo assim, os militantes e professores que haviam tentado desenvolver uma forma original de compreensão sociopsicológica do meio estudantil viram então sua influência completamente liquidada (Millebergue, Lapassade, Bourdieu, Passeron etc.)

O começo da reconversão militante só veio a acontecer com a organização de lutas de massa contra a agressão americana ao Vietnã e com a atividade de solidariedade antiimperialista com os movimentos revolucionários da Ásia, da América Latina e da África. Na época, assistiu-se ao desenvolvimento de uma nova forma de mobilização que implicava um permanente envolvimento militante, como aconteceu, em particular, com os comitês Vietnã de base. Mas esse problema internacional em que a França não tinha envolvimento direto só podia tocar, não obstante, uma pequena minoria de vanguarda. A luta contra a agressão americana só tinha, por força das circunstâncias, um alcance metafórico, trazendo apenas uma resposta bem distante à dúvida angustiada que afetava diariamente a massa de estudantes que errava sem perspectivas num mundo absurdo.

Nanterre, no começo de 1968, é o resultado, o símbolo dessa falência geral, tanto da política governamental como do sindicalismo estudantil. A arquitetura da coisa já cria o clima: uma simples visita aos lugares permite sentir a angústia. Aquele campus é a própria imagem de um mundo estudantil apartado do resto da sociedade, apartado do mundo do trabalho e – como para melhor marcar a coisa por contraste – aquela Universidade está situada justamente no coração de uma das mais antigas municipalidades comunistas.

Foi ali que se produziu uma ruptura subjetiva, singular e radical, que se encarnou em “ações exemplares”. A juventude de maio desenvolveu

a partir disso uma considerável atividade imaginária que nos propomos situar no registro daquilo que denominamos *fantasias transicionais*, fantasias que voltam à realidade por meio de uma atividade projetiva – cabe dizer – de enorme alcance. A ação exemplar dos militantes do 22 de março em Nanterre instaurou-se à maneira de uma interpretação da parte de pessoas que se achavam em posição de transferência, ou, para dizer tudo, totalmente entregues à praia, na qual o ministro aconselhou Cohn-Bendit a mergulhar, à guisa de resposta a perguntas que lhe tinham sido feitas sobre os problemas sexuais no meio estudantil.

A partir de Nanterre, formou-se uma cadeia significativa, uma escalada ininterrupta chegou quase a ponto de questionar o conjunto da sociedade francesa, e que teve repercussões igualmente consideráveis no plano internacional. Os dois tipos de poderes dominantes: o poder do Estado e o poder das organizações operárias viram seus fundamentos ameaçados, um novo esclarecimento foi aplicado a uma crise latente do conjunto das sociedades industriais. Por algum tempo, o próprio poder se viu sob o efeito de Medusa, fascinado; o efeito de surpresa fora total e sem dúvida esse momento nunca mais vai se repetir, porque mais tarde a burguesia atribuiu o devido valor a esses fenômenos e se empenha em secretar sistemas repressivos e anti-toxinas de todo tipo. Há aí, fenomenologicamente, uma característica de irrupção revolucionária: surge algo que era inimaginável no dia anterior, a imaginação se viu liberta e tem vocação de tomar o poder. Terá sido um delírio? Como interpretar o ressurgimento de temas há tanto tempo ocultados? É nesse ponto que se poderia tornar operatório o conceito de fantasia transicional. Ele autoriza um modo de representação de algo que é por sua própria essência irrepresentável: a ruptura radical, um outro estado de coisas possível, uma diferença absoluta, o engajamento revolucionário sem garantias e em gestação. Os temas “anarquistas” que tinham sido recalçados pela fantasmática bolchevique: as barricadas, a fraternidade, a generosidade, a libertação do indivíduo, a recusa de toda forma de hierarquia e de restrição, a exaltação coletiva, a poesia permanente, o sonho, pareciam definitivamente enterrados e não mais relevar a não ser de uma espécie de regressão, de infantilismo coletivo: “Aqueles pobres crianças não passavam, para resumir, de mal-compreendidos, mal-amados, criaram para si uma

espécie de psicodrama...”; não havia pois razão de se inquietar demais, estava-se apenas diante de um processo de autocura, no final das contas o meio mais seguro de amanhã chegar a uma melhor integração. Não resta dúvida de que alguma coisa desse tipo estava presente na “compreensão” de tecnocratas da estirpe de Edgar Faure – Ministro da Educação.

A metodologia psicanalítica nos poderia levar a ver as coisas de outra maneira. Não seria esse retorno do recalcado de antes do bolchevismo o sintoma de que os meios de defesa secretados pela sociedade não mais conseguem responder a suas pulsões profundas?

Estabeleceu-se uma espécie de cumplicidade, de longa data, entre a social-democracia, as organizações comunistas, de um lado, e o poder do Estado, do outro. Viu-se claramente que, sem o apoio das organizações sindicais, o governo gaullista e os patrões jamais teriam como recuperar o controle da situação; teria bastado que a greve dos ferroviários se prolongasse ou que estourasse uma verdadeira greve na EDF (empresa de geração de energia) para que as forças da repressão ficassem completamente paralisadas e que se desencadeasse de maneira irreversível uma prova de força revolucionária. Todas as engrenagens institucionais que eram as da sociedade francesa, digamos que a partir de 1934, para usar uma data correspondente a uma importante virada do Partido Comunista Francês, revelaram sua carência. Para decifrar essa imensa rachadura, os militantes revolucionários dispunham apenas de sistemas imperfeitos de formalização. Alguns grupúsculos tinham elaborado, é verdade, seu esquema de explicação, mas ele permanecia programático e só atingia uma minoria de militantes. Nessas condições, a carência de conjuntos institucionais foi sentida e expressa, no essencial, de modo imaginário. Para isso, usaram-se os recursos à mão. Uma imensa massa de estudantes, mas também de operários, de professores, de intelectuais, exprimiu-se a sua maneira, por meio de atos simbólicos, de lutas exemplares, do ressurgimento de temas históricos, do questionamento da sociedade de consumo, numa espécie de festa, e mesmo de *potlatch* – dádivas – que incidiram seletivamente sobre os automóveis etc. O caráter de arcaísmos que puderam assumir certas formas de luta ou modos de organização é algo vinculado ao fato de não haver recurso senão às formulações e imagens antigas como material significante de novas situações.

A evolução das forças produtivas trouxe à luz, de maneira cada vez mais imperativa, um modelo particular de indivíduos produtores e consumidores da imagem de si mesmos. Ou seja, essa imagem se tornou uma engrenagem essencial da própria máquina econômica. Por isso, a legitimidade da “existência de si” passa menos por instituições como a família, a profissão, o grupo social, a Igreja, a pátria, e bem mais pelo lugar ocupado no seio das estruturas econômicas. O papel primordial que o consumo ocupa, na qualidade de elemento regulador da produção, supõe a determinação prévia de uma imagem estereotipada de todos os tipos de indivíduo a título de modelo normalizado. Não obstante, de maneira antagônica, essas mesmas forças produtivas requerem antes de tudo “fatores humanos”, é menos a força de trabalho medida em tempo do que a qualidade de seu trabalho e sua posição estrutural no instrumento de produção que especifica o trabalhador da sociedade contemporânea. O que importa, para resumir, é a produção de significante, e a produção de significante é inseparável da produção de unidades subjetivas, isto é, da *produção de instituições*. A contradição reside no fato de as forças produtivas tenderem de um lado a assujeitar os indivíduos em modelos estereotipados e, do outro, exigir (com a organização do trabalho, a formação profissional, as inovações tecnológicas, a reciclagem, a pesquisa etc.) a produção de unidades subjetivas cada vez mais elaboradas.

A *instituição precedia a produção* na época em que era a instituição que legitimava a existência por meio das corporações, da hierarquia, da religião etc. Essas instituições não eram articuladas à produção tal como são hoje; em geral, herdavam sua estrutura de relações de produção anteriores ao período do capitalismo, e algumas delas ainda permaneciam marcadas pela época feudal. (Foram por outro lado estas últimas as particularmente visadas pelo movimento de maio: a ordem dos arquitetos, dos advogados, dos médicos etc.) As instituições legitimadoras tendiam a existir por si mesmas, como fundamento da ordem estabelecida; participar dessa ordem era uma coisa em si, sendo a Ordem o suporte de desejos inconscientes particulares, desejos cuja expressão podia traduzir-se num juramento ou por emblemas como a beca, a toga, a cátedra etc. A revolução industrial tende pelo contrário a fazer que *a máquina de produção preceda a instituição*; a máquina tornou-se o suporte por excelência do sujeito institucional.

A revolução industrial tende a expropriar as instituições, a privá-las de sua substância metafísica. Só a evolução das máquinas produtivas e das estruturas de referência econômica não é apreendida diretamente pela consciência. As classes sociais continuam a banhar-se numa espécie de ambiente natural imaginário; estão sempre em busca de uma estabilidade fantasmática; resulta disso um afastamento cada vez mais marcado com relação às transformações das forças produtivas. Certa representação clássica da nação ou da classe operária não tem hoje outro suporte que não os políticos, os militantes e as organizações que, qual um clero, continuam a encarnar para ela o "respondente" fantasmático. O deputado que, "do fundo da alma e da consciência", declama em nome do interesse geral faz rir. Mas o mesmo ocorre com o militante que busca fundar a legitimidade de sua ação presente em sua participação na Resistência ou em sua fidelidade a certa imagem que faz para si da classe operária. Por mais ridículo que seja, o "teatro militante" animado por dirigentes das diversas butiques políticas não constitui menos para estas o mundo oficial da representação, inevitável e restritivo. Há, felizmente, ambientes residuais, como o meio estudantil ou o mundo psiquiátrico, ambientes que resistem à integração geral. Esses dois ambientes, por outro lado, ocupam uma posição particular no que se refere à produção significativa.

No mundo universitário, a produção de significantes é cada vez mais "desassujeitada", apartada da sociedade; isso é especialmente sensível no domínio literário e artístico. A produção de uma pesquisa autêntica dificilmente é consumível, uma vez que questiona a ordem social. A essência do consumo de massa consiste, pelo contrário, em contornar a verdade, evitar o face-a-face com o sujeito, com o desejo, com a singularidade. No limite, a posição dos estudantes e dos universitários com respeito à produção significativa aproxima-se da dos doentes mentais. A neurose, a loucura como suporte da verdade padecem de uma permanente repressão. Freud, por ter descoberto a função de verdade do sintoma, teve de defender sua obra de um amplo empreendimento de recuperação. O objetivo era e continua a ser reduzir a doença, redefini-la de modo tal que não ameace em nenhum aspecto a boa consciência cotidiana. A meu ver, para os militantes revolucionários que, seja qual for o ângulo, se acham envolvidos com a loucura, com a neurose, com a delinquência e,

cada vez mais, com a juventude, a infância, a criação, aflora o problema de apreender o alcance sintomático do desvio como recurso de interpretação do conjunto do campo social. Não se trata pois de aceitar passivamente ver a singularidade como condição do intelectual ou do louco reduzida à ordem do geral, mas, pelo contrário, ler o mundo moderno a partir da singularidade de sua posição subjetiva. Paradoxalmente, quanto menos respondem ao desnudamento da angústia do sujeito desejante, tanto mais as instituições da sociedade capitalista contemporânea voltam a conferir uma vitalidade artificial a seu fundamento mais arcaico. A questão nacional, o regionalismo, o racismo, o culto da família conhecem uma extraordinária revivescência que se apóia em imensos recursos publicitários. Contudo, isso não passa de recurso precário, que não tem verdadeira incidência no nível inconsciente.

Vê-se com clareza, por exemplo, que o internacionalismo de fato das forças produtivas torna completamente absurda a política patriótica de um De Gaulle. Está na mesma linha desse fascínio recuperado pela família, a província ou a pátria, o culto ao indivíduo. Reavaliar a verdade do sujeito não é necessariamente valorizar o papel de indivíduo. Querer furtar o sujeito à hidra social não implica necessariamente chegar a soluções individuais. No plano do urbanismo, por exemplo, a alternativa aos grandes conjuntos não é fatalmente a pequena residência individual. À serialidade egóica dos indivíduos tomados no âmbito da massa, conviria opor a articulação significativa de sujeitos inconscientes e de *grupos-sujeitos* capazes de marcar uma ruptura nos processos de identificação.

Nesse sentido, talvez se possa considerar o Movimento de 22 de março em seus primórdios como o protótipo de um grupo-sujeito: tudo girou em torno dele sem que ele se tenha constituído numa totalização que o fechasse e o tornasse presa de outros movimentos políticos. O Movimento de 22 de março esforçou-se por interpretar a situação, não em função de uma perspectiva programática fixa ao longo de sucessivos congressos, mas na medida mesma em que lia a situação em seu desenrolar diacrônico. A atitude do poder de Estado, da polícia, lhe dizia, na forma de mensagens invertidas, o que lhe convinha articular. O Movimento de 22 de março recusou-se a encarnar em si a situação, não tendo sido o suporte que permitisse à massa operar a transferência de suas inibições.

A ação exemplar desse grupo de vanguarda abriu o caminho, afastou interditos, criou as condições de possibilidade de uma compreensão, uma nova articulação lógica, sem a fixar numa dogmática.

É, sem dúvida, a primeira vez que um movimento de caráter político integrou a esse ponto elementos psicanalíticos. Os limites que encontrou nesse domínio são certamente imputáveis aos próprios limites da teoria psicanalítica ou ao menos daquela que mais o impregnou. O culto da espontaneidade, certo naturalismo, procede sem dúvida do retorno massivo da angústia diante do desconhecido; é certamente o que concedeu ao partido comunista, aos grupúsculos e ao próprio Movimento 22 de março a possibilidade de uma localização mais tranqüilizadora do fenômeno, a saber, o conformismo anarquista. Tudo contribuía para fechar a questão. Contudo, não resta dúvida de que o futuro do movimento operário depende de sua capacidade de integrar certo número de elementos identificáveis na teoria freudiana. De nada serve denunciar o burocratismo das organizações tradicionais se só se tiver condições de remeter sua causa a um ou outro erro estratégico ou tático, a um ou outro momento de virada da história do movimento operário. Na verdade, é toda uma lógica significativa que leva ao piramidismo organizacional em que as organizações de massa, os militantes de base, o Partido, o comitê central, o birô político e o secretariado são presa de uma articulação serial que não deixa lugar algum à expressão autêntica das massas e dos indivíduos. Uma economia libidinal de caráter homossexual impregna em geral as organizações militantes, impedindo-lhes todo acesso verdadeiro ao outro que pode ser tanto o jovem, a mulher como a outra raça, o outro povo. *O piramidismo das organizações políticas não passa de "respondente" da organização social dominante.*

Com certeza, a solução não há de ser buscada nas receitas psicossociológicas; a alienação no nível do grupo provavelmente não é reabsorvível enquanto tal. Nenhuma psicanálise de grupo poderia "curar" um grupo. O que porém parece ter sido esboçado na instauração dos comitês de ação é que seja possível uma espécie de atividade analítica no nível das próprias massas. Essa atividade analítica não pode ser concebida como o fato de o objeto apartado das massas que se consideraria sua vanguarda, mas antes como um sistema em

interação permanente, adjacente à expressão das massas. Os militantes estudantis que foram para Flins tiveram condições de se integrar às lutas dos operários e da população sem ser sentidos como um corpo estranho. A atividade analítica do grupo não tinha por objetivo ajustar os indivíduos ao grupo, mas, pelo contrário, fazer que o grupo, como estrutura opaca, não se substituísse à problemática significativa do movimento de massas; ela corta a cadeia significativa a fim de abri-la a outras potencialidades. A atividade do grupo militante não se destinava a fornecer uma resposta pronta, a enxertar de logos uma demanda suposta, mas, pelo contrário, destinava-se a aprofundar a problemática, destacar a singularidade de cada etapa do processo histórico. É precisamente por ter conseguido preservar, durante todo um período, a mensagem singular de que era portador que o Movimento de 22 de março pôde ser entendido em ambientes e países totalmente diferentes entre si. (Por exemplo, o temor de um movimento similar iria precipitar muitas coisas na Checoslováquia.)

O dilema, no meio psiquiátrico, é com freqüência elaborado em termos de transformação interna ao hospital ou de intervenção preferencial no setor; talvez houvesse uma simetria a estabelecer entre a fantasia de uma revolução no interior do asilo e aquela outra fantasia que sustenta a legitimidade da "revolução num só país". Em contraposição a isso, toda uma corrente anglo-saxã de psiquiatria social, de "antipsiquiatria", se propõe hoje a intervir na sociedade para reabsorver de alguma maneira o problema psiquiátrico no seio do campo social, reduzindo assim a alienação mental à alienação social. Retornamos sempre ao mesmo ponto: a loucura é sentida como um escândalo, sendo conveniente negá-la e reprimir todas as suas formas de manifestação. Os psiquiatras e o conjunto dos trabalhadores da psiquiatria têm por certo muito a fazer para transformar, humanizar, abrir suas instituições. Mas talvez sua real responsabilidade deva situar-se para além disso. Sua inserção particular nesse ambiente residual deixa-nos em condições de contestar radicalmente o estatuto e a metodologia das ciências humanas, da economia política e do conjunto de referentes institucionais em sua qualidade de estrutura de desconhecimento das posições subjetivas de todas as categorias de

irrecuperáveis – os “katangueses” de todos os horizontes – e protótipos, nesse sentido, do militante revolucionário autêntico, bem como do “homem novo” da futura sociedade socialista. A psiquiatria e as ciências humanas parecem dever ser por definição apartadas do domínio político; outra psiquiatria, articulada a outra política, ao estilo da que vimos surgir no mês de maio, talvez venham a estar no futuro no prolongamento uma da outra.

1969

Máquina e estrutura*

A distinção aqui proposta entre máquina e estrutura só tem como fundamento o uso que lhe daremos; julgamos que se trata de um “artifício de escritura” do tipo daquele que se é levado a introduzir no curso do tratamento de um problema matemático ou de um axioma, que pode ser questionado numa ou noutra etapa do desenvolvimento, ou então do tipo de máquina de que aqui se tratará.

Logo, é deliberadamente que colocamos entre parênteses o fato de, na realidade, uma máquina não ser separável de suas articulações estruturais e, inversamente, toda estrutura contingente ser visitada – e é isso que queremos estabelecer – pelo espectro de um sistema de máquinas, no mínimo por uma máquina lógica. Se nos parece indispensável, num primeiro momento, estabelecer essa distinção, o motivo é esclarecer a localização de posições particulares da subjetividade em sua relação com o evento e a História.¹

Digamos da estrutura que posiciona seus elementos mediante um sistema de relações em que uns *remetem* aos outros, e de tal maneira que possa ela mesma ser *remetida* – a título de elemento – a outra estrutura.

O fato subjetivo de que a definição aqui dada não ultrapassa esse princípio de determinação recíproca está incluído na estrutura. O processo estrutural de totalização destotalizada encerra o sujeito, não tolera

* Exposição destinada inicialmente à Escola Freudiana de Paris, 1969. Publicada em *Change*, n. 12, Seuil.

¹ Retomando as categorias introduzidas por Gilles Deleuze, a estrutura, no sentido aqui concebido, deveria ser atribuída da generalidade caracterizada por uma posição de troca ou de substituição dos particulares, ao passo que a máquina relevaria da ordem da repetição “como conduta e como ponto de vista referente a uma singularidade imutável, insubstituível” (*Différence et répétition*, PUF, 1969, p. 7). Das três condições mínimas de uma estrutura em geral estabelecidas por Deleuze, conservamos apenas as duas primeiras:

1º É preciso haver pelo menos duas séries heterogêneas em que uma será determinada como significante e a outra como significado.

2º Cada uma dessas séries é constituída de termos que só existem a partir das relações que mantêm uns com os outros.

A terceira condição, “as duas séries heterogêneas que convergem para um elemento paradoxal que é como um seu ‘diferenciante’ deveria, pelo contrário, ser remetida exclusivamente à ordem da máquina (*Logique du sens*, Minuit, 1969, p. 63).

perdê-lo enquanto tiver condições de recuperá-lo no seio de outra determinação estrutural.

A máquina, em contrapartida, permanece por sua essência excêntrica ao fato subjetivo. O sujeito, nela, sempre se acha alhures. A temporalização penetra a máquina por todos os lados e só pode situar-se com relação a ela à maneira de um evento. O surgimento da máquina marca uma data, um corte, não homogêneo a uma representação estrutural.

A História da tecnologia é datada pela existência, em cada fase, de um tipo dado de máquina, aflorando a História das ciências no presente, para cada um de seus ramos, no lugar em que cada teoria científica pode ser tomada como máquina e não como estrutura, o que remete à ordem da ideologia. Toda máquina é negação, assassinato por incorporação (a ponto de deixar praticamente só um resíduo) da máquina a que substitui. Em termos potenciais, entretém o mesmo tipo de relações com a máquina que a vai suceder.

A máquina de antes, a máquina de hoje e a máquina de amanhã não entretém entre si relações estruturais: só um processo de análise histórica, o recurso a uma cadeia significativa extrínseca à máquina, um estruturalismo histórico, digamos, permitiria reapreender globalmente os efeitos de continuidade, de retroação e de encadeamento que a máquina é suscetível de representar.

O sujeito da História está, para a máquina, em outro lugar, na estrutura. A bem dizer, o sujeito da estrutura, considerado em sua relação de alienação com um sistema de totalização destotalizada, deveria antes ser remetido a um fenômeno de "metade" (*sic*), opondo-se aqui o ego ao sujeito do inconsciente na medida em que responde ao princípio enunciado por Lacan: um significante o representa para outro significante. O sujeito inconsciente como tal estará por sua vez do lado da máquina, *ao lado da máquina*, digamos. Ponto de ruptura da máquina. Corte aquém e além dela.

O indivíduo, em sua relação com a máquina, foi descrito pelos sociólogos da estirpe de (Georges) Friedman como estando numa relação fundamental de alienação. Isso é exato se se considerar o indivíduo como estrutura de totalização imaginária. Mas a dialética do mestre e do aprendiz, as imagens corriqueiras do "roteiro turístico francês dos ofícios" etc.

perderam todo o sentido diante do maquinismo moderno, que, a cada etapa tecnológica, exige de seus especialistas que voltem a partir do zero. Mas não deve — justo essa *volta ao zero* — ser situada no princípio mesmo da ruptura essencialmente que marca o sujeito inconsciente?

A iniciação no ofício, a cooptação no corpo profissional, não mais passa por mediações institucionais, ao menos do tipo que respondiam a um princípio que poderia ser enunciado da seguinte maneira: "O ofício precede a máquina". Com o capitalismo industrial, a evolução espasmódica do maquinismo corta e recorta a atual ordem dos ofícios.

Nesse sentido, a alienação do trabalhador com relação à máquina o expõe de todo equilíbrio estrutural, transfere-o a uma proximidade máxima com um sistema radical de ruptura, de castração, digamos, que lhe tira todo o fôlego, toda segurança "sustentante" (*moisante*), que lhe nega a legitimidade de um "sentimento de pertencimento" a um *corpo* profissional. As ordens profissionais que ainda subsistem, como a dos médicos, dos farmacêuticos, dos advogados etc. não passam de resíduos das relações de produção anteriores ao capitalismo.

É certo que essa ruptura é insuportável; também a produção institucional se dedica a mascarar seus efeitos mediante a instalação de sistemas equivalentes, de *ersatz*, cujo "respondente ideológico não deve ser buscado apenas do lado paternalista, de tendência fascista, com seus lemas a respeito do trabalho, da família e da pátria, mas igualmente no seio das diferentes versões de socialismo (incluídas as que podem parecer mais liberais, como em Cuba, por exemplo), com sua opressora apologia do trabalhador modelo, sua exaltação da máquina, cujo culto funciona como o do herói antigo...

No tocante ao trabalho da máquina, o trabalho humano nada mais importa. Digamos antes que importa o trabalho do "nada" como específico do trabalho moderno, ao menos em termos de tendência, o trabalho do *feedback* (retroalimentação): (reduzido a) pressionar o botão vermelho ou negro a depender dessa ou daquela ocorrência, por outro lado programada, o trabalho humano não passa de resíduo ainda não integrado do trabalho da máquina.

O trabalho do operário, do técnico, do cientista vai ser recuperado, incorporado às engrenagens da máquina de amanhã, e o gesto repetido

não mais oferece hoje garantia ritual. Já não se pode identificar a *repetição* do gesto humano “o augusto gesto do semeador” com o da ordem natural tomada como fundamento da ordem moral das coisas. A *repetição* do gesto não mais funda um “ser-para-a-profissão”. O trabalho humano moderno é mero *subconjunto residual do trabalho da máquina*. O gesto humano residual não é mais que um processo adjacente e parcial do processo subjetivo secretado pela ordem da máquina. Com efeito, *a máquina transferiu-se para o cerne do desejo*, não sendo o gesto humano residual coisa alguma além *do lugar de marcação* da máquina sobre a totalidade imaginária do indivíduo (cf. a função do: $(1 - a)$ de Lacan).²

Toda descoberta nova, por exemplo, no domínio da pesquisa científica, atravessa o campo estrutural da teoria à maneira de uma máquina de guerra, perturbando-a por inteiro e remanejando-a até impor-lhe uma radical transformação. O próprio pesquisador é arrebatado pelas conseqüências desse processo. Sua descoberta vai além dele em todos os aspectos, arrebatando em seguida ramos inteiros de pesquisas, perturbando inteiramente o estado anterior da árvore de implicações das ciências e das técnicas. Mesmo no caso em que uma descoberta é batizada com o nome de seu autor, “o efeito” considerado, longe de se “personalizar”, tende pelo contrário a fazer desse nome próprio um nome comum. Aflora a questão de saber se essa abolição do indivíduo com relação a sua produção vai ser algo com tendência a generalizar-se nas outras ordens de produção.

Se é verdade que essa subjetividade inconsciente, na qualidade de corte sobreposto de uma cadeia significativa, se acha transferida, fora do indivíduo e das coletividades humanas, para a ordem da máquina, nem por isso deixa ela de ser *não-representável* no nível específico da máquina. É um significante apartado da cadeia estrutural inconsciente que vai funcionar a título de *representante* da representação da máquina.

A essência da máquina é precisamente a operação de *apartar um significante* como representante, como “diferenciante”, como corte causal, heterogêneo à ordem de coisas estruturalmente estabelecida. É essa ope-

² Lacan propõe duas funções com esses termos, a partir da relação entre o um e o outro: $1 + a$ (o um em conjunção com objeto “a”) e $1 - a$ (o um em disjunção com respeito ao objeto “a”). N.T.

ração que liga a máquina ao registro de dupla face do sujeito desejante e de seu estatuto de raiz fundadora das diferentes ordens estruturais que lhe correspondem. A máquina, como repetição do singular, constitui um modo, e mesmo o único modo possível, de representação unívoca das diversas formas de subjetividade na ordem do geral sobre o plano individual ou coletivo.

Se se quiser considerar a questão sob o ângulo inverso, “a partir” do geral, ter-se-á a ilusão de um apoio possível num espaço estrutural preexistente ao encontro contingente com o corte da parte da máquina. Essa cadeia significativa “pura”, “basal”, uma espécie de paraíso perdido do desejo ou dos “bons velhos tempos de antes do maquinismo”, poderia então ser considerada uma metalinguagem, referencial absoluto que sempre poderia ser produzido no lugar e em lugar de um evento contingente ou de uma marca singular.

Chegar-se-ia assim a situar indevidamente a verdade do corte, a verdade do sujeito, no nível da representação, da informação, da comunicação, dos códigos sociais e de todos os outros modos de determinação estrutural.

A voz, como máquina de fala/palavra, corta e funda a ordem estrutural da língua/linguagem, e não ao contrário. O indivíduo assume, no plano de sua corporeidade, as conseqüências do entrecruzamento de cadeias significantes de toda ordem que o atravessam e o dilaceram. O ser humano é presa do entrecruzamento entre a máquina e a estrutura.

Os grupos sociais não dispõem de semelhante superfície de projeção, mas apenas de modos de decifração e de localização sucessivos e contraditórios, aproximativos e metafóricos, a partir de diferentes órgãos estruturais, por exemplo, trocas, mitos etc. Cada ruptura produzida pela intrusão de um fenômeno de máquina vai ver-se aí em conjunção com o estabelecimento do que vamos denominar um *sistema de antiprodução*, modo representativo específico da estrutura.

Inútil dizer que a produção advém da ordem da máquina: a ênfase aqui é posta sobre seu caráter de corte subjetivo como elemento distintivo de toda ordem de produção. Trata-se assim de dispor de um meio de localização que evite a passagem mágica de um plano ao outro.

Trata-se, por exemplo, de remeter *ao mesmo* sistema de produção aquilo que ocorre na ordem da indústria, no nível da oficina ou do gabinete de estudos, e que está em questão na pesquisa científica, e até na ordem literária, poética, onírica etc.

A antiprodução vai ser, entre outras coisas, aquilo que foi colocado sob o registro das “relações de produção”. A antiprodução terá de realizar uma espécie de reequilíbrio imaginário, não necessariamente no sentido da inércia e do conservadorismo porque ela também pode levar à generalização, no âmbito de uma dada atmosfera social, de um novo modo dominante de relações de produção, de acumulação, de circulação, de distribuição ou de qualquer outra expressão superestrutural de um novo tipo de máquina econômica. Seu modo de expressão imaginária é, portanto, o da fantasia transicional.

Voltemos ao outro extremo da cadeia, ao plano da produção onírica. Identifiquemos a antiprodução com a elaboração de um conteúdo manifesto do sonho, em oposição às produções latentes articuladas às máquinas pulsionais constituídas pelos objetos parciais. O objeto “a” descrito por Lacan como raiz do desejo, umbigo do sonho, também irrompe no seio do equilíbrio estrutural do indivíduo à maneira de uma máquina infernal. O sujeito se vê rejeitado de si mesmo. De modo proporcional ao corte que o objeto-máquina “a” modula no campo estrutural da representação, dispõem-se para ele registros de alteridade que se posicionam de forma específica a cada etapa do processo. A fantasmática individual corresponde ao modo de localização estrutural por meio de uma língua singular, articulada às instâncias repetitivas das “maquinações” do desejo.

A existência desse objeto-máquina “a”, irreduzível, não assimilável às referências estruturais, esse “mesmo para si mesmo” que não se vincula com os elementos da estrutura exceto no modo do corte e da metonímia, desemboca no fato de a representação de si mesmo por meio dos filtros da linguagem levar apenas a um impasse, a um ponto de ruptura e de apelo de uma alteridade repetida. O objeto do desejo descentra o indivíduo para a margem de si mesmo, para o limite do outro; encarna a impossibilidade de um refúgio absoluto de si mesmo em si mesmo, assim como a impossibilidade de uma passagem radical ao outro. A fantasia individual *representa* esse impossível deslizamento de planos; é nisso que

se distingue da fantasmática de grupo, que não dispõe desses pontos de amarração do desejo à superfície do corpo, desses pontos de chamado à ordem das verdades singulares que são as zonas erógenas, as zonas fronteiriças, de passagem e de adjacência.

A fantasia de grupo *sobrepe* os planos, altera-os, os substitui. Está condenada a girar em torno de si mesmo. Esse efeito de circularidade o leva a determinar zonas de impasse, de interdito, *vacúolos* intransponíveis e toda uma “no man’s land” (terra de ninguém) do sentido. Apreendido no campo do grupo, a fantasia remete à fantasia, à maneira de uma moeda de troca, mas de uma moeda sem padrão corporificado, sem ponto de consistência que lhe permita ser remetida, ainda que de maneira parcial, a uma coisa que não uma topologia que advenha unicamente da ordem do geral. O grupo – na condição de estrutura – “fantasmática” (*fantasme*) o evento através de um perpétuo e irresponsável vaivém entre o geral e o particular. Um líder qualquer, algum bode expiatório, cisão, ameaça imaginária sentida a partir de outro grupo são o *equivalente* da subjetividade do grupo. Todo evento, toda crise, é substituível por outro evento, por outra crise, que inauguram outra seqüência, também ela marcada pelo selo da equivalência e da identidade. A verdade do dia vai ser “remissível” à do dia anterior em função de uma reescritura sempre possível da História. A experiência psicanalítica, o acionamento da máquina psicanalítica, traz à luz a impossibilidade, para o sujeito desejante, da manutenção desse sistema de homologia e de reescritura: a transferência só tem aqui um papel de revelador da repetição, funcionando, ao contrário de um efeito de grupo, à maneira de uma máquina.

O sistema pulsional do grupo, não podendo apegar-se à máquina desejante – porque os objetos “a” se remetem à superfície do corpo fantasmático –, está condenado a multiplicar os modos imaginários da localização. Cada um deles estrutura-se em si mesmo, mas permanece em correspondência equívoca com relação aos outros. O fato de não disporem do elemento “diferenciante” (*différenciant*) de que fala Gilles Deleuze condena-os a um perpétuo sistema de deslizamento. O corte é forcluído, só sendo localizável *entre* os planos estruturais. O corte já não é assumido em sua essência. A carência de um modo singular de localização das estruturas tem o efeito de torná-las “traduzíveis” uns

com relação aos outros, estabelecendo assim uma espécie de *continuum* lógico indefinido que é especialmente satisfatório para os obsessivos. A identificação do semelhante e a despistagem da diferença ocorrem no nível do grupo segundo uma lógica imaginária de segundo grau. É a representação imaginária do outro grupo, por exemplo, que funcionará como máquina “posicionante”. Em certo sentido, é um excesso de lógica que a reduz ao impasse.

Esse contato direto das estruturas põe em funcionamento uma máquina louca, mais louca que o mais louco dos loucos, representação tangencial de uma lógica sadomasoquista em que tudo equivale a tudo, em que a verdade é sempre excêntrica. Trata-se do regime da irresponsabilidade política, da ordem do geral seccionada radicalmente da ordem do ético. O termo último da fantasia de grupo é a morte em si, a destruição sem suporte, a abolição radical de toda verdadeira baliza, um estado de coisas em que a questão da verdade não só desapareceu desde sempre, como jamais existiu, mesmo a título de interrogação.

Essa estrutura de grupo vai representar aqui o sujeito para uma outra estrutura como fundação de uma subjetividade empastada, opaca, “entrevada” (moisée). Enquanto para o indivíduo era o objeto do desejo inconsciente que funcionava como sistema de corte ou de máquina, no nível do grupo, o que vai assumir essa função são os subconjuntos contingentes e transitórios do grupo, ou um outro grupo. O campo de equivalência estrutural assim instalado terá, portanto, como função fundamental mascarar, abolir, toda irrupção de um objeto singular representado seja no plano do sujeito humano, mediante o desejo inconsciente, ou no plano mais geral das cadeias significantes inconscientes, mediante a ruptura operada pelo sistema fechado das máquinas. A ordem estrutural do grupo, a da consciência, da comunicação, é assim circunscrita por todos os lados por sistemas de máquinas sobre os quais jamais terá controle, sejam eles objetos “a”, como máquina inconsciente do desejo, ou fenômenos de ruptura vinculados com máquinas de diferentes gêneros. A essência da máquina, como fato de ruptura, como fundação atópica dessa ordem do geral, desemboca na impossibilidade de distinguir, com o passar do tempo, entre o sujeito inconsciente do desejo e a própria ordem da máquina. Além ou aquém de todas as determinações estruturais, o sujeito da economia, o sujeito

da História, o sujeito da ciência encontram esse mesmo objeto “a” como corte fundador do desejo.

Uma estrutura que funciona como sujeito para outra estrutura seria, por exemplo, o fato de a comunidade negra dos Estados Unidos representar o ponto de referência de uma ordem branca das coisas. Face-a-face opaco, absurdo, indecifrável para uma consciência modernista. Uma problemática inconsciente põe em causa aí a recusa de uma alteridade mais radical que estaria em conjunção, por exemplo, com uma recusa da alteridade econômica. O evento do assassinato de Kennedy “representa” o impossível reconhecimento da alteridade econômica e social dos países do Terceiro Mundo, como o testemunha o fracasso da “Aliança para o Progresso”, o empreendimento de destruição do Vietnã etc. Caberia marcar aqui os pontos de junção e de continuidade entre a economia libidinal e a economia política.

Nesta ou naquela etapa da História surge uma focalização do desejo no conjunto das estruturas; propomo-nos a reconhecê-la sob o termo geral “máquina”, quer se trate de uma nova arma, de uma nova técnica de produção, de uma nova axiomática religiosa, de grandes descobertas – a descoberta das Índias, da relatividade, da Lua, da China etc. Para enfrentá-la, a antiprodução estrutural se desenvolve até seu próprio ponto de saturação, enquanto a ruptura revolucionária também desenvolve por sua vez, em contraponto, outro campo descontínuo de antiprodução que tende a reincorporar o insuportável corte subjetivo, tudo o que faz que ela continue a escapar à ordem antecedente. *Digamos da revolução, do período revolucionário, que são o tempo em que a máquina representa a subjetividade social para a estrutura, e que o faz em oposição à fase de opressão, de estagnação, em que as superestruturas se impõem como representação impossível dos efeitos de máquina. O referente comum desses tipos de escrituras no nível da História seria a instalação de um espaço puro do significante em que a máquina representaria o sujeito para outra máquina. Mas não se poderia continuar então a dizer da História, como lugar do inconsciente, que ela é “estruturada como uma linguagem” uma vez que não existe uma forma escritural possível de uma tal linguagem.*

É com efeito impossível economizar o discurso histórico real, a característica contingente que faria que uma dada etapa, que um dado

significante vá ser representado por um dado evento, ou por um dado grupo social, pela irrupção de um indivíduo, de uma descoberta etc. Nesse sentido, deveríamos considerar que os arcaísmos históricos são em princípio lugares de escolha da verdade; a História não funciona segundo um processo contínuo: os fenômenos estruturais se distribuem aí segundo seqüências particulares para exprimir e marcar as tensões significantes inconscientes até seu ponto de ruptura, ponto singular de descontinuidade localizável na tríplice dimensão da forclusão, da insistência e da ameaça. Os arcaísmos históricos exprimem o reforço do efeito estrutural em vez de sua fragilização.

Se A. Malraux pôde dizer do século XX que foi o século das nações, em oposição ao século XIX, que teria sido o do internacionalismo, é que o internacionalismo, não dispondo de uma expressão estrutural adequada, articulada aos maquinários econômicos e sociais que o “trabalham”, fechou-se no nacionalismo e, abaixo deste, no regionalismo e nas diferentes formas de particularismo que hoje se desenvolvem, inclusive no seio do movimento comunista pretensamente internacional.

A questão da organização revolucionária é a da instalação de uma máquina institucional cujos traços distintivos seriam uma axiomática e uma prática que lhe garantissem não se fechar sobre as diferentes estruturas sociais, e bem especialmente sobre a estrutura do Estado, fundamento aparente das relações de produção dominantes, ainda que não mais corresponda aos meios de produção. A armadilha imaginária, o artifício sedutor, é que nada parece hoje articulável fora dessa estrutura. O projeto revolucionário socialista, que se dera por objeto a *tomada do poder político de Estado*, identificado como o suporte instrumental do domínio de uma classe sobre outra, à garantia institucional da posse dos meios de produção deixou-se apanhar por esse engodo. Estruturou-se a si mesmo como um engodo, na medida em que esse objeto, marcante para a consciência social, não mais correspondia às pulsões econômicas e sociais. O Estado tal como o conhecemos acha-se hoje completamente descentrado no que se refere aos processos econômicos fundamentais. A institucionalização de “grandes mercados”, a perspectiva da instauração de superestados, reforça esse engodo, do mesmo modo como o projeto do reformismo modernista, de um controle “popular”, reforça cada vez

mais subconjuntos econômicos e sociais... A consistência subjetiva da sociedade, tal como esta se articula em todos os níveis econômicos, sociais, culturais e assim por diante, não é em nossos dias localizável, nem dispõe de mais do que traduções institucionais equívocas. Vimo-lo no momento da revolução de maio na França, em que a única coisa que se aproximou de uma autêntica organização de lutas só apareceu na forma da experiência balbuciante, tardia e tão contestada, dos comitês de ação.

O projeto revolucionário, como maquinação de uma subversão institucional, teria de revelar essas potencialidades subjetivas e, a cada etapa das lutas, protegê-las de sua “estruturalização”.

Mas semelhante reavaliação permanente dos efeitos de máquina sobre as estruturas não poderia contentar-se apenas com uma “prática teórica”, implicando a promoção de uma práxis analítica específica adjacente a cada nível da organização das lutas.

Uma tal perspectiva permitiria, em contrapartida, situar a responsabilidade daqueles que, a este ou àquele título têm condições de se articular à letra do discurso teórico no contexto em que ela marca a luta de classes no cerne do desejo inconsciente.

Reflexões sobre o ensino como o reverso da análise*

1. Argumento

O ensino da psicanálise deveria consistir em levar a saber que, no que se refere ao exercício da verdade, estamos, em toda e qualquer circunstância, sempre demais. Sempre cedo demais ou tarde demais,¹ o “saber” do analista, como dispositivo do gozo – que, nestes tempos, “anda com desenvoltura” –, resiste a toda interpretação, massifica, leva ao impasse, intersubjetiviza (*intersubjective*) a transferência.

Digo “levar a saber” para marcar a diferença com respeito a “estar ao corrente”. Porque, é claro, na prática, os analistas são rapidamente atualizados pelos próprios neuróticos. Esse é inclusive, a meu ver, um traço de delimitação entre a formação e o ensino. Bem ou mal ensinado, o analista forma-se rapidamente no tocante à prudência, chegando mesmo a fechar-se nela, e por bastante tempo! Quanto à interpretação, ele não tem senão que aí permanecer. Esta tem antes a tendência de caminhar sozinha! É do interesse do analista se meter com ela o menos possível se não quiser correr o risco de passar pela prova de uma contestação que, em nossos dias, sabe Deus aonde pode levar! (Lembrem-se do infeliz analista treinado por gravador que apareceu até nas colunas de *Temps modernes*.)

Quanto à formação, portanto, tudo é simples, a gente se arranja como pode. Quanto ao ensino, enquanto Lacan existir, o futuro é radioso. Nenhuma das incessantes tentativas de fazê-lo calar-se, desde o começo de sua carreira, conseguiu abatê-lo, o que leva a dizer que ele deve ser

* Comunicação apresentada ao Congresso da Escola Freudiana de Paris, 17 de abril de 1970, cujo tema se centrava no ensino da psicanálise. Publicada em *Lettres de l'École freudienne de Paris*, n. 8, janeiro de 1971.

¹ Cf. a função do “um a mais”: “l'un en plus” – “um sem mais”: “l'un sans plus” – “um ainda”: “l'un encore” – “um demais”: “l'un de trop”. LACAN, *Écrits*, “Situation de la psychanalyse 1956”, p. 480.

² Prestigiosa revista fundada em 1945 pela editora Gallimard.

imortal... E a gente se instala numa espécie de sentimento coletivo de eternidade que cada qual aproveita a sua maneira.

É de fato necessário reconhecer que as poucas “tomadas de palavra” de diversas “asas”³ de Lacan de modo algum foram conclusivas. Como explicar, nessas condições, que Lacan pareça sempre tão ligado a esses estranhos sujeitos que ele lançou sob a designação “cartéis”⁴?

Pelo que sei, não se fez relatório de seu funcionamento. Mas será possível que, na verdade, este não exista? De que se trataria precisamente? De uma panacéia singular, de uma maiêutica do “um a mais”... Para ver aí com mais clareza, proponho marcar as diferenças de funcionamento do “um a mais” na formação e no ensino (o desempenho e a competência). De um “um a mais” a outro, se disso não resultar dois, talvez resulte “a”.

Quando se são dois, aparentemente, o analista + o analisando, o “um a mais” será antes menos do que se deve contar. O analista se reduz tendencialmente à condição pouco invejável de encarnar o objeto “a”, e encontrará pouco auxílio na evocação da lembrança de seus mestres ou na relembração de seu saber.

Mas quando se é quatro ou mais ($[3 + 1] + 1$), tudo muda.

O saber sobre uma verdade sem medo nem censura, quer o desejemos ou não, retoma então seus direitos. Estamos “entre colegas”, e então isso circula, o objeto “a”! Com um pouco de hábito, sempre se pode remetê-lo docemente ao olho ou a outro lugar qualquer do vizinho!

Através da bruma de minha lembrança, creio distinguir que o cartel foi proposto justamente para evitar isso! Uma propedêutica do “um a mais”. Logo, o trabalho do cartel poderia ser o reverso topológico do trabalho analítico, uma decifração “*achatante*” (uniforme) um “novo arquivismo”.

Nada de transferência no cartel, sobretudo lateral e menos ainda

3 A bem dizer, Lacan jogava com o som de “l”, com a imagem gráfica, aqui presente, “ailes” (asas, mas que pode ser “ala” partidária) e com a imagem acústica “delas” (*d’ailes*), assim como, em alguns casos, com “aile, elle (ela) e l”. Ver, por exemplo, LEMAIRE, A. *Jacques Lacan – Uma introdução*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Trad.: Durval Checchinato et al. N.T.

4 Grupos de trabalho internos da Escola Freudiana de Paris, em relação aos quais Lacan, na ata de fundação da Escola Freudiana de Paris (junho de 1964), precisa que serão compostos por “três pessoas no mínimo, cinco no máximo, sendo quatro a justa medida. Mais uma encarregada da seleção, da discussão e da questão a reservar para o trabalho de cada um (*Annuaire E.F.P.*, 1965). Na verdade, os “cartéis” existentes estão longe da medida e da fórmula!

hierárquica! Quando se fareja transferência no compartimento, achamo-la, à maneira dos agentes de estrada de ferro chineses, quando da grande campanha de extermínio de moscas.

No fundo, o protótipo do cartel é o seminário de Lacan em sua origem arqueológica anterior a Sainte-Anne,⁵ quando, imagino, ele ainda estava só ou quase isso. Um sujeito, do gênero Descartes, quebra o silêncio com seu discurso enganoso, para ater-se ao texto. No caso, ao texto de Freud. Mas, para o cartel, poderia ser tanto um texto teórico como um estudo clínico, um “controle” etc.

Em suma, o ensino da psicanálise seria algo que Lacan conseguiu fazer sozinho (sozinho com 300 pessoas numa sala), mas que, até hoje, não deu certo em grupo.⁶ Uma escola que seria composta de cartéis e somente de cartéis... De trabalho... Era essa mesma a idéia? De trabalho, isto é, não de trabalho analítico, ou então, se se quiser, de uma análise ao contrário. Fim das boas maneiras, dos “quanto a mim”, dos imaginários de todos os matizes, um retorno sem ir, sempre um retorno ao texto, à letra das coisas.

Sonha-se com o que poderá ser um dia um congresso da Escola em que se dê contas de semelhante tipo de atividade.

Aprofundemos ainda mais a distinção. Do lado da análise, o desejo, o objeto “a”, no fio de discurso sempre pronto a deslizar de uma articulação a outra: monemática, imaginária, fonemática, simbólica...

Do lado do cartel: uma máquina de leitura que não mais deseja conhecer o saber deste como gozo do outro, que perversão à Enésima potência se propõe a apanhar o dito saber, não mais pela cauda, porém pela letra em sua própria substância. Mas que peso, nós, pobres apóstolos, teríamos diante da perversão solitária, fanática, de um Lacan pela referência transfinita, o livro raro, e até, creio eu, o caráter de impressão, a justificação e, quem sabe, o cheiro de tinta?

A dois, seríamos uns Bouvard e Pécuchet.⁷ A três, é o Édipo, o que não é bom, como é bem sabido!

5 O primeiro seminário hebdomadário do Dr. Jacques Lacan foi realizado no Hospital Sainte-Anne.

6 “*Scilicet*: você pode saber, é este o sentido deste título. Você pode saber agora que fracassei num ensino que durante 12 anos só se dirigiu a psicanalistas...” Estas são as três primeiras linhas do nº 1 de *Scilicet*, a revista da E.F.P.

7 Personagens do romance homônimo de Gustave Flaubert, marcadas pela insensatez. N.T.

A partir de quatro, portanto, temos o cartel e, para além dele, a Escola. Um programa completo. O ensino seria a perversão da letra *contra o pano de fundo de uma escola* pela mediação dos cartéis.

De um lado, a análise, o curso louco do objeto "a", o enfrentamento fantomático⁸ do "um a mais", a produção de uma subjetividade outra. Do outro lado, um trabalho que diferencia do "um a mais" uma dessubjetivação das relações, uma despersonalização dos analistas, no sentido em que se fala de personalidade forte, ego forte etc.

Essa "desimaginação" (*désimagination*) do ensino, que implica uma vigilância contínua de ter de romper com as miragens da profissão (a posição do analista cujo encanto descrevemos num congresso), se abriria a outros horizontes. Que é feito hoje das castas e classes, de suas desordenadas imbricações fantasmáticas, das vias e meios novos da apropriação do trabalho excedente... e sei lá o que mais?! A que caminho nos poderia levar essa pista de uma tomada ao pé da letra do dizer e do escrito psicanalítico em nossos dias?

Há muito tempo, em maio de 1968, uma interpelação social, de que se esquivaram habilidosamente os psicanalistas, visava inabilmente, confusamente, mas ainda assim visava, a uma relação potencial entre o freudismo e a revolução social. Haverá ainda pertinência em lembrar aqui que muitas são as pessoas da extrema-extrema-esquerda que esquentam a cabeça com a velha questão da construção do Partido Revolucionário? Como evitar que um grupo focalize, como se isso lhe trouxesse prazer, a perversão do saber – os militantes, os quadros –, evitar que subjugué, esmague a "verdade sem o saber" das massas?

Como evitar que o "um a mais" do partido, da organização, obture toda produção institucional, toda tomada de palavra verdadeira "na base"?!

"Que se abram as bocas!": esse apelo ouvido quando de nossas últimas sessões plenárias ressoa e talvez eu seja o único a tê-lo ouvido assim com o que Maurice Thorez⁹ lançou em 1936, creio eu, a um partido fechado, sufocado, fascinado, pervertido, que vivia apenas por delegação e a partir dos fatos e gestos de seus chefes. Certas ênfases, certa má-fé, certas manobras no seio da Escola me lembram o stalinismo; será necessário dizer essas coisas?

No fundo, não é ao redor do mesmo problema que giram a Escola e os movimentos revolucionários?

Dizer, por exemplo, do ensino da psicanálise que ele deve ser diferente do ensino universitário ainda é não dizer coisa alguma sobre o que ele deveria ser no seio da Escola e, por que não, na Universidade ou em qualquer outro lugar!

Que condições se deveriam concretizar para que um organismo como a Escola pudesse funcionar, para seus membros e exteriormente a ela, como uma máquina de decifração analítica, sem falsa equiparação à relação psicanalítica? Mas não terá essa pergunta um alcance mais geral? Não será ela concernente a toda tentativa, que não fosse mais tolamente sociológica, de decodificação de um segmento social, seja ele qual for, da família conjugal ao oligopólio, de uma etnia "primitiva" ao Estado?

Correlativamente, não chegaríamos a considerar que um terceiro sistema de articulação institucional deve necessariamente ser estabelecido para autorizar a justa localização dos diversos modos de fantasmáticação?

Será concebível desenvolver um ensino que, para voltar à letra – aquilo que Oury chamaria de "ensino positivo" –, para recusar toda "perversão paradigmática", instaurasse uma cena "arraigada ao significante" em que pudessem vir agir e se reduzir as fantasias de grupos, de onde quer que venham, como aquele que enunciei sobre o "stalinismo" na Escola...

Que garantias deveria criar para si a Escola para evitar fechar-se sempre sobre si mesma, só se oferecendo aos outros como sujeito suposto do saber psicanalítico, encarnação de um gozo supremo, quando na realidade não passa de lugar em que cada um se compraz às escondidas em estar num "grupo de ponta", por trás de um Mestre. Prazer por outro lado pouco exigente no tocante aos meios: um encontro de vez em quando, grupos heterogêneos de "leitura de Lacan", a ausência de um boletim de informações.

À falta da instauração de uma estrutura radicalmente distinta da do grupo corporativo, de uma associação profissional, ou mesmo do grupo de pressão, a Escola se proíbe todo ensino exceto o de Lacan, *que não é o da Escola*, desenvolvendo uma pedagogia do mimetismo, difunde macetes sobre a análise, relança, a partir das fileiras lacanianas – e é isso que me

⁸ *Fantomatique*, não *fantasmatique*, lembra *symptomatique*, sintomático. N.T.

⁹ Secretário geral do PCF de 1930 a 1964. N.T.

parece particularmente grave —, o modelo sifilítico de uma transposição da relação analítica verdadeira com uma interpretação dos grupos, das instituições, e até da sociedade...

Por fim, a questão do ensino se reduziria à definição das condições de uma produção significativa para além do seminário de Lacan, para além do prazer de o estar seguindo, ao estabelecimento, à articulação e ao controle dos cartéis na Escola.

2. Comentários

Desejando que se possa instaurar de imediato uma discussão, mais do que retomar meu texto introdutório, prefiro partir daquilo que Nassif nos propôs, para tentar articulá-lo a minha proposta. Em primeiro lugar, em poucas palavras e pedindo desculpas do mau tratamento a que submeto seus textos, aquilo que deles retive: se o entendi bem, o *discurso psicanalítico* — que “produz a partir de todas as peças” o objeto “a” — estaria articulado ao *discurso das ciências* pela mediação do *discurso do analista*, mas desde que se desfça a operação científica do *discurso universitário* que consiste em hipostasiar um sujeito sob o saber.

O psicanalista, para realizar seu trabalho de verdade sobre o saber indecível dos nomes próprios, encontraria assim apoio num discurso da psicanálise, discurso constituído de modo tal que esse saber jamais possa ser “capitalizado em proveito do arquivo” e da “função de autor” mas, pelo contrário, que possa constituir-se como outra extremidade do recorte constitutivo da ciência, perpetuamente dividida que é entre o que deve excluir de si no real como “impossível de um discurso dado” e a função de autor rejeitada na ordem simbólica, passando por uma espécie de “desrealização”: nome próprio na terceira pessoa, nome de nome¹⁰...

Tendo de “dar conta de todos os recortes”, de “conhecer todas as metáforas”, a instituição — psicanalítica instituição de todas as outras instituições — não deveria, segundo Nassif, privilegiar conceito algum. Não sendo o trabalho da cura mais do que uma filtragem de tudo aquilo que

tem relação com a fantasia, e sendo o trabalho de cura da teoria freudiana uma filtragem do discurso das ciências “feitas para que a questão do desejo jamais seja posta ou que o saber psicológico a que ele é remetido permita fugir a ele” (*Lettres de l'École*, março de 1970, p. 17).

A função específica desse *discurso da análise*, apoiado que é no *discurso psicanalítico* produtor de um “contra-discurso”, de um “outro discurso”, poderia assim ser comparada à de uma esfinge postada nos portões dos jardins das ciências, encarregada de vigiar os riscos de contaminação ideológica por meio de uma espécie de contador Geiger antinome próprio, puro índice de eventos que se recusam a só saber deles sua repetição.

Para psicanalistas, esse seria um imenso trabalho suplementar! Mas penso que haveria aí, não obstante, alguns “para jogar esse jogo” proposto por Nassif, desde que lhes seja garantido que não se virá depois importuná-los com as coisas do mundo, exceto, é claro, as questões de nome próprio... Tenho menos certeza do que Nassif de que aí não há “nada de novo senão na e por meio da ciência”, e temo que se caia numa miragem, a do imperialismo e do poder absoluto da ciência sobre o real, outro procedimento radical para esquivar-se ao desejo, o qual, na forma de objeto “a”, nem por isso deixa de permanecer na raiz fundadora de todas as maquinações científicas. Essa promoção, a partir da práxis analítica, de uma pura máquina teórico-analítica, “cena e instrumento” da extração do evento singular e de sua resolução em pura repetição, parece-me, portanto, ter sobretudo o inconveniente de liberar os analistas, sem cobrar muito, de suas responsabilidades políticas. Nassif, a meu ver, intui esse perigo quando se recusa a dar o último passo, o que o levaria a declarar sem hesitação que não existe saber analítico.

Essa reserva — que talvez não seja mais que resultado de um mal-entendido diante de textos difíceis — não me parece dever condenar seus desenvolvimentos. Porque seu trabalho de “esvaziamento” do nome próprio — isto é, do Édipo — deveria, muito pelo contrário, ser desenvolvido. Não só é justo afirmar que a psicanálise tem algo a fazer com, por exemplo, o objeto da lógica ou o da matemática, como é também conveniente marcar de modo concreto sua relação com o conjunto dos contextos políticos contemporâneos. A única reprovação que eu faria, portanto, a Nassif, é que me parece que ele tende implicitamente a re-

10 Observe-se que “nom de nom” é uma das expressões eufêmicas para certas exclamações pejorativas. N.T.

duzir a ordem da História à da ciência, tendência que, num Althusser, vai se reforçar por reduções suplementares da ciência à teoria e da própria teoria a uma atividade literária que por outro lado não deixa de ter seus encantos!

Retomemos a bateria de conceitos proposta por Nassif: lembramos que ele nos ameaçou com uma perda sem recurso dos benefícios da cientificidade e de uma queda no inferno da ideologia no caso em que um *domínio* deixaria de ser *definível* num campo de *saber* mediante a *estruturação* de um discurso ele mesmo *produtor* do objeto do dito saber.

O mesmo ocorreria no caso em que viesse a faltar qualquer dos quatro termos desse círculo – domínio, saber, discurso ou objeto – ou uma das três relações que o constituem – definição, estruturação ou produção – e às quais Nassif evitou acrescentar uma quarta: a *pertinência* do objeto produzido ao saber, temendo precisamente ver suas fórmulas se fechar em círculo. Mas o objeto do saber lhe escapa precisamente num aspecto essencial, que é o de sua realidade histórica.

Considerar a realidade do envolvimento da psicanálise com o discurso político nos levaria a ver, ao lado do discurso *do* analista em seu desempenho cotidiano no nível, por exemplo, da transferência e da interpretação, outro discurso que também define um domínio distinto, a saber: o contra-desempenho constituído pelo discurso institucional *sobre* a psicanálise, e que faz eco, até o cerne da práxis analítica, à imensa e interminável tagarelice *sobre* a psicanálise, às idéias recebidas sobre a matéria tanto na Radio-Luxembourg como no âmbito das diversas sociedades credenciadoras. Polarizada entre esses domínios antagônicos, a *formação* analítica não passa na verdade da resultante desses desempenhos vetorizados em sentido contrário, enquanto o *ensino*, encarregado de emitir, de acordo com este ou aquele procedimento, certificados de competência, continua com toda a quietude a sacrificar parte essencial do campo psicanalítico no altar das divindades dominantes do pensamento médico e psicologizante.

A questão que se põe a nós é a de saber em que *condições efetivas* poderia o discurso psicanalítico se apartar ao mesmo tempo da inextricável rede institucional de que permanece prisioneiro e dos diversos mitos que tendem a assujeitar sua produção a um ideal composto de conformidade aos modelos sociais dominantes na ordem moral, religiosa, política, científica etc.

Que tipos de efeitos e contra-efeitos tem-se o direito de esperar quando da estruturação de uma escola nesse novo domínio assim definido? De modo algum se deve esperar que a resposta nos venha do “discurso sem arquivos” que hoje ocupa a posição referencial dos outros discursos, e que não poderia senão contar os golpes sem poder fazê-los funcionar em termos de verdade, como o observa com tanta justeza Nassif.

Nem o próprio Lacan poderia fazer falar esse “discurso sem fala/palavra” a respeito do qual, diga-se de passagem, todos na Escola esperam que ele acabe por nos falar um pouco mais longamente? Não poderia ele nos servir já pronta alguma verdade carregada de diretrizes precisas sobre essas questões do ensino? As coisas têm tal natureza, infelizmente, que nem mesmo a ciência feita homem poderia proporcionar um envolvimento coletivo, um projeto político comum. E é sem dúvida à Escola que se atribui a temível responsabilidade de ter de se transformar nesse “*templum*” institucional, para transpor o termo de Nassif, no qual poderá enfim se inscrever, a título de insígnia, e pela mediação de alguns operadores estruturais, a assunção de um recorte repetido no lugar e em lugar da separação tradicional entre o ensino e a formação, fazendo-os suturar-se um ao outro numa extensão recíproca, e de modo tal que o ensino se torne o reverso topológico do trabalho analítico.¹¹ O funcionamento da análise segundo uma modalidade do tipo do “esquema de axioma”¹² e como repetição pura de um “discurso sem arquivos” não poderia acautelá-la de uma ascendência sobre o conjunto dos domínios científicos, políticos, institucionais etc. Pelo contrário, ela seria levada a um trabalho de expulsão, no âmbito desses diversos domínios, de todas as formas de intrusão do “diz-se” *sobre* a psicanálise, de toda a compulsão ao arquivismo universitário, de todo finalismo médico-social, de todo “revisonismo” que impeça a função de corte do objeto “a”, em toda ordem em que venha a se manifestar a incidência do desejo em seu apelo de verdade.

11 Observe-se a semelhança parcial das formas “enseignement”, ensino, e “enseigne”, insígnia, que lembra além disso uma das formas do verbo “enseigner”, ensinar. N.T.

12 Sempre nas *Lettres*, p. 42, a propósito do texto de Nassif, Lacan declara: “... O que se denomina diálogo analítico depende na verdade de um embasamento perfeitamente redutível a algumas articulações essenciais e formalizáveis”.

O mínimo que se pode dizer é que, nesse caminho, a Escola ainda tem um bom trecho a percorrer! E para ter uma medida deste, proponho-me a examinar a situação atual à luz do axioma suplementar, que poderia ser formulado da seguinte maneira: *o ensino de Lacan não é o ensino da Escola.*

A Escola, com efeito, não poderia contentar-se com um saber *sobre* o ensino, *sobre* o escrito de Lacan. Uma coisa é o ensino de Lacan, outra coisa o ensino que deveria ser o da Escola. Sobre essas questões, e ainda que não possa tomar o lugar do trabalho da própria Escola, Lacan deu algumas indicações sobre o tema dos cartéis, indicações pelas quais (ou ao lado das quais) passamos um tanto rapidamente. A coisa parece assegurada, mas os membros da Escola ainda estão bem longe de uma apreensão comum do que poderia ser a função do cartel como modo de estruturação do campo do saber psicanalítico. Escutam-se com frequência fórmulas que propõem o cartel como nível intermediário para “aceder” às dificuldades do ensino de Lacan (!); isso me fez dizer em particular a meu vizinho que se tratava em suma de pôr em circulação uma vacina, uma linhagem atenuada do lacanismo. Há ainda “grupos de leitura de Lacan”, mas, até que me provem o contrário, continuo a pensar que se permanece aí numa espécie de nivelamento por baixo dos escritos e dos seminários; ou se produz um Lacan simplificado, um Lacan popular, espécie de fermentação de fórmulas sem real respeito a sua textura, ou se tende ao ideal último de Bouvard e Pécuchet: a cópia pura e simples.

O que se aplica aos textos de Lacan se aplica *a fortiori* a todas as outras formas de ensino, de leitura de textos teóricos, dos “controles” etc. Como desenvolver um outro modo de produção nesse domínio que constituísse uma ação de “pôr em pratos limpos” do texto, aquilo que propus sob a rubrica de um “novo arquivismo”? Pôr em pratos limpos, mas também “colocar tudo na balança”¹³ no que se refere à extensão da análise aos fenômenos de grupo, em particular no seio dos cartéis, com o objetivo de neutralizar as famosas “transferências laterais” e todo tipo

13 Há em comum, nas expressões originais, “plat”: “mise à plat”, esclarecimento, e “mise des pieds dans le plat” (tocar sem reservas em assuntos sensíveis, pôr o dedo na ferida), o que explica nossa escolha tradutória. N.T.

de uso “fora do texto” do objeto “a”. E, precisamente no tocante a isso, não conviria distinguir melhor o modo de funcionamento do objeto “a” na práxis psicanalítica e no ensino. No primeiro caso, o analista se acha potencialmente em condições de ser ele mesmo esse objeto “a”; a função do “um a mais” opera na relação dita dual antes como um “um a menos”, na tangente da abolição narcísica. No segundo caso, o “a” funcionará como “diferenciação” nas identificações e papéis, sempre ameaçado de ver seu efeito impedido pelo tipo de jogo de sociedade, de jogo de lugares intersubjetivo que multiplica ao infinito as complacências mútuas, as hierarquias secretas, os fascínios alienantes etc.

Estou convencido de que essa incidência do imaginário de grupo sobre o ensino requer a instauração de uma prática analítica, específica em sua técnica, que constitua estritamente falando o *reverso* do trabalho do psicanalista¹⁴ no divã. Reverso da psicanálise porque, dessa vez, já não se trata de um processo que, ao final de uma série de transformações, desemboca na apreensão do objeto “a” no nível daquilo que a literatura psicanalítica localizou ao redor dos objetos parciais, das zonas erógenas e de toda a dimensão de corporalidade tão agraciada pelos analistas de crianças e de psicóticos, mas em vez disso desemboca na extensão de seu efeito, por meio das fantasias de grupo, ao conjunto de segmentos do campo social, sem poupar sequer a perversão solitária da letra que evoquei em minha discussão introdutória.

A promoção desse “novo arquivismo” no seio dos cartéis é algo que releva daquilo que Oury denominou a narrativa: seu objeto é a recuperação de escritos da literatura analítica como evento ou advento de um recorte repetido, o efeito de recorrência, para dar um exemplo, do discurso de Anna O. no de Freud, ou então do discurso de Aimée no de Lacan, mas também a repetição de eventos que marcaram a história do movimento psicanalítico, a reiteração das cisões, das exclusões, das divisões, e desde os primeiros empreendimentos de Freud. Um confronto deliberado com o “real impossível” manifesto por recortes, repetidos como em eco, inclusive na história do lacanismo e na história recente da

14 O uso do “s” aqui busca evitar a confusão entre o substantivo usado e o adjetivo “psicanalisan-te”, em geral pejorativo, além de ser fiel a Lacan. N.T.

Escola Freudiana, deveria constituir um ponto de ancoragem primordial de todo ensino.

Recuperar o texto em seu sentido de recorte repetido sem remetê-lo ao sujeito da enunciação, sem personalizá-lo, constitui um obstáculo à proliferação daquilo que chamei de perversão paradigmática... Há, no tocante a isso, um problema que não posso desenvolver aqui, mas que me parece particularmente agudo numa ala do lacanismo: a ambigüidade espiritualista que faz que a letra seja aí pensada como podendo estar inscrita no corpo, o "corpo erógeno", corpo que é ele mesmo considerado uma espécie de substância lingüística unívoca. Contudo, a essência da letra não é o ser inscrita no corpo, mas, pelo contrário, o inscrever o funcionamento do objeto "a" em outros suportes, outras cadeias bem mais "desterritorializadas" do que o demasiado famoso "esquema corporal"...

Se, portanto, o trabalho do analisante¹⁵ é bem essa recuperação, essa redução fantasmática do funcionamento do objeto "a" no seio da relação psicanalítica, o que pelo contrário vai ser questionado no campo do ensino é uma extensão, um para além e um para aquém, do imaginário em sua relação com o corpo e a pessoa. É por certo a falha de funcionamento da Escola como máquina de leitura, máquina analítica nos níveis do ensino e da formação, que favoreceu a eclosão e a persistência em seu seio de algumas correntes ideológicas que nada têm a fazer com o freudismo.

A Escola funcionará, um dia, como estrutura-mediação entre o discurso do psicanalisante e o das ciências, o da ação revolucionária e dos diversos domínios em que está implicado o objeto "a", ou deverá ela ser considerada, no final, ao mesmo título que as outras oficinas psicanalíticas, como obstáculo suplementar ao desenvolvimento do freudo-lacanismo secretando com relação a ele uma espécie, talvez ainda mais virulenta, de "doença de desconhecimento", justo em razão de ter ela se aproximado mais do perigo da verdade? Essa fina flor de farinha evocada por Nassif vai finalmente cessar de ser transformada pelos moinhos das diversas sociedades especializadas na espécie de pasta endurecida que tem servido para fazer o pão cotidiano dos psicanalistas até a intervenção, infelizmente excepcional, de Lacan? Digamos que fica em suspenso, para a Escola,

15 Termo proposto por Lacan para designar o paciente na cura psicanalítica.

uma demonstração que estabeleça não ter essa questão mergulhado já, definitivamente, no... indecível!

Entrementes, dois objetivos de trabalho deveriam ser distinguidos: a elaboração, de um lado, da *teoria do fantasma* a partir da práxis psicanalítica e, do outro, da *teoria do fantasma de grupo* a partir dos discursos ideológicos dos diferentes estratos do *socius* a que a análise pode ter acesso, bem como a partir da conquista, da descoberta, da invenção de uma práxis no nível de instituições capazes de recusar esse "arquivismo do saber" em todos os níveis em que se manifeste, seja na Universidade, nos hospitais, no movimento operário etc.

E, para voltar aos textos de Nassif, creio que a distinção que ele propõe entre o discurso da práxis psicanalítica e o discurso da teoria só terá real interesse se nos fornecer os meios de situar de modo mais preciso a responsabilidade do movimento psicanalítico com respeito aos diversos domínios em que ele vá ter de intervir, desde que, é claro, o movimento psicanalítico comece a se modificar por completo. Temo que, em vez disso, não se trate senão de um pressuposto epistemológico cuja função seria apenas reservar ao marxismo o privilégio exclusivo de uma intervenção crítica no conjunto dos domínios sociais. Julgo em particular que Nassif se apressa um pouco ao reduzir o "terreno do discurso psicanalítico" ao da psiquiatria e quando declara que o freudismo não realizou um recorte epistemológico com respeito à ideologia médica! Isso se justifica, de acordo com ele, pelo fato de o fantasma, que traz em si um princípio de corte/recorte, dispensaria o domínio a que constitui de ter de expulsar a ideologia dominante senão por meio dos cortes/recortes repetidos que constituem a essência da práxis analítica: a cada cura, o discurso psicanalítico partiria mais uma vez do zero, como se nada houvesse ocorrido, reduzindo-se o analista, sucessivamente, a ser apenas um Charcot, depois um Jackson, um Bernheim etc.¹⁶ Assim, se reinstalaria a cada vez uma pura teoria em que os nomes de autores se reduziriam a simples índices contingentes; uma pura teoria da repetição, impermeável às contingências e aos ícones históricos, àqueles que fazem

16 Charcot (1825-1893), médico francês criador da hipnose, com quem Freud trabalhou; Jackson (1835-1911), neurologista inglês que influenciou a psicanálise; H. Bernheim (1840-1919), professor francês de clínica médica, com quem Freud teve contato. N.T.

que o psicanalisante de nossos dias – amplamente informado como é de coisas *sobre* a psicanálise – não seja de modo algum o mesmo que o de Freud, de Breuer,¹⁷ de modo que, pela força da História, a prática da cura tenha passado por uma radical transformação, reduzindo-se o trabalho do analista, por vezes, a não mais que uma luta obstinada para servir de contrapeso a um processo antianalítico que tende a se desenvolver como se a partir de si mesmo.

Tenho a impressão de que Nassif não considera um problema o fato de a revolução poder ter atribuídas a si duas cabeças teóricas, tendo o marxismo de dar conta do discurso das ciências e a psicanálise, do “impossível real”.¹⁸ Esse casamento tranqüilizador me parece fundado numa topologia do encaixamento de domínios – que Nassif escolha a imagem de acordo com seu humor –, do gênero das caixas chinesas ou das bonecas russas.

De minha parte, considero mais claro, porém também mais inquietante, reconhecer ao mesmo tempo: primeiro, que o freudismo permanece impregnado da *ideologia dominante*, que ele se presta ao uso integracionista que dele faz o capitalismo, bem como à denegação que, em contraponto, se desenvolveu no tocante a ele nos países ditos socialistas (é por outro lado mais pelas questões que evita do que por suas posições explícitas que ele autoriza essa contaminação); segundo que, por outro lado, ele constitui indiscutivelmente uma *nova teoria*, que ele traz conceitos novos que implicam uma ruptura epistemológica radical não só no que se refere ao discurso das ciências como também a toda teoria e toda prática das instituições sociais, a começar, naturalmente, pelo marxismo – a penúltima teoria verdadeira até este momento –, que se acha na gestação de outro corte que deverá, com o tempo, proporcionar ao movimento operário armas que o ajudem a sair da desordem burocrática em cujo interior continua a se aprofundar, precisamente devido a sua carência no tocante à questão do desejo.

Nessas condições, não me parece oportuno preparar algum bálsamo teórico capaz de aplacar a inquietude de que se tem ocupado, a partir de

17 Josef Breuer (1842-1925), médico e fisiologista vienense, considerado o “avô” da psicanálise. N.T.

18 Páginas antes, o autor fala de “real impossível”. N.T.

maio de 1968, uma parte dos meios psicanalíticos. Entendam-me bem: dizer do discurso psicanalítico que ele deve se situar no prolongamento do discurso revolucionário não significa, na etapa atual, que ele tenha condições de remediar, como se por milagre, na atual etapa, a incapacidade e a recusa do movimento operário no sentido de levar em consideração o desejo na escala das lutas de classes, o que se manifesta por sua tendência irreprimível à burocratização interna e ao desconhecimento da real natureza das aspirações das massas, por sua intervenção repressiva contra a forma de lutas ditas selvagens etc. O que se exige dos psicanalistas não é o engajamento cego ou “votar na esquerda”, mas fazer que o domínio do discurso psicanalítico deixe de constituir um obstáculo à necessária implicação dos outros discursos e que, pelo contrário, contribua para a formulação de uma teoria do desejo que permita que a construção do objeto “a” possa enfim fazer sentir seu pleno efeito de estrutura no conjunto de domínios em que o desejo constitui objeto. Tratar-se-á, na prática, da promoção de grupos analíticos em contraponto, adjacentes às diversas instituições, da análise do imaginário de casta, da análise da instância da letra¹⁹ no burocratismo em todos os níveis, das relações entre os fenômenos da burocracia e a pulsão de morte etc. Tudo o que se poderia fazer avançar atualmente nessas diversas direções são mãos estendidas ao exterior suscetíveis de serem tomadas com bem mais rapidez do que se pensa.

Julgo ainda ser necessário evitar toda imprudência quanto a uma definição restritiva do interior e do exterior da análise como limites do campo de intervenção da Escola. Os cartéis, em particular, deveriam permanecer abertos a todos os domínios, na expectativa de um trabalho de verdade sobre o desejo. Além de sua tarefa de arquivismo, de leitura ou de releitura, é do interesse dos cartéis ter contato com a análise institucional, quer dizer, em última instância, com a análise política.

1970

19 Em *L'Instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud* (publicado pela primeira vez em *La psychanalyse*, n. 3, 1957, “Psychanalyse et sciences de l'homme”, 1957, p. 47-81), Lacan define “letra” como “ce support matériel que le discours concret emprunte au langage” (o suporte material que o discurso concreto empresta à língua/linguagem). N.T.

Guerrilha em psiquiatria*

É em termos de luta militante que nos é narrada, numa quinzena de testemunhos registrados, de resumos de discussões, excertos de diários pessoais e de artigos, o tipo de guerra de libertação que vem sendo movida há dez anos para “reverter” a instituição tradicional. E sem o mínimo pedantismo. Desde o começo, uma violenta recusa de toda pseudoneutralidade científica nesse domínio, que é, para os autores, eminentemente político.

As coisas tiveram início em 1961. A nova direção do hospital – a instâncias do doutor Basaglia – realizou “uma brusca ruptura da solidariedade funcional” no seio do pessoal, a alteração do estatuto de uma “vanguarda” que vai se recusar a assumir por mais tempo o “mandato de cura e de vigilância” confiado pela sociedade repressiva. Progressivamente, todos os serviços vão ser abertos: são instituídas assembleias gerais abertas a todos, intensificam-se as comunicações, a organização de atividades de lazer e de socioterapia...

No começo, “ninguém abria a boca”, mas depois veio o degelo, todos os serviços passaram a exibir um intenso dinamismo, realizam-se mais de 50 reuniões semanais para o conjunto do hospital, obtêm-se espetaculares melhorias, doentes são mandados para casa depois de 10, 15 ou 20 anos de hospital.

Basaglia e Minguzzi decidem então fazer uma pesquisa aprofundada sobre experiências semelhantes na França, as da corrente da psicoterapia institucional, e na Inglaterra, as das comunidades terapêuticas (em Dingleton, sob a direção de Maxwell Jones). Eles vão progressivamente desenvolvendo suas próprias concepções, distanciam-se dessas outras tentativas, que julgam demasiado reformistas, e rediscutem suas próprias iniciativas iniciais.

* Análise de BASAGLIA, Franco. *L'Institution en négation*. Paris: éd du Seuil, 1979. In: *La Quinzaine*, n. 94, maio de 1970 (*A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985).

Até então, era a equipe dirigente a “vanguarda” que “concedia privilégios” aos doentes. Os dados estavam viciados. Basaglia e sua equipe decidem, em 1965, desenvolver de maneira mais profunda a “cultura comunitária”, que, pouco a pouco, ganha terreno e modifica as relações de forças reais entre o pessoal e os doentes. As concepções de Maxwell Jones são criticadas: eles consideram que as técnicas de *reaching a consensus* (chegar a um consenso) não passam no final de um novo método de integração do doente à sociedade que tem como parâmetro “o ideal de panorganização da sociedade neocapitalista” (Lucio Schiter, p. 149). A famosa “terceira revolução psiquiátrica” não seria, segundo os autores, nada mais que “uma adaptação tardia de modalidades de controle social do comportamento patológico aos métodos de produção aperfeiçoados no curso dos últimos 40 anos pelos sociólogos e técnicos da comunicação de massas” (p. 149).

Assim, recusam toda política de melhoria e de consolidação de hospitais, a política que, na França, levaria as correntes psiquiátricas mais inovadoras a entrar em estreita colaboração com o Ministério da Saúde, a elaborar, ao lado dos altos funcionários, as circulares de reforma dos hospitais psiquiátricos etc. Experiência a longo prazo decepcionante e amarga, que levou ao desespero alguns dos melhores psiquiatras franceses. E ainda, recentemente, a reforma do ensino da psiquiatria, realizada pelos serviços de Edgar Faure, iria semear a confusão nas fileiras da contestação psiquiátrica posterior a maio de 1968. A própria Sociedade de Psicoterapia Institucional recuperou-se mal do movimento de maio, com certos psiquiatras estimando “que nada aconteceu em maio”, ao menos nada que pudesse interessar à psicoterapia institucional. Posições violentamente contraditórias se enfrentam quando de um congresso internacional em Viena, no ano de 1968, congresso que Basaglia acabaria por abandonar, batendo a porta a sua saída.

Na Itália, sendo a situação dos hospitais e da legislação, sem sombra de dúvida, uma das mais arcaicas da Europa, essas ilusões de modo algum poderiam encontrar acolhida – violação infamante da folha corrida do internado, suspensão dos direitos civis durante cinco anos, tortura por estrangulamento: “um pedaço de pano, o mais das vezes molhado, para impedir a respiração, que se aperta com força ao redor do pescoço: a perda dos sentidos é imediata” (Basaglia, p. 164).

Basaglia não se ilude com a experiência de Gorizia: seu futuro está fadado ao fracasso; na melhor das hipóteses, as coisas vão evoluir ali como nas comunidades terapêuticas de Maxwell Jones em Dingleton, isto é, num “envolvimento didático e terapêutico mais amplo no nível do estafe, mas que se fecha na esfera particular dos interesses institucionais” (p. 100).

Ao contrário do que acontece alhures, a “revolução psiquiátrica” de Basaglia e sua equipe não é “de rir”. Ano após ano, assiste-se a uma verdadeira escalada, que por outro lado criou graves dificuldades para seus promotores. O *open door* (regime aberto), a ergoterapia, a socioterapia, a setorização, tudo isso é instalado, mas não se consolida satisfatoriamente. Será o contexto do “maio indeciso” italiano que envolve essa recusa permanente de toda auto-satisfação? Ou será a indiferença do Estado italiano e sua incapacidade de promover reformas que desestimulam toda tentativa de renovação? Seja como for, a “vanguarda” de Gorizia já não dava importância a isso: a “meta comum” era agora a “reversão institucional”, a “negação da instituição”, o equivalente italiano da antipsiquiatria de R. Laing e D. Cooper na Inglaterra.¹

A própria honestidade desse livro leva-nos a nos perguntar sobre o caráter desesperado dessa tentativa. Não é ela habitada secretamente por um desejo de ver as coisas ruírem? Não estará o processo dialético prestes a se transformar numa fuga para a frente, e, em certo sentido, de trair a si mesmo? Para a *antipsiquiatria*, a intervenção política constitui o requisito de toda terapêutica. Mas a palavra de ordem “negação da instituição/instituição negada”, que só tem sentido se for assumida por uma vanguarda real e solidamente situada na realidade social, não estará em risco de servir de trampolim a uma nova forma de repressão social, dessa vez no nível da sociedade global e voltada para o estatuto mesmo da loucura?

Basaglia declara que, com os medicamentos que administra, “o médico aplaca sua própria ansiedade diante de um doente com quem não sabe en-

1 Cf. LAING, *Politique de l'expérience*. Paris: Stock (A política da experiência: a ave do paraíso – Tit. orig. *The politics of experience and the bird of paradise*. Trad. Áurea B. Weissenberg. Vozes, Petrópolis 1978 – e *Recherches*, “Spécial enfance aliénée”, n. II, dezembro de 1968; D. COOPER, *Psychiatrie et Antipsychiatrie*, Paris: Seuil, 1970 [Psiquiatria e Antipsiquiatria. São Paulo: Perspectiva, 1989].

trar em contato nem encontrar uma linguagem comum” (p. 117). Fórmula ambígua e talvez demagógica, pois a psicofarmacologia não é em si uma ciência reacionária! O que deve ser questionado é o contexto de seu uso.

Também a nosografia talvez seja desprezada um tanto apressadamente. Os caminhos da repressão são por vezes sutis! Mais eficazes do que os policiais podem se tornar os defensores de uma normalidade a qualquer preço! Com as melhores intenções do mundo, morais e políticas, acaba-se por recusar ao louco o direito de ser louco, e o ditado: “é culpa da sociedade”, pode mascarar uma maneira de reprimir todo desvio. A negação institucional tornar-se-ia assim uma denegação – *Verneignung*, no sentido freudiano – do fato singular da alienação mental. Antes de optar pela nosografia, Freud dedicou-se a dar *de fato* a palavra aos neuróticos, a deixá-los livres de todo efeito de sugestão. Renunciar à sugestão médica para cair na sugestão coletiva só constituiria um benefício ilusório.

Creio que Basaglia e seus camaradas serão levados a ultrapassar algumas de suas formulações atuais, que são um tanto radicais em demasia, e “flexibilizarão” sua própria escuta da alienação mental sem a reduzir sistematicamente à alienação social. As coisas são relativamente simples e são necessariamente violentas quando se trata de negar a instituição repressiva. São porém bem mais difíceis quando o objeto é entender a loucura. Algumas fórmulas de inspiração sartreana ou maoísta não são suficientes.

De igual forma, a causalidade política não rege diretamente a causalidade da loucura. Talvez seja, inversamente, certa disposição significativa inconsciente, na qual se aloja a loucura, que predetermina o campo estrutural no qual se apresentam as opções políticas, as pulsões e as inibições revolucionárias, ao lado, para além dos determinismos sociais e econômicos.

Muito felizmente, o empreendimento de Basaglia não caiu num dogmatismo estéril. Esse livro é precioso porque faz mil interrogações que os doutos da psiquiatria contemporânea evitam cuidadosamente.²

1970

² As últimas linhas deste artigo, cortadas arbitrariamente por *La Quinzaine*, afirmavam que, por sob todas as divergências, impunha-se uma solidariedade militante. Creio reafirmar esse ponto no momento em que a luta de Franco Basaglia contra a repressão italiana deu ensejo a um hipócrita ataque da parte da colunista médica do jornal *Le Monde*, a senhora Escoffier-Lambiotte, que, através desse episódio, visa atingir o conjunto das tentativas de renovação e de inovação em psiquiatria.

Onde começa a psicoterapia de grupo?*

Nem todas as coisas que se fazem em grupo são necessariamente melhores! Do contrário, transforma-se o grupo em religião! A vida em grupo pode ter efeitos nocivos: toma-se o outro como pretexto para deixar que as coisas ocorram sem nossa intervenção, enquanto nos fechamos docemente em nós mesmos. É possível regredir em grupo. Trata-se da divisão do trabalho ao contrário. Trabalhar em grupo é uma coisa sobremodo complexa.

Bem, tudo isso para dizer que cumpre desconfiar e não cair na armadilha dos grupistas de todo gênero, e sabe Deus quem nela está no momento atual, especialmente em nosso campo. Não obstante, servimo-nos o tempo inteiro de grupos em La Borde!

Estaremos usando o mal para nos opor ao mal? Os indivíduos estão prisioneiros de si mesmos, incapazes de se reencontrar, de se recompor, de se autoperceber. Aspiram a algo que os transcenda, algo em que possam se inscrever e a partir de que poderiam localizar a si mesmos. Em vez de deixar que se queixem ao infinito, paciência, proporcionar-lhes grupos à saciedade! E é certo que funciona, porque a maioria deles fica bem contente. E pede mais. Já não desejam ir embora. Voltam. Falam disso em toda parte.

Não há, contudo, por que se agitar com isso! É, no final, o mínimo que se pode fazer pelas pessoas.

Dar de comer, educar, ensinar boas maneiras, dar vitaminas, vacinar, proporcionar o lazer... do grupo é uma coisa perfeitamente normal! Faz parte das necessidades do mundo moderno. Como o diz com frequência Oury a esse respeito, se chamamos isso de psicoterapia, é preciso sem dúvida admitir que qualquer padeiro de qualquer esquina, de qualquer rua, se sai melhor do que nós e sem tanta história, tantos congressos, tantas revistas...

* In: *Bulletin du personnel de La Borde*.

Assim, paro por aqui! Nada mais a dizer?

Pensei que poderíamos introduzir uma nova noção para melhor nos encontrarmos aí, a de *consistência subjetiva*.

A dois, a psicoterapia, a coisa não anda o bastante, por vezes anda, mas em casos particulares, sendo necessários sujeitos dotados de certa conformação específica. Freud afirmou que é preciso ter certo nível – e poderia ter acrescentado, certa *standing* (condição de vida) – para se deixar psicanalisar. Em La Borde, naturalmente, nunca se é totalmente dois, há sempre outros conosco, o que é normal, desde que não fiquem escutando atrás das portas! A mil, a coisa também não avança muito: mil pessoas no vão principal da estação Saint-Lazare...

Ou então, em caso de revolução, anda bem. Mas é raro... E, além disso, não dura muito.

Deve haver um nível intermediário, uma encruzilhada, e é esse meu alvo com a noção de consistência.

No caso da família, não é que o número seja forçosamente ruim, mas nela as coisas não andam por outros motivos: a família não se compõe de pessoas que possam falar umas com as outras. Trata-se de uma miscelânea em que reina a confusão. Algo fala nela, mas nunca se sabe de onde vem essa voz: todos são porta-vozes de todos, e no final talvez seja simplesmente a voz dos ancestrais que continua a se incrustar. Não, isso não é saudável! Seja como for, raramente é psicoterápico!

Em La Borde, tentamos de tudo. Mas, até agora, sempre foram coisas grandes demais: os quatro grupos,¹ ou então pequenas demais: os tratamentos individuais. Com as “unidades terapêuticas de base” (UTB), buscamos encontrar a justa medida, constituir um tipo de famílias artificiais.² Não há questão de emprego do tempo individual, decisões sobre a admissão, a alta, lugares à mesa, medicamentos etc. sem consultar prioritariamente a UTB. A pessoa da UTB suplanta os indivíduos que a compõem. E isso

1 O conjunto da clínica era então dividido em quatro grupos.

2 As UTBs compõem-se em média de 8 + ou – 2 pensionistas e 2 ou 2 + 1 monitores, que compartilham o máximo de coisas. A clínica de La Borde é gerida em parte por comissões funcionais paritárias entre “curados” e “curadores”. A originalidade das UTBs reside no fato de em seu âmbito ser abolida ao máximo a diferença entre “curado” e “curador”: seja qual for o assunto, as instâncias exteriores não se dirigem às pessoas “normais e sãs”, e sim ao conjunto da UTB em sua condição de grupo-sujeito. Evidentemente, a consistência da UTB não depende de seu número, mas, sobretudo, dos fantasmas que seus membros põem na balança.

de modo algum anula os indivíduos em questão e, pelo contrário, parece revigorá-los. Por que seria psicoterapêutico esse recurso?

Bem, devido ao que acabei de dizer: trata-se de uma superfície de localização, mas com relação à qual, ao contrário de outras, têm-se menores possibilidades de desertar. A partir do momento em que já não se cai na armadilha do grupismo, passa-se a ver com desconfiança seus efeitos nocivos. Suponhamos que você esteja no meio de uma multidão, por exemplo, que defende uma barricada contra os tiras. Se não conhece muito bem as pessoas, você sempre pode desertar. Isso não tem importância. Se você está em sua UTB, a coisa toda muda. Desertar pode ter em seguida todo tipo de conseqüências: vai-se falar isso ou aquilo... Esse recurso é cheio de exigências! Corre-se o risco de ser apanhado no ato. De ser menosprezado. A fala/palavra não mais flui. É a palavra empenhada, a aposta feita, o acordo cumprido.

Também nisso vemos a diferença com relação à família. Nela, diz-se uma dada coisa e mais tarde se diz o contrário. Recriminamos uns aos outros, e isso não leva a nada:

— Você disse que... Disse ainda que... etc.

— Você está dizendo que sou mentiroso?

— E não é?

— Bom, se é assim, não falo mais, não vou mais tomar a sopa etc. Sabemos o que vem depois.

Totalmente sozinho, o indivíduo não centra bem sua fala/palavra. Sua fala/palavra está em toda parte e em lugar algum. E, por vezes, ela perde os parâmetros, fala apenas de si para si. É esse o fundamento do famoso “discurso interior”.

A psicanálise clássica, a do divã, quando funciona, funciona, longe de mim negar. O sujeito que fala demais é contido pelo outro. O problema é que há demasiados casos nos quais não vai adiante porque ele nada tem a dizer ou então não quer dizer nada.

Com a UTB, todos são em algum momento psicanalistas. Além disso, não propriamente o psicanalista, pode ser o recurso que se pretende usar, o sujeito que encontramos: ir esquiar, ir ver o padeiro... A fala/palavra circula num campo localizável, um campo finito, mas aberto, campo que tem, digamos, certa consistência subjetiva.

Raymond e o grupo Hispano*

O “Grupo de Jovens” da Hispano e alguns dos militantes políticos que o animavam representaram uma tentativa de implantação no ambiente operário, excepcional pelo sucesso alcançado, de um modo de vida militante, de ruptura marcada e consciente em relação às práticas stalinistas e social-democratas em matéria de ação dita de “massa”.

Os trotskistas do pós-guerra dispunham de certos pontos de apoio nas empresas. Tratava-se, no entanto, de militantes isolados, visados, e, em razão das circunstâncias, sectários, incapazes de realizar um trabalho em profundidade; estavam sempre na defensiva, eram polemistas rematados, tendo com frequência uma admirável coragem física. Um verdadeiro muro de temor e de ódio, quase de paranóia, separava os stalinistas do PCF e da CGT das “víboras lúbricas” trotskistas.

Na época, minha participação ativa nos vestibulos dos albergues da juventude me aproximara pouco a pouco do PCI¹ (o partido trotskista anterior à grande cisão de 1951). Porém minha atividade era sobretudo ambivalente: de um lado, havia o fascínio pelos pequenos cenáculos enfumaçados, as discussões estratégico-mundiais (“Aqui não conseguimos nada, mas no Ceilão e na Bolívia, os camaradas estão quase chegando ao poder...!”), e depois veio o anúncio de uma cisão e as esperanças voltavam a fenecer... Do outro, havia os “companheirinhos ajistas”,² os tão dinâmicos círculos de La Garenne, Courbevoie, Suresnes, Puteaux e, na verdade, uma coexistência mais que pacífica, até amigável, com os jovens militantes locais da UJRF e do PCF, pela boa razão de que nos conhecíamos desde o colégio, de que os albergues eram mistos e de que havia entre nós meninas muito bonitas, ao passo que na UJ!...

* Carta publicada no apêndice do livro *Ouvriers face aux appareils*, Paris: Maspero, 1970, livro coletivo que relata uma experiência de militância na fábrica Hispano-Suiza. A carta constituiu igualmente uma homenagem a Raymond Petit, iniciador da experiência e co-redator do livro – que acabara de morrer no momento de publicação da obra.

¹ Parti communiste internationaliste (Partido Comunista Internacionalista). N.T.

² *Ajiste* é derivado da abreviatura AJ, *auberges de jeunesse*, albergues da juventude. N.T.

Todo ano íamos num grupo de 50 ou mais em “caravana”, para visitar a natureza, percorríamos a Europa de carona. As vigílias, os encontros fraternos de um dia, a confiança absoluta... Era de fato uma coisa agradável! Raymond, depois de múltiplas e extraordinárias perambulações pelos caminhos da Libertação, tinha na época uma reação alérgica particular às arruelas que perscrutava o dia inteiro nas fábricas Hispano-Suíza. Mesmo na oficina, ele trazia um perfume das flores de giesta que trazia consigo dos fins de semana de acampamento... Dezenas de jovens da empresa ligaram-se a ele, e isso formou o Grupo de Jovens da Hispano, que teve de imediato um começo fulminante.

No início, o PCF local nada via de mal nisso. Não era esse o pensamento da direção da fábrica: desde a primeira caravana, organizada no mês de agosto, fora de todo quadro institucional, já se fizera saber ao “agitador” que era preciso recuperar (propondo-lhe uma rápida promoção) ou de quem era preciso se livrar o mais rápido possível (tornando insuportável sua vida na oficina). Raymond não deixava de ver com reservas o “aparelho”, mas não tinha escolha, e assim aceitou tornar-se permanente da Comissão de Fábrica para cuidar do lazer dos jovens da fábrica.

Discutimos então todo um emaranhado contraditório de lutas de influência no seio do aparelho a fim de preservar a autonomia desse Grupo de Jovens com seu exuberante dinamismo. A CGT interveio no nível dos créditos, dos locais; o Partido quis criar um grupo UJRF para recuperar o controle das operações... Em segredo, velhos militantes do partido apoiaram a experiência. Não tendo tido êxito em suas iniciativas, o aparelho do Partido cedeu: Raymond foi reenviado à base e recuperou sua “máquina” e os companheiros de oficina. Pouco tempo depois, tornou-se delegado do pessoal. Normalmente, as coisas teriam parado por aí! Mas, pelo contrário, elas viriam a evoluir!

De minha parte, aluno do colégio e mais tarde estudante trotskista, por vezes me era difícil aceitar as prudências táticas de Raymond... Por que tantas precauções? Só aos poucos comecei a entender a natureza das extraordinárias resistências, do egoísmo, do “euismo” que dominavam o aparelho local do Partido e da CGT, e que era preciso contornar e superar. Tive inúmeras vezes a oportunidade de discutir diretamente com esses “metidos a importantes”. Em particular, quando de um estágio em

Baillet em que eu propusera aos participantes, na forma de um jogo, uma espécie de pesquisa de opinião que, uma vez computada, tornaria claras as reivindicações e os anseios de matéria de organização, algo diametralmente oposto à prática da CGT (especialmente quanto à questão das reivindicações de aumento linear de salários).

Ocorreu-me por vezes de manifestar oposição mais ou menos diretamente a Raymond, em especial no ano de 1950, quando os trotskistas fizeram o maior estardalhaço em favor do envio de “brigadas” à Iugoslávia. Iríamos investigar e dizer “a verdade sobre a Iugoslávia”, que, do dia para a noite, os stalinistas qualificaram como “fascista”. (“Vai lá ver”, disse-me um militante da seção do PCF de Courbevoie, veterano das Brigadas Internacionais. “Vai ver que os americanos instalaram bases lá, vou dar um mapa dos locais onde foram implantadas. Na volta, você nos dirá o que viu. Confiamos em você. Se você fosse trotskista, a coisa mudaria de figura, não iríamos discutir, cortaríamos seu pescoço!”). Eu acabara de receber minha carteira do Partido Trotskista, depois de um longo estágio probatório e um teste junto à MRJ (Mouvement révolutionnaire de la jeunesse – Movimento Revolucionário da Juventude). Houve uma tremenda confusão, eu me lembro, porque eu convencera o filho do ex-prefeito comunista de La Garenne a ir para a Iugoslávia. Os militantes do Partido começaram a me lançar olhares estranhos. “Vão denunciar você na imprensa local.” Com toda a naturalidade, eu levava minha propaganda das “brigadas” para o Grupo de Jovens da Hispano. Raymond, imediatamente depois de minha passagem, retirara os cartazes, prudentemente, do local... Mais tarde percebi que ele tinha toda razão. Haveria necessidade de provocar em função desse objetivo uma prova de força? Raymond iria consumir publicamente a ruptura com o aparelho, mas a prova de força seria, dessa vez, uma manifestação de rua dos operários da fábrica, imposta pelos jovens aos burocratas contra a guerra da Argélia e, na verdade, contra os poderes especiais. Para dizer a verdade, praticamos, antes de ser formulada, uma política de “entrismo”. O ponto até o qual os resultados de nossas ações terão inspirado os teóricos trotskistas do “entrismo *sui generis*” só eles podem dizer.

Com a cisão do PCI, acabaram-se todas as minhas esperanças. O grupo Pablo-Frank-Privas, favorável ao entrismo no PCF, ficara isolado.

O entrismo tornou-se uma ficção, com os melhores militantes seguindo Lambert-Bleibtreu e, com eles, meus melhores companheiros do MRJ. Votei, com a morte na alma, a favor do grupo Pablo. Na época, eu era responsável pela tendência trotskista nos Albergues da Juventude (CLA-JPA). Bruscamente, acabei com tudo! Em pleno Congresso Nacional dos AJ, desisti. Fui discutir durante centenas de horas com Jean Oury, que dirigia então a clínica de Saumery, no Loir-et-Cher. Ali acontecia de tudo: política, psicanálise, psiquiatria, literatura... A partir dali, eu deixaria minha família, reorientaria meus estudos, e foi então que, *a partir dos fatos*, Raymond e eu iniciamos a constituição de um grupo político autônomo, digamos "entrista".

O grupo compunha-se de três tipos de elementos:

- os veteranos dos grupos ajistas locais;
- o núcleo dos animadores do Grupo de Jovens da Hispano;
- estudantes da Sorbonne: essencialmente, membros da "célula filosofia" do PCF (a que se iria unir mais tarde Lucien Sebag, antropólogo discípulo de Lévi-Strauss).

A partir de 1951, desenvolvemos uma ação original em diversos setores, no Partido, nas "Fraternidades Franco-Chinesas" (Raymond foi um dos primeiros franceses a visitar a China, em 1953), em organizações como "Turismo e Trabalho" etc. Foi possível levar a efeito toda uma integração, apesar da disparidade, entre estudantes e jovens militantes operários. Mas os burocratas da seção da 6ª (subprefeitura), os da Hispano e os das células locais (por exemplo, dirigentes, na época, da Maison des jeunes – Casa da Juventude – de Courbevoie) estavam alertas: era preciso acabar com uma coisa dessas. Na verdade, fomos ultrapassados pelo evento da vinda de novos estudantes e de novos operários. Ainda que com bastante reticência, aproximamo-nos progressivamente do grupo Franck-PCI (*La Vérité des travailleurs* – A Verdade dos Trabalhadores). Foi justo no momento em que Michèle Mestre e Corvin realizaram sua mini-cisão para fundar *Le Communiste*. Lançamo-nos em "estágios de formação" e por fim aderimos todos ao PCI. Deixamo-nos levar! Para mim, foi um novo estágio probatório! Os camaradas operários de nosso grupo foram cuidadosamente isolados dos estudantes em células distintas. (Foi na esteira disso que viriam a aderir por algum tempo ao PCI-*Vérité*

des travailleurs, Gaby Cohn-Bendit, irmão de Dany, Lucien Sebag e, por sua vez, mas com duração bem menor... os irmãos Krivine.)

Enquanto pouco tempo antes nos sentíamos esmagados pelas responsabilidades de nosso grupo autônomo, agora estávamos livres e um tanto desamparados. Com alguns camaradas estudantes entre os quais Lucien Sebag e tomando todo o cuidado de não deixar que a direção do PCI, de quem desconfiávamos, o percebesse, fundamos um órgão interno de oposição ao PCF: *Tribune de discussion* (Tribuna de Discussão). Na época, só existia *Unir*, mas esse boletim era muito injustamente caluniado e, de modo geral, principalmente malvisto por todos. Foi um total sucesso! Dezenas de intelectuais do Partido adeririam a essa *Tribune* (Henri Lefebvre, por exemplo), Sartre deu seu apoio... A *Tribune* era respeitada: as pessoas estavam persuadidas de que ela era dirigida por militantes operários, o que talvez fosse também um efeito de contaminação da existência do grupo Hispano!

1956: esse foi o ano em que as coisas se encadearam; o XX Congresso (do Partido Comunista da URSS), a guerra da Argélia e a votação dos poderes especiais (do governo francês para enviar tropas à colônia) pelo PCF, a expedição de Suez (a crise provocada pela nacionalização do Canal por Nasser), Budapeste (a invasão soviética da Hungria), o incêndio da sede de *L'Humanité* (jornal do partido comunista), o refluxo...

Outros opositores despertaram. Eles tinham fundado *L'Étincelle* (A Centelha – com Gerard Spitzer). Com a ajuda dos trotskistas, instalou-se uma tremenda confusão: a oposição comunista acabou por se fragmentar. O PCI levou consigo uma *Voie communiste* (Via Comunista), primeira fórmula, que pretendia, em subtítulo, "dar continuidade" *L'Étincelle-Tribune de discussion* (n. 1, janeiro de 1958), fruto de uma efêmera fusão desses dois boletins. *La Voie communiste* pretendia enfrentar *Voies nouvelles* (Novos Caminhos), que era animada principalmente pelos militantes da célula "Sorbonne-Lettres" do Partido. Houve também uma *Tribune du communisme* (Tribuna do Comunismo), que se associaria ao PSU em construção.

Tudo estava manifestamente acabado! Raymond, os camaradas de nosso grupo e eu decidimos sair do PCI. Estávamos mais do que saturados! No dia 13 de maio de 1958, houve uma inverossímil mascarada de mo-

bilização do PCI com vistas à organização da... resistência. Desejávamos salvar o máximo possível o que restava da corrente de oposição: voltamos à força à redação de *La Voie communiste* e nos dedicamos abertamente a expulsar os trotskistas que a infestavam. Alguns dirigentes do PCI nos estimulavam por baixo do pano, mas foram bem poucos os que nos seguiram na cisão. (Meus artigos em *La Voie communiste* eram assinados por Claude Arrieux.)

Não sei se todos os camaradas do grupo Hispano tiveram a consciência do fato de que, sem seu apoio e, sobretudo, sem o precedente que foi a existência de seu grupo, *La Voie communiste* nunca teria tido condições de tornar-se independente. Há muito tínhamos o desejo nostálgico de reconstituir um grupo aberto e não sectário, pois nunca nos pudéramos adaptar às obsessões centralistas dos trotskistas. Por outro lado, se a maioria dos estudantes trotskistas (exceção feita aos irmãos Krivine) nos seguiu, ao menos por algum tempo, em torno da nova *Voie communiste*, parte da razão foi o prestígio que tinha para eles o grupo militante da Hispano-Suíza.

Claro que havia aí algo de eficiência mítica. Mas assim são as coisas! Alguns militantes responsáveis pela seção de Montreuil do PCF também iriam se juntar a nós, um grupo de comunistas libertários, Gérard Spitzer e dezenas de militantes anticolonialistas, cuja confiança obtivéramos em decorrência de nosso rompimento público com os trotskistas.

Foi uma verdadeira epopéia a saída daqueles 49 números de *La Voie communiste* (de novembro de 1958 a fevereiro de 1965)! Foi o único movimento marxista dotado de um mínimo de público que sustentou sem preconceitos nem reticências a luta da FLN (O apelo dos 121, condenado, esquecemo-nos, pela maioria do PSU, incluindo Claude Bourdet – herói da Resistência –, foi publicado por *La Voie*, imediatamente apreendida.) Com *La Voie communiste*, a “sustentação” perdeu seu caráter romântico-delirante e se viu vinculada às lutas da vanguarda revolucionária francesa. Nesse combate, os camaradas da Hispano não foram os últimos! Houve apreensões contínuas do jornal e difusão clandestina, prisão por vários anos de dois diretores sucessivos, organização de fugas espetaculares...

Raymond, demitido da Hispano em 1958 (ao lado de vários outros), acusado de “trotskista” pelos burocratas da CGT, que o tinham acom-

panhado de perto, viu-se privado de qualquer possibilidade de trabalho militante em fábricas. Tornou-se então, de fato, permanente de *La Voie communiste*. Suportou ali um trabalho enorme, sempre com a mesma fleuma e o mesmo rigor.

Afora as assembléias gerais, os grupos militantes viviam cada qual em seu canto. Havia, na verdade, bem poucos contatos com os parceiros da Hispano (que se chamava “Grupo Simca” para despistar, o que levaria a algumas discussões bastante divertidas!). Contudo, esse grupo, que no essencial continuava respeitado no PCF e na CGT, distribuía clandestinamente na fábrica várias dezenas de exemplares de *La Voie communiste*.

Com o fim da guerra da Argélia, ocorreu a debandada. As mixórdias das *willayas* (coordenações regionais da Argélia), a fundação do PRS³ de (Mohamed) Boudiaf..., o isolamento. Três quartos dos militantes de *La Voie* tornaram-se “benbellistas”, entoando loas à revolução pela autogestão à maneira dos “pablistas”, ou então se dispersaram na natureza. Ficamos de novo sozinhos. Foi um inferno!

Raymond e eu mantivemos distância do núcleo ativista que controlava a orientação do jornal e que começava a alimentar não poucas ilusões sobre as “possibilidades” abertas pela nova orientação do Partido Comunista Chinês (“Déclaration em 25 points” – Declaração em 25 Pontos). Isso levou à fundação da efêmera *Association populaire franco-chinoise* (APFC – Associação Popular Franco-Chinesa) no final de 1963, logo condenada pelos dirigentes chineses.

De minha parte, minha ligação era sobretudo com militantes da UNEF e da UEC, que se debatiam em crises de que suas organizações jamais se recuperariam.

Esvaziada de sua substância e de qualquer perspectiva, *La Voie communiste* acabaria por se extinguir.

Um movimento mais amplo, mais aberto, iria se constituir sob a rubrica da Oposição de Esquerda, reunindo militantes vindos da UEC, de *La Voie communiste*, da UNEF etc. Além de seu trabalho no meio estudantil, a “OE” iria intervir na luta contra a guerra do Vietnã, trabalhando

3 Parti de la Révolution Socialiste (Partido da Revolução Socialista, da Argélia). N.T.

notadamente com o Mouvement du milliard (Movimento do Bilhão) e no apoio às lutas na América Latina, com a fundação da Organisation de solidarité à la révolution latino-américaine (OSARLA – Organização de Solidariedade à Revolução Latino-Americana), por instâncias de um antigo militante de *La Voie communiste*, Michèle Firk, morto em combate na Guatemala.

Desenvolveram-se paralelamente a Federação dos Grupos de Estudos e de Pesquisas Institucionais (FGERI) e sua revista, *Recherches*.

Depois de um esclarecimento político, o grupo Hispano decidiu dar continuidade a seu trabalho em ligação com essa nova Oposição de Esquerda e participou da discussão de uma declaração política coletiva: *As Nove Teses da Oposição de Esquerda*, publicada em brochura no começo de 1966.⁴

Por outro lado, os camaradas da Hispano animaram, no âmbito da FGERI, o Groupe d'études et de travail sur le mouvement ouvrier (GETMO – Grupo de Estudo e Trabalho sobre o Movimento Operário).

Essa foi, na verdade, a primeira vez em que se pôde estabelecer um real diálogo entre todos aqueles militantes operários, professores, estudantes, trabalhadores do setor de saúde... os quais, contudo, se conheciam de longa data. Mas, com essa reorientação, é como se se tivesse proibido falar de qualquer coisa que não a política! Uma nova barreira imaginária fora rompida, e essa ruptura prefigurou, de certo modo, o que ocorreria em maio de 1968.

O fato de os membros do Birô Nacional da UEC, por exemplo, terem podido trabalhar em constante ligação com um grupo como o da Hispano deve por certo ter sido determinante em sua evolução.

É verdade que, mais tarde, em maio de 1968, fomos todos ultrapassados, ainda que todos os militantes dessa corrente estivessem em pé de igualdade com o Movimento de 22 de março e os Comitês de Ação (a partir de fevereiro de 1968, os contatos foram feitos pelos estudantes de Nanterre). A ida às AG do 22 de março em Nanterre, a partir do começo de maio, de militantes do grupo Hispano talvez tenha contribuído tam-

bém para fazer avançar as coisas. Mais uma vez, sei que se trata de algo que age sobretudo na ordem psicológica. Mas por que não?

No geral, não foi uma espécie de trabalho psicanalítico de desmistificação o que realizamos durante tantos anos: explorar, abalar e superar, na medida do possível, os tiques e maneirismos do militantismo revolucionário tradicional? Raymond e alguns outros militantes operários do grupo Hispano eram apaixonados pela psicanálise e pela psiquiatria. Os “militantes sérios” vindos de fora sempre que descobriam isso ficavam estupefatos. Antes de ser julgado por suas idéias e por seu programa, o militante era avaliado por sua seriedade, e a partir de critérios, para ser franco, psicanalítico. Discutir os problemas psicosssexuais do grupo e discutir sua orientação política tinham a mesma importância. Os militantes formados assim tinham o dom de enervar e desorientar os interlocutores dos aparelhos políticos e sindicais tradicionais. Mas também tinham o dom de atrair os jovens militantes ainda não deformados.

A meu ver, a razão do sucesso do grupo Hispano foi o fato de ele ter sido o lugar de uma ruptura deliberada da textura habitual das relações militantes. O que lhe conferiu importância foi o fato de essa ruptura ter ocorrido *no interior de uma importante metalúrgica*. Esse grupo foi como um osso que ninguém conseguia roer. Algo que, em nossa formulação privada, chamamos de “grupo analítico”. Um grupo que atravessa a ordem “normal” das coisas. Um “grupo-lapso”, que deixa que se expressem os desejos profundos dos jovens trabalhadores: desejo de acabar com o formalismo, com o dogmatismo, com os modos burocráticos de agir, de acabar com as reuniões tediosas que só servem de cenário teatral às exhibições narcísicas dos burocratas, desejo de conseguir a todo custo falar de coisas verdadeiras – portanto, revolucionárias –, o que leva os sujeitos a ficar incomodados, a querer que a coisa mude...

Pode ser que a História – uma História capaz de abordar o inconsciente – um dia reconheça o legítimo lugar do trabalho do grupo Hispano.

1970

4 Cf. *Excertos*, neste volume p. 133.

Os “maos-maso”, ou o maio impossível (1970)*

Relendo sua autocrítica a propósito de um livro a respeito de maio – *Vers la guerre civile* –, dois dirigentes da Esquerda Proletária puderam constatar que sua proposta derrapou desafortunadamente num “s”.

Depois de uma execução sumária, à Jdanov, em três linhas, de suas errâncias freudo-guevaristas – escórias pequeno-burguesas –, celebram, nos termos a seguir, as virtudes salvadoras da vassoura-mao, que é passada sobre todo esse pó: “O que o varreu efetivamente foi o reconhecimento, através da GP,¹ do maoísmo em sua universalidade e sem (*sans*) sua realidade na França, bem como o trabalho de edificação da GP em sua luta de massas”.²

Caro camarada revisor de *L’Idiot*, verifique cuidadosamente, eu lhe suplico, se o que leu foi um “s” e não um “d”.³

Recusando-se a partir de agora todo recurso à teoria freudiana do ato falho, do lapso e do cochilo, cabe a nós, autores, propor a deles para dar conta do fenômeno. Esse cochilo não nos escapou, pois que eles acrescentaram uma pequena folha impressa para retificá-lo. Fazendo isso, naturalmente, eles chamaram ainda mais a atenção para o que vinha adiante. Boa ocasião para aplicar a fórmula enunciada na página 31 do mesmo opúsculo: “Se há resistência, consciente ou inconsciente, devemos quebrá-la”.⁴

Ao pé da letra, a proposta se esclarece: o maoísmo é *sem* realidade na França. E é bem disso que ele extrai todo o seu poder de convicção. Trata-se de um engodo capaz de mobilizar a libido e de levar os mais acomodados a batalhar ardorosamente contra aquilo que Lacan chama de o “real impossível”.

* In: *L’Idiot international*, n. 8 e n. 9, julho-agosto de 1970. (Maos= maoístas; maso=forma abreviada de masoquista. N.T.)

1 *Gauche Prolétarienne* (Esquerda Proletária). N.T.

2 *Cahiers de la Gauche prolétarienne*, n. 2, maio de 1970, p. 108.

3 O autor se refere ao fato de o texto citado trazer “sans” (= sem) em vez de “dans” (= em). N.T.

4 Os camaradas da GP poderiam refletir acerca da seguinte frase de Kierkegaard: “Suponhamos que haja um cochilo dotado de consciência que no fundo talvez não o fosse, mas, para ver tudo bem do alto, fosse antes parte integrante do conjunto e que, revoltado contra o autor, o impedisse, por ódio, de corrigi-lo, e lhe lançasse um desafio absurdo: Não! Você não vai me suprimir; permanecerei como testemunha contra você, como uma testemunha de que você não passa de um autor medíocre!” (*Traité du désespoir*, Paris: NRF, p. 153.).

A revolução na França é manifestamente impossível. É o que pensam todas as pessoas sérias, do estúpido juiz do processo de Le Dantec e de Le Bris⁵ aos doutos cretinos da Liga Comunista ("Os trabalhadores em sua maioria não se dispõem nem um pouco a lançar-se num movimento de conjunto...", declara Weber, especialista em massas, que, antes de maio de 1968, fizera exatamente o mesmo diagnóstico!).

A evidência *manifesta* é a revolução impossível. Como, a partir dela, decifrar um real *latente*, um inconsciente social da revolução? Duas maneiras de proceder; ou confiar nos 600 milhões de chineses e investir de cabeça baixa por entre os vapores imaginários, os sonhos históricos... ou tirar proveito desse "real impossível" e construir, com toda a lucidez, peça a peça, a máquina revolucionária. Mas sem se enganar, sem se iludir com respeito à missão histórica de que se seria o portador, o justo serviço ao povo e toda a catolicidade de má cepa.

É preciso reconhecer que, a partir de maio de 1968, a primeira opção foi suficiente. Só os mais viajados "maos" franceses tiveram a audácia de perseverar em sair do gueto estudantil, estabelecer relações de luta com jovens trabalhadores e, por fim, começar a desbloquear as lutas revolucionárias em 1970. Tudo isso numa confusão e numa logomaquia incríveis, e que seus camaradas não teriam conseguido suportar, é de crer, se se considera por contraste em que paralisia, em que inibições permaneceram bloqueados os anarquistas, os desorganizados e os intelectuais esclarecidos. Assim são as coisas! Quanto maior a imbecilidade, tanto melhor funciona! Desterra-se o mito apodrecido da Resistência na França! E por que não a Frente Nacional Unida em que se está?

Transpõem-se sem adaptação frases que o presidente Mao Tsé-Tung pronunciou há mais de 30 anos na China despótica e descreve-se a França como uma planície cheia de madeira seca que logo vai se incendiar: "A centelha não há de tardar em incendiar a planície". Fala-se de "pequenas grandes marchas da juventude na direção das fábricas", e o levante do bairro miserável de Argenteuil se torna o "Naxalbari francês"...⁶

5 Michel Le Bris e Jean-Pierre Le Dantec eram diretores da revista *La Cause du Peuple* (A Causa do Povo), publicação que fora proibida. N.T.

6 Referência à revolta camponesa ocorrida em Bengala no ano de 1967 (25 de maio). N.T.

Em suma, está-se em pleno delírio e mesmo assim a coisa vai! Não virá a eficiência desse movimento precisamente de seu caráter artificial? O artifício da escuta "ao pé da letra" permanecera, com o freudismo, nos limites da psicopatologia e, com o surrealismo, nos limites das belas letras. Mas, no caso dos pseudomaoístas da GP, tem-se a sensação de estar diante de um freudo-surrealismo de massa. Talvez seja esse mesmo fenômeno que torne igualmente fascinantes movimentos como a Zengakuren (Federação Japonesa dos Estudantes), os Black Panthers (movimento negro norte-americano), os Weathermen (movimento revolucionário norte-americano) etc. A revolução nos países capitalistas vai precisar, em sua axiomática, de uma dose considerável de paradoxo, de humor negro, de espetáculo, de provocação, de violência desesperada.

O extraordinário mérito da GP na França é o de ter tido a coragem de aprovar publicamente as sabotagens, de ter lançado a palavra de ordem "É certo seqüestrar os patrões", de apelar a pintá-los com mercúrio-cromo enquanto se espera enforcá-los, lançar seus destacamentos para atacar seu próprio peso morto e em expedições que, por serem menos mortíferas que as de um Che Guevara, nem por isso merecem menos respeito.

É como se a Revolução Cultural chinesa tivesse posto em circulação certo modelo da luta espontânea, luta que durante algum tempo escapou em maior ou menor medida ao controle do aparelho do PC chinês.

Começam hoje a se desenvolver em vários países capitalistas, sob o estandarte do maoísmo, formas novas de luta que constituem, com efeito, uma volta às fontes da revolução violenta, que vinha de longa data sendo reprimida pelos grilhões ideológicos dos grandes teóricos do marxismo-leninismo.

Em resumo, trata-se da Revolução Cultural sem Mao, e mesmo contra Mao! Se é propriamente isso que está prestes a se desenvolver, pode-se prever que se farão presentes muitos amadores! Pouco importa assim o aspecto caricatural do retorno ao stalinismo, do gosto pelo lado militar das coisas, das diretrizes, do espírito de escoteiro, do "desprezo pela fadiga", do estilo "trabalho-bravura", "vida simples e árdua luta"...

Se o combate iniciado pela GP se desenvolve, as contradições objetivas que vão marcá-lo hão de liquidar todas essas manias centralistas, que

advêm mais da angústia do que da abjeção burocrática. Afora os sacerdotes perversos habituais, o conjunto desses camaradas, em seu esforço tateante pela construção de um novo instrumento de luta revolucionária, serão levados a questionar mais uma vez essas formulações absolutas e essas atitudes rígidas e burocráticas que são objetivamente opostas ao ímpeto da luta de massas.

O movimento operário viveu até agora com base em teorias que se recusavam a levar em conta o desejo. Endossando a ideologia da classe dominante em matéria de repressão moral e sexual, as organizações operárias suscitaram suas próprias formas de perversão burocrática. A evolução das forças produtivas, o fracasso das instituições burguesas, da família conjugal ao Estado, tudo concorre para o despedaçamento desse superego.

O maoísmo neo-stalinista (que não é o da GP), as diversas formas de revisionismo, são os últimos baluartes de certa imagem da pessoa, injetada no movimento operário, de uma metodologia maniqueísta e de uma introjeção inconsciente da repressão policialesca burguesa sob os imperativos da boa conduta: "Esses militantes devem ser os melhores operários, crianças sábias, militar pelo bem e pela felicidade do povo".

Para dizer a verdade, o desejo, o das massas revolucionárias, não se preocupa nem um pouco com o bem e o mal! Ele pede, em primeiro lugar e antes de tudo, a destruição das relações de produção, inclusive em sua vertente de alienação imaginária.

Em maio, racharam-se as últimas barreiras do stalinismo e da moral burguesa. Elas estão sempre em seu lugar, porém não mais se acredita nelas.

Os simulacros do tradicionalismo militante tentaram em vão voltar como velhas rameiras: isso não funciona mais! "Nunca mais o partido de Maurice Thorez!" Acabou-se a teoria dos sindicatos como correias de transmissão entre o partido e as massas. É preciso encontrar outra coisa: se possível, uma coisa totalmente outra! Alguma coisa que conjugue a eficiência revolucionária e o desejo.

1970

Somos todos grupúsculos*

Militar é agir. Não estamos nem aí para as palavras; o que desejamos são atos. Fácil de dizer, sobretudo em países em que as forças materiais são cada vez mais dependentes das máquinas técnicas e do desenvolvimento das ciências.

Reverter o czarismo, o que implicou a transformação numa massa de dezenas de milhões de explorados e sua mobilização contra a atroz máquina repressiva da sociedade e do Estado russos, traduziu-se em fazer que as massas tomassem consciência de sua força irresistível diante da fragilidade do inimigo de classe; uma fragilidade a ser exposta, a demonstrar na prova de força.

Para nós, dos países "ricos", as coisas são distintas; nem se tem certeza se não teremos de enfrentar nada mais que um *tigre de papel*. O inimigo está infiltrado em toda parte, tendo secretado uma imensa interzona pequeno-burguesa para atenuar o máximo que puder os contornos de classe. A própria classe operária está profundamente infiltrada; não só por meio dos sindicatos pelegos, dos partidos traidores, sociais-democratas ou revisionistas..., mas infiltrado também em decorrência de sua participação material e inconsciente nos sistemas dominantes do capitalismo monopolista de Estado e do socialismo burocrático. Participação material em primeiro lugar em escala planetária: as classes operárias dos países economicamente desenvolvidos estão objetivamente implicadas, que mais não seja pela crescente diferença dos níveis relativos de vida, na exploração internacional dos antigos países coloniais. Em seguida, vem a participação inconsciente, e de todas as maneiras: os trabalhadores endossam de maneira mais ou menos passiva os modelos sociais dominantes, as atitudes e os sistemas de valor mistificadores da burguesia — amaldiçoam o roubo, a preguiça, a doença etc. —, reproduzindo por sua própria conta objetos institucionais como a família conjugal

* In: *L'Idiot Liberté*, n. 1, dezembro de 1970.

e o que ela implica de repressão intrafamiliar entre os sexos e as faixas etárias, ou então apegando-se à pátria, com seu inevitável sentimento racista (para não mencionar o regionalismo ou os particularismos de toda natureza: profissionais, sindicais, esportivos etc., bem como todas as outras barreiras imaginárias que são artificialmente erigidas entre os trabalhadores, como se faz particularmente visível com a organização, em grande escala, do mercado da competição esportiva).

Desde a mais tenra idade, e por certo em decorrência do que aprendem a ler no rosto dos pais, as vítimas do capitalismo e do "socialismo" burocrático são atormentadas por uma angústia e uma culpa inconscientes que constituem uma das engrenagens essenciais do bom funcionamento do sistema de auto-assujeitamento dos indivíduos à produção. O tira e o juiz interiores talvez sejam mais eficazes do que os dos ministérios do Interior (que reúnem na França o corpo policial) e da Justiça. A obtenção desse resultado se apóia no desenvolvimento de um antagonismo reforçado entre um *ideal imaginário*, que se inculca nos indivíduos por sugestão coletiva, e uma *realidade* totalmente *outra* que os espera na hora da revanche. A sugestão audiovisual, os *mass media*, produzem milagres! Consegue-se assim uma valorização enlouquecida de um mundo imaginário maternal e familiar entrecortado por valores pretensamente viris que tendem à negação e ao rebaixamento do sexo feminino e, acima de tudo, à promoção de um ideal de amor mítico, uma magia do conforto e da saúde que mascara uma negação da finitude e da morte; no final, trata-se de todo um sistema de demanda que perpetua a dependência inconsciente com respeito ao sistema de produção, trata-se da técnica da "participação nos lucros".

O resultado desse trabalho é a produção em série de um indivíduo que seja o mais mal preparado possível para enfrentar as provas decisivas de sua vida. É completamente desprovido de condições e ele vai enfrentar a realidade, sozinho, sem recurso, paralisado por toda a moral e todo o ideal estúpidos com que o impregnaram e de que é incapaz de se livrar. Esse indivíduo foi, de alguma maneira, fragilizado, vulnerabilizado, estando pronto a aderir a todas as abjeções institucionais que foram estabelecidas para acolhê-lo: a escola, a hierarquia, o exército, o aprendizado da

fidelidade, da submissão, da modéstia, o gosto pelo trabalho, a família, a pátria, o sindicato etc. Hoje, toda a sua vida permanecerá envenenada em algum grau devido à incerteza de sua condição diante dos processos de produção, de distribuição e de consumo, devido à preocupação quanto a seu lugar, e de seus próximos, na sociedade. Toda e qualquer coisa serão um problema para ele: um novo nascimento, o "ele não vai bem na escola", o "os maiores se entediam e se comportam mal", as doenças, os casamentos, a moradia, as férias, tudo é causa de chateação...

Assim, torna-se inevitável um mínimo de ascensão pelos escalões da pirâmide das relações de produção. Não há necessidade de fazer um desenho nem uma lição. Ao contrário dos jovens trabalhadores, os militantes de origem estudantil que vão trabalhar na fábrica recebem a garantia de "encontrar alguma coisa" se aceitarem mudar; queiram ou não, eles não podem escapar à potencialidade que os marca com uma inserção hierárquica "que poderia ser bem melhor". A verdade dos trabalhadores é uma dependência de fato e quase absoluta da máquina de produção; é o esmagamento do desejo, exceto de suas formas residuais e "normalizadas", o desejo bem-pensante ou bem-militante; ou então o refúgio numa ou noutra droga para não enlouquecer ou se suicidar! Quem vai determinar a porcentagem de "acidentes de trabalho" que na realidade não passaram de suicídios inconscientes?

O capitalismo pode sempre arranjar as coisas, consertá-las localmente, mas, no conjunto e no essencial, tudo vai sempre cada vez pior. Em 20 anos, alguns de nós terão 20 anos a mais. A Humanidade, porém, terá quase se duplicado. Se os cálculos dos especialistas na matéria forem exatos, a Terra terá cinco bilhões de habitantes em 1990. Isso deverá trazer em algum momento alguns problemas suplementares! E como nada nem ninguém pode prever ou organizar alguma coisa para acolher esses recém-vindos – exceto alguns excêntricos nos órgãos nacionais, que não resolveram nenhum problema político relevante nos 25 anos de sua existência –, pode-se imaginar que, com certeza, vão ocorrer não poucas coisas nos anos vindouros. Coisas de todas as cores, verdes e não maduras, revoluções mas, também, com certeza, abjeções do tipo fascismo e companhia. E o que se deve fazer diante disso? Esperar e ver acontecer? Agir? Sim, agir, mas onde agir, o que fazer e como? Dar tiros ao acaso.

Mas isso não é tão simples, pois a reação vigorosa está prevista, organizada, calculada pelas máquinas dos poderes do Estado. Estou convencido de que todas as variantes possíveis de outro maio de 1968 já foram programadas na IBM. Talvez não na França, porque eles são demasiado mortos de fome e ao mesmo tempo bem pagos para saber que esse tipo de tolice não constitui uma garantia e que ainda não se conseguiu nada sério para substituir os exércitos de tiras e de burocratas. Seja como for, seria o momento de os revolucionários reexaminarem os programas familiares, pois há alguns deles que começam a ficar seriamente datados! Seria o momento de abandonar todo – triunfalismo que se deveria escrever com dois “l” –¹ para se dar conta de que não só se está no fundo do poço, mas que o mal penetra em cada um de nós, em cada uma de nossas “organizações”.

A luta de classes não passa mais simplesmente por uma frente delimitada entre os proletários e os burgueses, facilmente identificável nas cidades e lugarejos; ela também está inscrita em inúmeros estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas da autoridade, do nível hierárquico, do nível de vida; é preciso decifrar essa frente a partir do vocabulário de uns e de outros, de sua maneira de falar, das marcas de seus veículos, da moda que seguem naquilo que vestem e assim por diante. É um nunca acabar! A luta de classes contaminou, qual um vírus, a atitude do professor com *seus* alunos, a dos pais com *seus* filhos, a do médico com *seus* doentes; penetrou no íntimo de cada pessoa com *seu* ego, com o ideal de *standing* que julgamos dever nos proporcionar. Seria o momento de nos organizarmos em todos esses níveis a fim de enfrentar essa luta de classes generalizada. Seria o momento de elaborar uma estratégia para cada um desses níveis, dado que há entre eles uma relação de mútuo condicionamento. A quem aproveitaria, por exemplo, propor às massas um programa de revolução antiautoritária contra os chefetes e companhia se os próprios militantes permanecem sendo portadores de vírus burocráticos superativados, se eles se comportam com os militantes de outros grupos, no interior de seu próprio grupo, com as pessoas próximas ou então uns aos outros, como perfeitos canalhas, perfeitos santarrões. Que benefício há em afirmar a legitimidade das aspirações das massas

1 Remissão à forma *phallus*, falo. N.T.

se se nega o desejo em todo lugar em que ele quer aflorar na realidade cotidiana? Os fins políticos são seres desencarnados. Eles julgam que se pode, que se deve, afastar todas as preocupações nesse domínio a fim de mobilizar toda a energia para os objetivos políticos gerais. Isso é um erro! Portanto, na ausência do desejo, a energia se consome a si mesma na forma de sintoma, de inibição e de angústia. Não obstante, com o passar do tempo, não lhes há de faltar os momentos, as ocasiões, de perceber essas coisas por si mesmos!

O emprego de uma energia capaz de modificar as relações de força não cai do céu, não nasce espontaneamente do programa certo ou da pura cientificidade da teoria. É determinado pela transformação de uma energia biológica – a libido – para os objetivos de luta social. É sempre muito fácil remeter toda e qualquer coisa às famosas contradições principais. Eis algo demasiado abstrato. É até um recurso de defesa, um artifício que ajuda a desenvolver fantasias de grupo, estruturas de desconhecimento, um artifício típico do burocrata: sempre anular-se por trás de alguma coisa que está sempre atrás, sempre em outro lugar, que é sempre mais importante e nunca está ao alcance da intervenção imediata dos interessados; trata-se do princípio da “causa justa”, que serve para tornar palatáveis todas as pequenas safadezas, a perversão burocrática das pequenas coisas, o prazerzinho que se tem de impor aos outros – “pela boa causa” – sujeitos que vão encher a paciência, obrigar a praticar ações puramente sacrificiais e simbólicas que não interessam a ninguém, a começar pelas próprias massas. Trata-se de uma forma de satisfação sexual desviada de suas metas habituais. Esse tipo de perversão não teria importância alguma se seu objeto não fosse a revolução – mas nem por isso deixa de existir! O que espanta é que os monomaníacos da direção revolucionária conseguem, com a cumplicidade inconsciente da “base”, mobilizar o investimento militante em impasses particularistas. É *meu* grupo, *minha* tendência, *meu* jornal, nós é que temos razão, *minha* linha é *minha* vida, *minha* existência é marcada pela oposição a outra linha, criamos uma pequena identidade coletiva encarnada em nosso líder local... Não havia todo esse tormento em maio de 1968! Seja como for, tudo ia bem até que os “porta-vozes” disto ou daquilo conse-

guiram ressurgir. Como se a palavra (*voz*) precisasse ser portada.² Ela se porta muito bem sozinha e com uma louca rapidez no seio das massas, quando é verdadeira. O trabalho dos revolucionários não é portar a palavra, fazê-la dizer coisas, transportá-la, transferir modelos e imagens; seu trabalho é dizer a verdade onde estiverem, nada mais nada menos do que a verdade, sem nada acrescentar, sem tergiversar. Como reconhecer esse trabalho da verdade? É muito simples, havendo um macete infalível: a verdade revolucionária se manifesta quando as coisas deixam de incomodar, quando se tem vontade de entender, quando se deixa de ter medo, quando as forças nos voltam, quando se está pronto a ir até o fim, aconteça o que acontecer, quando se está disposto a morrer por isso. Vimos a verdade agir em maio de 1968; todos a entenderam imediatamente. A verdade não é a teoria nem a organização. É depois do surgimento da verdade que a teoria e a organização têm de sair da má situação em que ficam. Elas sempre acabam por se reencontrar nela e por recuperar as coisas, prontas a deformá-las e a mentir. A autocritica deve sempre ser feita pela teoria e pela organização, nunca pelo desejo.

O que está em jogo neste momento é o trabalho da verdade e do desejo em toda parte em que as coisas se ligam umas às outras, se inibem, se bloqueiam. Os grupúsculos de fato e de direito, as comunas, as turmas e tudo o que se quiser no esquerdismo, têm um trabalho analítico a realizar consigo mesmos, ao mesmo tempo em que têm um trabalho político a fazer no exterior. Se não for assim, correm o risco de cair no tipo de loucura da hegemonia, de mania de grandeza, que leva alguns a alimentar o excelso sonho de reconstituir “o partido de Maurice Thorez”, ou o de Lenin, de Stalin ou de Trotski, todos tão tediosos e fora de propósito quanto Jesus Cristo ou De Gaulle, ou qualquer desses sujeitos que nunca acabam de morrer.

A cada um seu pequeno congresso anual, seu pequeno CC (Comitê Central), seu grande BP (Birô Político), seu secretário e seu general-secretário, bem como seus militantes de carreira, com sua antigüidade,

e, na versão trotskista, todo o mesmo conjunto em escala internacional (congresso mundial, comitê executivo internacional, SI – Secretário Internacional – etc.).

Por que os grupúsculos, em vez de comer uns aos outros, não se multiplicam ao infinito? A cada um seu grupúsculo! Em cada fábrica, cada rua, cada escola. Finalmente o reino dos comitês de base! Mas grupúsculos que aceitassem ser o que são no lugar em que são. E, se possível, uma multiplicidade de grupúsculos que tomariam o lugar das instituições da burguesia: a família, a escola, o sindicato, o clube de esportes etc. Grupúsculos que não temessem organizar-se, além de para seus objetivos de luta revolucionária, para a sobrevivência material e moral de cada um de seus membros e de todos os desamparados que os cercam...

Teríamos então, é claro, a anarquia! Nada de coordenação, de centralização, de estado-maior... Ao contrário! Pensemos no movimento dos Weathermen nos Estados Unidos: eles se organizam em tribos, em gangues etc., mas isso não os impede de se coordenar e muitíssimo bem.

Há profundas alterações quando a questão da coordenação é evocada, em vez de entre indivíduos, com respeito a grupos de base, famílias artificiais, comunas... O indivíduo, tal como modelado pela máquina social dominante, é demasiado frágil, demasiado exposto a todo tipo de sugestões: a droga, o medo excessivo, a família etc. Num grupo de base, pode-se esperar a recuperação de um mínimo de identidade coletiva, mas sem megalomania, com um sistema de controle ao alcance da mão; assim, o desejo em questão talvez possa fazer valer melhor sua fala/palavra, ou quem sabe tenha mais condições de respeitar seus engajamentos militantes. É preciso antes de tudo acabar com o respeito à vida privada: esse é o começo e o fim da alienação social. Um grupo analítico, uma *unidade de subversão desejante*, não tem vida privada: está voltado a um só tempo para o interior e o exterior, para sua contingência, sua finitude, e seus objetivos de luta. O movimento revolucionário tem, portanto, de construir para si uma nova forma de subjetividade que não mais repouse no indivíduo e na família conjugal. A subversão dos modelos abstratos secretados pelo capitalismo, e que continuam a ser aprovados, até o momento, pela maioria dos teóricos, é uma condição prévia absoluta para o reinvestimento pelas massas da luta revolucionária.

2 Em francês, “porta-voz” é literalmente “porta-palavra” (= *porte-parole*). N.T.

No momento presente, tem pouca utilidade elaborar um plano sobre o que deverão ser a sociedade do futuro, a produção, o Estado ou a ausência do Estado, o Partido ou a ausência do Partido, a família ou a ausência da família, quando não há, na verdade, ninguém lá em cima para servir de suporte à enunciação de qualquer coisa. Os enunciados continuarão a flutuar no vazio, indecidíveis, enquanto *agentes coletivos de enunciação* não tiverem condições de explorar as coisas na realidade, enquanto não dispusermos de algum meio de nos afastarmos da ideologia dominante que impregna nossa pele, que fala de si mesma em nós mesmos, que, apesar de nós, nos conduz às piores tolices, às piores repetições, tendendo a fazer que sejamos derrotados nas mesmas rotas já percorridas.

1970

Índice dos Principais Temas

- Análise (institucional, de grupo, do meio/ambiente, do coletivo etc.), Analisador, 68-70, 87-90, 107-108, 117, 122, 132, 199, 216-219, 229, 254-258, 268, 282, 291, 297, 306, 336, 343, 365.
- Antiprodução (relações de antiprodução), 212, 225, 259, 313-314, 318.
- Arcaísmos, 85, 135, 141, 143, 146-152, 160-163, 215, 264, 295, 297, 302-305, 318.
- Artifício, 72, 79, 216, 265, 305, 342, 357.
- Burocracia, 61, 71, 92, 117, 123, 138-139, 149-150, 168, 171, 209-210, 235, 246, 250, 259-260, 273-277, 300, 306, 334.
- Consistência (consistência subjetiva, unidade de subversão desejante, plano de consistência etc.), 64, 69, 156, 213, 222, 303, 315, 319, 342, 365.
- Contestação, 89, 92, 95, 115, 275-277, 295, 297, 320.
- Corporeidade (corporificação do fantasma individuado/individual), 44, 107, 215, 218, 219, 313.
- Desejo do grupo, pulsão de morte do grupo, 63-66, 106-107, 186, 205-208, 221-222, 246, 253, 259, 263, 299, 316.
- Édipo e instituição, 37, 40, 41, 48-49, 52-53, 66, 70, 72, 79, 103, 132, 218, 248, 282.
- Enunciado-enunciação (enunciação coletiva, enunciação maquínica, agente coletivo de enunciação etc.), 65, 68, 75, 105, 123, 131, 188, 221-231, 246, 248, 262, 261-264, 366.
- Espontaneísmo, 61, 108, 123, 136, 144, 158-168, 209, 214, 253, 263, 275-277, 282, 306, 357.
- Fantasia individual, fantasia transicional, fantasia de grupo, 77, 93, 108, 113, 121, 128, 211, 215-223, 243, 248, 281, 293, 298-301, 314-315, 325, 363.
- Grupo-sujeito, grupo-sujeitado (grupo-sintoma, ideal de grupo, subjetividade revolucionária etc.), 63, 69, 76-77, 88, 199, 205, 222-224, 248, 281-282, 294, 305, 342.
- Iniciação, castração (inscrição no grupo, arbitrário da troca...), 57-58, 65-66, 76-80, 86, 96, 104, 112-117, 205, 211, 213, 228, 291.

Institucionalização (produção de instituição para além do indivíduo e da família), 60-67, 102, 123, 136, 161, 165, 206, 212, 219, 243, 260, 294, 303, 311, 359-366.

Interpretação, intervenção, 60-62, 109, 161, 212, 216, 239, 247, 280, 301-305, 321.

Máquina (máquina desejante e estrutura), 37-40, 41, 43, 57, 83, 105, 125-128, 185-190, 215, 232-235, 247, 253, 260, 303-304, 309-319, 356.

Objeto institucional, falicização do grupo, 64-66, 76, 104, 120, 124-125, 161, 165, 188, 209, 216-218, 259-260, 275-276, 325, 359.

Recuperação, 98, 145-146, 167, 241, 277, 285-287, 304, 310.

Repressão (interiorização da repressão), 66, 109, 212, 222, 253, 259-260, 268, 280, 282, 288, 293, 301, 304.

Resto, resíduo, dejetos (objeto "a" laciano), 78, 173, 206, 217, 219, 230, 310, 311, 315, 317.

Sentido, não-sentido (palavra vazia, ponto-signo não significante, efeito de sentido etc.), 38, 42, 45, 53, 56-57, 67-68, 75-83, 107, 123, 130, 181, 186, 228, 316.

Territorialidade, desterritorialização, 62, 70, 109, 215, 223, 332.

Transferência institucional, 36, 49, 68, 75-83, 122, 219, 305, 322.

Transversalidade (domínios de acolhida do superego), 78, 101-117, 181, 199, 202, 253, 260, 282.

Vacúolo (grupos vacuólicos), 107, 198, 217, 264, 315.

Editoração, impressão e acabamento
GRÁFICA E EDITORA SANTUÁRIO
Rua Pe. Claro Monteiro, 342
Fone 012 3104-2000 / Fax 012 3104-2036

hoje pela evolução dessa corrente de pensamento. Para preencher a lacuna em suas recordações ou sua falta de informação, bem como para ser completamente preciso, lembro portanto que ninguém havia falado ou escrito sobre "a análise institucional" e "os analisadores" antes das diferentes versões que apresentei em meu relatório sobre "A transversalidade" (Publicado em 1964 no número UM da *Revue de psychothérapie institutionnelle*).

Félix Guattari

FÉLIX GUATTARI (1930-1992) participou da equipe de animação da clínica de La Borde, em Courcheverny, clínica que redefiniu em termos práticos e teóricos as bases da psicoterapia institucional. Discípulo de Lacan, fundador da Sociedade de Psicoterapia Institucional, em 1965, Félix Guattari, psicanalista e membro da Escola Freudiana de Paris, publicou várias obras e fundou a revista *Chimères*.

NESTE LIVRO, PUBLICADO INICIALMENTE EM 1974, Félix Guattari apresentou o resultado de quinze anos de reflexão sobre as incidências da psicanálise, tanto no campo psiquiátrico como no político.

Um tema central percorre estes textos: a promoção de um método de análise institucional que deveria ir além de cada um dos estratos distintos que constituem as ciências sociais e humanas. Para Guattari, a problemática da revolução tem ligação necessária com a do remanejamento radical das concepções e métodos correntes no campo da psicanálise. É, por conseguinte, um princípio de *transversalidade* que deve aproximar e unificar a função do analista e a do militante.

Revolução
Sociedade



IDÉIAS &
LETRAS